VOL. III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTANHAL

Inquérito Civil

SIMP n° 000628-040/201

Class 910004

8º PJ DE CASTANHAL

Defesa do Patrimônio Público	Entrada **11/10/2016**
Assunto: **Registro de Imóveis->Tabelionatos, Registros, Cartórios** **11935**	Autuação **09/11/2016** Prazo **09/11/2017** **(1 ano)** 16/03/2021

JOSÉ MARIA TABARANÃ DA COSTA

EMPRESA AGROPALMA

Movimentos

26/10/2018 10:14 - Juntada
22/10/2018 08:45 - Ofício
16/10/2018 14:28 - Juntada
16/10/2018 14:28 - Repassado ao Coordenador
11/10/2018 13:28 - Encaminhamento a Órgão Interno
11/10/2018 12:39 - Certidão / Informação
11/10/2018 12:32 - Juntada
11/10/2018 12:31 - Certidão / Informação
11/10/2018 12:30 - Ofício
11/10/2018 12:28 - Juntada
11/10/2018 12:21 - Ofício
11/10/2018 12:18 - Juntada
11/10/2018 11:49 - Repassado ao Coordenador
04/10/2018 08:39 - Encaminhamento a Órgão Interno
30/08/2018 11:31 - Encaminhamento a Órgão Interno

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1005
PARÁ

C E R T I D Ã O

Conforme certificado às fls. 1003, dos presentes autos, inicio o III Volume, a partir das fls. 1004.

Castanhal, 29 de agosto de 2018.

Deise Maria Andrade Viana Lindolfo
Aux. Adm. MP
Mat. 999.1138

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROMOTOR DA 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTANHAL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA AGRÁRIA

MINISTÉRIO PÚ
Fls. 100
PARÁ

José Maria Tabaranã da Costa, brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade RG de nº 7683385 SSP/PA, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF/MF de nº 002.661.592-49, e Aida Raimunda Maia da Costa, brasileira, casada, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG de nº 4544005 SSP/PA, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF/MF de nº 227.458.152-53, por meio de seu advogado infra firmado, vem, com o devido acatamento, à presença de Vossa Excelência, requerer a Declaração de Inexistência e o Cancelamento de Matrícula e Registro de Imóvel Rural vinculado a Título nulo de pleno direito, com fulcro no artigo 1º da Lei 6.739/79, por haver indícios suficientes de ilegalidades e conjunto probatório irrefutável, que passa a expor.

DA NARRATIVA DOS FATOS

Os nacionais Francisco Valdete Rosa do Carmo, ex-interventor do Cartório do Acará, Antônio Pereira da Silva, ex-gerente geral da empresa Agropalma S/A e outros foram indiciados pela Polícia Civil, bem como, devidamente denunciados pelo Ministério Público do Estado do Pará na Ação Penal nº 0004646-67.2014.8.14.0076, a qual tramita na Comarca de Acará, acusados pela prática de crimes de falsidade ideológica majorada e falsidade documental.

Em síntese, o ex-interventor Francisco Valdete Rosa do Carmo restaurou matrículas inexistentes, oriundas de Cartório fictício (Oliveira Santos), por meio de apresentação de Escrituras Públicas lavradas no Cartório Diniz. Nestes documentos era visível a assinatura da ex-tabelliã e denunciada Maria do Socorro Puga de Oliveira Santos, a qual assinava a documentação no ano de 2006, um ano após ter sido destituída

de sua função pública, ao passo que o ex-interventor assumiu sua função no Cartório de Acará.

Em 15 de fevereiro de 2016, a empresa Agropalma S/A., por meio de seus advogados, ingressou com uma Ação de Interdito Proibitório, na Vara Agrária de Castanhal, para tal, usaram as mesmas matrículas inexistentes, oriundas de Cartório fictício (Oliveira Santos) para justificara a propriedade das fazendas Castanheira, I, II e IV.

Doc. 01. Vara Agrária de Castanhal Processo nº 0001759-31.2016.8.14.0015. Assunto. Liminar (Medida Cautelar), Ação de Interdito Proibitório C/C Pedido de Medida Cautelar.

Doc. 02. Termo de Reunião na 8ª Promotoria de Justiça de Castanhal do Ministério Público. Assunto. O diretor geral da empresa Agropalma S/A e seus Advogados reconhecem que a documentação de 22.000,00 hectares das suas áreas é inconsistente, pois fora levada à registro em Cartório (inexistente).

Doc. 03. Relatório Policial (Inquérito). Assunto. Restou comprovado que a acusada Maria do Socorro Puga de Oliveira Santos, após sua perda de delegação do Cartório de Acará, em 2005, criou cartório fictício (Oliveira Santos).

Doc. 04. Laudo Pericial do Centro de Periciais Renato Chaves. Assunto. A denunciada Maria do Socorro Puga de Oliveira Santos assinou as Certidões de Registro de Imóvel, oriundos do cartório inexistente (Oliveira Santos).

Doc. 05. Denúncia do Ministério Público do Estado d Pará.

Doc. 06. Certidão da Corregedoria das Comarcas do Interior. Assunto. Perda de Delegação de Maria do Socorro Puga de Oliveira e nomeação de Francisco Valdete Rosa do Carmo, através da Portaria nº 05 de 27 de Outubro de 2005.

Doc. 07. Certidões e Escrituras falsas, oriundas do cartório fictício (Oliveira Santos), supostas áreas rurais, de propriedade da empresa Agropalma S/A. (Fazendas Castanheiras).

Fazenda Castanheira, matrícula nº 626 com 1.091,00 hectares (Restauração nº 003), **Fazenda Castanheira I**, matrícula nº 727 com 1.135,00 hectares (Restauração nº 005),

Fazenda Castanheira II, matrícula nº 627 com 2.130,00 hectares (Restauração nº 004) e **Fazenda Castanheira IV**, matrícula nº 7025 com de 115 ha.96ª (Restauração nº 003).

A. Uma Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada no Cartório Diniz- 2º Ofício de Notas, 04 fazendas Castanheiras, consta na última página o carimbo de registro de imóvel sob a matrícula geral nº 7107, livro 2-G, à folha 104. Destaca-se a assinatura de Maria do Socorro Puga de Oliveira Santos como oficial de registro, datada de 04/01/2006, data posterior a sua perda de delegação, datada de 27/10/2005.

B. Certidão de Registro de Imóvel com carimbo do Cartório fictício Oliveira Santos sob a matrícula geral nº 7107, livro 2-G, à folha 104, das 04 Fazendas Castanheiras, datado de 04/01/2006. Vale ressaltar que, são os mesmos dados constantes no carimbo da Escritura Pública do Item (01).

C. Quatro certidões de Registro de Imóvel, indevidamente restauradas (oriundas de Cartório fictício) por Francisco Valdete Rosa do Carmo, ex- interventor do Cartório do Único Ofício da Comarca de Acará, através das restaurações nº 003, 004, 005 e 003 com base nas letras (A e B).

DO DIREITO

O Código Penal prevê em seu artigo 304, o delito de uso de documento falso:

> Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:
>
> Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

Diante dos fatos narrados e conforme conjunto comprobatório irrefutável, resta patente a conduta criminosa dos dirigentes da empresa Agropalma S/A., quando praticam o delito tipificado na norma penal incriminadora, qual seja, uso de documento falso, com o intuito de prejudicar direito de terceiros e alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Não obstante, destaca-se ainda, o artigo 347 do Decreto Lei 2848/40, que tipifica a fraude processual como crime, senão vejamos:

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1010
PARÁ

Doc.01

TOME AÇU

PODER JUDICIÁRIO

CASTAN

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE

Poder Judiciário do Pará
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Papeleta de Processo

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 10 11

DISTRIBUIÇÃO

Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015
Documento Principal: 2016.00476457-81
Processo Apenso:
Prevento:
Documento Prevento:
Valor da Causa: R$ 3.290.281,21
Situação: EM ANDAMENTO
Data Cadastro: 15/02/2016 10:42:56
N. Páginas:
Comarca: CASTANHAL
Vara: VARA AGRARIA DE CASTANHAL
Gabinete: GABINETE DA VARA AGRARIA DE CASTANHAL
Secretaria: SECRETARIA DA VARA AGRARIA DE CASTANHAL
Classe: Interdito Proibitório
Assunto Principal: Liminar (Medida Cautelar)
Prioridade: Sim
Segredo de Justiça: Não
Observação: AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO C/C PEDIDO DE MEDIDA LI
ARTS 932 SS DO CPC E SS DO CC ART. 1.2010 SS DO CCB

URGENTE
PRIORIDADE DE TRAM

Data Distribuição: 16/02/2016 10:
Inquérito:

ENVOLVIDOS

AGROPALMA S/A	REQU
ANDRE LUIS BITAR DE LIMA GARCIA	ADVO
ASSOCIACAO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARA	REQU
JOSEJOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA	REQU
CLEMENTE SOUZA	REQU
DEMAIS INVASORES	REQU

Remessa
Nesta data faço remessa dos presentes autos à
VARA AGRARIA DE CASTANHAL

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL/PA.

Protocolo: 2016.00497020-84
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CASTANHAL
Classe: PETIÇÃO INICIAL
Data da Entrada: 16/02/2016 10:24:19
Envolvidos:
REQUERENTE: AGROPALMA SA

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 10/120
PARÁ

AGROPALMA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.102.265/0001-51, localizada na Rodovia PA 150, s/n., Km 74, lado esquerdo, Tailândia/PA, CEP: 68.695-000, por seu procurador subscrito - mandato anexo, vem, perante V. Exa., demandar **AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR** (CPC, art. 932 e ss., c.c. CCB, art. 1210 e ss.) em face da **ASSOCIAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARÁ**, end.: Rodovia PA 256-Porto da Balsa do Rio Acará-Calmaria, Tailândia/PA; **JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA,** end.: Rua Cupiuba S/Nº, entre as Avenidas Bacaba e Barão do Rio Branco, Bairro do Gordo, Distrito de Palmares, Tailândia/PA, CEP.: 68695-000; **CLEMENTE SOUZA, vulgo "QUELÉ"; e DEMAIS INVASORES, de qualificação desconhecida, os quais estão na iminência de esbulhar área da autora, localizada em Tomé Açu/PA**, pelos fundamentos fático-jurídicos seguintes:

MINISTÉRIO PÚBLICO
FLS. 10/3
PARÁ

6026

– I –

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

As ações possessórias justificam-se para coibir a invasão de terceiros, que se valem muitas vezes de forma violenta e clandestina para o esbulho e a turbação de uma posse legítima de quem de direito.

E, não raro, a invasão ocorre por atuação coletiva de várias pessoas, impossibilitando à parte que teve sua posse molestada ter conhecimento de todas as pessoas envolvidas e, muito menos, que apresente a qualificação detalhada dessas pessoas, que se valem exatamente da coletividade e da desordem para, clandestina e violentamente, praticar o esbulho da posse.

O fenômeno das invasões coletivas cumulado com eventual exigência de indicação e qualificação de todos os réus que delas participam criaria obstáculos ao próprio andamento do processo e embaraços ao autor, que se veria obrigado a se indispor e arriscar sua segurança para conseguir identificar os demandados.

Exatamente em decorrência do fenômeno das invasões coletivas, existem precedentes jurisprudenciais que posicionam o seguinte:

> APELAÇÃO – REINTEGRAÇÃO DE POSSE – INVASÃO DE TERRENO URBANO – LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO – INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE SE IDENTIFICAR TODOS OS INVASORES – COMPROVAÇÃO DA POSSE PELO AUTOR – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO: **Em se tratando de invasão coletiva de imóvel urbano, não se pode exigir que sejam citados pessoalmente todos os ocupantes do imóvel, por ser medida praticamente impossível – se a cada invasão houver a necessidade de se proceder a novas citações, procrastinando a marcha processual, indubitável que se estaria obstaculizando a prestação da justiça, com possibilidade de se causar enormes prejuízos ao jurisdicionado, que acionou o Poder Judiciário para deslindar a questão que o aflige e não para torná-la ainda mais complexa – existindo provas de que o autor detinha a posse do imóvel em litígio, há de se repelir o esbulho praticado pelos invasores.** Rejeitaram a preliminar e negaram provimento (Apelação nº 2.0000.00.463565-4/0001(1). Rel. Dídimo de Paula. Julgamento: 07/04/2005. Publicação: 27/04/2005. TJMG).

www.advassociados.com.br

Sendo assim, requer sejam citados todos quantos sejam identificados no momento do cumprimento do mandado de interdito, bem como figurem como réus todos quantos estejam ameaçando ou esbulhando a posse da autora sobre o imóvel descrito nesta ação.

– II –

FORO COMPETENTE

De acordo com a Resolução n. 021/2006-GP do TJE/PA (doc. anexo), a Vara Agrária de Castanhal é o foro competente para processar e julgar esta ação, uma vez que a área objeto do litígio localiza-se em área rural de Tomé Açu/PA, limítrofe com o Município de Acará/PA.

– III –

DOS FATOS

A autora, que produz e comercializa, nos mercados nacional e internacional, óleo vegetal e derivados, de maneira sustentável, **é detentora e legítima proprietária da área localizada em Tomé Açu/PA (compreendendo as Fazendas "Castanheira"), limítrofe com o município de Acará/PA, conforme documentos em anexo.**

No dia 11/02/2016, foi registrado Boletim de Ocorrência (doc. anexo) pelo Chefe de Segurança da autora, informando que lideranças do movimento social denominado "Associação dos Ribeirinhos do Vale do Acará" estão ameaçando invadir a área da autora, acima referida.

Foram identificados os seguintes líderes do movimento de invasão: Sr. JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA e Sr. CLEMENTE SOUZA, vulgo "QUELÉ".

Ademais, conforme informações colhidas no local, **os membros da referida Associação continuam se reunindo, traçando planos, arregimentando pessoas e fazendo ameaças de invasão da área da autora. Para agravar ainda mais as ameaças, trata-se de área de reserva legal, constituída por mata nativa objeto de preservação obrigatória, e um dos objetivos da invasão seria a derrubada desta mata para exploração dos recursos naturais ali existentes, especialmente de madeira.**

6872

Trata-se, portanto, de invasão objetivando a perpetração de crime ambiental, cujas consequências serão gravíssimas, senão irreversíveis, para o meio-ambiente.

A situação pode ser confirmada pelo **registro de ocorrência, fotos e conversa gravada, todos documentos em anexo,** que demonstram a prova inequívoca destes fatos e ações.

É nítida a ameaça de esbulho com intenção criminosa por parte dos réus. Constata-se, claramente, diante dos seus reiterados atos, que manifestações estão sendo orquestradas com o intuito de esbulhar a posse da autora, daí porque não resta outra alternativa senão recorrer ao Poder Judiciário, através desta ação, como forma de assegurar os direitos possessórios da autora, arbitrariamente atingidos e/ou ameaçados pelos requeridos.

Assevere-se que a autora não pretende que este MM. Juízo impeça qualquer ato público ou manifestação semelhante, **desde que tal não afete os bens de sua propriedade e a posse, mansa e pacífica, que exerce sobre a referida área.**

Diante do justo receio de invasão, propõe-se este **INTERDITO PROIBITÓRIO**, com o objetivo de proteger o direito da autora da turbação ou esbulho iminente e impedir a derrubada ilegal de árvores protegidas em área de Reserva Legal, com cominação aos réus de pena pecuniária, no caso de transgressão.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1015 PARÁ

– IV –
DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA

Neste caso, estão presentes todos os requisitos necessários à concessão do **INTERDITO PROIBITÓRIO**, previstos no CPC, art. 932[1].

Como posiciona PONTES DE MIRANDA, "*(...) para que seja exercida a ação de interdito proibitório não é preciso que se preveja o que há de acontecer, mas apenas que se tema que aconteça*"[2] (grifo nosso).

Prossegue o referido autor, sobre os requisitos do CPC, art. 932, afirmando:

---

[1] "Art. 932 - O possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao Juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que comine ao réu pena pecuniária, caso transgrida o preceito".
[2] (*In* - Comentários ao Código de Processo Civil - Vol. XIII, fls. 317.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 160
PARÁ

> **"Receio, isto é, ter conhecimento de fatos ou circunstâncias que lhe façam suspeitar de que o réu o vai molestar na posse. Quem receia tem que encobrir-se, porque teme. (...) A ocorrência turbativa ou esbulhante tem de ser futura, iminente; porém a iminência da turbação não supõe a imediatidade. Não é preciso, pois, que se trate de ameaça imediata, próxima. Iminente está, aí, por futura. O que há de se exigir é que a distância, no tempo, não seja tal que o interesse se apague. (...) Não importa qual a extensão da ofensa com que está ameaçada a posse - pode ser temor de esbulho ou da mais leve e passageira turbação na posse".**

No mesmo sentido, afirma ERNANI FIDÉLIS DOS SANTOS[3] que: ***"(...) como no interdito proibitório não há sobre o Réu uma determinação que lhe possa impedir o prosseguimento do que já está praticando, mas sim uma proibição para que não pratique o que ainda não praticou, o Juiz poderá ser mais liberal na apreciação da prova, para que o processo tome mais celeridade, sem prejuízo do direito das partes".***

A jurisprudência acolhe a tese suscitada pela autora[4]. O interdito proibitório tutela a posse, garantindo a permanência do possuidor e a abstenção por parte de terceiros da prática de turbação ou esbulho que ainda não se concretizaram, mas que ele tem justo receio de que sejam realizados futuramente.

Neste caso, receia a autora a moléstia da posse sobre sua área.

---

[3] "Comentários ao Código de Processo Civil".

[4] "O interdito proibitório é ação preventiva, destinada a evitar se consume turbação ou esbulho possessório. E, por ser preventiva, parte não de fato consumado - a turbação ou o esbulho - mas da desconfiança fundada de que uma ou o outro pode ocorrer, a qualquer momento. O justo receio nada mais é do que o conhecimento de fatos ou circunstâncias que façam o autor suspeitar que o réu vai molestar na posse. O pedido é de segurança contra a turbação ou esbulho iminente, vale dizer, próximo ou imediato, fulcrado em questões de compreensão fácil de percepção "prima facie" pelo Juiz. A iminência do esbulho ou turbação é questão pré-processual. Vale dizer, deve existir antes da propositura da ação e não em virtude ou decorrência dela. Mescla-se na própria perquirição do interesse, que é condição que o autor passa estar em Juízo (TJPR - RT 544/237)".

www.advassociados.com.br

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1014
PARÁ

– V –

DA NECESSIDADE DE MEDIDA LIMINAR URGENTE E SEM AUDIÊNCIA DA PARTE CONTRÁRIA

A lei é clara quando dispõe que o possuidor tem o direito de ser mantido em sua posse, podendo pretender medidas proibitivas do esbulho (CC, art. 1.210), certo que estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir os requeridos, a expedição de mandado liminar de interdito proibitório.

Os documentos anexos comprovam os requisitos necessários para concessão do remédio legal, constituindo prova pré-constituída suficiente à cognição sumária típica do rito especial de proteção possessória.

Neste caso, o direito da autora não se limita apenas à proibição do esbulho na posse. Tem o direito à reparação das perdas e danos (CPC, art.921), correspondentes à privação do uso do imóvel e paralisação de atividades, caso isso aconteça, devendo ser arbitrada multa diária no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por manifestante invasor, a título de astreintes.

Os réus deverão ser condenados, ainda, às perdas e danos diretamente resultantes dos atos violentos que praticarem, conforme apurado na instrução e fixado em liquidação de sentença.

– VI –

DA FUNGIBILIDADE DAS MEDIDAS.

O art. 920, do CPC, prevê a fungibilidade das medidas possessórias, possibilitando a conversão do pedido de interdito proibitório em reintegração de posse, caso a ameaça de invasão seja concretizada pelos réus.

Com efeito, requer-se, desde logo, que no mandado de interdito proibitório, conste a imediata conversão em mandado de reintegração de posse, caso efetivado o esbulho possessório.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1018

– VII –

PEDIDOS.

Nestas condições, a autora requer:

1) **Liminarmente e sem audiência da parte contrária, ordem de interdito proibitório, a fim de garantir a autora na posse sobre as áreas indicadas nos documentos anexos à inicial, compreendendo as Fazendas "Castanheira", localizadas em Tomé Açu/PA, limítrofes com o município de Acará/PA**, devendo ser **determinado aos réus que se abstenham da prática de qualquer ato que possa dificultar, impedir, obstaculizar, turbar, esbulhar ou ainda molestar, de alguma maneira, a posse mansa e pacífica exercida pela autora sobre a área;**

2) Seja consignado no mandado de interdito que o descumprimento da ordem judicial ensejará o **CRIME DE DESOBEDIÊNCIA** e sob aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por pessoa em descumprimento (a ser majorado no caso de reincidência), **e que ainda, desde logo, conste no mandado de interdito a imediata conversão em reintegração de posse, uma vez caracterizado o esbulho no momento e circunstâncias da intimação e citação dos réus realizadas na mesma oportunidade;**

3) Sejam citados os réus no mesmo ato e oportunidade do cumprimento do mandado liminar de interdito para, querendo, responder aos termos desta ação, sob pena de revelia e confissão ficta, prosseguindo-se nos ulteriores de direito até final julgamento, com a procedência do pedido para os mesmos fins e nos mesmos termos do pedido liminar concedido, cuja medida liminar deverá ser confirmada e convalidada na própria sentença final (CPC, art. 520, VII. c.c. arts. 273, 461 e 928), garantindo a plena proteção possessória através da medida adequada (CPC, art. 920), assegurando a continuidade da posse da autora sobre a área descrita,

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1020
PARÁ

condenando os réus nas perdas e danos decorrentes dos atos de violação possessória por eles ilicitamente praticados (CPC, art. 921, I), conforme resultar apurado em liquidação de sentença, condenando-os, ainda, no pagamento das custas, despesas processuais e verba honorária, observado o devido processo legal;

4) **Seja oficiado o Comando da Polícia Militar – Batalhão de Choque para efeito da necessária e imediata proteção possessória**, bem como demais forças policiais que possam dar a devida cobertura para o fiel cumprimento da ordem, a fim de garantir-se a efetividade da medida judicial;

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1019
PARÁ

5) A condenação dos Réus às perdas e danos diretamente resultantes dos atos que praticarem, conforme apurado na instrução e fixado em liquidação de sentença;

6) Prosseguir nos ulteriores de direito até final sentença que julgue totalmente procedente o pedido, outorgando a medida possessória necessária, confirmando a liminar deferida, determinando que os réus se abstenham da prática de todo e qualquer ato que, direta ou indiretamente, possa dificultar, impedir, obstaculizar, turbar, esbulhar ou ainda molestar, de alguma maneira, a posse mansa e pacífica exercida pela autora sobre a área, e principalmente, para que se realizem, sem qualquer moléstia ou embaraço pelos réus, as atividades da autora, condenando-se os réus nas perdas e danos apuradas em liquidação de sentença, custas e honorários de advogado, segundo prudente arbítrio desse MM. Juízo;

7) Caso a ameaça se converta em esbulho, requer a fungibilidade da proteção possessória, determinando a imediata reintegração de posse;

8) Que todos os atos de comunicação processual (publicações em imprensa oficial, notificações, intimações de quaisquer espécies, inclusive para atos

específicos de seu ofício, cartas, registros, etc.) sejam encaminhados exclusivamente para o escritório situado à **Avenida Alcindo Cacela Nº 1858, Nazaré, Belém (PA), CEP 66040-020**, sempre endereçadas e publicadas exclusivamente em nome do advogado **REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA, OAB/PA 1746**, resguardando-se, assim, o devido processo legal e o direito de defesa da parte (CPC, art. 5º, LIV e LV), em especial dando cumprimento ao CPC, art. 236, § 1º; art. 237, incisos e §§, c.c. art. 238, caput e § único, sob pena de nulidade.

Protesta por todas as provas em direito admitidas, notadamente **(i)** depoimento pessoal dos réus, pena de confesso; **(ii)** inquirição de testemunhas, oportunamente arroladas; **(iii)** juntada posterior de documentos, bem como sua requisição e/ou exibição judicial; **(iv)** perícia; e tudo mais que se fizer supervenientemente necessário ao esclarecimento da lide.

Valor da causa: R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos, pede deferimento.

Castanhal (PA), 16 de fevereiro 2016.

André Luis Bitar de Lima Garcia
Sócio
Advogado-OAB/PA 12.817

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 10 PARÁ

Anexos:

1 - Guia paga de custas iniciais;

2 - Procuração e atos constitutivos;

3 – Resolução n. 021/2006-GP do TJE/PA;

4 - Documentos de propriedade da área;

5 - Boletim de Ocorrência;

6 – CD com fotos da Associação ré;

7 – Dois CD's com áudio de reuniões da Associação ré.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1022 PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1021 PARÁ

DOC. 01

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-5000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-001
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 153)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7093
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
LIBRA - Sistema de Arrecadação

Data: 15/2/2016
Hora: 10:43:21
Pág: 1

RELATÓRIO DE CONTA DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Nº DOCUMENTO: 2016.00476457-81 **PARTICIPACAO:** REQUERENTE - AGROPALMA S/A

Nº PROCESSO:

INSTÂNCIA: 1º GRAU

CLASSE:

COMARCA: CASTANHAL

VARA:

SECRETARIA:

DISTRIBUÍDO EM: **FINALIZADO EM:**

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. PARÁ

DADOS DA CUSTA INICIAL

CUSTA: 1 **SITUAÇÃO DA CUSTA:** ABERTA

DATA CUSTA: 15/02/2016 00:00:00 **VALOR DA CAUSA:** R$ 30.000,00

Nº BOLETOS: 1 **VALOR DA CUSTA:** R$ 1.379,75

OBSERVAÇÃO:

CUSTA GERADA POR: SISTEMA CUSTAONLINE

DADOS DO BOLETO Nº : 2016066550 via 1

Nº CUSTA: 1 **SITUAÇÃO BOLETO:**

BENEFICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA **DATA QUITAÇÃO:**

SACADO: AGROPALMA S/A **PORCENTAGEM:** %

TIPO ATO	QTD	VALOR
ATOS DO CONTADOR	1	R$ 78,20
DESPESA - PUBLICAÇÕES EM GERAL	1	R$ 8,62
ATOS DO DISTRIBUIDOR	1	R$ 45,65
ATOS DE ESCRIVANIA - DE VALOR DA CAUSA DE MAIS DE R$28.361,89 ATÉ R$33.508,03	1	R$ 583,98
ATOS DO JUÍZO	1	R$ 16,92
TAXA JUDICIÁRIA	1	R$ 290,31
DISTRIBUIÇÃO INICIAL	1	R$ 153,06
ESCRIVANIA: SEGUNDO OU DEMAIS MANDADOS DE CITAÇÃO	3	R$ 203,01
	TOTAL:	R$ 1.379,75

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1022 PARÁ

BANPARÁ | 037-1 03792.01635 20665.500268 00018.024109 1 67350000137975

Local de Pagamento: Pagável em qualquer agência bancária					Vencimento: 16/03/2016
Sacador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ					Agência/Cód. Cedente: 0026/180.241-0
Data do documento: 15/02/2016	Via do documento: 1ª Via	Espécie Doc.	Aceite: S	Data Processamento: 15/02/2016	Nº do Boleto: 2016066550
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda: REAL	Quantidade	Hora do Processamento: 10:42:56	Valor do Documento: R$ 1.379,75

Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) - NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO -

Referente ao número do documento: 2016.00476457-81 / CASTANHAL
Número do Processo:

Sacado: AGROPALMA S/A

Ficha de Compensação

Via Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Autenticação Mecânica

BANPARÁ | 037-1 03792.01635 20665.500268 00018.024109 1 67350000137975

Local de Pagamento: Pagável em qualquer agência bancária

Vencimento: 16/03/2016

Sacador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Agência/Cód. Cedente: 0026/180.241-0

Data do documento: 15/02/2016 | Via do documento: 1ª Via | Espécie Doc. | Aceite: S | Data Processamento: 15/02/2016 | Nº do Boleto: 2016066550

Uso do Banco | Carteira | Espécie Moeda: REAL | Quantidade | Hora do Processamento: 10:42:56 | Valor do Documento: R$ 1.379,75

Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) - NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO -

Referente ao número do documento: 2016.00476457-81 / CASTANHAL
Número do Processo:

Sacado: AGROPALMA S/A

Ficha de Compensação

Parte

Autenticação Mecânica

BANPARÁ | 037-1 03792.01635 20665.500268 00018.024109 1 67350000137975

Local de Pagamento: Pagável em qualquer agência bancária

Vencimento: 16/03/2016

Sacador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Agência/Cód. Cedente: 0026/180.241-0

Data do documento: 15/02/2016 | Via do documento: 1ª Via | Espécie Doc. | Aceite: S | Data Processamento: 15/02/2016 | Nº do Boleto: 2016066550

Uso do Banco | Carteira | Espécie Moeda: REAL | Quantidade | Hora do Processamento: 10:42:56 | Valor do Documento: R$ 1.379,75

Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) - NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO -

Referente ao número do documento: 2016.00476457-81 / CASTANHAL
Número do Processo:

Sacado: AGROPALMA S/A

Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1024 PARÁ

15/02/2016 16:09:48

15/02/2016 - BANCO DO BRASIL - 16:09:48
168601686 0031

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SILVEIRA ATHIAS SORIANO D
AGENCIA: 1686-1 CONTA: 29.707-0

BANCO DO ESTADO DO PARA S.A.

03792016352066550026800018024109167350000137975

NR. DOCUMENTO	21.501
DATA DO PAGAMENTO	15/02/2016
VALOR DO DOCUMENTO	1.379,75
VALOR COBRADO	1.379,75

NR.AUTENTICACAO A.DC5.DD2.F0F.506.35C

Assinada por J8901088 CARMEN DIANA DOS SANTOS 15/02/2016 16:09:48

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: J8901088 CARMEN DIANA DOS SANTOS.

Fls. 6037

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1025 PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6038
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1025
PARÁ

DOC. 02

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófio de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/911/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holanceses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6498 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

AGROPALMA

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1026 PARÁ

~~6039~~ MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. ~~1021~~ PARÁ

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **AGROPALMA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.102.265/0001-51, localizada na Rodovia PA 150, s/n.º, Km 74, lado Esquerdo, Tailândia/PA, CEP: 68.695-000, neste ato representada por seus Diretores: **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO**, brasileiro, casado, engenheiro de alimentos, portador da cédula de identidade RG nº. 1.281.385 SSP/GO e CPF/MF nº. 065.621.628-07, residente e domiciliados em São Paulo/SP; e **JOEL BUECKE**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG nº. 817446 SSP/ES e CPF/MF nº. 957.706.237-72; residente e domiciliado em Tailândia/PA, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores:

OUTORGADOS: **SIMONE MOREIRA RAPOSO SANTOS**, casada, advogada, OAB/PA nº 9402 e CPF/MF nº. 587.773.422-91, **LEOANA DA SILVA CHAVES**, solteira, advogada, OAB nº 8207 e CPF/MF nº 236.464.622-72, **DÉBORA BASTOS DA SILVA**, solteira, advogada, OAB/PA nº 17002, todas com endereço profissional na Rodovia Arthur Bernardes, nº 5555, Tapanã, CEP nº 66825-000, Belém/PA e **AFONSO MARCIUS VAZ LOBATO**, casado (OAB/PA nº 8265 – CPF/MF nº 411.634.432-04), **AISHA MORHY DE MENDONÇA**, solteira (OAB/PA nº 18131 - CPF/MF nº 957.518.312-68), **ALDO FERNANDO ALENCAR SERRA**, solteiro, (OAB/MA nº 12761 – CPF/MF nº 024.703.253-07), **ALEXANDRA DA COSTA NEVES**, solteira (OAB/PA nº 17905 - CPF/MF nº 683.233.792-20), **ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA**, casado (OAB/PA nº 13303 – CPF/MF nº 786.684.842-49), **ALEXANDRE DA COSTA MELO**, solteiro, (OAB/AP nº 2576 – CPF/MF nº 003.062.612-94), **AMANDA DE FÁTIMA CORDEIRO DE CARVALHO**, solteira (OAB/PA nº 21706 - CPF/MF nº 016.738.002-89), **ANA PAULA ALBUQUERQUE DE MELO**, solteira (OAB/RJ nº 155460 - CPF/MF nº 081.083.627-09), **ANDRÉA MILÉO RAMOS**, solteira (OAB/PA 20159 - CPF/MF nº 002.905.352-80), **ANDRÉ LUIS BITAR DE LIMA GARCIA**, casado (OAB/PA 12817 - CPF/MF nº 745.807.362-49), **ANDREZA NAZARÉ CORRÊA RIBEIRO**, solteira (OAB/PA 12436 - CPF/MF nº 743.187.642-49), **ANÍZIO GALLI JUNIOR**, solteiro (OAB/PA 13889 - CPF/MF nº 840.294.552-04), **ANTONIO ARAÚJO DE OLIVEIRA JÚNIOR**, solteiro (OAB/PA nº 14279 – CPF/MF nº 841.252.682-15), **ANTONIO CLÁUDIO PINTO FLORES**, divorciado (OAB/PA nº 8700 e OAB/AM nº A583 – CPF/MF nº 731.539.238-68), **ANTÔNIO LENNON CARVALHO COSTA**, solteiro (OAB/MA nº 11611 – CPF/MF nº 001.557.323-07), **ARLOVA MARTA VIVACQUA DA SILVEIRA**, casada (OAB/PA nº 10635 – CPF/MF nº 491.281.752-04), **BRUNO CABRAL PINHO DA SILVA**, solteiro (OAB/PA nº 19714 – CPF/MF nº 659.722.872-34), **CAIO CEZAR PINHEIRO COUTINHO**, solteiro (OAB/PA nº 20315 – CPF/MF nº 002.631.692-78), **CARLOS ALBERTO NUNES ZACCA**, casado (OAB/PA nº 10991 – CPF/MF nº 633.562.282-34), **CLÍVIA CAMILA DO CARMO**, solteira (OAB/AP nº 1728 – CPF/MF nº 814.047.022-63), **DANIEL COUTINHO DA SILVEIRA**, casado (OAB/PA nº 11595 – CPF/MF nº 687.030.072-00), **DANIEL DO NASCIMENTO SILVA**, solteiro (OAB/AM nº 7472 – CPF/MF nº. 033.395.006-22), **DANIEL GATO MEDEIROS**, solteiro (OAB/PA nº 18382 – CPF/MF nº 000.169.352-25), **DANIELLE SERRUYA SORIANO DE MELLO**, solteira (OAB/PA nº 17830 – CPF/MF nº 006.350.892-38), **DÉBORA CRISTINA DA SILVA SALGADO ARAGÃO**, casada (OAB/PA nº 12976 – CPF/MF nº 751.626.602-72), **DÉBORA MENDES DA SILVA**, solteira (OAB/PA 18997 - CPF/MF nº 005.493.762-08), **DENISE DE FÁTIMA DE ALMEIDA E CUNHA**, solteira (OAB/PA nº 9158 e OAB/DF nº 35387 – CPF/MF nº 399.794.822-49), **DIO GONÇALVES CARNEIRO**, solteiro (OAB/PA nº 19646 – CPF/MF nº 917.529.732-91), **DOMINGOS ASSUNÇÃO DA SILVA NETO**, solteiro (OAB/PA nº 20679 – CPF/MF nº 908.204.282-72), **DOUGLAS GOMES DA SILVA**, solteiro (OAB/AM nº 6980 – CPF/MF nº 677.346.852-34), **DYEGO BENTO ALMEIDA RIBEIRO**, solteiro (OAB/PA nº 21657 – CPF/MF nº 005.171.462-07), **EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ**, solteira (OAB/PA nº 20231 – CPF/MF nº 011.883.462-29), **EDUARDO AUGUSTO DA COSTA BRITO**, casado (OAB/PA nº 12426 – CPF nº 704.402.712-15), **ELAINE BARROSO SANTOS**, casada (OAB-RJ 118.344 - CPF/MF nº 084.649.687-95), **ELIANA DOS SANTOS FERREIRA**, solteira (OAB/RO nº 6010 – CPF/MF nº 826.118.822-15), **ELTON BARROSO SINIMBÚ FILHO**, solteiro (OAB/PA nº 18318 – CPF/MF nº 919.448.132-68), **ERICK BRAGA BRITO**, solteiro (OAB/PA nº 17450 – CPF nº 946.562.582-53), **FÁBIO PEREIRA FLORES**, solteiro (OAB/PA nº 13274 – CPF/MF nº 810.587.482-20), **FELIPE FADUL LIMA**, solteiro (OAB/PA nº 17682 – CPF/MF nº964.218.272-68), **FERNANDO FACURY SCAFF**, casado (OAB/PA nº 3310 e OAB/SP nº 233.951 – CPF/MF nº 136.408.362-00), **FILIPE COUTINHO DA SILVEIRA**, separado (OAB/PA nº 12131 – CPF/MF nº 689.469.882-15), **GILSON PEREIRA DA SILVA**, solteiro (OAB/PA nº 7816 e OAB/AP nº 904-A – CPF/MF nº 388.346.002-82), **GISELE AZEVEDO SOUZA**, divorciada (OAB/PA nº 15645 – CPF/MF nº 696.138.692-04), **HILDA VANESSA BENEVIDES MONTEIRO**, solteira (OAB/AC nº 4302 – CPF/MF nº 509.196.102-00), **IGOR DE PAULA ALMEIDA**, solteiro (OAB/AM nº 7207 – CPF/MF nº 875.589.632-49), **IGOR DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA**, solteiro (OAB/PA nº 20110 – CPF/MF nº 009.449.752-40), **ISABELA MORBACH MACHADO E SILVA**, solteira (OAB/SP nº 321725 – CPF/MF nº 952.804.052-72), **JACQUELINE DO SOCORRO NERI RODRIGUES LOBÃO**, solteira (OAB/PA nº 20206 – CPF/MF nº 001.658.352-30), **JOÃO ALFREDO FREITAS MILÉO**, solteiro (OAB/PA nº 12342 – CPF/MF nº 681.854.212-34), **JOÃO CARLOS ARAGÃO ADDARIO JUNIOR**, solteiro (OAB/PA nº 14253 – CPF nº 781.142.842-34), **JOÃO MARCELO VIEIRA SERRA**, solteiro (OAB/PA nº 14204 e OAB/AP nº 1785-A – CPF/MF nº 833.716.052-72), **JOÃO PAULO D'ALMEIDA COUTO**, solteiro (OAB/PA nº 16368 – CPF/MF nº 530.425.142-34), **JORDANA TOBIAS ATHIAS**, solteira (OAB/PA nº 19597 - CPF/MF nº 532.838.132-72), **JORGE ALEX NUNES ATHIAS**, casado (OAB/PA nº 3003 – CPF/MF nº 097.318.302-00), **JOSÉ FERNANDO OLIVEIRA DE FREITAS**, solteiro (OAB/PA nº 15912 – CPF/MF nº 858.094.972-68), **JOSÉ JUCIMAR COSTA SANTOS JUNIOR**, solteiro (OAB/PA nº 18349 – CPF/MF nº 932.807.342-15), **JOSÉ MÁRIO DA COSTA SILVA**, solteiro (OAB/PA nº 8232 – CPF nº 127.915.472-15), **JUAREZ RABELLO SORIANO DE MELLO**, casado (OAB/PA nº 3953 – CPF/MF nº 180.493.622-72), **JULIANE DOS SANTOS SILVA**, casada (OAB/RO nº 4631 – CPF/MF nº 928.412.792-00), **JULIO CESAR FRANCO DE SOUZA**, casado (OAB/AM nº 6415 – CPF/MF nº 525.635.612-72), **KACIARA BALDÉS MORAES**, solteira (OAB/MA nº 10270 – CPF/MF nº 832.154.333-20), **LANNA CLEICY DE CASTRO PRESTES**, solteira (OAB/PA nº 16493 - CPF/MF nº 847.762.932-34), **LARISSA TICIANY BASTOS GARCIA**, solteira (OAB/AM nº 8806 - CPF/MF nº 965.308.202-72),

AGROPALMA

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1027 PARÁ

Fls. 6640

LEIDIANE DA COSTA NORONHA, solteira (OAB/PA nº 13712 – CPF/MF nº 751.468.272-49), LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, casado (OAB/PA n° 11247 – CPF/MF nº 660.157.902-53), LEONARDO MARTINS MAIA, solteiro (OAB/PA n° 16818 – CPF/MF nº 958.075.192-72), LEONARDO PEREIRA DE MELLO, solteiro (OAB/AM n° A-898 – CPF/MF nº 886.498.902-10), LÍVIA GONÇALVES FONT, casada (OAB/PA 12187 - CPF/MF n° 741.567.562-20), LORENA DAVID FREITAS TAVARES, solteira (OAB-PA nº 21437 - CPF/MF nº 857.290.862-53), LORENA TEIXEIRA LIMA, solteira (OAB-PA nº 12972 - CPF/MF nº 911.402.001-78), LUCIANA VELOSO NEVES, solteira (OAB/PA n° 17298 – CPF/MF n° 946.466.432-00), LUCIANO MAGNO FELIPPE KOWLESSAR, solteiro (OAB/PA n° 18397 – CPF/MF n° 856.169.232-49), LUÍS FELLIPE DOS SANTOS PEREIRA, solteiro (OAB/PA n° 19222 – CPF/MF n° 001.163.142-22), LUÍS OTÁVIO LOBO PAIVA RODRIGUES, divorciado (OAB/PA nº 4670 - CPF/MF n° 187.521.792-49), MAILÔ DE MENEZES VIEIRA ANDRADE, solteira (OAB/PA nº 19736 – CPF/MF nº 007.844.132-31), MAÍSA MESQUITA DE ALMEIDA, solteira (OAB/PA n° 19150 – CPF/MF n° 005.062.932-89), MARCELO AUGUSTUS VAZ LOBATO, casado (OAB/PA nº 12528 e OAB/MA nº 11736-A – CPF/MF nº 442.559.342-15), MARCELO COUTINHO DA SILVEIRA, casado (OAB/PA n° 13282 – CPF/MF n° 751.208.442-00), MARCELO RODRIGO CORIOLANO DE OLIVEIRA, solteiro (OAB/PA n° 16668 – CPF/MF n° 905.016.912-00), MÁRCIO ROBERTO MAUÉS DA COSTA, solteiro (OAB/PA n° 10840 – CPF/MF nº 509.448.192-49), MARIANA DE ALMEIDA MESQUITA, solteira (OAB/MA n° 13758 – CPF/MF n° 037.943.613-26), MARINA SOARES SEVERIANO, casada (OAB/PA n° 20633-A e OAB/RJ n° 182765 - CPF/MF n° 099.855.797-80), MÁRIO BARROS NETO, solteiro (OAB/PA n° 11109 – CPF/MF n° 669.974.022-91), MÁRVIO MIRANDA VIANA, solteiro (OAB/PA n° 8527 – CPF/MF n° 416.097.782-00), MISAEL ARANTES DOS SANTOS, solteiro (OAB/AM nº 9695 – CPF/MF nº 947.871.072-91), MIUSHA DE LIMA GERARDO, solteira (OAB/PA nº 9820 – CPF/MF nº 641.638.302-00), NÁDIA MARCELLE SOUZA PIMENTEL AGUIAR, casada (OAB/AM n° 6509 – CPF/MF n° 617.507.512-91), NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO, solteiro (OAB/AM nº A-608 - CPF/MF nº 990.588.120-49), PATRÍCIA ALVES DA SILVA, solteira (OAB/PA n° 17697 – CPF/MF n° 965.508.562-72), PATRÍCIA BRANDÃO TORRES ALHADEF, solteira (OAB/MA n° 8234 – CPF/MF n° 989.817.903-10), PAULA CRISTINA NAKANO TAVARES VIANNA, divorciada (OAB/PA n° 11366 – CPF/MF n° 667.220.982-49), PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO, casado (OAB/PA nº 3210 - CPF/MF nº 101.340.422-04), PEDRO BENTES PINHEIRO NETO, solteiro (OAB/PA nº 12816 - CPF/MF nº 742.399.702-10), PEDRO DIAS LADEIRA NETO, solteiro (OAB/PA nº 21618 - CPF/MF nº 670.367.323-34), PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO, casado (OAB/PA nº 14665 – CPF/MF nº 032.120.264-30), RAFAELA GUERREIRO DE PAIVA, solteira (OAB/PA n° 17319 – CPF/MF n° 961.434.792-91), RAFAELA MENDES CERQUEIRA, solteira (OAB/PA n° 22567 – CPF/MF n° 965.556.702-82), RAFFAELE CHRISTINE LOBÃO MOURA, solteira (OAB/MA n° 13796 – CPF/MF n° 021.798.763-00), RENAN AZEVEDO SANTOS, solteiro (OAB/PA nº 18988 – CPF/MF nº 828.018.272-25), RENATO BENTES FRANCO, solteiro (OAB/PA nº 18828 – CPF/MF nº 004.641.332-46), REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA, casado (OAB/PA nº 1746 – CPF/MF nº 056.644.892-00), RICARDO RABELLO SORIANO DE MELLO, casado (OAB/PA nº 3952 – CPF/MF nº 105.564.512-87), RICARDO SERRUYA SORIANO DE MELLO, solteiro (OAB/PA nº 15621 – CPF/MF nº 930.558.382-20), RODRIGO DE CASTRO FREITAS, solteiro (OAB/DF n° 33383 e OAB/PA nº 22129-A – CPF/MF n° 011.471.931-42), TALINE COELHO BARRA PONTES, solteira (OAB/PA 20367 - CPF/MF n° 884.877.842-91), TATIANA NASCIMENTO AMANAJÁS, solteira (OAB/AP 1200 - CPF/MF n° 524.110.442-91), TAYANNA PEREIRA CARNEIRO DELGADO, solteira (OAB-PA nº 12977 - CPF/MF nº 734.591.942-00), TELMA LÚCIA BORBA PINHEIRO, solteira (OAB/PA nº 7359 – CPF/MF nº 306.200.742-72), THAIS PINA RODRIGUES, solteira (OAB/PA nº 17784-B – CPF/MF nº 947.448.582-87), THIAGO ANDERSON REIS FERREIRA, solteiro (OAB/PA n° 11784 - CPF/MF nº 660.551.562-53), VALÉRIA MAIA BARCELLOS, divorciada (OAB/RJ n° 28937 – CPF/MF n° 709.546.667-04), VICTOR HUGO RODRIGUES PEREIRA LICAR, solteiro (OAB/MA nº 14996 – CPF/MF nº 042.586.633-52), VICTORIA DI PAULA BASTOS MORAES, solteira (OAB/PA nº 22225 – CPF/MF nº 851.595.492-34), YASMIM ROSA DA SILVA, solteira (OAB/PA n° 18420 – CPF/MF n° 001.676.332-79) e WILLIAN DIAS FERNANDES, solteiro (OAB/PA nº 17841 – CPF/MF nº 004.474.462-58), advogados, todos brasileiros, <u>integrantes da sociedade SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO, GUIMARÃES, PINHEIRO & SCAFF – ADVOGADOS (a qual, também, neste ato, é nomeada procuradora com poderes para efetuar levantamentos judiciais, receber e dar quitação), com sede profissional na Av. Alcindo Cacela, nº 1858, Bairro Nazaré e CEP nº 66040-020.</u>

<u>PODERES</u>: Para defender (em) os interesses do outorgante, em conjunto ou separadamente, em qualquer juízo, foro ou instância, inclusive junto à Fazenda Nacional e à administração federal (incluindo a Receita Federal do Brasil), estadual, municipal e autárquica, com a cláusula "ad judicia et extra", podendo propor e variar de ações, interpor recursos, conciliar, dar e receber quitação, transigir, arguir suspeição, desistir, notificar, firmar compromisso, substabelecer a presente procuração e requerer perante as repartições públicas em geral o que for necessário à defesa de seu direito, cobrando créditos e/ou dando quitação, podendo, ainda, praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal desempenho deste mandato.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. PARÁ

Belém(PA), 17 de dezembro de 2015.

Marcello Silva de Almeida Brito
Diretor
CPF:065.621.828-07
AGROPALMA S/A

Joel Buecke
Diretor Agrícola
CPF: 957.706.237-72

AGROPALMA S.A.
CNPJ/MF nº 04.102.265/0001-51 - NIRE 15300001188
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 30 de abril de 2014. **HORÁRIO:** 09:00 horas, Assembleia Geral Ordinária e, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **LOCAL:** Sede Social - Rodovia PA 150, km 74 – Tailândia - PA. **PRESENÇA: 1)** Acionistas titulares de ações ordinárias representando mais de dois terços do capital social com direito de voto. **2)** Administradores da Sociedade e Luciano Tadeu Lucci de Biasi – Contador CRC 1SP181115/O-9, representante da De Biasi Auditores Independentes (CRC 2SP 017861/O-6). **MESA:** Marcello Silva do Amaral Brito – Presidente. Flávio Márcio Passos Barreto – Secretário.

ORDEM DO DIA
EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;
2. deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;
3. eleger os membros da Diretoria e
4. fixar o montante global máximo da remuneração da Diretoria para o exercício de 2014.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Tomar conhecimento e deliberar sobre a Proposta da Diretoria para Consolidar o Estatuto Social.

PUBLICAÇÃO

Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2013 e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício: Diário Oficial do Estado do Pará, edição de 28.02.2014, às folhas 3, 4, 5, 6 e 7 do Caderno 12 e O Liberal, edição de 28.02.2014, às folhas 5, 6 e 7.

LEITURA DE DOCUMENTOS:

Todos os documentos citados na Ordem do Dia foram lidos e colocados sobre a mesa à disposição dos acionistas, para consulta.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME
EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Com abstenção dos legalmente impedidos, foram aprovados o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;

2. O prejuízo do exercício de R$ 10.151.932,74 foi absorvido mediante a utilização de parte do saldo da conta Reserva para Dividendos;

3. Foram reeleitos, para compor a Diretoria, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2015, os Srs. **JOSÉ HILÁRIO**

RODRIGUES DE FREITAS (CPF/MF nº 003.107.781-15 – RG nº 16.720.105-SSP-SP), brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Albuquerque Lins nº 887 – apto. 21 – Santa Cecília - CEP 01230-001; **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO** (CPF/MF nº 065.621.628-07 – RG nº 1.281.385-SSP-GO), brasileiro, casado, engenheiro de alimentos, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Dr. Gabriel dos Santos, 541, apto. 91, Santa Cecília - CEP 01231-011; **JOSÉ ELANIR DE LIMA** (CPF/MF nº 000.701.906-82 - RG nº M-164.409 - SSP-MG), brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Alameda Juquis, 225 - apto. 123 - Moema - CEP 04081-010; **HERNANDO CASCANTE SOLIS** (CPF/MF nº 535.189.182-49 – RNE V 453416-I – CGPI/DIREX/DPF), costa-riquenho, casado, engenheiro químico, residente e domiciliado em Belém – PA, na Travessa D. Romualdo de Seixas 156 – apto. 1802 – Umarizal – CEP 66050-110 e **JOEL BUECKE** (CPF/MF nº 957.706.237-72 - RG nº 817.446 SSP-ES), brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Tailândia – PA, na Rua 02, Casa 60 – Vila Crai, CEP 68.695-000. Os Diretores ora reeleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial;

4. Com abstenção dos interessados e nos termos do Estatuto Social, foi fixada a verba global máxima de remuneração da Diretoria em até R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) mensais, cabendo a esse órgão deliberar, em reunião específica, sobre a sua forma de distribuição entre os seus membros. Foi ainda deliberado que essa verba vigorará a partir do corrente mês de abril e poderá ser reajustada com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV. Poderá a Sociedade proporcionar aos seus administradores transporte individual e, para alguns, também serviço de segurança, a critério da Diretoria.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Após análise e discussão, os acionistas deliberaram aprovar a Proposta da Diretoria para Consolidar o Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ESTATUTO SOCIAL DA
AGROPALMA S.A.

CAPÍTULO I
Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social

Art. 1° - **AGROPALMA S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2° - A sociedade tem sede na Rodovia PA 150, km 74, na Cidade, Município e Comarca de Tailândia (PA), que é o seu foro.

§ Único - Por simples deliberação da Diretoria poderão ser instaladas ou suprimidas filiais em todo o País, que na primeira hipótese atribuirá uma parcela do capital social a cada um desses estabelecimentos.

Art. 3° - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Art. 4º- A sociedade tem por objeto:

a) o cultivo de palmeira de dendê e quaisquer outras culturas;

b) a formação de pastagens;

c) a extração e a comercialização de óleos vegetais e madeiras;

d) a manutenção, como atividade secundária, de uma Escola de Ensino Fundamental, e

e) quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros;

§ Único - A sociedade poderá, ainda, participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

CAPÍTULO II
Do Capital e das Ações

Art. 5º- O Capital Social é de R$ 150.395.444,94 (cento e cinquenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), integralmente realizado e dividido em 289.516.227 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentas e dezesseis mil, duzentas e vinte e sete) ações, sendo 90.060.674 (noventa milhões, sessenta mil, seiscentas e setenta e quatro) ações ordinárias (recursos próprios), 64.193.968 (sessenta e quatro milhões, cento e noventa e três mil, novecentas e sessenta e oito) ações preferenciais A (recursos de incentivo); 84.425.446 (oitenta e quatro milhões, quatrocentas e vinte e cinco mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações preferências B (recursos próprios), 28.391.160 (vinte e oito milhões, trezentas e noventa e uma mil, cento e sessenta) ações preferenciais C (recursos de incentivo), 21.679.598 (vinte e um milhões, seiscentas e setenta e nove mil, quinhentas e noventa e oito) ações preferenciais D (recursos de incentivo) e 765.381 (setecentas e sessenta e cinco mil, trezentas e oitenta e uma) ações preferenciais E (recursos de incentivo).

Art. 6º- Todas as ações serão escriturais, permanecendo em conta de depósito no Banco Santander (Brasil) S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei de Sociedades por Ações.

§ Único - Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Santander (Brasil) S.A., como instituição depositária, poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

Art. 7º - As ações ordinárias e as ações preferenciais Classe B são aquelas que forem ou vierem a ser subscritas e integralizadas com recursos próprios; e as preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E" são aquelas que foram subscritas e integralizadas com os recursos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM; e em todos esses casos também as que foram ou vierem a ser bonificadas e essas mesmas ações.

§ 1º - A integralização das ações preferenciais Classes A, C, D e E efetuar-se-á mediante o depósito da quantia correspondente em conta vinculada no Banco da Amazônia S.A. - BASA, em nome da sociedade, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação do comprovante de registro, na Junta Comercial competente, da ata da Assembleia Geral que deliberar sobre a subscrição, devidamente publicada, na forma da lei.

§ 2º - As ações preferenciais Classes A e D, subscritas com recursos do FINAM relacionados aos projetos inicialmente aprovados para a AGROPALMA S.A. e para a CRAI AGROINDUSTRIAL S.A., respectivamente, incorporadas parcialmente por esta Empresa em 30.04.2007, serão intransferíveis até a data da emissão dos respectivos certificados de implantação de projeto pela agência de desenvolvimento competente, nos termos do artigo 19 do Decreto-lei no 1.376/74, com a nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei no 2.304/86.

§ 3º - As ações preferenciais Classes C e E, subscritas com recursos do FINAM relacionados aos projetos inicialmente aprovados para a COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ e para a AMAPALMA S.A., respectivamente, incorporadas parcialmente por esta Empresa em 30.04.2007, serão intransferíveis até a data da emissão dos respectivos certificados de implantação de projeto pela agência de desenvolvimento competente, nos termos do artigo 19 do Decreto-lei no 1.376/74, com a nova redação dada pelo artigo 1o do Decreto-lei no 2.304/86.

§ 4º - Será facultado ao FINAM, no tocante às ações por ele subscritas, o desdobramento do número e da quantidade delas nos respectivos registros mantidos pela instituição financeira encarregada, sem ônus para o aludido Fundo.

§ 5º - Não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos da lei especial sobre incentivos fiscais, como também não terão esse direito os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais, inclusive os do FINAM. O direito de preferência legal para a subscrição de ações é plenamente assegurado às ações ordinárias e às ações preferenciais Classe "B".

§ 6º - A sociedade poderá adquirir as próprias ações mediante deliberação da Assembleia Geral, obedecendo, sob pena de nulidade, as normas da Comissão de Valores Mobiliários se estiver conceituada, ao tempo da compra, como companhia aberta.

Art. 8º - As ações preferenciais Classe "A", "C", "D" e "E" inconversíveis em ordinárias, não gozarão do direito a voto, mas terão as seguintes vantagens:

a) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade;

b) prioridade no recebimento de um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, pela participação dessas ações no capital social integralizado;

c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de dividendos ou de bonificações em dinheiro;

d) direito de participar, sem restrições, da distribuição de bonificação resultante da incorporação, ao capital social, de lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, mesmo de correção monetária;

e) participação integral nos resultados da sociedade, nos termos do § segundo do Artigo 8° (oitavo) do Decreto-lei n° 1.376/74, de modo que nenhuma outra espécie ou classe de ações poderá atribuir aos seus titulares vantagens patrimoniais superiores.

Art. 9° – As ações preferenciais Classe "B" não gozarão do direito a voto, mas terão as seguintes vantagens:

a) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, não exercitável em relação às ações preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E";

b) prioridade no recebimento de um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias pela participação dessas ações no capital social integralizado, não exercitável às ações preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E";

c) direito de participar, sem restrições, da distribuição de bonificação resultante da incorporação, ao capital social, de lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, mesmo de correção monetária.

Art. 10 - A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, criar novas ações preferenciais, ou aumentar classe ou tipo de ações existentes sem guardar proporção com as demais, desde que respeitado o disposto no Artigo 8° (oitavo) e 9° (nono) deste estatuto.

CAPÍTULO III
Da Assembleia Geral

Art. 11 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada por 2 (dois) Diretores, ou nos casos legais.

§ Único - Para participar da Assembleia Geral, é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento, no caso de representação de acionista por mandatário.

Art. 12 - A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

CAPÍTULO IV
Da Diretoria

Art. 13 - A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de 3 (três) a 6 (seis) membros, acionistas ou não, simplesmente designados Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral.

§ 1° - A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração da Diretoria, cabendo a esse órgão deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros.

§ 2° - O prazo do mandato da Diretoria é de um ano, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição.

Art. 14 - Nos impedimentos ou faltas de qualquer Diretor o seu substituto será designado pela Diretoria.

§ 1° - Ocorrendo vaga na Diretoria proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição até o provimento do cargo vago pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto até o término do mandato do substituído.

§ 2° - Considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

§ 3° - As substituições previstas neste artigo, "caput", implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito a voto, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

Art. 15 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, com 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando da reunião participar a totalidade dos membros desse órgão.

§ 1° - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão; e quando os Diretores divergirem nas suas deliberações, a qualquer deles será facultado recorrer à Assembleia Geral.

§ 2° - Qualquer Diretor terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama, fax ou e-mail, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quórum", seja para a votação; e, igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, fax ou e-mail, quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião.

Art. 16 - Compete à Diretoria:

a) estabelecer as normas de condução dos negócios sociais;

b) apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento;

c) apresentar, semestralmente, aos subscritores de ações oriundas de recursos administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM relatório demonstrativo de efetiva aplicação dos respectivos recursos, enviando cópia à SUDAM e ao Banco da Amazônia - BASA.

d) examinar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais de operação e de investimento.

Art. 17- A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais e, dependendo de prévia autorização da Assembleia Geral, poderá:

a) adquirir, onerar ou alienar bens imóveis, bem como adquirir e/ou subscrever, onerar ou alienar ações ou quotas de capital de outras sociedades;

b) contratar empréstimos em geral ou obrigações, outorgar avais ou outras garantias, bem como constituir garantia real de qualquer natureza e alienação fiduciária em garantia;

c) escolher e destituir os auditores independentes, se houver.

§ 1° - As citações iniciais da Sociedade somente serão válidas quando feitas nas pessoas de todos os membros da Diretoria então em exercício.

§ 2° - É defeso aos Diretores obrigar a Sociedade em operações estranhas aos seus objetivos, quais sejam, entre outras, exemplificativamente, fiança, aval e aceite de todo e qualquer título de favor.

Art. 18 - Ressalvado o disposto nos artigos 17 e 19 deste Estatuto, competirá a qualquer Diretor a representação da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Art. 19 - A sociedade considerar-se-á obrigada quando representada:

a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores;

b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, como for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem;

c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, como for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem;

d) singularmente, por um procurador, como for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiver, ficando ressalvado, porém, que a constituição de

procurador, nestas condições, será limitada aos atos de representação da sociedade perante a Justiça do Trabalho e repartições públicas, inclusive Delegacia da Receita Federal, Autarquias, Correios e Telégrafos, ou quando para fins judiciais.

§ 1° - Nos atos de constituição de procuradores, a sociedade será necessariamente representada na forma prevista na letra "a" deste artigo, "caput".

§ 2° - Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela sociedade terão prazo de vigência até 31 de maio do ano seguinte ao da outorga dos mesmos mandatos, se menor prazo não for estabelecido, o qual deverá sempre constar do respectivo instrumento.

CAPÍTULO V
Do Conselho Fiscal

Art. 20 - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal.

Art. 21 - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não; e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger..

§ 1° - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere.

§ 2° - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes.

CAPÍTULO VI
Das Demonstrações Financeiras e da Destinação do Lucro Líquido

Art. 22 - O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras; e do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Art. 23 - Juntamente com as demonstrações financeiras a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução, na forma da lei:

a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

b) a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. As ações preferenciais Classes A e D terão prioridade no recebimento desse dividendo.

§ 1° - O saldo terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive o seguinte:

a) 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social;

b) 10% (dez por cento) à Reserva Especial para Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 2° - Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste estatuto ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 3° - A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais.

Art. 24 - Em caso de aumento de capital, as ações subscritas terão direito a um dividendo calculado "pro rata temporis", a partir da data da subscrição e proporcionalmente aos valores pagos.

Art. 25 - Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO VII
Da Liquidação

Art. 26 - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais."

Por unanimidade, autorizaram a publicação desta ata nos termos do parágrafo 1° do Artigo 130 da Lei de Sociedades por Ações.

Lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Tailândia (PA), 30 de abril de 2014. Marcello Silva do Amaral Brito - Presidente da Mesa. Flávio Márcio Passos Barreto – Secretário. AS ACIONISTAS: p.p. NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA. p.p. BCN Consultoria, Adm. De Bens Ltda. p.p. Bradesco Capitalização S.A. p.p. Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. p.p. União Participações Ltda. José Elanir de Lima. Flávio Márcio Passos Barreto.

Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio, às folhas 16 a 24.

Marcello Silva do Amaral Brito
Presidente da Mesa

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2014
SOB Nº 20000402632
Protocolo: 14/039925-9, DE 28/05/2014
Empresa:15 3 0000118 8
IEDA LUCIA DE CARVALHO
SECRETÁRIA GERAL
849025

AGROPALMA S.A.

CNPJ/MF nº 04.102.265/0001-51 - NIRE 15300001188

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

DATA: 12 de fevereiro de 2015. **HORÁRIO:** 09:00 horas. **LOCAL:** Rodovia PA 150, Km 74, Tailândia – PA. **PRESENÇA:** Acionista representando mais de dois terços do capital social. **MESA:** José Elanir de Lima – Presidente. Aloysio de Andrade Faria - Secretário.

ORDEM DO DIA:

Destituição de membro da Diretoria da Sociedade.

DOCUMENTOS LIDOS:

Editais de Convocação: Diário Oficial do Estado do Pará, nas páginas 54 e 71 das edições de 3, 4 e 5.02.2015, e O Liberal, Caderno Poder, nas páginas 11, 08 e 06, das edições de 3, 4 e 5.02.2015.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME

1. Destituir o Sr. **HERNANDO CASCANTE SOLIS** (CPF/MF nº 535.189.182-49 – RNE V 453416-I – CGPI/DIREX/DPF), costa-riquenho, casado, engenheiro químico, residente e domiciliado em Belém – PA, na Travessa D. Romualdo de Seixas 156 – apto. 1802 – Umarizal – CEP 66050-110, do cargo de Diretor da Sociedade. Na ocasião, a Acionista agradeceu por sua dedicação e seu comprometimento, que muito contribuíram para o desenvolvimento dos negócios da Sociedade e

2. manter o cargo vago até nova deliberação a respeito.

Lida e aprovada, vai esta ata assinada pelos presentes.
Aloysio de Andrade Faria – Secretário
José Elanir de Lima – Presidente
A ACIONISTA:
NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA.
a.)Aloysio de Andrade Faria
Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio na folha 25.

12º

José Elanir de Lima
Presidente

1042AB491523

TIFICO O REGISTRO EM: 06/04/2015
JB Nº: 00000428682
Protocolo: 15/006186-2, DE 23/02/2015
Empresa: 15 3 0000118 8
AGROPALMA S/A

IEDA LUCIA D CARVALHO
SECRETÁR A GERAL

941254

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1033
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls.
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6952

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6960 PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6039 PARÁ

DOC. 03

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-8000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófio de Carvalho nº 29,
Cjs 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 153)
Av. dos Holanceses, Lt. 14, Qd. 11 A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6430 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº021/2006– GP

Altera a Resolução nº 021/2003, que dispõe sobre a localização das sedes e jurisdição das Varas Agrárias do Estado.

O Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, por deliberação de seus membros, em sessão hoje realizada, e

CONSIDERANDO que, com a instalação da Vara Agrária de Redenção, se torna necessário adequar a localização das sedes e jurisdição das Varas Agrárias do Estado à nova situação, alterando-se a Resolução nº 021/2003, deste Tribunal.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidas no Poder Judiciário do Estado do Pará, cinco(5) Regiões Agrárias, assim definidas:

I -Região Agrária de Castanhal:

01- Abaetetuba
02- Acará
03- Afuá
04- Ananindeua
05- Anajás
06- Augusto Corrêa
07- Aurora do Pará
08- Bagre
09- Baião
10- Barcarena
11- Belém
12- Benevides
13- Bonito
14- Bragança
15- Breves
16- Bujaru

TJE
DJ Nº 3742
05 / 10 / 2006
Responsável

Fls. 6064
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1042 PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1041 PARÁ

17- Cachoeira do Arari
18- Cachoeira do Piriá
19- Cametá
20- Capanema
21- Capitão Poço
22- Castanhal
23- Chaves
24- Colares
25- Concórdia do Pará
26- Curuçá
27- Curralinho
28- Garrafão do Norte
29- Igarapé-Açú
30- Igarapé-Miri
31- Inhangapi
32- Ipixuna do Pará
33- Irituia
34- Limoeiro do Ajuru
35- Mãe do Rio
36- Magalhães Barata
37- Maracanã
38- Marapanim
39- Marituba
40- Mocajuba
41- Moju
42- Muaná
43- Nova Esperança do Piriá
44- Nova Timboteua
45- Oeiras do Pará
46- Ourém
47- Paragominas
48- Peixe Boi
49- Ponta de Pedras
50- Portel
51- Primavera
52- Quatipuru
53- Salinópolis
54- Salvaterra
55- Santa Bárbara do Pará
56- Santa Cruz do Arari

Fls. 6055
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1043
PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1042
PARÁ

57- Santa Izabel do Pará
58- Santa Luzia do Pará
59- Santa Maria do Pará
60- Santarém Novo
61- Santo Antonio do Tauá
62- São Caetano de Odivelas
63- São Domingos do Capim
64- São Francisco do Pará
65- São João de Pirabas
66- São Miguel do Guamá
67- São Sebastião da Boa Vista
68- Soure
69- Tailândia
70- Terra Alta
71- Tomé Açú
72- Tracateua
73- Vigia
74- Viseu

II- Região Agrária de Santarém:

01- Almeirim
02- Alenquer
03- Aveiro
04- Belterra
05- Curuá
06- Faro
07- Itaituba
08- Jacareacanga
09- Juruti
10- Monte Alegre
11- Novo Progresso
12- Óbidos
13- Oriximiná
14- Prainha
15- Rurópolis
16- Santarém
17- Terra Santa
18- Trairão

III- Região Agrária de Marabá:

01- Abel Figueredo
02- Água Azul do Norte
03- Bom Jesus do Tocantins
04- Brejo Grande do Araguaia
05- Breu Branco
06- Canaã dos Carajás
07- Curionópolis
08- Dom Eliseu
09- Eldorados dos Carajás
10- Goianésia do Pará
11- Itupiranga
12- Jacundá
13- Marabá
14- Nova Ipixuna
15- Novo Repartimento
16- Palestina do Pará
17- Parauapebas
18- Rondon do Pará
19- São Domingos do Araguaia
20- São Geraldo do Araguaia
21- São João do Araguaia
22- Tucuruí
23- Ulianópolis

IV- Região Agrária de Altamira:

01- Altamira
02- Anapú
03- Brasil Novo
04- Gurupá
05- Medicilândia
06- Melgaço
07- Pacajá
08- Placas
09- Porto de Moz
10- Senador José Porfirio
11- Uruará
12- Vitória do Xingu

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 10430 PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 10430 PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6059 PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1045 PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1044 PARÁ

V- Região Agrária de Redenção:

01-Bannach
02-Conceição do Araguaia
03-Cumaru do Norte
04-Floresta do Araguaia
05-Ourilândia do Norte
06-Pau D'Arco
07-Piçarra
08-Redenção
09-Rio Maria
10-Santana do Araguaia
11-Santa Maria das Barreiras
12-São Félix do Xingu
13-Sapucaia
14-Tucumã
15-Xinguara

Art. 2º - Serão sedes das Regiões Agrárias os Municípios de Altamira, Castanhal, Marabá, Redenção e Santarém.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Desembargador "Oswaldo Pojucan Tavares", aos quatro dias do mês de outubro de 2006.

Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
Presidente

DES.ª YVONNE SANTIAGO MARINHO
Vice-Presidente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

DESª. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE
Corregedora de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém.

DESª. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado

DESª. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY

Desª. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA

DESª. HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO

DESª. SONIA MARIA DE MACEDO PARENTE

Desª. RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

Desª ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS

Des. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

Desª. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

6059

MINISTÉRIO PÚBLICO
FIS. 1420
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
FIS. 1046
PARÁ

DOC. 04

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/1112 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Ll. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 672-6450 / 672-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

CARTORIO DINIZ - 2º OFICIO DE NOTAS
DRª ELEONORA Mª MOREIRA DE CASTRO ALVES
TABELIÃ TITULAR
Sucessora do Dr. JACYNTHO V. MOREIRA DE CASTRO
Avenida Nazaré, 339 - Fone: (0**91) 3212-1248/3212-2165
Fax: (0**91) 3212-7077/3223-1879
Belém - Pará - Brasil

C E R T I D Ã O

CERTIFICO

Que a pedido do **Dr. ANTONIO PEREIRA DA SILVA,** e revendo o arquivo deste Cartório encontrei lavrada às folhas **060** do livro **570**, a Escritura Pública de Venda e Compra, a qual é do teor seguinte:--------

Escritura Pública de Venda e Compra em caráter, **irrevogável, irretratável**, das Fazendas **CASTANHEIRA, CASTANHEIRA I, CAS-TANHEIRA II**, e **CASTANHEIRA IV**, situadas no Município de Tomé Açu, limítrofe com o Município de Acará, neste Estado, entre partes: Outorgantes Vendedores: **WEIDER JOSÉ PANCIERI, sua mulher e outros**; Outorgada Compradora: **AGROPALMA S/A.**, legalmente representada; como abaixo melhor se vai declarar: .....

Saibam quantos virem esta escritura pública, que aos **VINTE E NOVE (29)** dias do mês de **DEZEMBRO** do ano de **DOIS MIL E CINCO (2005)**, da Era Cristã, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em o meu Cartório, á Avenida Nazaré número 339, compareceram partes justas e avindas, de um lado como Outorgantes Vendedores, **WEIDER JOSÉ PANCIERI**, brasileiro, empresário, portador da CI. número 797.637-SSP/ES, e do CPF. número 798.589.297-49, e sua mulher **EDILEUSA SEDDA PANCIERI**, brasileira, empresária, portadora da CI. número 2.204.208-SSP/PA, e do CPF. número 575.384.762-53, residentes e domiciliados na Rua Carlos Delgado Guerra Pinto, número 645, apartamento 104, Jardim Camburi, Vitória-ES, ele de passagem por esta Capital; **WENDER PANCIERI**, brasileiro, empresário, portador da CI. número 2.813.186-SSP/ES, e do CPF número 027.658.737-55, e sua mulher **NATHÁLIA MARIA COVRE PANCIERI**, brasileira, empresária, portadora da CI.número 14.841.203-SSP/MG, e do CPF. número 098.818.357-98, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, KM 101, Boa Vista, Zona Rural, Município Nova Venecia-ES; **WALDO JOÃO PANCIERI**, brasileiro, solteiro, maior, empresário,

portador da CI. número 2.530.623-SSP/PA, e do CPF. número 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaperuna, Córrego Santa Rosa, s/n, Zona Rural Barra, de São Francisco-ES; e, **JOVANA APARECIDA PANCIERI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da CI. número 2.828.401-SSP/PA, e do CPF. número 022.850. 367-10, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, KM 101, Boa Vista, Zona Rural, Município Nova Venecia-ES, o Primeiro Outorgante vendedor, **WEIDER JOSÉ PANCIERI**, brasileiro. casado, empresário, portador da CI. número 797.637-SSP/ES, e do CPF. número 798.589. 297-49, por si e como procurador dos demais, que provou o mandato com os seguintes instrumentos: Procuração datada de 03 de Novembro de 2005, lavrada ás folhas 170/171, do livro número 18, das Notas do Cartório Vargas Fortes, da cidade de Barra de São Francisco-ES, Procuração datada de 23 de Novembro de 2005, lavrada ás folhas 182, do livro número 0032-S1, das Notas do Cartório Amorim, da cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, e Procuração datada de 29 de Dezembro de 2005, lavrada as fls 092 do livro 0033 S1, da cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santos, as quais ficarão arquivadas neste Cartório, depois de registradas no livro competente; de outro lado, como Outorgada Compradora, **AGROPALMA S.A**. com sede na Rodovia PA-150. Km. 74-Esquerdo, Município de Tailândia, neste Estado, inscrita no CNPJ sob o número 04.102.265/0001-51, representada por seu Gerente Geral **ANTONIO PEREIRA DA SILVA**, casado, advogado. portador da CI. número 6692-OAB-PA, e do CPF número 480.010.588-91, e por seu Gerente Geral, **GILBERTO FERREIRA CABRAL**, casado, administrador de empresas, portador da CI. número 8.501.013-3-SSP-SP e do CPF número 012.076. 268-48, ambos brasileiros. domiciliados e residentes nesta cidade; os presentes, reconhecidos e identificados como os próprios, em face dos documentos que me foram apresentados, e de cuja capacidade jurídica dou fé.- E, perante mim tabeliã, pelos Outorgantes Vendedores, por seu procurador, me foi declarado: Que é da legítima propriedade e posse deles Outorgantes Vendedores, os seguintes imóveis: I)- **FAZENDA CASTANHEIRA**, localizada á margem direita do Rio Acará, com uma área de 1.091.00ha., perímetro de 15.958,00m, imóvel esse adquirido pelos Outorgantes Vendedores, **WEIDER JOSÉ PANCIERI e sua mulher**, por compra feita à Raimundo Caetano dos Santos, consoante escritura pública datada de 20 de Outubro de 1988, lavrada ás folhas 77-v a 79, do livro número 23-A, das notas do Cartório do Único Ofício da cidade de Acará, neste Estado, estando essa aquisição registrada do Cartório Lobato, Único Ofício da referida cidade de Acará, no livro 2-B, matrícula número 626, em 20 de Outubro de 1988, com averbação à margem, em 03 de Maio de 1995, da constituição

JAN. 2014

DRª ELEONORA Mª MOREIRA DE CASTRO ALVES
TABELIÃ TITULAR
Sucessora do Dr. JACYNTHO V. MOREIRA DE CASTRO
Avenida Nazaré, 339 - Fone: (0~91) 3212-1248/3212-2~65
Fax: (0~91) 3212-7077/3223-1879
Belém - Pará - Brasil

exclusivamente como RESERVA LEGAL, correspondente ao mínimo de 50% (cinqüenta por cento), da superfície supra descrito, onde não é permitido corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento da área, conforme artigo 44 da lei número 4.771, de 15 de Setembro de 1965 (Código Florestal). **II)- FAZENDA CASTANHEIRA I,** situada à margem do Rio Acará Mirim, no município de Tomé Açu, neste Estado, com uma área de 1.135,00ha., imóvel esse adquirido pelos Outorgantes Vendedores, por compra feita à Lourival Wolfgram consoante escritura pública datada de 12 de maio de 1993, lavrada ás folhas 42, do livro número 16, das notas do Cartório Samuel Cruz, da Comarca de Tome-Açú, do Único Ofício, estando essa aquisição registrada no mesmo Cartório no livro 2-J, folhas 111, matrícula número R-1.3.111, em 03 de Novembro de 1993, com averbação à margem, em 10 de Novembro de 1998, da constituição, exclusivamente como RESERVA LEGAL, correspondente ao mínimo de 50% (Cinqüenta apor cento), da superfície supra descrito, onde não é permitido corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento da área, conforme artigo 44 da lei número 4.771, de 15 de Setembro de 1965 (Código Florestal); **III) - FAZENDA CASTANHEIRA II,** situada a margem do Rio Acará Mirim no Município de Tome-Açu, neste Estado, com uma área de 2.130ha.00ª.00ca, imóvel esse adquirido pelos outorgantes vendedores, por compra feita à COPAM - MADEIRAS LTDA, legalmente representada, consoante escritura pública datada de 28 de Dezembro de 1993, lavrada ás folhas 87, do livro número 16, das notas do Cartório Samuel Cruz, da Comarca de Tome-Açú, do Único Ofício, estando essa aquisição registrada no mesmo Cartório no livro 2-J, folhas 175, matrícula número R-3.175, em 21 de Julho de 1994, com averbação à margem, em 26 de Julho de 1999, da constituição, exclusivamente como RESERVA LEGAL, correspondente ao mínimo de 50% (Cinqüenta por cento), da superfície supra descrito, onde não é permitido corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento da área, conforme artigo 44 da lei número 4.771, de 15 de Setembro de 1965 (Código Florestal). Certifico que sobre os imóveis que existiam as Cédulas Rurais Pignoratícias e Hipotecárias e Cédula Rural Hipotecária de nºs FIR-ME-078-98/0025-0 e FIR-ME-078-04-0036-4 dos valores R$718.765,96 e R$66.800,00, com vencimentos para 10 de Dezembro de 2010 e 10 de Maio de 2009, foram totalmente liquidadas pela Outorgada Compradora; **IV) - FAZENDA CASTANHEIRA IV,** situada á margem do Rio Acará Mirim, no município de Tomé Açu, neste Estado, com uma área de 115,96ha., destacada de maior porção com 3.612ha.

Maria da Conceição Aviz do Vale
CPF: 352.352.252-87
31 JAN. 2014

37a.50ca., destacada da área de 1.688ha, e ainda destacada a área de 150,00ha, imóvel esse adquirido pelos Outorgantes Vendedores, por compra feita a José Carlos de Souza, consoante Escritura Pública de Compra e Venda 18/06/1999, lavrada as fls. 17 do livro 24, das Notas do Cartório do Ofício Único de Acará, deste Estado, estando essa aquisição registrada no Cartório Lobato - Único Ofício, da Comarca de Acará, deste Estado, no Livro 02-E, fls. 203-A, matricula 6614-A, datada de 19/06/1999, com averbação da constituição, exclusivamente como RESERVA LEGAL correspondente ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) da superfície supra descrito onde não é permitido corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão de qualquer titulo ou desmembra-mento da área conforme estabelece os dispositivo do parágrafo único do artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15/09/1965 (Código Florestal), dispositivos estes que foi acrescido ao citado artigo 44, do Código Florestal, através da Lei nº 780 de 18/07/1989, publicada no Diário Oficial da União, na Edição de 18/07/1989; perfazendo as Fazendas descritas nos itens I, II, III, e IV, uma área total de **4.471ha.76a.**; e que possuindo eles Outorgantes Vendedores os imóveis acima descritos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e encargos, assim as vendem, como vendido e cedido têm, com todas as suas benfeitorias, servidões e acessões, e por bem desta escritura e nos melhores termos de direito, à Outorgada Compradora, **AGROPALMA S.A.**, pelo preço e quantia certa de **DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS (R$2.951.493,60)** pagos da seguinte maneira: **R$200.000,00 (DUZEN-TOS MIL REAIS)** pagos no dia 25/11/2005, a titulo de sinal e principio de pagamento; **R$929.269,81 (NOVECENTOS E VINTE E NOVE MIL, DUZENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E OITENTA E UM CEN-TAVOS)** pagos em 16/12/2005, referentes a liquidação dos débitos perante o Banco da Amazônia S/A, Contratos nºs **078-98-0025-0** e **078-04-0036-4**, já integralmente pagos à referida entidade de credito, e o restante **R$1.822.223,79 (HUM MILHÃO, OITOCENTOS E VINTE E DOIS MIL, DUZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)** em moeda corrente e legal deste pais, de cuja importância total de **R$2.951.493,60 (DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)** os Outorgantes Vendedores, por seu procurador bastante dão à Outorgada Compradora, plena, geral, definitiva e irrevogável quitação, e lhe cedem e transferem toda a posse, domínio, direito, ação, e senhorio que até então tinham sobre os imóveis objeto da presente escritura para que a mesma Outorgada Compradora os goze e possua como seus que ficam sendo d'ora por

CARTÓRIO GIVALDO ALVES
Discípulo de Igorrel
Givaldo Gomes de Alves
Tabelião
Confere com o Original
31 JAN. 2014
da Conceição Aviz do Vale
CPF: 352.352.252-87

29/12/2005-BB. CERTIFICADO DE CADASTRO DO IMÓVEL RURAL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR 2000 / 2001 / 2002. Dados do Imóvel Rural: FAZENDA CASTANHEIRA. Código do Imóvel Rural: 0480891032686. Localização do Imóvel Rural: M D DO RIO ACARA. Município Sede do Imóvel Rural: TOMÉ - AÇU. UF: PA. Forma de Detenção: PROPRIETÁRIO OU POSSEIRO COMUM. Módulo Rural (há) 65,7. N. Módulos Rurais: 63,09. Módulo Fiscal (há): 50,00. N. Módulos Fiscais: 82,90. FMP(HÁ): 4,0. Classificação do Imóvel Rural: GRANDE PROPRIEDADE. Área Total (há): 4.145,4. Área Registrada (há): 3.265,0. Área de Posse (há): 880,2. Dados do Detentor. Nome do Detentor: WALDO JOÃO PANCIERI. Nacionalidade do Detentor: Brasileiro. CPF/ CNPJ do Detentor: 798.598.297-49. Código da Pessoa: 044008830. Dados do Controle. Data da Emissão: 21/09/2004. Número do CCIR: 05156409020. Data de Vencimento: 05/11/2004. Incra - Taxa de Serviço Cadastrais. Débitos Anteriores em R$82,66. Taxa de Serviços Cadastrais em R$99,99. Valor Devido em R$182,65. Multa em. Juros em. Valor Total em. Pago por autenticação mecânica em **30/09/2004.** Porto por fé que me foram apresentadas e ficarão arquivadas neste Cartório as seguintes certidões: Secretaria da Receita Federal (03), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, 2ª Vara Criminal de Barra de São Francisco (03), Distribuidor e Partidor de Barra de São Francisco, Distribuidor do Cível da Comarca de Tomé-Açu, Certidão de Títulos Protestados de Barra de São Francisco (03), Certidão do Cartório do Registro de Imóveis de Acará e Tomé Açu (06), Distribuidor e Partidor desta Capital (07), Cartório do Depositário Público desta Capital (02), Distribuição da Justiça Federal (04), Protestos de Letras da cidade de Tomé-Açu (04) Certidão do ITERPA, e Certidões do IBAMA (04). Pelas partes me foi declarado que toda e qualquer certidão que ainda se faça necessária serão apresentadas ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da localidade do imóvel, por ocasião do registro da presente escritura em nome da Outorgada Compradora. Pelos Outorgantes Vendedores, por seu procurador, me foi declarado que se responsabilizam por qualquer débito de natureza fiscal até a presente data, quer de natureza Federal, Estadual ou Municipal.- **EMITIDA A DOI**. Certifico que na forma dos parágrafos 2° e 3° do artigo 1° da Lei número 7.433, de 18 de dezembro de 1985, os documentos acima enumerados e transcritos, ficam fazendo parte integrante e inseparável desta escritura e ficam arquivados neste Cartório para os fins de direito.- Pelos Outorgantes Vendedores, por seu procurador, me foi declarado sob as penas da Lei: a). que não possuem qualquer débito de natureza fiscal, nem quaisquer ações

Waldo Araujo
o de Icoaraci - Belém-Pará
rido Gomes de Araujo
Tabelião
e com o Original. Dou fé.
31 JAN. 2014
a Conceição Aviz do Vale
o somente com
o de assinatura

diante, e dos quais poderá tomar posse real, quando e como lhe aprouver, pois que essa posse desde já lhe fica transmitida e assegurada, por bem desta escritura e pela cláusula "constituti", ficando ainda os Outorgantes Vendedores obrigados por si, seus herdeiros e seus sucessores, a fazerem, em qualquer tempo, tanto em juízo como fora dele, esta venda boa, de paz, firme e valiosa, e a responderem pela autoria e evicção de direito, pondo a Outorgada Compradora a paz e a salvo de quaisquer dúvidas e contestações futuras.- E pela Outorgada Compradora, **AGROPALMA S.A.**, por seus representantes, foi declarado que aceita a presente escritura nos termos em que a mesma está redigida.- Em fé e testemunho de verdade, assim o disseram, outorgaram e aceitaram o presente instrumento, o qual eu tabeliã igualmente aceito em nome e a bem dos interessados ausentes. Passo a transcrever os documentos seguintes: **MINISTERIO DA FAZENDA - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.** Documento de Arrecadação de Receitas Federais.-DARF. **01-** Nome:/ Telefone: WEIDER JOSÉ PANCIERI. Faz. FAZENDA CASTANHEIRA I. DARF válido para pagamento até 19/10/2005 Domicilio Tributário do Contribuinte: TOMÉ-AÇU. **02-** Período de Apuração: 01/01/2005. **03-** Número CPF ou CNPJ: 798.589.297-49 **04-** Código da Receita: 1070. **05-** Número de referência: 56810520. **06-** Data de vencimento: 30/09/2005. **07-** Valor do principal: 142,55. **08-** Valor da Multa: 7,99. **09-** Valor dos Juros e/ou Encargos DL-1025/69: 1,42. **10-** Valor Total: 151,96. Pago por autenticação R$151,96, em 18/10/2005-BASA. **MINISTERIO DA FAZENDA - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.** Documento de Arrecadação de Receitas Federais.-DARF. **01-** Nome:/ Telefone: WEIDER JOSÉ PANCIERI. Faz. FAZENDA CASTANHEIRA II. DARF válido para pagamento até 19/10/2005. Domicilio Tributário do Contribuinte: TOMÉ-AÇU. **02-** Período de Apuração: 01/01/2005. **03-** Número CPF ou CNPJ: 798.589.297-49. **04-** Código da Receita: 1070. **05-** Número de referência: 39821137. **06-** Data de vencimento: 30/09/2005. **07-** Valor do principal: 324,00. **08-** Valor da Multa: 18,17. **09-** Valor dos Juros e/ou Encargos DL-1025/69: 3,24. **10-** Valor Total: 345,41. Pago por autenticação **R$345,41**, em 18/10/2005-BASA. **MINISTERIO DA FAZENDA - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.** Documento de Arrecadação de Receitas Federais.-DARF. **01-** Nome:/ Telefone: WEIDER JOSÉ PANCIERI. Faz. FAZENDA CASTANHEIRA IV ITR 2005. DARF válido para pagamento até 30/12/2005. **02-** Período de Apuração: 01/01/2005. **03-** Número CPF ou CNPJ: 798.589.297-49. **04-** Código da Receita: 1070. **05-** Número de referência: 70533997. **06-** Data de vencimento: 30/09/2005. **07-** Valor do principal: 12,51. **08-** Valor da Multa: 2,50. **09-** Valor dos Juros e/ou Encargos DL-1025/69: 0,47. **10-** Valor Total: 15,48. Pago por autenticação R$15,48, em

Belém(PA), 31 JAN. 2011
Secretaria da Corregedoria Geral
CPF 235.192.202-53
Escrevente

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1052

CARTÓRIO DINIZ - 2º OFÍCIO DE NOTAS
DRª ELEONORA Mª MOREIRA DE CASTRO ALVES
TABELIÃ TITULAR
Sucessora do Dr. JACYNTHO V. MOREIRA DE CASTRO
Avenida Nazaré, 339 - Fone: (0**91) 3212-1248/3212-2165
Fax: (0**91) 3212-7077/3223-1879
Belém - Pará - Brasil

reais, pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel, que possa comprometer ou tornar duvidosa a presente operação. **b)** que não são responsáveis pelo recolhimento de contribuições à Previdência Social, em virtude de não serem contribuintes obrigatórios como empregadores. Depois de ser esta por mim lida às partes que a acharam conforme com o que outorgaram, assinam a presente.- Eu, Ney Emil da Conceição Messias, escrevente juramentado a digitei. **(aa) Por mim e PP. WEIDER JOSÉ PANCIERI. ANTONIO PEREIRA DA SILVA. GILBERTO FERREIRA CABRAL.** Trasladada por CERTIDÃO aos vinte e oito (28) dias do mês de Janeiro de 2014. **VALIDA SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA.** Eu, Luiz Fernando de Oliveira Paul escrevente autorizado na ausência ocasional da Tabeliã Titular subscrevo e assino.-

Belém 28 de Janeiro de 2014.

Em testemunho da verdade.

Luiz Fernando de Oliveira Paul

Luiz Fernando de Oliv
Escrevente Autor

CARTÓRIO DINIZ
2º Ofício de Notas
Eleonora de Castro Alves
TABELIÃ TITULAR
Luiz Fernando de Oliveira Paul
ESCREVENTE AUTORIZADO
Av. Nazaré, 339
Fone: 3212-3124 - Fax: 3212-7077
BELÉM-PARÁ

GIVALDO ARAUJO
Icoaraci - Belém-Pará
Gomes de Araujo
Tabelião
É o Original. Dou fé.
JAN. 2014
Maria da Conceição Aviz do Vale
CPF: 352.352.252-87
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

CARTÓRIO DINIZ 2º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Nazaré, 339 - Belém-Pará
Fone: 3212-3124 - Fax: 3212-7077
28 JAN 2014

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1092
PARÁ

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DO ÚNICO OFICIO
Comarca de Acará, Pará, Brasil
Trav. Benjamin Constant, S/N, Centro CEP: 68690-000

REGISTRO

ALMERINE DO SOCORRO LIMA SANTOS
CPF 695.506.622-68
ESCREVENTE

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino
CPF/MF N° 179.446.602-97
TÂNIA MARIA DIAS DA SILVA
CPF/MF N° 949.222.652-87
Escrevente

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Comarca de Icoaraci - Belém-Pará
Cartório do Aruda
Traslado
Original
Cópia
Extrato
Emp.
Certidão
Outros
13 DEZ. 2013
Escrevente

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Cartório Extrajudicial
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC 179.446.602-97
Acará - Pará

Eu, Francisco Valdete Rosa do Carmo, Oficial Interino do Cartório Extrajudicial do Único Ofício do Distrito Sede da Comarca de Acará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc.

Certifico, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que procedendo buscas nos livros de restauração de registros de imóveis – Registro Geral (artigo 173, II, da Lei federal nº 6015/73), encontrei no livro de Restauração de Matrículas, registros e averbações nº 2 B, às folhas nº 004, a restauração sob o nº de ordem 004, datada de 11 de novembro de 2011, da matrícula nº 627, datada de 09 de abril de 1981, e dos registros R/01, datado de 09 de abril de 1981, R/02, datado de 18 de novembro de 1992, R/03, datado de 28 de dezembro de 1993, e da Averbação 04, datada de 28 de dezembro de 1993, pelos quais, restaurados, se verifica(m): **RESTAURAÇÃO nº 004**, Data: 11 de novembro de 2011, da **MATRÍCULA Nº 627**, datada de **09 de abril de 1981**, folhas 27, do Livro nº 2 B: MATRÍCULA 627. Data, 09 de abril de 1981. IMÓVEL: FAZENDA **CASTANHEIRA II**, com área de 2130ha.00a.00ca, sendo a mesma parte destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no **Município** de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: **GARIBALDE ADRIANO DA SILVA**. Registro anterior: Em porção maior, com área de 4356ha.00a.00ca, Transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962, livro 3 (Transcrição das Transmissões), desta Serventia.

Restauração nº 004.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matrícula nº 627, datado de 09 de abril de 1981 folhas 27, do Livro nº 2 B.

R/01 – M. 627. Data: 09 de abril de 1981. TRANSMITENTE: GERSALDO ADRIANO DA SILVA. ADQUIRENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TÍTULO: [illegible]

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1054
PARÁ
Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC 179.446.602-97
Interventor

de Venda e Compra lavrada em 09 de abril de 1981, no livro nº 29, às fls. 59 a 60, desta Notas.//

Restauração nº 004.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 627, datado de 18 de novembro de 1992, folhas 27, do Livro nº 2 B.//

R.02 – M. 627. Data: 18 de novembro de 1992. **TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. AQUISIÇÃO:** Imóvel já acima descrito. **FORMA DE TITULO:** Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de novembro de 1992, no livro nº 30, às fls. 64 a 65vº, desta Notas.//

Restauração nº 004.3, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/03 na Matricula nº 627, datado de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.//

R. 03 – M. 627. Data: 28 de dezembro de 1993. **TRANSMITENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. ADQUIRENTE: WALDO JOÃO PANCIERI,** brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.530.623-SSP/ES e do CPF/MF nº 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaperuna, Córrego Santa Rosa, s/nº, zona rural, Barra de São Francisco-ES. **AQUISIÇÃO:** Imóvel já acima descrito. **FORMA DE TITULO:** Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 28 de dezembro de 1993, no livro nº 16, às fls. 87, das Notas do Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.)//

Restauração nº 004.4, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 04 na Matricula nº 627, datada de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.//

Av. 04 – M. 627. Data: 10 de setembro de 1998. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao mínimo de 50% (cinqüenta por cento) da superfície do imóvel, ou seja 1.065ha.00a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer título, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.//

Av. 05 – M. 627. Data: 11 de novembro de 2011. **AVERBAÇÃO.** Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matrícula da matrícula nº 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas nº 27, livro nº 2 B, dos registros **R/01,** datado de 09 de abril de 1981, **R/02,** datado de 18 de novembro de 1992, **R/03,** datado de 28 de dezembro de 1993, e da Averbação 04, datada de 28 de dezembro de 1993, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº 082/2010-CJCI, da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do

Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Comarca de Belém-Pará
Confere com o Original. Dou fé.
3 DEZ. 2013
Conceição Aviz do Vale
352.352.252-87

Francisco Valdeck Rosa do Carmo
Interventor
CIC 794.466.602-97

Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentíssima Senhora Doutora Desembargadora **MARIA RITA LIMA XAVIER**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicada no Diário da Justiça em data de 01 de julho de 2010, Edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo proprietário, e documentos por ela apresentados.///

R. 6 – M 627. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz – 2º Oficio de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, **WALDO JOÃO PANCIERI**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.530.623-SSP/ES e do CPF/MF nº 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaperuna, Córrego Santa Rosa, s/nº, zona rural, Barra de São Francisco-ES, transmitiu definitiva, por venda, à **AGROPALMA S.A**, com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 626, fls. 26, livro 2-B, 727, fls. 45, livro 2 B, e 7025, fls. 323, livro 2 E, também objetos de restauração.////////////

Av. 7 – M. 627. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A**, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 4356ha.00a.00ca, adquirido por **GARIBALDE ADRIANO DA SILVA**, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 81, Talonário 26 expedido em 03 de outubro de 1962.

Av. 8 - M. 627. Data: 02 de dezembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A**, datado de 30 de novembro 2011, anexo ao qual copia autenticada da Certidão expedida em data de 03 de novembro de 2011 pelo Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), pela que verifica-se que o imóvel objeto da presente matricula foi objeto da matricula nº 3175, fls. 175, do livro 2-J, do mencionado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), e que foi encerrada e transferida para esta serventia conforme consta na citada Certidão, procedo a presente averbação para ficar constando o que a matricula nº 3175, fls. 175, do livro nº 2-J, foi encerrada pelo citado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), continuando assim em vigor a matricula nº 627, fls. 27, livro 2 B, desta Serventia,

Acará (Pa.), 02 de dezembro de 2011.

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial interino

CARTÓRIO CIVIL DO ÚNICO OFÍCIO
Distrito de Acará
Civaldo Gonçalves Andrade
Tabelião
Confere com o Original
DEZ. 2013
Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor
Validade para o selo de segurança
Tributação Aviz do Valente
152.252-87
Serventia

Cartório Civil do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC.179446602-97
Acará - Pará

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 056
PARÁ

Fl. 005
PARÁ

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DO ÚNICO OFICIO
Comarca de Acará Pará Brasil
Trav. Benjamin Constant, S/N, Centro CEP: 68690-000

AURILENE DO SOCORRO LIMA SANTOS
CPF 695.506.622-68
ESCREVENTE

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino
CPF/MF N° 179.446.602-97
TÂNIA MARIA DIAS DA SILVA
CPF Nº 849.222.652-87
Escrevente

[redacted]ERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Eu,Francisco Valdete Rosa do Carmo, Oficial Interino do Cartório Extrajudicial do Único Oficio do Distrito Sede da Comarca de Acará, Estado do Pará, Republica Federativa do Brasil, etc...

[redacted]////Certifico, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei e [redacted]rimento verbal da parte interessada, que procedendo busca nos livros [redacted]uração de registros de imóveis – Registro Geral (artigo 173, II, da Lei [redacted]º 6015/73), encontrei no livro de Restauração de Matriculas, registros [redacted]ações nº **2 B**, às folhas nº **003**, a restauração sob o nº de ordem **003**, [redacted]de 11 de novembro de 2011, da matricula nº 626, datada de 09 de abril [redacted], e dos registros **R/01**, datado de 09 de abril de 1981, **R/02**, datado de [redacted]maio de 1981, R/03, datado de 20 de outubro de 1988, e da Averbação [redacted]tada de 10 de setembro de 1998, pelos quais, restaurados, se [redacted](m): **RESTAURAÇÃO nº 003,** Data: **11 de novembro de 2011, da** [redacted]**CULA Nº 626**, datada de **09 de abril de 1981**, folhas **26**, do Livro nº **2** [redacted]ATRICULA 626. Data, 09 de abril de 1981. IMOVEL: **FAZENDA** [redacted]**NHEIRA,** com área de 1.091ha.00a.00ca (Um mil e noventa e um [redacted]s), sendo a mesma parte de uma área de 2.226ha.00a.00ca, destacada [redacted]or porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, [redacted]nicípio de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: **GARIBALDE** [redacted]**NO DA SILVA.** Em porção maior, com área de 4356ha.00a.00ca, [redacted]rição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962, livro 3 (Transcrição [redacted]ansmissões), desta serventia.//

[redacted]ração nº 003.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na [redacted]ula nº 626, datado de 09 de abril de 1981 folhas 26, do Livro nº 2 [redacted]//

[redacted] – M. 626. Data: 09 de abril de 1981:.**TRANSMITENTE**: **GARIBALDO** [redacted]**ANO DA SILVA. ADQUIRENTE**: **MARIA DO CARMO FERREIRA.** [redacted]**SIÇÃO**: Imóvel já acima descrito. **FORMA DE TITULO**: Escritura Publica

de Venda e Compra lavrada em 09 de abril de 1981, no livro nº 29, às fls. 59 a 60, desta Notas//

Restauração nº 003.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 626, datado de 22 de maio de 1981, folhas 26, do Livro nº 2 B.//

R. 02 – M. 626. Data: 22 de maio de 1981:.**TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: RAIMUNDO CAETANO DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, lavrador, portador da Carteira de Identidade nº 116832-SSP/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). **AQUISIÇÃO**: Imóvel já acima descrito. **FORMA DE TITULO**: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 22 de maio de 1981, no livro nº 29, às fls. 64 a 65vº, desta Notas

Restauração nº 003.3, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/03 na Matricula nº 626, datado de 20 de outubro de 1988 folhas 26, do Livro nº 2 B.//

R. 03 – M. 626. Data: 20 de outubro de 1988:.**TRANSMITENTE: RAIMUNDO CAETANO DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, lavrador, portador da Carteira de Identidade nº 116832-SSP/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). **ADQUIRENTE: WEIDER JOSÉ PANCIERI,** brasileiro, casado, pecuarista, portador da carteira de identidade nº 797637-SSP/ES e do CPF/MF nº 798.598.297-49, residente e domiciliado na Cidade de Tome-Açu (Pa.). **AQUISIÇÃO**: Imóvel já acima descrito. **FORMA DE TITULO**: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 20 de outubro de 1988, no livro nº 23-A, às fls. 77vº a 79, desta Notas//

Restauração nº 003.4, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 04 na Matricula nº 626, datada de 10 de setembro de 1998 folhas 26, do Livro nº 2 B.//

Av. 04 – M. 626. Data: 10 de setembro de 1998. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal,correspondente ao mínimo de 50% (cinqüenta por cento) da superfície do imóvel, ou seja 545ha.50a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.//////////////////

Av. 05.- M. 626. Data: 11 de novembro de 2011. **AVERBAÇÃO**. Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula da matricula nº **626**, datada de 09 de abril de 1981, , folhas nº 26, livro nº 2 B, dos registros **R/01,** datado de 09 de abril de 1981, **R/02**, datado de 22 de maio de 1981, **R/03**, datado de 20 de outubro de 1988, e da Averbação 04, datada de 10 de setembro de 1998, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº

Cartório Extrajudicial
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Tabelião
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC 179446602-97

082/2010-CJCI, da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentíssima Senhora Doutora Desembargadora **MARIA RITA LIMA XAVIER**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicada no Diário da Justiça em data de 01 de julho de 2010, Edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo proprietário, e documentos por ela apresentados.///

R. 6 – M 626. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz – 2º Oficio de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, **WEIDER JOSÉ PANCIERI,** brasileiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG Nº 116832-SS/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, e sua mulher **EDILEUSA SEDDA PANCIERI,** brasileira, empresária, casados entre si, portadora da carteira de identidade nº 2.204.208-SSP/PS, do CPF nº 575.384.762-53, residentes e domiciliados na Carlos Delgado Guerra Pinto, nº 645, apartamento 104, Jardim Camburi, Vitoria-ES, transmitiram definitiva, por venda, à **AGROPALMA S.A,** com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 627, fls. 27, livro 2-B, 727, fls. 45, livro 2 B, e 7025, fls. 323, livro 2 E, também objetos de restauração.//

Av. 7 – M. 626. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A**, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 4356ha.00a.00ca, adquirido por **GARIBALDE ADRIANO DA SILVA**, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 81, Talonário 26 expedido em 03 de outubro de 1962.

Acará (Pa.), 21 de novembro de 2011.

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Autenticidade
Série F
001.522.095

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 3059
PARÁ

082/2010-CJCI, da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentíssima Senhora Doutora Desembargadora **MARIA RITA LIMA XAVIER**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicada no Diário da Justiça em data de 01 de julho de 2010, Edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo proprietário, e documentos por ela apresentados.///

R. 6 – M 626. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz – 2º Oficio de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, **WEIDER JOSÉ PANCIERI,** brasileiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG Nº 116832-SS/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, e sua mulher **EDILEUSA SEDDA PANCIERI,** brasileira, empresária, casados entre si, portadora da carteira de identidade nº 2.204.208-SSP/PS, do CPF nº 575.384.762-53, residentes e domiciliados na Carlos Delgado Guerra Pinto, nº 645, apartamento 104, Jardim Camburi, Vitoria-ES, transmitiram definitiva, por venda, à **AGROPALMA S.A,** com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 627, fls. 27, livro 2-B, 727, fls. 45, livro 2 B, e 7025, fls. 323, livro 2 E, também objetos de restauração.//

Av. 7 – M. 626. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A,** já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 4356ha.00a.00ca, adquirido por **GARIBALDE ADRIANO DA SILVA**, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 81, Talonário 26 expedido em 03 de outubro de 1962.

Acará (Pa.), 21 de novembro de 2011.

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1060
PARÁ

6075

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA

Pelo presente Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra, de um lado, como **OUTORGANTES VENDEDORES,** doravante simplesmente denominados VENDEDORES, WEIDER JOSÉ PANCIERI e sua esposa, EDILEUSA SEDDA PANCIERI, brasileiros, casados, empresários, ele portador da CI nr.797.637, SSP/ES e inscrito no CPF sob nr.798.589.297-49, ela portadora da CI nr.2.204.208, SSP/PA e inscrita no CPF sob nr.575.384.762-53, residentes e domiciliados na Rua Carlos Delgado Guerra Pinto nr. 645, Apto. 104, Jardim Camburi, Vitória - ES; WENDER PANCIERI e sua esposa NATHALIA MARIA COVRE PANCIERI, brasileiros, casados, empresários, ele potador da CI nr.2.813.186, SSP/ES e inscrito no CPF sob nr. 027.658.737-55, ela potadora da CI nr.14.841.203, SSP/MG e inscrita no CPF sob nr.098.818.357-98, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, Km 101, Boa Vista, Zona Rural, Município Nova Venecia – ES; WALDO JOÃO PANCIERI, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CI nr. 2.530.623, SSP/PA, inscrito no CPF sob nr. 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaperuna, Córrego Santa Rosa, s/n, Zona Rural, Barra de São Francisco – ES; JOVANA APARECIDA PANCIERI, brasileira, solteira, empresária, portadora da CI nr.2.828.401, SSP/PA e inscrita no CPF sob nr.022.850.367-10, residente e domiciliada na Rodovia do Café, Km 101, Boa Vista, Zona Rural, Município Nova Venecia – ES; e de outro lado como **OUTORGADA COMPRADORA,** doravante simplesmente denominada COMPRADORA, AGROPALMA S/A, com sede na Rodovia PA-150, Km. 74-Esquerdo, Município de Tailândia, devidamente inscrita no CNPJ sob nr. 04.102.265/0001-51; têm, entre si, justo e contratado, o presente instrumento que se regerá mediante as seguintes cláusulas, termos e condições:

I - HISTÓRICO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO IMÓVEL E SUA TITULAÇÃO:

1.1. Consistem como objeto do presente instrumento os seguintes imóveis rurais:

A) Área total aproximada de 1.091,00 há, destacada de maior porção, com 4.356 ha., - representada pelo título Definitivo nr. 81 - havida por compra de Raimundo Caetano dos Santos, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, de 20.10.1980, lavrada às fls. 77v a 79 do Livro 23-A do Cartório do único Oficio de Acará – PA, devidamente matriculada sob nr. 626 do Livro 2-B, em 20.10.1988.

B) Área total aproximada de 1.135,00 ha, destacada de maior porção, com 4.356 ha., - representada pelo título Definitivo nr. 81 - havida por compra de Lourival Wolfgram, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, de 01.07.1993, lavrada às fls. 42 do Livro 16 do Cartório do Único Oficio da Comarca de Tomé-Açú – PA, devidamente registrada sob o R-1-3.111, fls. 111 do Livro 2-J, de Registro Geral, em 03.11.1993.

C) Área total aproximada de 2.130,00 ha destaçada de maior porção, com 4.356 ha., - representada pelo título Definitivo nr. (81) -havida por compra de Copam Madeiras Ltda., nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, de 28.12.1993, lavrada às fls. 87 do Livro 16 do Cartório do Único Ofício da Comarca de Tomé-Açú – PA, devidamente registrada sob o R-1-3.175, fls. 175 do Livro 2-J, de Registro Geral, em 21.07.1994.

1.2. Os VENDEDORES tornaram-se senhores e legítimos possuidores, por meio das Escrituras Públicas dos imóveis descritos e caracterizados nos sub itens anteriores, estando ditos imóveis absolutamente livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dúvidas, dívidas, litígios, hipotecas, legais, responsabilizando-se por quaisquer débitos que possam ser apurados até a data da imissão na posse pela COMPRADORA.

1.3. Sobre o imóvel descrito no item "B" supra recai uma hipoteca em favor do Banco da Amazônia S.A. (BASA), vinculada a financiamento cujo saldo devedor aproximado nesta data é de R$-1.000.000,00 (um milhão de reais), o qual os VENDEDORES, autorizam, neste ato, a COMPRADORA a quitar diretamente junto àquela instituição financeira, bem como autorizam a COMPRADORA a descontar o valor dessa quitação no total a ser pago aos VENDEDORES, após as medições apuradas em campo. Os VENDEDORES obrigam-se, desde já, a assinar eventuais documentos necessários para a efetiva baixa da referida hipoteca.

II - CONDIÇÕES:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA E OUTRAS OBRIGAÇÕES:

2.1 Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, em cumprimento total do compromisso ora pactuado, os VENDEDORES prometem vender, como de fato prometido têm, os imóveis descritos e caracterizados na *CLÁUSULA PRIMEIRA*, e a COMPRADORA promete comprá-los, mediante o pagamento total do preço a ser apurado após as medições de campo (compra "ad mensuram"), tendo por base a importância de ***R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais)*** por hectare, que será realizado conforme estipulado na *CLÁUSULA TERCEIRA*.

2.2 Fica acordado ainda entre VENDEDORES E COMPRADORA, o que abaixo melhor se descreve:

A) Permanência nos imóveis de aproximadamente 2.000 (duas mil) cabeças de gado, anelorado e mestiço, até o final do mês de junho 2006, bem como de 04 a 05 vaqueiros, cujos nomes e números de documentos deverão ser fornecidos à COMPRADORA pelos VENDEDORES, os quais ficarão sob total responsabilidade dos VENDEDORES, inclusive quanto à conservação ambiental.

B) Retirada dos Bens e Pertences, às suas custas, que não sejam serviveis à COMPRADORA, exceto cercas de divisas.

(81) FALTA TÍTULO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1063 6076

. ***PESSOAIS DE TODOS OS VENDEDORES:*** Cópias autenticadas do RG, CPF, Certidão de Casamento atualizada; Certidões negativas expedidas pelos Distribuidores dos Cartórios de Protestos (período de 5 anos), Certidões negativas expedidas pelos Distribuidores Cíveis e Executivos Fiscais (período de 10 anos).

. ***DO IMÓVEL:*** Título Aquisitivo dos imóveis objeto deste instrumento, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente; Certidões de Propriedade atualizadas com Negativa de ônus e Alienações, referentes às matrículas dos imóveis nºs. 626, 3.111 e 3.175, expedidas pelos Cartórios de Acará e Tomé-Açu; dos Comprovantes de Pagamentos de Tributos (ITR), Certidão ou Documento do ITERPA que comprove a Titularidade dos Imóveis, Cadastro junto ao INCRA para obtenção do CCIR.

PARÁGRAFO ÚNICO:

COMPRADORA e VENDEDORES convencionam que, na hipótese de os documentos supra citados apresentarem apontamentos, deverão ser acompanhados dos esclarecimentos necessários. Em qualquer hipótese, mesmo que tais documentos venham acompanhados dos devidos esclarecimentos, caso existam impedimentos e/ou restrições ao pleno exercício dos direitos da COMPRADORA em relação aos imóveis objeto deste instrumento, aplicar-se-á o disposto abaixo neste Parágrafo. Caso não sejam apresentados os documentos, ou estes apresentem apontamentos sem os devidos esclarecimentos, observado o disposto acima, a parcela do saldo do preço com vencimento ajustado na alínea *"B"* da *CLÁUSULA TERCEIRA,* tornar-se-á prorrogada por até 30 (trinta) dias, sem qualquer ajuste financeiro, para que sejam apresentados os esclarecimentos necessários e/ou devidas regularizações, isentando a COMPRADORA das penalidades previstas na alínea "C"da *CLÁUSULA TERCEIRA.* Caso, após esse período de 30 (trinta) dias, seja constatado vício insanável que venha a impedir comprovadamente a realização e continuidade do presente compromisso, este instrumento tornar-se-á rescindido de pleno direito, devendo aos VENDEDORES ressarcir à COMPRADORA, os valores até então pagos por esses, corrigidos pelo IGP-M/FGV, até a data da efeitiva devolução, que deverá acontecer impreterivelmente ***no prazo de 48 (quarenta e oito) horas,*** após decorrido o período suplementar de 30 (trinta) dias acima mencionado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ESCRITURA:

A outorga da escritura de venda e compra para a COMPRADORA, ou a quem esta indicar previamente, dar-se-á em **até 20 (vinte) dias,** contados da presente data, concomitantemente ao pagamento da parcela prevista na alínea *"B"* da *CLÁUSULA TERCEIRA* supra.

CLÁUSULA SEXTA - DA IMISSÃO NA POSSE E VISTORIA DO IMÓVEL:

6.1. A imissão na posse do imóvel objeto, dar-se-á em seguida à Lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda, concomitante ao pagamento da parcela estipulada na alínea *"B"* da *CLÁUSULA TERCEIRA,* quando a COMPRADORA, receberá todo o domínio e direitos que recaem sobre o imóvel.

6.2. Convencionam, ainda, as partes contratantes, que anteriormente à supra citada imissão na posse dos imóveis, a COMPRADORA deverá vistoriá-los, sendo que nessa ocasião, tais imóveis deverão estar livres e desembaraçados de utensílios, móveis, coisas e pessoas, bem como deverão estar em condições de habitabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CARÁTER IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL:

O presente Instrumento e na melhor forma de direito ***é celebrado em caráter irrevogável e irretratável***, obrigando as partes e seus sucessores, que desde já renunciam expressamente qualquer faculdade de arrependimento prevista na Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DESPESAS EM RAZÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO:

Com exceção das despesas relativas à elaboração da documentação exigida dos VENDEDORES na *CLÁUSULA QUARTA*, por esses suportadas, todas as demais despesas decorrentes do presente instrumento, bem como da escritura de venda e compra a ser outorgada pelos VENDEDORES a COMPRADORA, tais como: *IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS "INTER-VIVOS" (ITBI), CUSTAS E EMOLUMENTOS DE CARTÓRIO DE NOTAS, INCLUSIVE O REGISTRO DA CITADA ESCRITURA JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS COMPETENTE*, serão suportadas exclusivamente pela COMPRADORA, sendo que esta declara ter conhecimento dos percentuais a serem cobrados pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA - DOS IMPOSTOS E TAXAS:

Todos os impostos, taxas e tarifas, incidentes sobre o imóvel objeto deste contrato, correrão por conta dos VENDEDORES até a data da imissão na posse do imóvel pela COMPRADORA. Outrossim, após esta data, tais encargos correrão por conta exclusiva da COMPRADORA, mesmo que lançados em nome de terceiros, devendo ser pagos em suas respectivas datas de vencimentos, sujeitos às penalidades previstas em caso de inadimplemento, que serão suportadas pela COMPRADORA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

As partes contratantes, de comum acordo, elegem o ***Foro da Comarca de Belém***, para que por meio dele e ação competente, venham a ser dirimidas todas as dúvidas ou questões oriundas deste instrumento, arcando a parte que for julgada vencida, com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Declaram neste ato os VENDEDORES que os imóveis objeto deste contrato, encontram-se inteiramente livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, dúvidas, dívidas, litígios, impostos, taxas, tarifas, e de ações reais ou pessoais, se responsabilizando por eventuais débitos de impostos, taxas e tarifas que venham a

ser apurados até a data da imissão na posse da COMPRADORA, respondendo também pela evicção de direito, obrigando-se as partes contratantes ao seu inteiro cumprimento, por si, seus herdeiros e/ou sucessores, em qualquer tempo, ressalvando-se o disposto no conteúdo da Cláusula do caráter irrevogável, declarando ainda as partes contratantes, notadamente neste ato a COMPRADORA, terem inteiro conhecimento das matrículas n°s. 626 de 20.10.1988 do Cartório de Acará e 3.111 de 03.11.1993 e 3.175 de 21.07.1994 do Cartório de Tomé-Açú, mencionadas nos sub ítens, "A", "B" e "C" da *CLÁUSULA PRIMEIRA*, cujas cópias fazem parte integrante do presente contrato, declarando também as partes contratantes (?).

E, por estarem assim, justas contratadas e avençadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, forma e data, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Belém – PA, 25 de novembro de 2005.

VENDEDORES:

Weider José Pancieri

Edileusa Sedda Pancieri

Wender Pancieri

Nathalia Maria Covre Pancieri

Waldo João Pancieri

Jovana Aparecida Pancieri

COMPRADOR:

AGROPALMA S/A

TESTEMUNHAS:

Nome: RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO FILHO
C.P.F. 171211532-87

Nome: Saulo Sales
C.P.F. 081436412-87

Registro de Imóveis

LIVRO: 2-J
FOLHAS: 175
MATRÍCULA: 3.175
FAZENDA CASTANHEIRA II

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Original. Dou fé.
DEZ. 2013
Válido somente com o selo de segurança
ção Aviz do Vale
52.252-87
Escrevente

CARTÓRIO SAMUEL CRUZ
REGISTRO DE IMÓVEIS
BENEDITO CARVALHO DA CRUZ
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6079
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1066
PARÁ

Certidão

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei, e a requerimento verbal de parte interessada, que revendo no arquivo do Cartório a meu cargo, os livros antigos (Transcrição das Transmissões), "Registros Diversos" e o atual de Registro Geral, verifiquei que, uma área de terras denominada **FAZENDA CASTANHEIRA II**, parte destacada de maior porção, situada a margem do rio Acará Mirim, neste Município de Tomé-Açu, Estado do Pará, com uma área total de 2.130ha.00a.00ca(dois mil cento e trinta hectares), sem medições e confrontações, consta matriculado neste Cartório sob o nº 3175, fls. 175, do livro 2-J, de Registro Geral, em 21/07/1994, adquirido por **WEIDER JOSÉ PANCIERI**, brasileiro, casado, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 797637-ES e do CPF nº 798.589.297-49, **WALDO JOÃO PANCIERI**, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 2530623-ES e do CPF nº 797.079.707-87, **JOVANA APARECIDA PANCIERI**, brasileira, solteira, pecuarista, portadora do CPF nº 022.850.367-10 e **WENDER PANCIERI**, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador do CPF nº 027.658.737-55, residentes e domiciliados neste Município de Tomé-Açu, Estado do Pará, por compra feita a **COPAM MADEIRAS LTDA**, nos termos da Escritura Pública de 28/12/1993, lavrada às fls. 87, do Livro 16, das notas deste Cartório, devidamente registrada sob o nº R-1-3.175, fls. 175, do livro 2-J, de Registro Geral, na mesma data da matrícula; por sua vez COPAM MADEIRAS LTDA, adquiriu o imóvel por compra feita a *Maria do Carmo Ferreira e Oliver Passos de Carvalho*, nos termos da Escritura Pública de 27/03/1981, lavrada às fls. 39 v° a 41, no livro 29, das Notas do Cartório da Cidade de Acará-PA, devidamente registrada sob o nº 626, R-02, livro 2-B, de Registro Geral, em 20 de Abril de 1981 do Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Acará-Pará. Ficando através do mencionado registro atestada a filiação de domínio do imóvel por mais de vinte (20) anos consecutivos, sem interrupção e nem contestação. CERTIFICO que fica dado baixa nos contratos FIR-ME-078-98/0025-0 e FIR-ME-078-04, dos valores de R$- 718.765,96 e R$- 66.800,00, registrados sob os n.°s R-4-3.175 e R-5-3.175, às fls. 175 do Livro 2-J, deste Cartório, em que é favorecido Credor Banco da Amazônia S/A, Agência Quatro Bocas, como devedores WEIDER JOSÉ PANCIERI e outros. CERTIFICO ainda que o

CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDA OU RASURA

imóvel objeto desta matrícula, foi transferido para o Município de origem de Acará, Estado do Pará, na Forma da Lei.

O referido é verdade e dou fé.

Tomé-Açu (PA), 03 de novembro de 2011.

Maria Izabel Barretto da Cruz

Mª. Izabel C. da Cruz
Escrevente Juramentada
CPF 029 233 862-72

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
13 DEZ. 2013
Conceição Aviz do Vale
052.352.252-87
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Fls. 6080

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1067
PARÁ

1ª VIA
VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA
A CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DO ÚNICO OFICIO
Comarca de Acará, Pará, Brasil
Trav. Benjamin Constant, S/N, Centro CEP: 68690-000

REGISTRO

ALMIRENE DO SOCORRO LIMA SANTOS
CPF 695.504.622-49
ESCREVENTE

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino
CPF/MF N° 179.446.602-97
TÂNIA MARIA DIAS DA SILVA
CPF/MF N° 849.222.852-87
Escrevente

GIVALDO ARAUJO
Icoaraci - Belém-Pará
Gomes de Araujo
Original
13 DEZ. 2013

Escrevente

Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
179446602-97
Acará - Pará

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1065
PARÁ

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Eu Francisco Valdete Rosa do Carmo, Oficial Interino do Cartório Extrajudicial do Único Ofício do Distrito Sede da Comarca de Acará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc.

Certifico, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que procedendo busca nos livros de restauração de registros de imóveis – Registro Geral (artigo 173, II, da Lei federal nº 6015/73), encontrei no livro de Restauração de Matrículas, registros e averbações nº 2-B, às folhas nº 004, a restauração sob o nº de ordem 004, datada de 11 de novembro de 2011, da matricula nº 627, datada de 09 de abril de 1981; e dos registros R/01, datado de 09 de abril de 1981; R/02, datado de 18 de novembro de 1992; R/03, datado de 28 de dezembro de 1993; e da Averbação 04, datada de 28 de dezembro de 1993, pelos quais, restaurados, se verifica(m): **RESTAURAÇÃO nº 004, Data: 11 de novembro de 2011, da MATRICULA Nº 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas 27, do Livro nº 2 B.** MATRICULA 627. Data, 09 de abril de 1981. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA II, com área de 2130ha.00a.00ca, sendo a mesma parte destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. Registro anterior: Em porção maior, com área de 4356ha.00a.00ca, Transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962, livro 3 (Transcrição das Transmissões), desta Serventia.

Restauração nº 004.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 627, datado de 09 de abril de 1981 folhas 27, do Livro nº 2 B.

R/01 – M. 627. Data: 09 de abril de 1981. TRANSMITENTE: GARIBALDO ADRIANO DA SILVA. ADQUIRENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Pública

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC 179.446.602-97
Interventor

de Venda e Compra lavrada em 09 de abril de 1981, no livro nº 29, às fls. 59 a 60, desta Notas.//

Restauração nº 004.2. Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 627, datado de 18 de novembro de 1992, folhas 27, do Livro nº 2 B.//

R. 02 – M. 627. Data: 18 de novembro de 1992. **TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. AQUISIÇÃO:** Imóvel já acima descrito. **FORMA DE TITULO:** Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de novembro de 1992, no livro nº 30, às fls. 64 a 65vº, desta Notas.//

Restauração nº 004.3. Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/03 na Matricula nº 627, datado de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.//

R. 03 – M. 627. Data: 28 de dezembro de 1993. **TRANSMITENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. ADQUIRENTE: WALDO JOÃO PANCIERI,** brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.530.623-SSP/ES e do CPF/MF nº 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaperuna, Corrego Santa Rosa, s/nº, zona rural, Barra de São Francisco-ES. **AQUISIÇÃO:** Imóvel já acima descrito. **FORMA DE TITULO:** Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 28 de dezembro de 1993, no livro nº 10, às fls. 87, das Notas do Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.)//

Restauração nº 004.4. Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 04 na Matricula nº 627, datada de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.//

Av. 04 – M. 627. Data: 10 de setembro de 1998. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao mínimo de 50% (cinqüenta por cento) da superfície do imóvel, ou seja 1.065ha.00a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer título, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.////////////////

Av. 05 – M. 627. Data: 11 de novembro de 2011. **AVERBAÇÃO.** Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula da matricula nº 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas nº 27, livro nº 2 B, dos registros **R/01**, datado de 09 de abril de 1981, **R/02**, datado de 18 de novembro de 1992, **R/03**, datado de 28 de dezembro de 1993, e da Averbação 04, datada de 28 de dezembro de 1993, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº 082/2010-CJCI, da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, do

Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC 79446602-97

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Comarca de Igarapé-Açu - Belém-Pará
Certifico que este documento é cópia fiel com o original. Dou fé.
Igarapé-Açu, 3 DEZ. 2013
Conceição Aviz do Vale
Selo autenticidade com chave de segurança
352.352.252-87

Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentíssima Senhora Doutora Desembargadora **MARIA RITA LIMA XAVIER**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicada no Diário da Justiça em data de 01 de julho de 2010, Edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo proprietário, e documentos por ela apresentados.///

R. 6 – M 627. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz – 2º Oficio de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, **WALDO JOÃO PANCIERI**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.530.623-SSP/ES e do CPF/MF nº 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaperuna, Córrego Santa Rosa, s/nº, zona rural, Barra de São Francisco-ES, transmitiu definitiva, por venda, à **AGROPALMA S.A**, com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 626, fls. 26, livro 2-B, 727, fls. 45, livro 2 B, e 7025, fls. 323, livro 2 E, também objetos de restauração.//////////

Av. 7 – M. 627. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A**, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 4356ha.00a.00ca, adquirido por **GARIBALDE ADRIANO DA SILVA**, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 81, Talonário 26 expedido em 03 de outubro de 1962.

Av. 8 - M. 627. Data: 02 de dezembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A**, datado de 30 de novembro 2011, anexo ao qual copia autenticada da Certidão expedida em data de 03 de novembro de 2011 pelo Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), pela que verifica-se que o imóvel objeto da presente matricula foi objeto da matricula nº 3175, fls. 175, do livro 2-J, do mencionado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), e que foi encerrada e transferida para esta serventia conforme consta na citada Certidão, procedo a presente averbação para ficar constando o que a matricula nº 3175, fls. 175, do livro nº 2-J, foi encerrada pelo citado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), continuando assim em vigor a matricula nº 627, fls. 27, livro 2 B, desta Serventia.

Acará (Pa.), 02 de dezembro de 2011.

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino

CARTÓRIO GIVALDO ... Distrito ... Confere com o Original ... DEZ. 2012 ... CIC.179.446.602-97 ... Ição Aviz do Vale ... 352.252-87 ... vente

Cartório Distribuidor do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC 179446602-97
Acará - Pará

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6585

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 10700 PARÁ

República Federativa do Brasil

Único Ofício da Comarca de Tomé-Açu - Estado do Pará.

Benedito Carvalho da Cruz - Oficial Titular

Samuel Cruz

Registro de Imóveis

LIVRO: 2-J
FOLHAS: 175
MATRÍCULA: 3.175
FAZENDA CASTANHEIRA II

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Original. Dou fé.
Válida somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
EZ. 2013
ção Aviz do Vale
52.252-87
Escrevente

CARTÓRIO SAMUEL CRUZ
REGISTRO DE IMÓVEIS
BENEDITO CARVALHO DA CRUZ
CARTÓRIO DE IMÓVEIS
DE

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1071
PARÁ

Certidão

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei, e a requerimento verbal de parte interessada, que revendo no arquivo do Cartório a meu cargo, os livros antigos (Transcrição das Transmissões), "Registros Diversos" e o atual de Registro Geral, verifiquei que, uma área de terras denominada **FAZENDA CASTANHEIRA II**, parte destacada de maior porção, situada a margem do rio Acará Mirim, neste Município de Tomé-Açu, Estado do Pará, com uma área total de 2.130ha.00a.00ca(dois mil cento e trinta hectares), sem medições e confrontações, consta matriculado neste Cartório sob o nº 3175, fls. 175, do livro 2-J, de Registro Geral, em 21/07/1994, adquirido por **WEIDER JOSÉ PANCIERI**, brasileiro, casado, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 797637-ES e do CPF nº 798.589.297-49, **WALDO JOÃO PANCIERI**, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 2530623-ES e do CPF nº 797.079.707-87, **JOVANA APARECIDA PANCIERI**, brasileira, solteira, pecuarista, portadora do CPF nº 022.850.367-10 e **WENDER PANCIERI**, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador do CPF nº 027.658.737-55, residentes e domiciliados neste Município de Tomé-Açu, Estado do Pará, por compra feita a COPAM MADEIRAS LTDA, nos termos da Escritura Pública de 28/12/1993, lavrada às fls. 87, do Livro 16, das notas deste Cartório, devidamente registrada sob o nº R-1-3.175, fls. 175, do livro 2-J, de Registro Geral, na mesma data da matrícula; por sua vez COPAM MADEIRAS LTDA, adquiriu o imóvel por compra feita a *Maria do Carmo Ferreira e Oliver Passos de Carvalho*, nos termos da Escritura Pública de 27/03/1981, lavrada às fls. 39 vº a 41, no livro 29, das Notas do Cartório da Cidade de Acará-PA, devidamente registrada sob o nº 626, R-02, livro 2-B, de Registro Geral, em 20 de Abril de 1981 do Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Acará-Pará. Ficando através do mencionado registro atestada a filiação de domínio do imóvel por mais de vinte (20) anos consecutivos, sem interrupção e nem contestação. CERTIFICO que fica dado baixa nos contratos FIR-ME-078-98/0025-0 e FIR-ME-078-04, dos valores de R$- 718.765,96 e R$- 66.800,00, registrados sob os n.ºs R-4-3.175 e R-5-3.175, às fls. 175 do Livro 2-J, deste Cartório, em que é favorecido Credor Banco da Amazônia S/A, Agência Quatro Bocas, como devedores WEIDER JOSÉ PANCIERI e outros. CERTIFICO ainda que o

DA SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
ESTA CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS

imóvel objeto desta matrícula, foi transferido para o Município de origem de Acará, Estado do Pará, na Forma da Lei.

O referido é verdade e dou fé.

Tomé-Açu (PA), 03 de novembro de 2011.

Maria Izabel Barretto da Cruz

Mª. Izabel C. da Cruz
Escrevente Juramentada
CPF 029 233 862-72

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
...m o Original. Dou fé.
...3 DEZ. 2013
...nceição Aviz do Vale
...2.352.252-87
...crevente
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal ...

Fls. 6085

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 10720
PARÁ

"A CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDAS SEM RASURAS"
SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DO ÚNICO OFICIO
Comarca de Acará Pará Brasil
Trav. Benjamin Constant, S/N, Centro CEP: 68690-000

REGISTRO de Imóveis

AURILENE DO SOCORRO LIMA SANTOS
CPF 695.506.622-68
ESCREVENTE

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino
CPF/MF N° 179.446.602-97
TÂNIA MARIA DIAS DA SILVA
CPF Nº 849.222.652-87
Escrevente

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Eu,Francisco Valdete Rosa do Carmo, Oficial Interino do Cartório Extrajudicial do Único Oficio do Distrito Sede da Comarca de Acará, Estado do Pará, Republica Federativa do Brasil, etc...

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1023 PARÁ

////////////////Certifico, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que procedendo busca nos livros de restauração de registros de imóveis – Registro Geral (artigo 173, II, da Lei federal nº 6015/73), encontrei no livro de Restauração de Matriculas, registros e averbações nº **2 E**, às folhas nº **003**, a restauração sob o nº de ordem **003**, datada de 11 de novembro de 2011, da matricula nº **7025**, datada de 18 de junho de 1999, e dos registros **R/01**, datado de 18 de junho de 1999, **R/02**, datado de 18 de junho de 1999, e da **Averbação 03**, datada de 18 de junho de 1999, pelos quais, restaurados, se verifica(m): **RESTAURAÇÃO nº 003, Data: 11 de novembro de 2011, da MATRICULA Nº 7025, datada de 18 de junho de 1999**, folhas **323**, do Livro nº **2 E**: MATRICULA **7025**. Data, 18 de junho de 1999. IMOVEL: **FAZENDA CASTANHEIRA IV**, com área com 115ha.96a.00ca (cento e quinze hectares e noventa e seis ares), sendo parte da área de 150ha.00a.00ca, da área remanescente de 1668ha.00a.00ca, destacada de maior porção com 3612ha.37a.50ca, situada à margem direita do Rio Acará-Mirim, no Município de Tomé-Açu, limítrofe do Município de Acará, Estado do Pará, Proprietário: **OSVALDO ANDRADE CUNHA**. Registro anterior: Em porção maior, com área de 3612ha.37a.50ca, Transcrição nº 12, datada de 12 de março de 1962, livro 3 (Transcrição das Transmissões), desta Serventia.//////

Restauração nº 003.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 7025, datado de 18 de junho de 1999, folhas 323, do Livro nº 2 E.//

R. 01 – M. 7025. Data: 18 de junho de 1999. **TRANSMITENTE**: **OSVALDO ANDRADE CUNHA**. **ADQUIRENTE**: **JOÃO CARLOS DE SOUZA**, brasileiro, viúvo, militar, portador da Carteira de Identidade RG nº 211498-SSP/SC e do CPF/MF nº 024.101.922-20, residente e domiciliado em Belém-Pará **AQUISIÇÃO**: Imóvel já acima descrito. **FORMA DE TITULO**: Escritura Publica

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

022.850.367-10, residente e domiciliada na Rodovia do Café, km 101, Boa Vista, zona rural, Município de Nova Venécia-ES, transmitiu definitiva, por venda, à **AGROPALMA S.A,** com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 626, fls. 26, livro nº 2 B, 627, fls. 27, livro 2-B, e 727, fls. 45, livro 2 B, também objetos de restauração.//

Av. 08 – M. 7025. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A**, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 3612ha.37a.50ca, adquirido por **OSVALDO ANDRADE CUNHA**, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 75, Talonário 28 expedido em 14 de março de 1962.

Acará (Pa), 21 de novembro de 2011.

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

Cartório Extrajudicial do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC.179446602-97
Acará - Pará

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 0022
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1074
PARÁ

LIVRO: 2-J
FOLHAS: 111
MATRÍCULA: 3.111
FAZENDA CASTANHEIRA I

Certidão

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei, e a requerimento verbal de parte interessada, que revendo no arquivo do Cartório a meu cargo, os livros antigos (Transcrição das Transmissões), "Registros Diversos" e o atual de Registro Geral, verifiquei que, uma área de terras denominada **FAZENDA CASTANHEIRA I**, parte destacada de maior porção, situada a margem do rio Acará Mirim, neste Município de Tomé-Açu, Estado do Pará, com uma área total de 1.135ha.00a.00ca(mil cento e trinta e cinco hectares), consta matriculado neste Cartório sob o nº 3.111, fls. 111, do livro 2-J, de Registro Geral, em 03 de Novembro de 1993, adquirido por **WEIDER JOSÉ PANCIERI**, brasileiro, casado, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 797637-ES e do CPF nº 798.589.297-49, **WALDO JOÃO PANCIERI**, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 2530623-ES e do CPF nº 797.079.707-87, **JOVANA APARECIDA PANCIERI**, brasileira, solteira, pecuarista, portadora do CPF nº 022.850.367-10 e **WENDER PANCIERI**, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador do CPF nº 027.658.737-55, residentes e domiciliados neste Município de Tomé-Açu, Estado do Pará, por compra feita a LOURIVAL WOLFGRAM, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, de 01 de Julho de 1993, lavrada às fls. 42, do Livro 16, das notas deste Cartório, devidamente registrada sob o nº R-1-3.111, fls. 111, do livro 2-J, de Registro Geral, em 03 de Novembro de 1993; por sua vez LOURIVAL WOLFGRAM, adquiriu o imóvel por compra feita a MARIA DO CARMO FERREIRA, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, em 09 de Abril de 1981, lavrada às fls. 59/60, no livro 29, das Notas do Cartório da Cidade de Acará-PA, devidamente registrada sob o nº 626-A R/02, livro 2-B, de Registro Geral, em 20 de Abril de 1981 do Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Acará-Pará, ficando através do mencionado registro atestada a filiação de domínio do imóvel por mais de vinte (20) anos consecutivos, sem interrupção e nem contestação. CERTIFICO que fica dado baixa nos contratos FIR-ME-078-98/0025-0 e FIR-ME-078-04, dos valores de R$- 718.765,96 e R$- 66.800,00, registrados sob os n.ºs R-2-3.111 e R-3-3.111, às fls. 111 do Livro 2-J, deste Cartório, em que é favorecido Credor Banco da Amazônia S/A, Agência Quatro Bocas, como devedores WEIDER JOSÉ PANCIERI e

ENTIDADE NÃO CONTÉM EMENDAS NO TEXTO
CARTÓRIO SAMUEL CRUZ REGISTRO DE IMÓVEIS
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 75 PARÁ

outros. CERTIFICO ainda que o imóvel objeto desta matrícula, foi transferido para o Município de origem de Acará, Estado do Pará, na Forma da Lei.

O referido é verdade e dou fé.

Tomé-Açu (PA), 21 de outubro de 2011.

Maria Izabel Carvalho da Cruz

Maria Izabel C. da Cruz
Escrevente Autorizada
CPF 029 [illegible]

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6029
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 10760
PARÁ

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE TOMÉ-AÇU

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DO ÚNICO OFICIO
Comarca de Acará Pará Brasil
Trav. Benjamin Constant, S/N, Centro CEP: 68690-000

REGISTRO de Imóveis

AUDILENE DO SOCORRO LIMA SANTOS
CPF 695.506.622-68
ESCREVENTE

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino
CPF/MF Nº 179.446.602-97
TÂNIA MARIA DIAS DA SILVA
CPF Nº 849.222.652-87
Escrevente

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Eu Francisco Valdete Rosa do Carmo, Oficial Interino do Cartório Extrajudicial do Único Ofício do Distrito Sede da Comarca de Acará, Estado do Pará, Republica Federativa do Brasil, etc...

////////////Certifico, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que procedendo busca nos livros de restauração de registros de imóveis – Registro Geral (artigo 173, II, da Lei federal nº 6015/73), encontrei no livro de Restauração de Matriculas, registros e averbações nº 2 B, às folhas nº 005, a restauração sob o nº de ordem 005, datada de 11 de novembro de 2011, da matricula nº 727, datada de 18 de novembro de 1992, e dos registros R/01, datado de 18 de novembro de 1992, R/02, datado de 12 de maio de 1993, e da Averbação 03, datada de 12 de maio de 1993, pelos quais, restaurados, se verifica(m): RESTAURAÇÃO nº 005, Data: 11 de novembro de 2011, da MATRICULA Nº 727, datada de 18 de novembro de 1992, folhas 45, do Livro nº 2 B: MATRICULA 727, Data, 18 de novembro de 1992. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA I, com área de 1135ha.00a.00ca, sendo a mesma parte de uma área com 2226ha.00a.00ca, destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: MARIA DO CARMO FERREIRA. Registro anterior: R/01 na matricula nº 626, folhas nº 26, do livro 2 B, objeto de restauração sob nº 005, folhas nº 005, livro de restauração de matricula, registros e averbações nº 2 B, e em porção maior, com área de 4356HA.00A.00CA, transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962.////////////

Restauração nº 005.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 727, datado de 18 de novembro de 1992, folhas 45, do Livro nº 2 B.////////////

R. 01 – M. 727. Data: 18 de novembro de 1992. TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: LOURIVAL WOLFGRAM, brasileiro,

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CPF 179.446.602-97
Interventor

R. 5 – M 727. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz – 2º Oficio de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, **WENDER PANCIERI**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de identidade nº 2.813.186-SSP/ES e do CPF/MF nº 027.658.737-55, e sua mulher **NATHALIA MARIA COVRE PANCIERI**, brasileira, empresária, portadora da Carteira de identidade nº 14.841.203-SSP/MG, e do CPF nº 098.818.357-98, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, km 101, Boa Vista, Zona Rural, Município de Nova Venecia-ES, transmitiram definitiva, por venda, à **AGROPALMA S.A**, com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 626, fls. 26, livro nº 2 B, 627, fls. 27, livro 2-B, e 7025, fls. 323, livro 2 E, também objetos de restauração.//

Av. 6 – M. 727. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A**, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 4356ha.00a.00ca, adquirido por **GARIBALDE ADRIANO DA SILVA**, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 81, Talonário 26 expedido em 03 de outubro de 1962.

Av. 7 - M. 727. Data: 02 de dezembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, **AGROPALMA S.A**, datado de 30 de novembro 2011, anexo ao qual copia autenticada da Certidão expedida em data de 21 de outubro de 2011 pelo Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), pela que verifica-se que o imóvel objeto da presente matricula foi objeto da matricula nº 3111, fls. 111, do livro 2-J, do mencionado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), e que foi encerrada e transferida para esta serventia conforme consta na citada Certidão, procedo a presente averbação para ficar constando o que a matricula nº 3111, fls. 111, do livro nº 2-J, foi encerrada pelo citado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), continuando assim em vigor a matricula nº 727, fls. 45, livro 2 B, desta Serventia,

SELO DE SEGURANÇA

Acará (Pa.), 02 de dezembro de 2011.

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

Cartório Extrajudicial do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC.179446602-97
Acará - Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
É Original. Dou fé.
DEZ. 2013
Válido somente com o selo de segurança
Adição Aviz do Vale
352.252-87
Serventia

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 10250
PARÁ

Fls. 1079
PARÁ

DOC. 05

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

Governo do Estado do Pará

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Polícia Civil

DRCO-DELEGACIA DE REPRESSÃO DE ROUBOS A BANCOS

Boletim de Ocorrência Policial

Belém, 11 de Fevereiro de 2016

É BOP de Apresentação ? NÃO

Número: **00430/2016.100005-0**

Registrado em: **11/02/2016 15:51:05**

Autoridade Policial: **EVANDRO MOREIRA DA ROCHA ARAUJO JUNIOR**

Registrador do Boletim: EDSON CARVALHO CUNHA

Dados do Relator: **PAULO ANTONIO WANZELER GAIA**

Tipo do Relator: PESSOA FÍSICA

Documento(s): Identidade: 1363019 / POLICIA CIVIL - PA

Endereço(s): Residencial: Localidade RUA CENTRAL No. 34 CEP: 68695000 Bairro: Bairro Central Localidade: Tailândia - PA

Contato(s): Celular: 91 99116-7235

Dados da Ocorrência:

Identificação do Fato: ATÍPICA > OCORRÊNCIAS EXTRA - POLICIAIS > FATOS ATIPICOS > FATOS ATIPICOS > OUTROS FATOS ATIPICOS > Outros fatos atipicos

Data e hora do Fato: 01/02/2016 04:00:00

Local da Ocorrência: Via Pública

Endereço: Localidade RUA CENTRAL No. 0 CEP: 68690000 Bairro: Bairro Central Localidade: Acará - PA

Relato da Ocorrência:

O relator compareceu nesta Unidade para comunicar que na qualidade de chefe de Segurança da Empresa Agropalma, veio infromar que a Associação dos Agricultores Ribeirinhos e Pescadores do Vale do Acará, localizada na Rod. PA 256-Porto da Balsa do Rio Acará - Calmaria, que tem como Presidente o Sr. JOSE JOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA, vice Presidente CLEMENTE SOUZA, 1ª Secretaria Tamara Oliveira Silva, 2ª Secretaria Fabiana da Silva Pantoja, 1ª Tesoureiro Nilva Erlem do Carmo, 2ª Valdilene Soares da Silva, Diretor de Patrimonio Adilson José dos Santos e Diretor Cultural Erinaldo Santana, que tais membros da referida associção, em sua ultima reunião, informaram estar organizando uma invasão de terras de propriedade da empresa Agropalma, as margens direita e esquerda do Rio Acará, no trecho entre o posto da balsa da Calmaria e a Fazenda Casatanheira e que iriam faze-los nos proximos dias. Registro para os devidos fins legais.

*** FIM DO RELATO ***

Observações:

Atenção: Este documento é valido como Certidão para fins de direito, É GRATUITO, e não dá direitos ao portador de conduzir veículo automotor sem a carteira nacional de habilitação (CNH).

EDSON CARVALHO CUNHA
Escrivão De Polícia

PAULO ANTONIO WANZELER GAIA
Relator

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1081
PARÁ

DOC. 06

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69056-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-001
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO
GUIMARÃES, PINHEIRO & SCAFF

MINISTÉRIO PÚBLICO
FIS. 10320
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1053
PARÁ

DOC. 07

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advessociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO
GUIMARÃES, PINHEIRO & SCAFF

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6091

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 10840
PARÁ

00017593120168140015
20160050230055

CERTIDÃO

Certifico que recebi a presente inicial oriunda da distribuição do fórum de Castanhal/PA, contendo 74 (setenta e quatro) laudas.
O referido é verdade e dou fé.
Faço os autos conclusos.

Castanhal, 16 de Fevereiro de 2016.

Joel dos Santos Gomes Junior
Diretor de Secretaria da Vara Agrária de Castanhal

00017593120168140015
20160090683420

Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015
Requerente: AGROPALMA SA
Advogado: Reynaldo Andrade da Silveira OAB/PA nº 1.746
Requeridos: Associação dos Ribeirinhos do Vale do Acará, José Joaquim dos Santos Pimenta, Clemente Souza e Outros.
Ação: Interdito Proibitório com Pedido de Medida Liminar – (Tomé Açu/PA)

DESPACHO

Da analise dos autos entendo não restarem presentes, na inicial, a integralidade dos dados que compõem os pressupostos de admissibilidade da ação possessória, dentre outras coisas a descrição individualizada do imóvel objeto da lide, apontando suas confrontações e características, a possibilitar sua escorreita identificação e localização no plano físico.

I - Intime-se o requerente a emendar a inicial, no prazo preclusivo de 10 (dez) dias, sob pena de não o fazendo resultar na extinção da causa sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso I, c/c com art. 284 caput. p. único, art. 295, inciso VI, todos do CPC, devendo, para tanto, cumprir as seguintes diligências, sob pena de extinção sem apreciação do mérito:

a – Atribuir à causa o valor pertinente ao valor econômico estimado do imóvel, vez que o valor da causa não se encontra proporcional e compatível com o real valor econômico da área. Assim sendo, em face da inexistência de critério legal a estabelecer valor certo às ações possessórias, tal valor deve ser estimado em relação ao proveito econômico do imóvel perseguido pelo autor, com base em dados informativos de sua avaliação ou que se faça presumir (RTJESP 64/205, JTA 97/11 E JTAERGS 91/212);

b - Apresentar, na causa de pedir, fundamentos de fato e de direito, bem como prova documental indicativa de que o imóvel objeto da lide cumpre ou cumpria de forma eficaz a função social da propriedade, nos termos do Art. 185, § único e Art. 186, Incisos I a IV, da Constituição Federal c/c o Art. 2º, §1º, alíneas a, b, c e d, da Lei 4.504/1964 (Estatuto da Terra), haja vista se tratar de matéria que requer proteção possessória à luz do Direito Agrário, não se mostrando suficientes apenas a demonstração dos requisitos da posse civil previstos no Art. 927, I a IV do CPC;

c - Colacionar aos autos documentação do imóvel vindicado, dentre eles planta de situação e localização do prédio rústico no respectivo município, com seus limites e confrontações técnicas perfeitamente especificados, através de memorial descritivo georeferenciado, inclusive com a perfeita individualização da área cuja proteção possessória se requer, vez que compete à parte interessada no desiderato jurisdicional trazer ao processo a identificação e localização da área que será atingida por pronunciamento judicial.

II – Após o transcurso do prazo, de tudo certificado nos autos, retornem em novel conclusão.

Cumpra-se.

Castanhal/PA, 11 de março de 2016.

Claudia Regina Moreira Fecracho
Juíza de Direito

00017593120168140015
20160090683420

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 77
Secretaria

Claudia Regina Moreira Favacho
Juíza de Direito da Vara Agrária da Região de Castanhal

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 8100
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 103 78
PARÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

COMPROVANTE DE ENVIO DE MATÉRIA

ORGÃO: SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL

CÓDIGO DA MATÉRIA: 565292

RESUMO:

TIPO: DESPACHOS

DATA DE ENVIO: 14/03/2016 14:20:52

DATA(S) PARA PUBLICAÇÃO: 15/03/2016

USUÁRIO: SYLVIO MAGNUS SILVA FERREIRA

Belém, 14 de Março de 2016
14:20:54

Imprimir Comprovante

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL

Processo n.º 0003611-66.2011.8.14.0015

Autores: ESTADO DO PARÁ e INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

Procuradores: Tiago Ferreira - OAB/PA n.º 12.329 e Tátila Passos Bento

Requeridos: Espólio de Domingos Rangel Filho e Iraci Cipriano Rangel

Ação: Restauração de Autos

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

ESTADO DO PARÁ e INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, devidamente qualificados nos autos, ingressaram com a presente AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS da Ação Ordinária de Nulidade e Cancelamento de Matrícula, Transcrições e Averbações de Cartório de Registro de Imóveis, processo n.º 2009.0.000525-2, que tramitava perante a 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal, em face de Domingos Rangel Filho (já falecido), sustentando o extravio dos mesmos, que não teriam sido localizados após realizadas buscas em livros, pastas e setor de arquivo da referida vara.

O feito foi inicialmente distribuído ao Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal, tendo sido declinado da competência em prol dessa Vara Agrária Especializada à fl. 72 dos autos.

a suma do que competia relatar. Decido.

Da leitura dos autos, verifica-se tratar de AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS cujo trâmite se dava (se deu) perante Vara Cível dessa Comarca de Castanhal.

tendendo faltar competência para o escorreito processamento do feito, especificamente por envolver, a ação principal (objeto da restauração), discussão sobre matrículas cartorárias de imóveis rurais, deslocou-se a apreciação desse feito para essa Vara Agrária Especializada de Castanhal, o que não condiz com a melhor técnica da hermenêutica jurídica.

Acerca da matéria, o art. 1.063 do atual CPC aduz que verificado o desaparecimento dos

autos, pode qualquer das partes promover-lhes a restauração.

De todo modo, cediço que na espécie descabe discussão sobre qualquer ponto de direito ou de fato eventualmente aventado na causa principal. Em outras palavras, o tão só fato de a ação principal versar sobre a regularidade, ou não, de registros cartoriais de imóvel rural, não tem o condão de atrair a competência dessa especializada para o processamento da ação de restauração, que deve permanecer no juízo em que os autos originais foram extraviados, o que não se confunde com a regra estipulada no art. 95 do macrossistema Processual Civil Pátrio. Quanto a isso, válida a transcrição de precedentes judiciais, v.g.:

O juízo competente para julgar a ação de restauração de autos (art. 1.603 do CPC) é o juízo em que os autos originais foram extraviados, pouco importando que alterações nas regras de competência tenham transferido deste a competência para o julgamento da causa atrelada aos autos para restaurar; uma vez ultimada a restauração, remete-se o processo ao órgão competente para julgá-lo (STJ-2ª Seção, CC64.296, Min. Nancy Andrighi, j. 11.10.06, DJU 26.10.06). No mesmo sentido: STJ-1ª Seção, CC 90.856, Min. Eliana Calmon, j. 11.6.08, DJ 12.8.08.

Assim, embora acolhida a competência dessa Vara Agrária para apreciar e julgar o feito à fl. 75, reconheço, de forma supervenientemente, a incompetência absoluta, em razão da matéria, para prosseguir no feito.

Ante o exposto, DECLINO da competência, em razão da matéria, para apreciar o presente feito, e, em conseqüência, SUSCITO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA com o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA, devendo os autos serem encaminhados à Presidência do Tribunal de Justiça desse Estado, conforme o disposto no art. 118, I, do Código de Processo Civil, observando-se as cautelas e formalidades legais. Publique-se. Cumpra-se.

Castanhal, 09 de março de 2016.

Claudia Regina Moreira Favacho

Juíza de Direito titular da Vara Agrária da Região de Castanhal

Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015

Requerente: AGROPALMA SA

Advogado: Reynaldo Andrade da Silveira OAB/PA nº 1.746

Requeridos: Associação dos Ribeirinhos do Vale do Acará, José Joaquim dos Santos

Pimenta, Clemente Souza e Outros.

Ação: Interdito Proibitório com Pedido de Medida Liminar - (Tomé Açu/PA)

DESPACHO

Da analise dos autos entendo não restarem presentes, na inicial, a integralidade dos dados que compõem os pressupostos de admissibilidade da ação possessória, dentre outras coisas a descrição individualizada do imóvel objeto da lide, apontando suas confrontações e características, a possibilitar sua escorreita identificação e localização no plano físico.

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 90
Secretaria

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL/PA.

Protocolo: 2016.01094737-75
Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015
SECRETARIA DA VARA AGRARIA DE CASTANHAL
Classe: EMENDA À INICIAL
Data da Entrada: 23/03/2016 09:15:24
Envolvidos:
REQUERENTE: AGROPALMA S/A
REQUERIDO: ASSOCIACAO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARA

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1090
PARÁ

Ref.: Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015.

AGROPALMA S/A, por seu advogado, nos autos da **AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR** (processo em epígrafe), que move contra **ASSOCIAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARÁ e OUTROS**, vem, perante V. Exa., **em atenção ao despacho publicado no Diário de Justiça em 15.03.2016**, apresentar, tempestivamente, **emenda à inicial**, nos seguintes termos:

a) **Em atenção ao item 01 do despacho:**

Para atender ao comando de V. Exa., a requerente atribui como valor da causa a quantia de R$ 3.290.281,21 (três milhões, duzentos e noventa mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos), seguindo como parâmetro o valor da terra nua tributável para fins de pagamento de ITR.

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 61
Secretaria

Em anexo (Doc. 01), a demandante apresenta o recibo de entrega da declaração do ITR (onde consta o registro do valor de R$ 3.290.281,21), a declaração do ITR exercício 2015 e o comprovante de recolhimento do referido imposto.

Requer, pois, a emissão de nova guia pela UNAJ para recolhimento das custas complementares.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1091
PARÁ

b) <u>Em atenção ao item 02 do despacho:</u>

A área em questão, cuja proteção possessória se faz necessária, é plenamente produtiva. A empresa adquiriu o imóvel em dezembro de 2005, tendo sido feito o pedido de licenciamento ambiental no ano de 2006, por meio do protocolo nº 2006/000293419, com obtenção da Licença de Instalação nº 0028/2006, em 14 de dezembro de 2006 (Doc. Anexo 02).

Os plantios de palma foram estabelecidos conforme planejado e o processo de licenciamento ambiental vem sendo gerenciado e renovado até a atualidade, conforme demonstrado pela Licença de Atividade de Rural (LAR) nº 1958/2012 (Doc. Anexo 03), que abrange algumas propriedades do Grupo Agropalma, inclusive a Fazenda Castanheira --- objeto desta Ação de Interdito ---.

Atualmente, a Fazenda Castanheira possui 1.679ha de plantios de palma (estabelecidos nos anos de 2006, 2008 e 2010), que produzem aproximadamente 34.438 toneladas de cachos de frutos frescos de palma (CFF) por ano. A parte da fazenda não utilizada para o plantio ou infraestrutura de apoio (estradas, galpões, casas de funcionários, abrigos de campo, etc.) são áreas de Reserva Legal, aprovadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que totalizam 2.225,744ha, conforme indicado na Licença de Instalação nº 0028/2006 (Doc. Anexo 02).

A função social da propriedade também se mostra atendida, conforme demonstrado a seguir:

"*Aproveitamento racional e adequado*" (CF, art. 186, inciso I):

Todas as áreas legalmente disponíveis [excluindo-se Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP)] foram utilizadas para o plantio de palma e instalação de infraestrutura de apoio (estradas, galpões, casas de funcionários, abrigos de campo, etc.), conforme figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (Doc. Anexo 04).

MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ Fls. 1092
VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL Fls. 52 Secretaria
Fls. 6305

"*Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente*" (CF, art. 186, inciso II):

As áreas de Reserva Legal e APP foram preservadas, conforme determinado pela legislação e apresentado na imagem de satélite da LAR 0028/2006 (Doc. Anexo 02). As áreas de preservação ambiental são guardadas e monitoradas por uma equipe de 3 vigilantes e um inspetor florestal, equipados com todos os dispositivos necessários para realizarem seu trabalho (equipamentos de proteção individual (EPIs), motos, ferramentas, canoas a motor, etc.), sendo importante ressaltar que a equipe de vigilância florestal executa seu trabalho sem a utilização de armas de fogo.

Além de proteger e monitorar as reservas florestais contra caçadores, incêndios e quaisquer outras fontes de perturbação danosa ao meio ambiente, a Empresa também monitora a biodiversidade, por meio de uma parceria com Universidade Federal do Pará. Os professores e pesquisadores da UFPA já encontraram mais de 150 espécies de animais nas reservas da Fazenda Castanheira, entre elas algumas ameaçadas de extinção, como o macaco caiarara, o cuxiú preto, a ararajuba e a onça pintada. Os resultados mostram que o sistema de proteção florestal é eficaz, ao mesmo tempo que destacam a importância ecológica e ambiental das áreas de Reservas Legal da Fazenda Castanheira.

Ainda, nas áreas de plantio, o solo é protegido contra a erosão pela manutenção da vegetação herbácea espontânea e com o plantio da puerária, uma leguminosa que protege o solo contra a incidência direta das gotas de chuva e dos raios solares (Figura 7, do Doc. Anexo 04), ao mesmo tempo em que incorpora naturalmente o nitrogênio atmosférico às suas raízes. Todo controle de pragas e doenças é feito com a utilização de métodos não químicos, como o uso de armadilhas (Figuras 8 e 9, Doc. Anexo 04), coleta mecânica e tratos culturais que mantêm as populações dos insetos praga abaixo no nível de dano econômico.

"*Observância das disposições que regulam as relações de trabalho*" (CF, art. 186, inciso III):

Atualmente 135 funcionários trabalham na Fazenda Castanheira, todos registrados de acordo com a CLT e providos dos benefícios legais exigidos pela legislação trabalhista e em conformidade com a NR 31 (EPIs, abrigos de campo e banheiros nas

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 92
Secretaria

frentes de trabalho, maquinário adequado, ônibus adequado), conforme evidenciado nas Figuras 10 a 15 do anexo fotográfico (Doc. 04).

"Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores" (CF, art. 186, inciso IV):

Conforme informado, 135 trabalhadores são empregados nas atividades produtivas e de apoio realizadas na Fazenda Castanheira. Todos eles são registrados conforme exigido pelas CLT e recebem as proteções e benefícios estabelecidos em legislação. Em sua maioria, os trabalhadores são moradores da região que, ao final da jornada voltam a suas residências. O transporte é fornecido gratuitamente pela empresa e está de acordo com os dispostos na NR31. As pessoas que trabalham na Fazenda Castanheira recebem o salário mínimo, acrescido de horas "in itiniri", mais o prêmio de produção (que varia de acordo com seu desempenho). Além de receberem um salário superior ao mínimo nacional, todos os trabalhadores também têm direito a aderir a um plano de saúde privado subsidiado pela Companhia, que cobre 70% do valor.

Em relação às alíneas "a", "b", "c" e "d" do § 1°, do Artigo 2° do Estatuto da Terra (Lei 4504/1964), que definem os critérios de desempenho integral da função social da propriedade da terra, cumpre informar:

"a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias":

Informado anteriormente (*vide* explicação sobre o inciso IV, do artigo 186 da Constituição Federal).

"b) mantém níveis satisfatórios de produtividade":

Conforme observado no Quadro 1, abaixo, a produtividade dos plantios da Fazenda Castanheira são superiores ao indicado na literatura especializada (Embrapa – Cultura do Dendê).

Ano de plantio	Idade	Produtividade Embrapa*	Produtividade Castanheira
2006	10	20	21,34
2008	8	20	20,37
2010	6	16	18,88

***Fonte:** Muller, A. A. *A Cultura do Dendê*. Embrapa, CPATU. 1980.

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 94
Secretaria

"c) assegura a conservação dos recursos naturais":

Informado anteriormente (*vide* explicação sobre o inciso II, do artigo 186 da Constituição Federal). As Figuras 16, 17 e 18 (Doc. Anexo 04), apresentam a Reserva Legal da Fazenda Castanheira, bem como a casa de um dos vigilantes florestais.

"d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem":

Informado anteriormente (*vide* explicação sobre os incisos III e IV, do artigo 186 da Constituição Federal).

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1094
PARÁ

c) **<u>Em atenção ao item 03 do despacho:</u>**

A requerente anexa atos constitutivos da empresa e documentos pessoais de seus diretores (Doc. Anexo 05), ficha de inscrição e situação cadastral perante a Junta Comercial (Doc. Anexo 06), certidão negativa de débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (Doc. Anexo 07), laudo técnico de aproveitamento econômico da Fazenda Castanheira (Doc. Anexo 08), registros de matrícula da área no Cartório de Imóveis (Doc. Anexo 09), planta de situação e localização do imóvel (Doc. Anexo 10) e memorial descritivo georeferenciado (Doc. Anexo 11).

Com efeito, verifica-se que tais documentos cumprem com precisão o determinado no despacho, sendo possível identificar com clareza os limites e confrontações técnicas da área, cuja proteção possessória se requer.

Pelo exposto, cumprida a emenda à inicial determinada pelo Juízo, a autora requer o imediato prosseguimento da ação, ratificando os pedidos da inicial, em especial a concessão da liminar de interdito proibitório da área da Fazenda Castanheira, devendo ao final ser a demanda julgada totalmente procedente, por ser medida de direito.

Nestes termos, pede deferimento.

Castanhal/Pa, 23 de março de 2016.

André Luis Bitar de Lima Garcia
Sócio
Advogado-OAB/PA 12.817

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Fls. 994
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6108

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1095
PARÁ

DOC. 01

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
Exercício 2015

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO ITR

Fls. 36
Secretaria

DADOS DO IMÓVEL RURAL

Número do Imóvel na Receita Federal (Nirf): 3.982.113-7 — Área Total: 4.506,0 ha

Nome: FAZENDA CASTANHEIRA II
Endereço: MARGEM DIREITA DO RIO ACARA MIRIM
Município: TOME-ACU — UF: PA — CEP: 68680-000

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome: AGROPALMA S.A
CNPJ: 04.102.265/0001-51
Endereço: RODOVIA ARTHUR BERNARDES
Número: 5555 — Complemento:
Bairro: TAPANA
Município: BELEM — UF: PA
CEP: 66825-000 — Telefone: (91) 40098044

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 10960
PARÁ

OUTRAS INFORMAÇÕES DA DECLARAÇÃO (Valores em R$)

Declaração Retificadora:	Não	Valor da Terra Nua Tributável:	3.290.281,21
Imposto Calculado:	9.870,84	Imposto Devido:	9.870,84
Quantidade de Quotas:	1	Valor da Quota:	9.870,84

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor Serpro
em 25/09/2015 às 14:43:14
4211344699

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO ITR

AGROPALMA S.A, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.102.265/0001-51.
O NÚMERO DO RECIBO da DITR apresentada em 25/09/2015, às 14:43:14, referente ao Nirf 3.982.113-7, é:

39.99.63.97.81.58

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Guarde-o, pois ele será necessário caso deseje retificar esta declaração.

CARTORIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Confere com o Original. Dou fé.
Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Selo de Autenticidade
Icoaraci(PA), 15 JAN. 2016 — Icoaraci(PA), 25 JAN. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2015

NÚMERO DO IMÓVEL NA RECEITA FEDERAL: 3.982.113-7

NOME DO IMÓVEL RURAL: FAZENDA CASTANHEIRA II

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DO ITR - DIAC

CARTÓRIO DA REGIÃO DE CASTANHAL - PARÁ
Fls. 27
Secretaria

DADOS DO IMÓVEL RURAL

Nome do Imóvel Rural: FAZENDA CASTANHEIRA II

Área Total do Imóvel: 1.506,0 ha

Código do Imóvel no Incra: 050016035106-6

Tipo Logradouro: Margem

Logradouro: DIREITA DO RIO ACARA MIRIM

Distrito: INTERIOR

UF: PA

Município: Tome-Acu

CEP: 68680-000

O contribuinte é: Pessoa Jurídica

O imóvel pertence a um condomínio? Não

Imóvel imune ou isento do ITR? Não

Esta declaração é retificadora? Não

Há, nesta ficha, pelo menos um dado diferente do informado na respectiva ficha da Declaração de 2014 e não foi comunicado à RFB para fins de alteração no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir)? Não

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1097
PARÁ

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome Empresarial: AGROPALMA S.A

CNPJ: 04.102.265/0001-51

Tipo Logradouro: Rodovia

Logradouro: ARTHUR BERNARDES

Número: 5555

Complemento:

Bairro: TAPANA

UF: PA

Município: Belem

CEP: 66825-000

DDD/Telefone: (91) 40090044

Nome do Representante Legal: JOSE HILARIO RODRIGUES DE FREITAS

CPF do Repres. Legal: 003.107.781-15

Há, nesta ficha, pelo menos um dado diferente do informado na respectiva ficha da Declaração de 2014 e não foi comunicado à RFB para fins de alteração no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir)? Não

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
25 JAN. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICAÇÃO
008.066.301
Válido somente com selo de segurança

INFORMAÇÕES SOBRE AQUISIÇÃO DE ÁREA TOTAL

Sem Informações

INFORMAÇÕES SOBRE AQUISIÇÃO DE ÁREA PARCIAL

Sem Informações

INFORMAÇÕES SOBRE ALIENAÇÃO DE ÁREA PARCIAL

Sem Informações

DESAPROPRIAÇÃO OU ALIENAÇÃO PARA ENTIDADES IMUNES DO ITR

Sem Informações

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.[illegible]-68
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICAÇÃO
008.517.519
Válido somente com selo de segurança

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2015

NÚMERO DO IMÓVEL NA RECEITA FEDERAL: 3.982.113-7

NOME DO IMÓVEL RURAL: FAZENDA CASTANHEIRA II

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ITR - DIAT

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL — Secretaria — Fls. 07

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DO IMÓVEL RURAL E DA ÁREA UTILIZADA NA ATIVIDADE RURAL E GRAU DE UTILIZAÇÃO

	(Área em hectares)
Distribuição da Área do Imóvel Rural	
01. Área Total do Imóvel	4.506,0
02. Área de Preservação Permanente	134,1
03. Área de Reserva Legal	2.178,0
04. Área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	0,0
05. Área de Interesse Ecológico	0,0
06. Área de Servidão Ambiental	0,0
07. Área Coberta por Florestas Nativas	0,0
08. Área Alagada de Reservatório de Usinas Hidrelétricas Autorizada pelo Poder Público	2.193,9
09. Área Tributável	51,8
10. Área Ocupada com Benfeitorias Úteis e Necessárias Destinadas à Atividade Rural	2.142,1
11. Área Aproveitável	
Distribuição da Área Utilizada na Atividade Rural	(Área em hectares)
12. Área de Produtos Vegetais	2.142,1
13. Área em Descanso	0,0
14. Área de Reflorestamento (Essências Exóticas ou Nativas)	0,0
15. Área de Pastagem	0,0
16. Área de Exploração Extrativa	0,0
17. Área de Atividade Granjeira ou Aquícola	0,0
18. Área de Frustração de Safra ou Destruição de Pastagem por Calamidade Pública	0,0
19. Área Utilizada na Atividade Rural	2.142,1
Grau de Utilização (GU)	
20. GRAU DE UTILIZAÇÃO (%)	100,0
Número do Recibo: [illegible] 2014/Ibama	11515151776539

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Confere com o original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICAÇÃO
008.516.54
Válido somente com o selo de segurança

MINISTÉRIO PÚBLICO — Fls. 1098

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA NÃO UTILIZADA NA ATIVIDADE RURAL

	(Área em hectares)
Distribuição da Área Não Utilizada na Atividade Rural	
21. Área com Demais Benfeitorias	0,0
22. Área de Mineração (jazida/mina)	0,0
23. Área Imprestável para a Atividade Rural não Declarada de Interesse Ecológico	0,0
24. Área Inexplorada	0,0
25. Outras Áreas	0,0
26. Área não Utilizada na Atividade Rural	0,0
Áreas Não Aceitas	(Área em hectares)
27. Área de Pastagem [illegible]	0,0
28. Área com Exploração Extrativa não Aceita	0,0
29. Área Total não Aceita	0,0
Total	(Área em hectares)
30. Área Total não Utilizada na Atividade Rural	0,0

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 25 JAN. 2016
Fabiola Marques Carvalho
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
008.066.306
Válido somente com o selo de segurança

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

DECLARAÇÃO DO ITR EXERCÍCIO 2015

NÚMERO DO IMÓVEL NA RECEITA FEDERAL: 3.982.113-7

NOME DO IMÓVEL RURAL: FAZENDA CASTANHEIRA II

DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ITR - DIAT

Fls. 32

Secretaria

VARA AGRÁRIA DA COMARCA DE CASTANHAL – PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1099 PARÁ

CÁLCULO DO VALOR DA TERRA NUA E DO IMPOSTO E PARCELAMENTO

	(R$)
Cálculo do Valor da Terra Nua	
01. Valor Total do Imóvel	23.488.467,00
02. Valor das Construções, Instalações e Benfeitorias	2.742.567,00
03. Valor das Culturas, Pastagens Cultivadas e Melhoradas e Florestas Plantadas	13.986.899,96
04. Valor da Terra Nua	6.759.000,04
Cálculo do Imposto	
05. Valor da Terra Nua Tributável	3.290.281,21
06. Alíquota (%)	0,30
07. Imposto Calculado	9.870,84
08. Imposto Devido	9.870,84
Parcelamento	
09. Quantidade de Cotas	1
10. Valor da Quota Única	9.870,84

Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Selo de Autenticidade – Cartório Raldo Araujo – Belém-Pará – Comarca de Ananindeua – Tabelião Raldo Araujo – Confere com o original. Dou fé. 2016 – Válido somente com selo de segurança – Erika Fabiola Marques Carvalho – CPF: 597.318.422-68 – Escrevente

INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADE PECUÁRIA

Sem Informações

INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADE EXTRATIVA VEGETAL E FLORESTAL

Sem Informações

Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Selo de Autenticidade – Cartório Distrital de Icoaraci – Belém-Pará – Tabelião Raldo Gomes de Araújo – Confere com o original. Dou fé. – Icoaraci (PA): 25 JAN 2016 – Válido somente com selo de segurança – Erika Fabiola Marques Carvalho – CPF: 597.318.422-68 – Escrevente

Horas

Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
DARF

rmações fornecidas pelo pagador:	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	01/01/2015
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	04102265000151
	04 CÓDIGO DA RECEITA	1070
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	00000000039821137
NOME: AGROP ALMA S.A	06 DATA DE VENCIMENTO	30/09/2015
	07 VALOR PRINCIPAL	R$ 9.870,84
ENÇÃO o recolhimento de tributos e contribuições administrados la Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total ja inferior a R$10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, o total seja igual ou superior a R$10,00.	08 VALOR DA MULTA	R$ 0,00
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL-1.025/69	R$ 0,00
	10 VALOR TOTAL	R$ 9.870,84

BSERVAÇÕES: Documento pago dentro das condições definidas pela SRF.
Operação efetuada em 30/09/2015 via Sispag, Agência 7137, conta 21141 - 8,
CPF/CNPJ 04102265000151. Este documento serve como comprovante de pagamento.
Portanto, ele deverá ser guardado e apresentado à Receita Federal, quando solicitado. CTRL: 599595374000079.

entificação no extrato: SISPAG TRIBUTOS

UTENTICAÇÃO 6BB52B1D7 3CAB7CB1F0853A36B490526639DC82

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL — Secretaria
Fls. 1113

MINISTÉRIO PUBLICO
Fls. 1100
Pará

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
008.066.308
ARAUJO
Belém-Pará
Araujo
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 25 JAN. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
008.517.517
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Dúvidas, sugestões e reclamações na sua agência. Se preferir, ligue para o SAC Itaú 0800 728 0728 (todos os dias, 24h) ou acesse o Fale Conosco no www.itau.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, ligue para a Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011 (em dias úteis, das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 01162-971. Deficientes auditivos ou de fala: 0800 722 1722 (todos os dias, 24h).

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 91
Secretaria

Fls. 604

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1101
PARÁ

DOC. 02

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE – SECTAM

Diretoria de Meio Ambiente – DIMA

Licença de Atividade Rural

LAR Nº [illegible]

VALIDADE ATÉ: 13/12/2011

[illegible]

1 – RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engenheiro Florestal: Antônio Maria da Silva Pantoja — CREA-PA: [illegible]

2 – DADOS DO PROPRIETÁRIO E DO IMÓVEL

PROPRIETÁRIO: AGROPALMA S/A — *DETENTOR:* AGROPALMA S/A

CPF/CNPJ: 04 102 265/0001-51 — *CPF/CNPJ:* 04 102 265/0001-51

PROPRIEDADE: FAZENDA CASTANHEIRA

MUNICÍPIO: MOJU/PA

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: DATUM HORIZONTAL SAD 69 -02°34' [illegible] -48°38' 30 25

[illegible]

- *Área Total da Propriedade* 2.225,7440 ha
- *Reserva Legal Existente:* 4.451,4880 ha

3 – ATIVIDADE LICENCIADA:

[illegible] ÁREA [illegible]

4 – ÁREA AUTORIZADA:

2.044,5031 ha

[illegible]

LOCAL E DATA: Belém - PA, 14 de Dezembro de 2008

Raul Pinto de Souza Porto
Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SECTAM – PA

Francisca Lúcia Porpino Telles
Diretora de Meio Ambiente
SECTAM – PA

IMPORTANTE

- A SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente [illegible] LAR [illegible]
- Todos os documentos apresentados anteriormente ao Processo [illegible] [illegible]
- Do Termo de Referência [illegible] documentos apresentados [illegible] TÉCNICO não de sua inteira responsabilidade [illegible]
- Esta LAR poderá ser a qualquer tempo cancelada [illegible]
- Esta LAR não contém [illegible]
- Cópia autenticada desta LAR deve ser mantida no local de exploração [illegible]

Quadro de Nomenclatura - Áreas da Legenda na Carta-Imagem

DENOMINAÇÃO	NOMENCLATURA	DENOMINAÇÃO	NOMENCLATURA
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	AMP	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	ARE
[illegible]	ARE	[illegible]	AEP
[illegible]	AEP	[illegible]	[illegible]
[illegible]	AMF	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

AGRARIA DA REGIÃO DO TAPAJÓS Fls. [illegible] Secretaria
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 636
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1102 PARÁ

Convenção/Legenda

- Área total do imóvel
- Reserva Legal
- Capoeira
- Drenagem

Escala: 1:75.000	Data da análise: 10/10/2006

Base utilizada/Fonte

Imagem de satelite CBERS2 - 161/103 - 04/07/2006
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Título: FAZENDA CASTANHEIRA

Município: Tailandia

Governo do Estado do Pará
Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente/Secitam

Área [illegible]

Secretaria
Fls. 113
Fls. 1103

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 94
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1104
PARÁ

DOC. 03

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-251
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-001
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone. +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/PA

Licença de Atividade Rural

LAR Nº: 1958/2012 | **VALIDADE ATÉ: 29/01/2017**

Protocolo Nº: [illegible]
Data do protocolo: [illegible]

Cadastro Ambiental Rural Nº: [illegible]
Data do Cadastro: [illegible]

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
Engenheiro agrônomo: Flávio Rodrigues Trindade — *CREA:* 12162D

DADOS DO IMÓVEL:
PROPRIETÁRIO: AGROPALMA SA
CPF/CNPJ: 04.102.265/0001-51
DETENTOR: AGROPALMA SA
CPF/CNPJ: 04.102.265/0001-51
IMÓVEL: AGROPALMA S A - Rod. PA 150, Km 74 - Agropalma Complexo II
MUNICÍPIO: Tailândia
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: DATUM: SAD69 - HEMISFERIO: Sul - N: -48:31:44,98 - E: -02:35:34,43
PORTE: E-II

Área Total da propriedade: 10.208,9600 ha	*Área de Reserva Legal:* 5.268,6140 ha
Área Preservação Permanente: 412,5930 ha	*Área de Uso Alternativo do Solo:* 4.500,7612 ha

TIPOLOGIA LICENCIADA:
0110-1 Cultura de ciclo longo

ÁREA LÍQUIDA:
4.481,6326 ha

LOCAL E DATA: Belém - PA, 31 de janeiro de 2012

Otavio Augusto Chaves
Diretoria de Gestão Florestal - DGFLOR

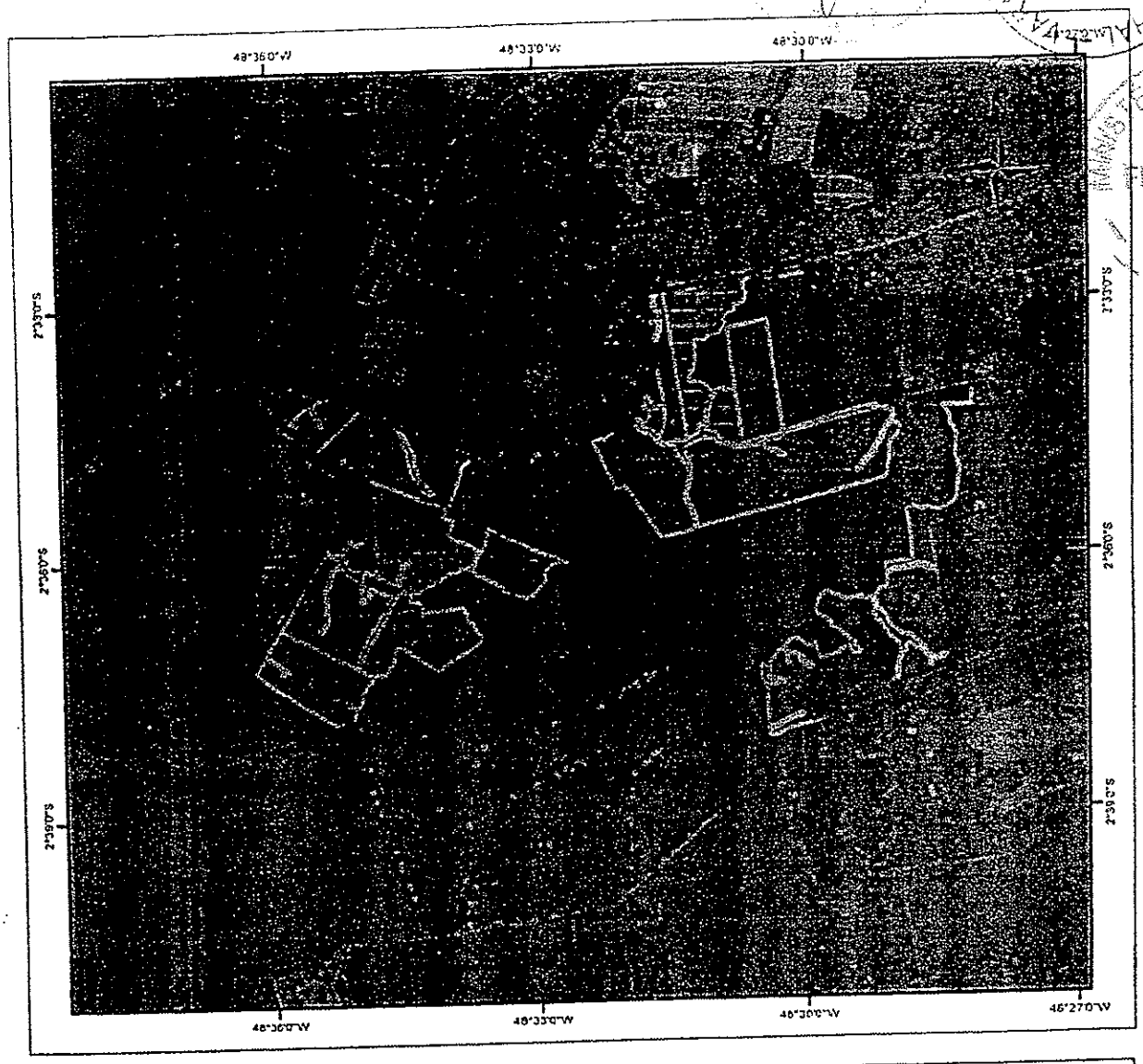
Walmir Carneiro Corumbá
Coordenadoria de Gestão Florestal - COGEF

OBSERVAÇÃO
PARECER TÉCNICO Nº 17859/2012.

IMPORTANTE
- A SEMA - Secretaria de Meio Ambiente não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente LAR, advindo de dolo ou má fé,
- Todos os documentos apresentados, anexados ao Processo, especialmente os pessoais e dominiais, bem como as informações prestadas pelo(a) proprietário(a) do imóvel são de sua inteira responsabilidade, respondendo legalmente pelas mesmas
- Da mesma forma, todos os documentos apresentados, anexados ao Processo, bem como as informações técnicas prestadas pelo(a) engenheiro(a) responsável, no PROJETO TÉCNICO, são de sua inteira responsabilidade, respondendo legalmente pelas mesmas,
- Esta LAR poderá ter a sua validade e direito de execução, suspensas ou canceladas a qualquer tempo, por motivo de irregularidades constatadas, ou em virtude da Lei
- Esta LAR, não contém emendas ou rasuras,
- Cópia autenticada desta LAR deve ser mantida no local da exploração para efeito de fiscalização;
- Dar cumprimento as condicionantes constantes no verso deste documento (Anexo I)
- A presente Licença deverá ser publicada no prazo de trinta dias da data de sua assinatura, em jornal de grande circulação e no Diário Oficial do Estado.

Quadro de Nomenclatura - Áreas da Legenda na Carta-Imagem:

DENOMINAÇÃO	NOMENCLATURA	DENOMINAÇÃO	NOMENCLATURA
Área da Propriedade Rural Total	APRT	Área da Matrícula	AMR
Área de Reserva Legal	ARL	Área de Reserva Legal Degradada	ARLD
Área Desmatada - conversão de solo	ADS	Área com Floresta Plantada ou a Plantar	AFP
Área de Preservação Permanente	APP	Área de Preservação Permanente Degradada	APPD
Área da Reforma e Limpeza de Pastagem	ARLP	Área Comunitária em Assentamentos Rurais	ACAR



Convenções / Legendas

- ÁREA DO PLANTIO - REFLORESTAMENTO
- ÁREA DA PROPRIEDADE RURAL TOTAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
GERÊNCIA DE GEOTECNOLOGIA

Interessado / Propriedade
AGROPALMA S.A. / FAZENDA SEMPRE ALEGRE, FAZENDA CASTANHEIRA - COMPLEXO 2

Município
ACARÁ, TOMÉ AÇÚ e TAILÂNDIA

Escala	Datum	Data
1 : 125.000	SAD 1969	JANEIRO / 2011

Execução e Elaboração — Gerência de Geotecnologias GEOTEC / SEMA

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Satellite Pour l'Observation de la Terre (SPOT) 5
Orbita-Ponto 702-355 / Datas-Horas, 6 e 26 de Julho de 2010.

Análise Cartográfica

Visto

SECRETARIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 96
Secretaria
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1106

VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL
Fls. 97
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1107
PARÁ

DOC. 04

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-5499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

ANEXO 3 – FIGURAS

Figura 1 – Plantio de palma estabelecido no ano de 2006. Coordenadas: 02° 35' 58,7" S; 48° 33' 12,2" W

Figura 2 – Plantio de palma estabelecido no ano de 2008. Coordenadas: 02° 36' 31,8" S; 48° 23' 36,6" W

Figura 3 – Plantio de palma estabelecido no ano de 2010. Coordenadas: 02° 36' 03,5" S; 48° 34' 22,4" W

Figura 4 – Estrada principal da Fazenda Castanheira. Coordenadas: 02° 35' 09,0" S; 48° 34' 52,1" W

VARA AGRÁRIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ
Fls. 99
Secretaria
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1509

Figura 5 – Galpão de Maquinário. Coordenadas: 02° 36' 17,7" S; 48° 34' 29,2" W

Figura 6 – Abrigo de Campo Castanheira, utilizado para refeições e descanso das equipes de campo. Coordenadas: 02° 36' 18,0" S; 48° 34' 27,9" W

Figura 7 – Manejo da vegetação espontânea e plantio de puerária nas entrelinhas das palmeiras para proteção do solo. Coordenadas: 02° 35' 37,5" S; 48° 34' 50,9" W & 02° 36' 03,5" S; 48° 34' 22,4" W

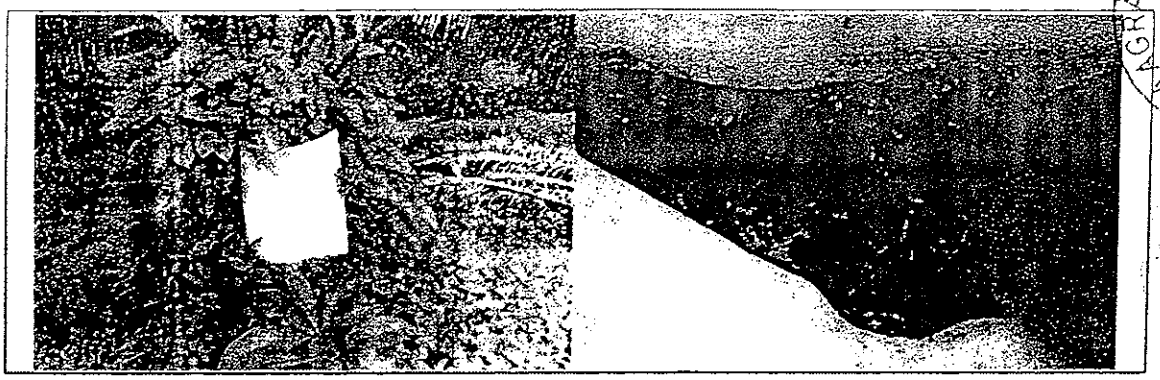


Figura 8 – Armadilha para a praga comedora de folhas *Opsiphanes*. Detalhe do interior da armadinha com os indivíduos capturados.

Figura 9 – Armadilha para a praga *Rhinchophorus*. Detalhe no besouro praga no interior da armadilha. Coordenadas: 02° 35' 58,2" S; 48° 33' 52,4" W

Figura 10 – Funcionário Antônio Silva, desempenhando sua atividade com o conjunto completo de EPIs (uniforme, bota, luva, óculos de segurança e touca árabe).

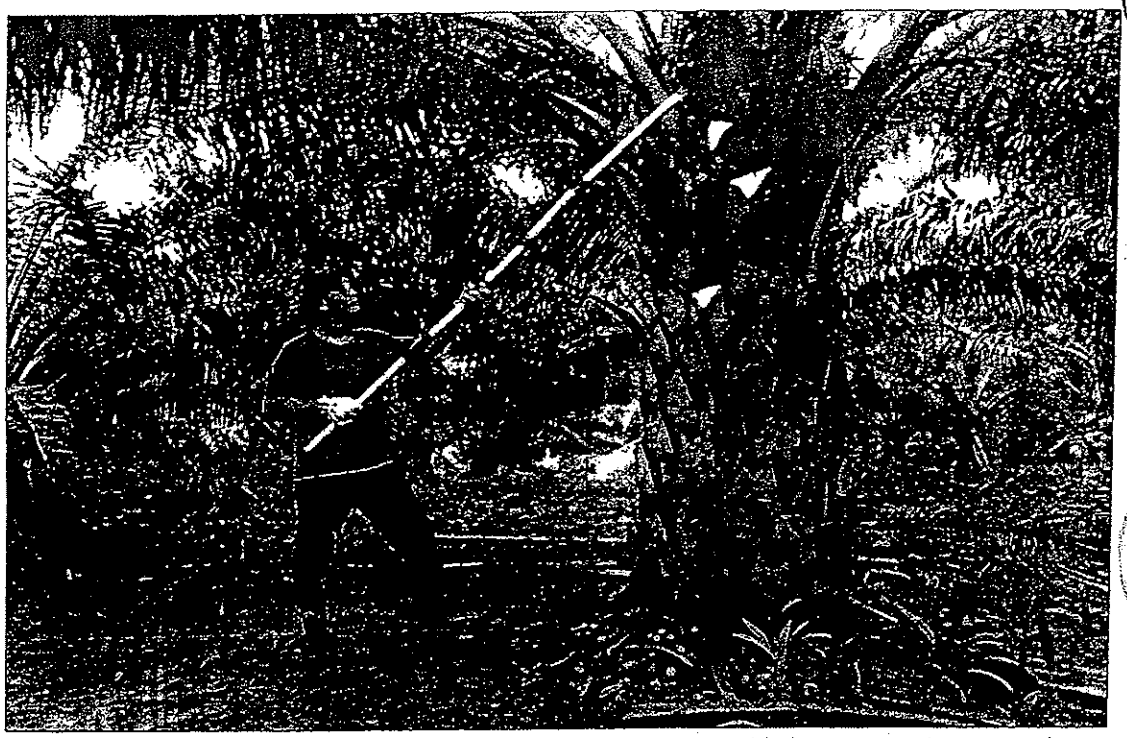


Figura 11 – Funcionário Moisés da Silva Reis, desempenhando sua atividade com o conjunto completo de EPIs (uniforme, bota, luva, óculos de segurança e touca árabe).

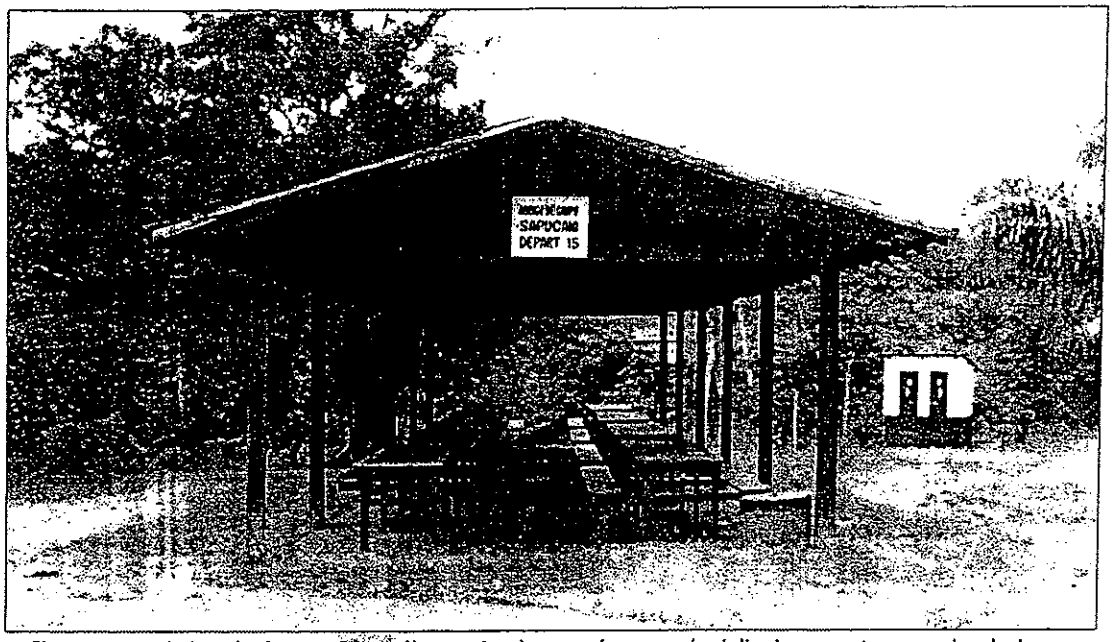


Figura 12 – Abrigo de Campo Sapucáia, equipado com água potável, lixeira com tampa e banheiros. Coordenadas: 02° 34' 27,8" S; 48° 34' 36,4" W

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Fls. 101
Secretaria
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1312
PARÁ

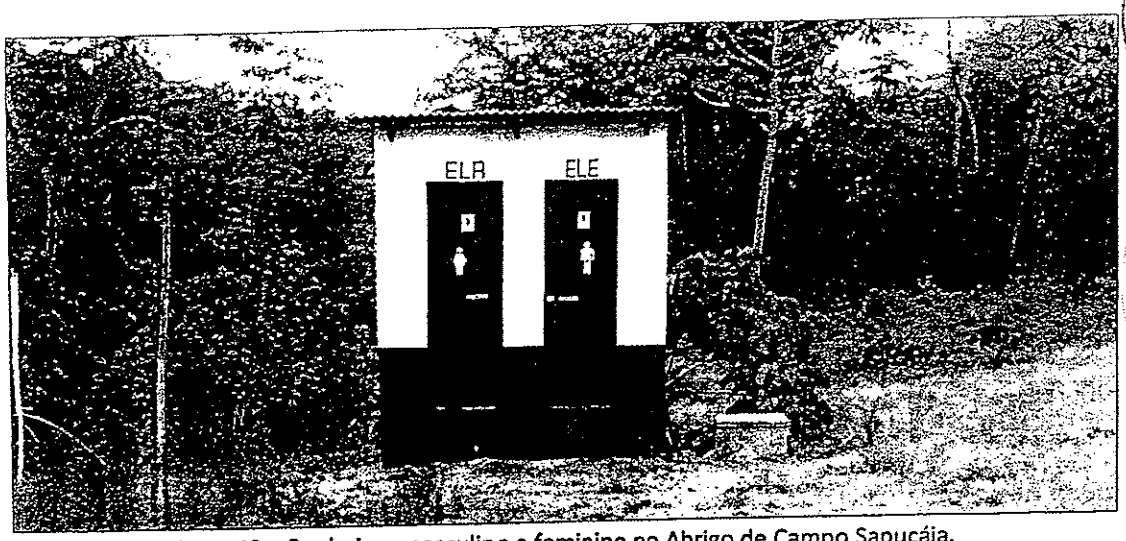


Figura 13 – Banheiros masculino e feminino no Abrigo de Campo Sapucáia.

Figura 14 – Trator utilizado na atividade com todos os dispositivos de segurança. Na imagem verifica-se a grade de proteção, o arco de tombamento e o cinto de segurança. O operador Gelson José Pereira Ramos está usando o conjunto completo de EPIs (uniforme, bota, luva, óculos, plug protetor de ouvido e touca árabe.

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Fls. 102
Secretaria
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1112
PARÁ

AUDITORIA DA REGIÃO
Fls. 103
Secretaria
VARA — MINAL
Fls. 2426
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1513
PARÁ

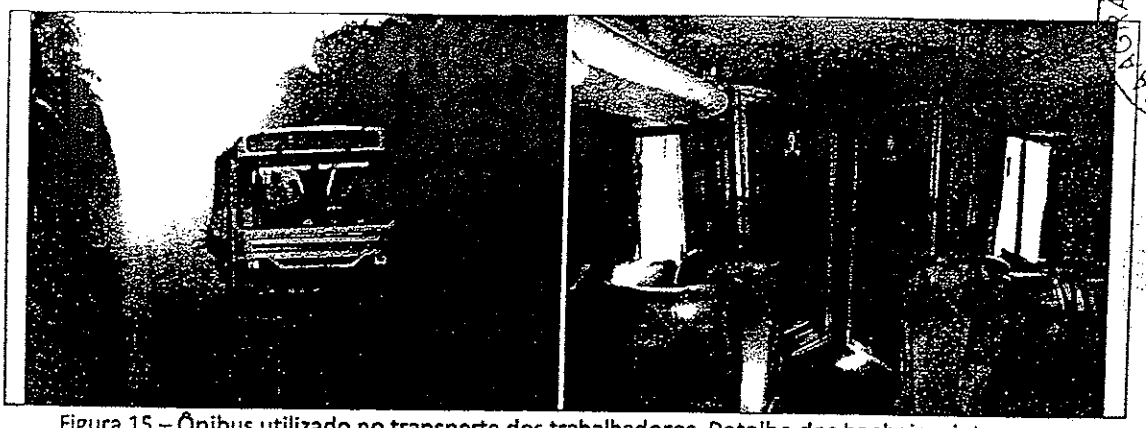


Figura 15 – Ônibus utilizado no transporte dos trabalhadores. Detalhe dos banheiros internos.

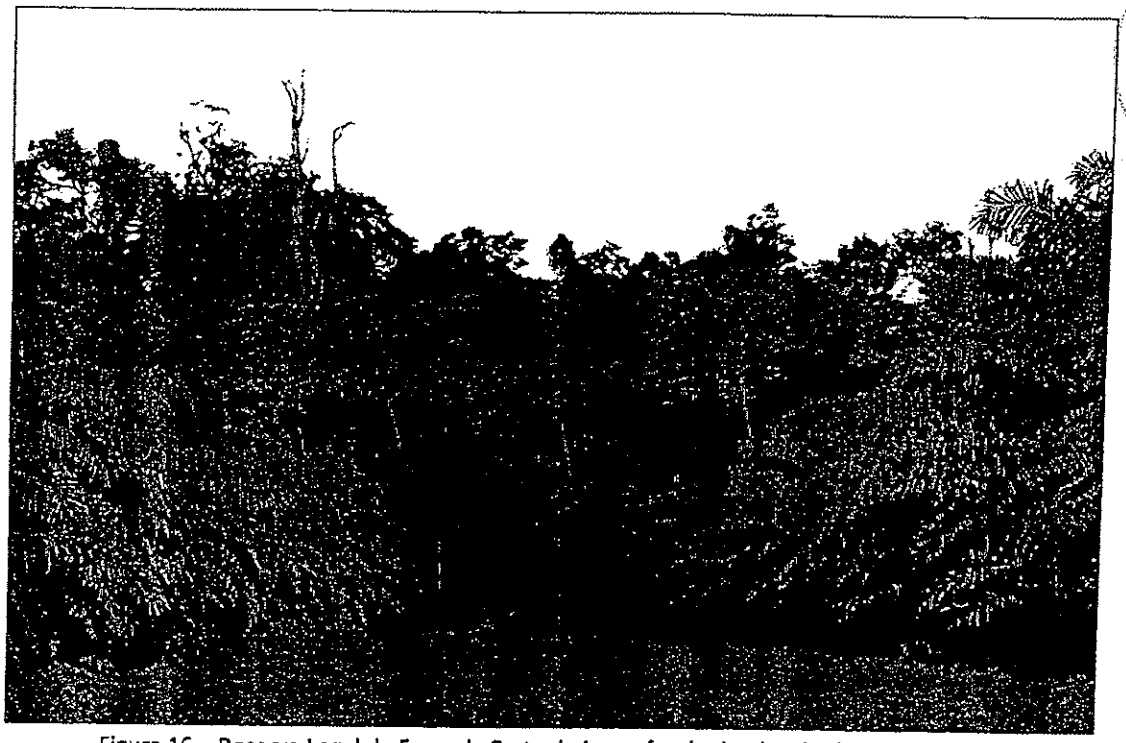


Figura 16 – Reserva Legal da Fazenda Castanheira ao fundo do plantio de palma 2006.
Coordenadas: 02° 35' 54,3" S; 48° 33' 11,7" W

Figura 17 – Reserva Legal da Fazenda Castanheira. Coordenadas: 02° 36' 30,6" S; 48° 31' 53,5" W

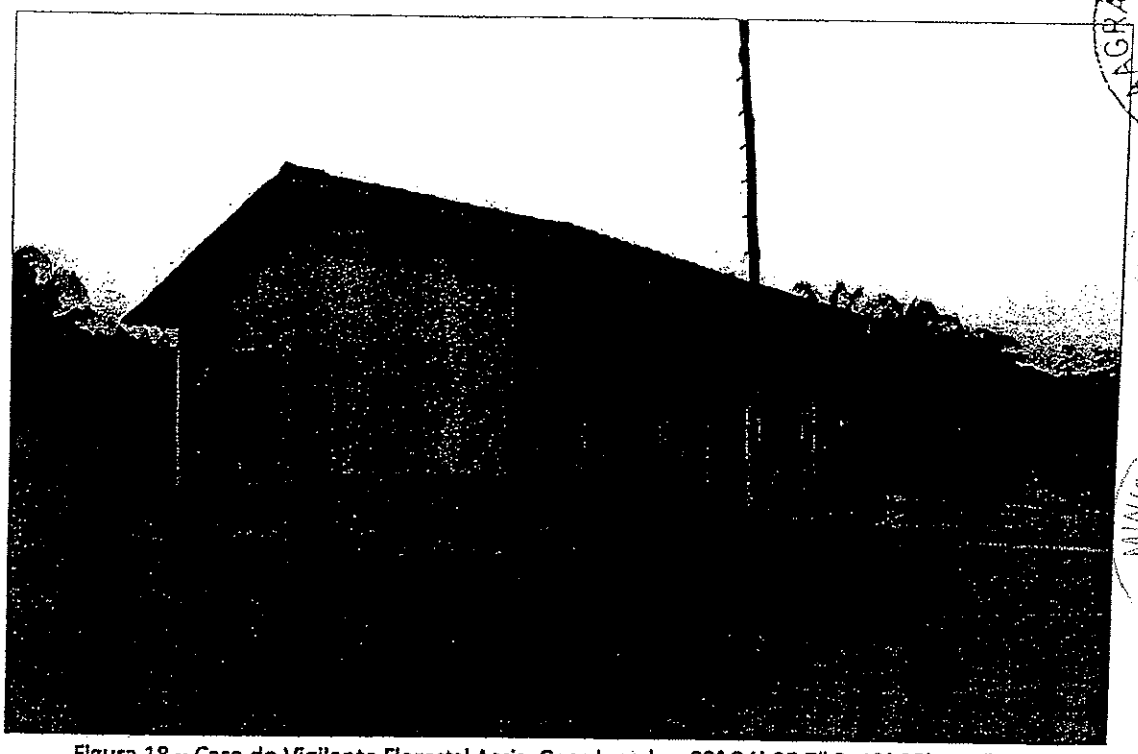


Figura 18 – Casa do Vigilante Florestal Assis. Coordenadas: 02° 34' 05,7" S; 48° 35' 15,1" W

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Fls. 104
Secretaria
MINIHAL — VARA
Fls. 647
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1114
PARÁ

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Fls. 105
Secretaria
MARANHÃO

Fls. 6

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1115
PARÁ

DOC. 05

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

CARTORIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO ABÍLIO MACHADO FILHO
Vicente Jaguaribe Rosa de Queiroz
Tabelião Interino
Marcelo Freire – Tabelião Substituto
AVENIDA AFONSO PENA, 1162 – TEL. (031) 224-3883
30000 - BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

LIVRO Nº 651-A
FLS. 8v a 14
1º TRASLADO

ESCRITURA PÚBLICA DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA, SOB A DENOMINAÇÃO DE - MENDES JÚNIOR AGRÍCOLA DO PARÁ S/A - AGROMENDES, QUE FAZEM A CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR S/A E OUTROS.

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 25 JAN 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
008 087 394

CARTÓRIO GIVALDO
Distrito de Icoaraci - B
Givaldo Gomes de
Tabelião
Confere com o Origir
Icoaraci(PA), 15 MAR. 20
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF 597.318.422-68
Escrevente
Válido som o selo de

SAIBAM quantos este público instrumento - virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, - de mil novecentos e oitenta e um (1981) aos onze (11) dias do mês de Setembro, nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do - Estado de Minas Gerais, em meu Cartório, à Av. Afonso Pena, nº 1162, perante mim, tabelião, compareceram como declarantes, a Construtora Mendes Júnior S/A, CGC-MF nº 17.162.082/0001-73, - sediada em Belo Horizonte, à Av. João Pinheiro, 146 - 18º andar; e, Companhia Mineira de Participações Industriais e Comerciais, com sede nesta Capital, à Av. João Pinheiro, 39 - 14º andar, inscrita no CGC sob o nº 17.164.708/0001-80, ambas representadas por seu Presidente, Dr. José Mendes Júnior, adiante qualificado; José Mendes Júnior, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 001 100 946-20, carteira de identidade nº - -

Fls. 106
Secretaria
VARA AGRÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA

Fls. 0119
MINISTÉRIO PÚBLICO

Fls. 11168
MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ

Rez
Ivo Serafim Reis
CPF 013.388.976-91
MG Nº 13.807

M-34.462/SSPMG, residente à rua da Bahia 2.164, nesta Capital; Jésus Murillo Valle Mendes, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 001 110 406-63, carteira de identidade nº M-1.113.315/SSPMG residente à Rua Lourenço Menicucci 111, nesta Capital; Alberto Laborne Valle Mendes, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 001 101 326-53, carteira de identidade nº 39.686/SSPMG, residente à Av. Agulhas Negras 115, nesta Capital; Sânzio Valle Mendes, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 001 101 086-04, carteira de identidade nº 229.336/SSPMG, residente à Rua Chicago nº 602, nesta Capital; Marcos Valle Mendes, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 001 110 246-34, carteira de identidade nº M-524.676/SSPMG, residente à Rua Ascânio Bulamarqui 199, nesta Capital; e, Arthur Valle Mendes, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 001 110 316-72, carteira de identidade nº M-296.727/SSPMG, residente à Rua República Argentina 255, nesta Capital; reconhecidos como sendo os próprios por mim, tabelião, e de cuja capacidade jurídica dou fé. Então, perante as testemunhas adiante nomeadas e qualificadas, cuja identidade e capacidade também reconheço, pelas partes me foi dito: PRIMEIRO - Que decidiram constituir uma sociedade anônima na forma de que dispõe o art. 88 da Lei 6.404, de 15-12-76, como de fato pela presente escritura e na melhor forma de direito a constituem, sob a denominação de Mendes Júnior Agrícola do Pará S/A - AGROMENDES, com sede e foro à Av. Nazaré 482, na cidade de Belém, Estado do Pará, com o objetivo constante dos estatutos sociais adiante transcritos. SEGUNDO - Que o capital social da referida sociedade anônima é de Cr$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), dividido em 6.000.000 (seis milhões) de ações de Cr$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, sendo 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias e 1.000.000 (hum milhão) de ações -

Antonio Gonçalves Alves
CPF N.º 018.368.976-91
OAB/MG Nº 25.857

MINISTÉRIO PUBLICO Fls. 1117 PARÁ

JUDEPA

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA — Secretaria Fls. 107

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Autenticidade
003 517 413

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 25 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

preferenciais classe "B" todas nominativas, o qual é inteiramente subscrito pelas declarantes da forma seguinte: a) a declarante Construtora Mendes Júnior S/A, subscreve 250.000 (duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias e 1.000.000 (hum milhão) de ações preferenciais classe "B", no valor nominal de Cr$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, totalizando Cr$1.250.000,00 (hum milhão, duzentos e cinquenta mil cruzeiros); - b) a declarante Companhia Mineira de Participações Industriais e Comerciais, subscreve 4.690.000 (quatro milhões, seiscentas e noventa mil) ações ordinárias no valor nominal de Cr$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, totalizando Cr$4.690.000,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros), c) Os declarantes José Mendes Júnior, Jésus Murillo Valle Mendes, Alberto Laborne Valle Mendes, Sânzio Valle Mendes, Marcos Valle Mendes e Arthur Valle Mendes, subscrevem 10.000 (dez mil) ações cada um, totalizando Cr$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros). TERCEIRO - Que conforme boletim de subscrição do capital exibido a mim, Tabelião, os declarantes realizaram neste ato, 10% (dez por cento) do valor das ações subscritas. QUARTO - Que as referidas importâncias foram recolhidas e depositadas na Agência - Centro do Banco do Brasil S.A., em Belo Horizonte. QUINTO -Que os comprovantes de depósito foram apresentados a mim, tabelião, e ficarão arquivados neste Cartório após a sua transcrição no final desta escritura. SEXTO - Que a sociedade anônima ora constituida reger-se-á pelas leis e regulamentos vigentes ou a vigorarem no País e que lhe forem pertinentes e, em especial, pelo Estatuto a seguir transcrito, adotado pelos declarantes: "Estatuto Social da Mendes Júnior Agrícola do Pará S/A - AGROMENDES - Capítulo I - Da denominação, Sede, Objeto e Duração - Art. 1º - A Mendes Júnior Agrícola do Pará S/A - AGROMENDES é

Brito Serafim Rios
N.º 019.328.976-91
B/MG N.º 13.607

JUCEPA
VARA AGRARIA DA REGIÃO DE CAMETÁ
Fls. 100
Secretaria
MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ
Fls. 1113
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci (PA), 15 MAR. 2016
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci (PA), 25
Erika Fabíola
CPF: 597
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

uma sociedade anônima de capital autorizado, com sede em Belém do Pará, regida pelo presente Estatuto e pela legislação vigente. Art. 2º - A Companhia tem por objetivo a plantação de palmares e ou de quaisquer outras espécies vegetais, sua exploração agrícola e industrial e a comercialização nos mercados interno e ou externo, dos respectivos subprodutos; florestamento, reflorestamento e beneficiamento de madeira, com ou sem industrialização, e sua comercialização nos mercados internos ou externos e a cria, recria e engorda de gado e sua comercialização nos mercados interno e externo. Art. 3º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social e Ações - Art. 4º - O Capital social é de Cr$ - - - - Cr$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), representado por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias e 1.000.000 (hum milhão) de ações preferenciais classe "B" do valor nominal de Cr$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, todas nominativas. § 1º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembléia Geral. § 2º - Fica o Conselho de Administração autorizado a deliberar sobre a emissão de ações preferenciais - classe "A" respeitados os limites legais e o fixado no § 4º - deste artigo. § 3º - A integralização de ações preferenciais classe "A" será feita com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, excluído, neste caso, o direito de preferência dos acionistas, ficando as referidas ações indisponíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua - subscrição, na forma da lei. § 4º - O capital social poderá ser aumentado até Cr$1.800.000.000,00 (hum bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros), independentemente de autorização da Assembléia Geral. Capítulo III - Da Administração - Seção I - Art. 5º - Na composição dos órgãos de administração será sempre ob-

Antônio Barbosa Rios
CPF N.º 013.388.976-91
OAB/MG N.º 13-807

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 109
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1119
PARÁ

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Conferi com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Thiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
008.517.418

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 25 JAN. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICADO
008.067.392

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO INTERINO
VICENTE JAGUARÍBO ROSA DE QUEIROZ

observada a maioria dos membros brasileiros, assegurados a estes os poderes predominantes. Seção II - Do Conselho de Administração - Art. 6º - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) Conselheiros, dos quais um será o seu Presidente e outro o Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano, todos acionistas e residentes no País, podendo ser reeleitos. § Único - Em caso de vacância de dois ou mais cargos do Conselho de Administração, será convocada a Assembléia Geral Extraordinária, para o seu preenchimento. Art. 7º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, com a presença de 2 (dois) de seus membros, pelo menos. Art. 8º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas e dirigidas por seu Presidente, ou, em caso de vacância, ausência ou impedimento, por seu Vice Presidente. Art. 9º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos e, em caso de empate nas votações, o Presidente em exercício terá o voto de qualidade. Art. 10º - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia; b) aprovar o planejamento e orçamento anual e/ou plurianual elaborado pela Diretoria; c) eleger, destituir e substituir os direitores da companhia, fixando-lhes individualmente as atribuições; d) fixar os honorários de cada um dos seus membros e da Diretoria, observado o disposto no art. 16; e) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos; f) convocar, por seu Presidente a Assembléia Geral; g) manifestar-se sobre o relatório e as contas anuais da Diretoria; h) escolher e destituir os auditores

Inês Saraiva Rios
N.º 013.380.976-91
B/MG N.º 13.807

JUCEPA
VARA AGRÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA
Fls. 110
Secretaria
Fls. 6133
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1320
PARÁ
CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
008.517.416
CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 25 JAN. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
008.067.398

res independentes, se for deliberado contratá-los; i) deliberar sobre a emissão de ações preferenciais de classes diversas; j) deliberar sobre quaisquer outros assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria. Seção III - Da Diretoria - Art. 11 - A administração corrente da companhia será assegurada por uma Diretoria composta de 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para os cargos de Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo, Diretor Superintendente, Diretor Técnico e Diretor Administrativo Financeiro, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. § 1º - Para o cargo de Diretor - Presidente o Conselho de Administração elegerá 1 (um) de seus próprios membros. Art. 12 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que assim o exigirem os interesses sociais, instalando-se a reunião com a presença de, pelo menos, 3 (três) de seus membros. § 1º - As reuniões serão convocadas e presididas pelo Diretor-Presidente, ou pelo Vice-Presidente Executivo, ou pelo Diretor Superintendente, cabendo ao último assegurar o normal funcionamento da Diretoria. § 2º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos Diretores presentes, cabendo ao Diretor que presidir a reunião, em caso de empate, o voto de qualidade, sendo lavradas atas das respectivas reuniões. - Art. 13 - A Diretoria assegurará a representação e o funcionamento regular da companhia. § 1º - Os atos que importem em assumir obrigações, aceitar, avalizar e endossar títulos, prestar fianças, adquirir, alienar ou onerar bens móveis e imóveis, movimentar contas bancárias, constituir procuradores, firmar contratos e representar a Companhia ativa e passivamente, em Juizo e fora dele, requererão, sempre, a assinatura conjunta de dois diretores ou de um procurador com poderes especiais e

Antônio Sarafino Rios
CPF N.º 013.388.976-91
OAB/MG Nº 19.807

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ
Fls. 111
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1121
PARÁ

GIVALDO ARAUJO
Ioanaci - Belém-Pará
Tabelião Gonçalves de Araujo
Confere com o Original. Dou fé.
Ioanaci(PA), 25 JAN. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
008.067.399

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Ioanaci - Belém-Pará
Givaldo Gonçalves de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Ioanaci(PA), 25 JAN. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
008.067.399

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO INTERINO
VICENTE JAGUARÃO ROSA DE QUEIROZ

expressos. § 2º - Os atos que importem em alienação ou oneração de bens do ativo permanente da companhia ou nas prestações de avais ou fianças, dependerão, sempre, de deliberação unânime tomada em reunião da Diretoria com a presença de todos os diretores, reconhecido o interesse da companhia na prática do ato, ressalvado o disposto no § 3º. - § 3º - Ao Diretor-Presidente e ao Vice-Presidente Executivo é facultado agir isoladamente na prática de todo e qualquer ato necessário aos interesses sociais. § 4º - Para os atos de mero expediente, será suficiente a assinatura de um só Diretor. Capítulo IV - Do Conselho Fiscal - Art. 14 - A companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e três suplentes, que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido dos acionistas, nos termos da lei. Capítulo V - Da Assembléia Geral - Art. 15 - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á ordinariamente até 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observando-se em sua convocação, instalação e deliberações as disposições legais e estatutárias. Parágrafo Único - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo substituto por qualquer deles indicado, escolhendo-se entre os presentes um ou mais secretários. Art. 16 - A Assembléia Geral estabelecerá o montante global dos honorários dos administradores. Capítulo VI - Do Exercício Social e Distribuição de Lucros - Art. 17 - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão preparadas as demonstrações financeiras exigidas por lei e levantado o Balanço Geral. Art. 18 - O lucro líquido apurado no Balanço Geral será assim distribuido: a) a percentagem estabelecida

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE ANANHAL
Fls. 112
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1122
PARÁ

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci, 15 MAR. 2016
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Válido somente com o selo de segurança
004.517.421

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci, 25 JAN. 2016
Erika Fabíola Marques
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Válido somente com o selo de segurança
AUTENTICAÇÃO
008.067.400

na lei para a reserva legal; b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado na forma da lei, para dividendos - aos acionistas; c) o restante terá a destinação que lhe for dada pela Assembléia Geral, obedecidas as disposições legais - aplicáveis. Capítulo VII - Da Liquidação - Art. 19 - A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. § 1º - Durante o período de liquidação, será mantido o Conselho de - Administração, ao qual incumbirá nomear o liquidante e, se for o caso, destitui-lo. § 2º - O liquidante terá os deveres e a competência definidos na lei. Art. 20 - O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente durante o período de liquidação." SÉTIMO - Que os declarantes deliberaram escolher os membros que irão compor o Conselho de Administração e a primeira Diretoria da Sociedade que são os seguintes: 1) Para Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jésus Murillo Valle Mendes, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado e residente em Belo Horizonte-MG, à rua Professor Lourenço Menicucci, nº 111, - CPF/MF nº 001 110 406-63, carteira de identidade nº 1.113.315 SSPMG; para Vice-Presidente, Sr. Sânzio Valle Mendes, brasileiro, casado, industrial, domiciliado e residente em Belo Horizonte-MG, à Rua Chicago nº 620, CPF nº 001 101 086-04 e carteira de identidade nº 229.336/SSPMG, e, para Conselheiro o Sr. - Marcos Valle Mendes, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua Ascânio Bulamarqui nº 199, CPF nº 001 110 246-34 e carteira de identidade nº M-524.676/SSPMG; 2) Para Diretor-Presidente, Dr. Jésus Murillo Valle Mendes, antes qualificado; - para Vice-Presidente Executivo, Sr. Alberto Laborne Valle Mendes, brasileiro, casado, industrial, residente em Belo Horizonte-MG, à Av. Agulhas Negras nº 115, CPF nº 001 101 326-53, - carteira de identidade nº M-39.686/SSPMG; para Diretor Superin

Antônio Serafim Rios
CPF N.º 013.388.976-91
OAB/MG N.º 13.807

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA — Secretaria — Fls. 113

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO PARÁ — Fls. 1123

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO — Irmão de Icoaraci - Belém-Pará — Gomes de Araujo — Tabelião — Confere com o Original. Dou fé. — Válido somente com o selo de segurança — 15 MAR. 2016 — Fabíola Marques Carvalho — CPF: 597.318.422-68 — Escrevente — Tribunal de Justiça do Estado do Pará — 008.557.427

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO — Distrito de Icoaraci - Belém-Pará — Confere com o Original. Dou fé. — Válido somente com o selo de segurança — Icoaraci, 25 JAN. 2016 — Erika Fabíola Marques — CPF: 597.318.422-68 — Escrevente — Tribunal de Justiça do Estado do Pará — AUTENTICAÇÃO — Válido somente com o selo de segurança — 008.067.397

tendente, Sr. Rui Vilares Cordeiro, português, casado, advogado, residente em Belo Horizonte-MG, à Rua Roquete Mendonça, 417 aptº nº 304, CPF nº 406 826 687-53, carteira de identidade nº SRE 3.667.210. 3) Os cargos de Diretor Técnico e Diretor Administrativo-Financeiro, permanecerão vagos até ulterior deliberação do Conselho de Administração. OITAVO - Que os administradores, conforme ainda deliberado pelos outorgantes e reciprocamente outorgados, farão jus à remuneração "pro-labore" de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) mensais no período que vai desta data até 30 de abril de 1982, a ser por eles próprios repartida. NONO - Que os administradores tomarão posse em livro próprio, tão logo a Sociedade inicie suas atividades e seja seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará. DÉCIMO - Que a Sociedade inicia suas atividades a partir da data desta escritura. DÉCIMO PRIMEIRO - Que cumpridas como se acham todas as formalidades legais as declarantes definitivamente constituída a Mendes Júnior Agrícola do Pará - AGROMENDES, conferindo à sua Diretoria plenos poderes para adotar e encaminhar as providências necessárias à legalização da Sociedade e seu regular funcionamento. Que os declarantes pediram-me que lhes lavrasse a presente escritura em minhas Notas, o que fiz em face de me haver sido distribuída, e pelos documentos seguintes: - "Guia de Recolhimento - (Cr$600.000,00) - O sr. José Mendes Júnior, na qualidade de fundador da Mendes Júnior Agrícola do Pará S/A - AGROMENDES, em cumprimento ao disposto na Lei 6.404 de 15-12-76, artigos 59 a 73 do Decreto-Lei nº 2.627, de 26-09-40. Lei nº 4.595 de 31-12-64, e Circular nº 55, de 06-10-66 do Banco Central do Brasil, deposita no Banco do Brasil S.A., a importancia de Cr$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), proveniente de quantias

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 114
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1124
PARÁ

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Autenticidade
Válido somente com selo de segurança
008 SIC 123

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 25 JAN. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Autenticidade
Válido somente com selo de segurança
008 SIC 123

que recebeu de subscritores de capital, mencionado, a seguir, os nomes dos subscritores, domicilios e ações respectivas: Nome: Construtora Mendes Júnior S/A - Domicilio: Belo Horizonte- Valor 10% das ações: Cr$125.000,00; - Nome: Cia. Mineira de - Participações Industriais e Comerciais - Domicilio: Belo Horizonte - Valor 10% das ações: Cr$469.000,00; - Nome: José Mendes Júnior - Domicilio: Belo Horizonte - Valor 10% das ações: Cr$1.000,00; Nome: Jésus Murillo Valle Mendes - Domicilio: Belo Horizonte - Valor 10% das ações: Cr$1.000,00; - Nome: Alberto Laborne Valle Mendes - Domicilio: Belo Horizonte - Valor 10% das ações: Cr$1.000,00; - Nome: Sânzio Valle Mendes - Domicilio: Belo Horizonte - Valor 10% das ações: Cr$1.000,00; - Nome: Marcos Valle Mendes - Domicilio: Belo Horizonte - Valor 10% das ações: Cr$1.000,00; - Nome: Arthur Valle Mendes - Domicilio: Belo Horizonte - Valor 10% das ações: Cr$1.000,00 - TOTAL Cr$600.000,00. Belo Horizonte, 11 de Setembro de 1981.- (a) José Mendes Júnior - Fundador"; - Recibo do Banco do Brasil S.A., a crédito de Mendes Júnior Agrícola do Pará S/A - AGROMENDES - Recebemos da titular acima, o valor referente à determinação legal - Lei 6.404, de 15-12-76, correspondente a 10% do capital integralizado em dinheiro de acordo com relação anexa. Valor Cr$600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), conforme registro por autenticação mecânica nº 051, em 11 de Setembro de 1981. Escrita esta e lida às partes a aceitaram e assinam com as testemunhas, Orestes Alves Timponi e Marco Antônio de Jesus, brasileiros, casados, datilógrafos, residentes nesta Capital, que esta também ouviram ler, do que dou fé. Eu, Mônica Queiroz Alves, escrevente juramentada, a escrevi. Dou fé. - Eu, Vicente Jaguarão Rosa de Queiroz, tabelião, a subscreví.- (aa) José Mendes Júnior - Jésus Murillo Valle Mendes - Alberto

Antônio Serafim Rios
CPF N.º 013.388.976-91
OAB/MG N.º 13.007

Válido somente com o selo de segurança
Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.313.422-68
Escrevente
VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 115
Secretaria
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1125
PARÁ
TÓRIO GIVALDO ARAUJO
Tabelião
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO INTERINO
VICENTE JAGUARÃO ROSA DE QUEIROZ

Laborne Valle Mendes - Sãnzio Valle Mendes - Marcos Valle Mendes - Arthur Valle Mendes - Orestes Alves Timponi - Marco Antônio de Jesus . TRASLADADA EM SEGUIDA. .-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

Eu, Vicente Jaguarão Rosa de Q, tabelião, a subscrevo e assino em público e raso.

Em testº da verdade

O TABELIÃO Vicente Jaguarão Rosa de Q

mfvmn.

Tabelião do 2.º Ofício de Notas

Junta Comercial do Estado do Pará
— JUCEPA —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em, 28/09/81, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o n.º 153000.1188 a 1ª via da presente Ata de Mendes Irmãos Agrícola do Tarará S/A - Agroveres

Belém, 28 de 09 de 19 81

Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral

Adalberto Acatauassú Nunes
Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Válido somente com o selo de segurança

JUCEPA Inst.Norm.Nº93/02 DNRC. Certifico a autenticidade deste documento, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial, sob o número, data e natureza Jurídica, conforme consta nesta cópia. Até a presente data.

(X)Existe ato(s) posterior(es) arquivado no prontuário da empresa
( ) Este é o único ato arquivado
( )Este é o último ato arquivado

Belém, 29 de agosto de 2011.

PROTOCOLO: 11/068759-0

Getulio Villas Moreira
Secretário Geral

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CAMETÁ — MARANHÃO
Fls. 116
Secretaria

6139
Fls. 6139

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1126
PARÁ

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Válido somente com o selo de segurança
15 MAR. 2016
Gabriela Marques Carvalho
Escrevente
CPF: 597.318.422-68

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICAÇÃO
008.517.426

MENDES JUNIOR AGRÍCOLA DO PARÁ S.A. - AGROMENDES

C.G.C. Nº 04.102.265/0001-51

Ata da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 10 de abril de 1.989.
HORÁRIO: 10:00 horas.
LOCAL: Sede social, Avenida Nazareth, nº 482, Belém - PA.
PRESENÇA: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito de voto.
MESA: Dr. Adhemar Iervolino - Presidente
Dr. Fernando David Fonseca Gonçalves - Secretário

DOCUMENTOS LIDOS E PUBLICAÇÕES:

Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Pará de 31 de março último, 3 e 4 de abril corrente, e na Província do Pará de 31 de março último, 1 e 2 de abril corrente.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME:

1. Tomara registrar em ata a renúncia dos membros do Conselho de Administração, motivada pela transferência do controle acionário da Companhia, agradecendo os serviços por eles prestados à sociedade até esta data;

2. Elegera para constituírem o Conselho de Administração, com mandato até a Assembléia Geral ordinária de 1.990, os senhores PAULO JOSÉ ERNESTO COELHO, brasileiro, viúvo, engenheiro, titular do R.G. nº 5.273.240-SSP/SP e do CPF nº 229.786.238-53, residente e domiciliado em São Paulo-SP, à Rua Raul Adalberto Campos, 287; WALDYR DE CAMPOS ANDRADE, brasileiro, casado, advogado, titular do R.G. nº 7.127.569-SSP/SP e do CPF nº 000.394.706-87, residente e domiciliado em São Paulo-SP, à Rua Haddock Lobo, 1.084, apto. 71; e ANTONIO COUTO CARDOSO, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do R.G. nº 9.189.725-SSP/SP e do CPF nº 045.932.607-[illegible], residente e domiciliado em São Paulo-SP, à Rua Comendador Elias Jafet, 541, sendo o primeiro designado Presidente do Conselho de Administração;

3. Suspendera os trabalhos às 10:30 horas, para posse dos novos membros do Conselho de Administração e eleição da nova Diretoria, em virtude da renúncia de seus titulares por motivo da transferência do controle acionário;

4. Procedera a reabertura dos trabalhos às 12:00 horas do mesmo dia 10 de abril corrente, na sede social, e com a presença dos mesmos acionistas que compareceram à assembléia inaugural, tendo o senhor Presidente determinado que o Secretário,

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Selo de Segurança AUTENTICAÇÃO Série H - Confere com o Original - 26 NOV. 2015 - Fabíola Marques Carvalho CPF: 597.318.402-68

Cartório Gualdo Araújo - Distrito de Icoaraci - Belém-Pará - Gualdo Gomes de Araújo - Tabelião - Confere com o Original - Icoaraci (PA) 15 MAR. 2010 - Erika Fabíola Marques Carvalho CPF: 597.318.4[illegible]

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Selo de Segurança - Série H - 008 517427

Cartório Gualdo Araújo - Distrito de Icoaraci - Belém-Pará - Gualdo Gomes de Araújo - Tabelião - Confere com o Original. Dou fé. Válido somente com a apresentação de seguinte Tabelião - 31 JAN. 2014 - Maria da Conceição Aviz do Vale - CPF 352.352.252-87 - Escrevente

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Selo de Segurança AUTENTICAÇÃO Série H - 001.992.814 - 00137367

MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ - Fls. 1127

AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL - VARA - Fls. 111 - Secretaria

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO DESTE
DOCUMENTO SOB O NUMERO ABAIXO

24ABR89 000413

SEC. GERAL
ALFREDO COELHO

JUNTA COMERCIAL DO EST. DO PARÁ
Este documento confere com o original
Belém, 21/04/1989
Secretária Roberta Sousa R. Gomes
Aux. Técnica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Maria da Conceição Aviz do Vale
CPF: 352.352.252-87
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Dou fé.

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 26 NOV. 2015
Marques Carvalho
422-68
Válido somente com o selo de segurança

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o original. Dou fé.
MAR. 2016
Marques Carvalho
97318.422-68
Válido somente com o selo de segurança

procedesse a eleição da Diretoria, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 1.990, os Srs. CARLOS ROBERTO ORTIZ NASCIMENTO, RICARDO BARBOSA CASQUEIRO, SILVIO HUMBERTO GOMES MAIA, JOSÉ ELANIR DE LIMA, e PEDRO DARLY GOULART;

5. mandara que a ata de reunião do Conselho de Administração seja levada a registro na Junta Comercial deste Estado simultaneamente com a ata desta Assembléia Geral e ambas publicadas, na forma da lei;

6. fixara a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria em até NCz$ 18.000,00 (dezoito mil cruzados novos) mensais, cabendo ao primeiro destes órgãos, na forma do artigo 18 do estatuto social, deliberar sobre a forma de distribuição desse valor entre os seus membros e os da Diretoria;

7. alterara a denominação social para AGROPALMA S.A. e, em consequência, reformara o artigo 1º do estatuto social, o qual passou a ser redigido, na sua integridade, da seguinte forma: "ARTIGO 1º - AGROPALMA S.A. é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis";

8. aprovara proposta do senhor Presidente da Mesa para que a presente ata seja publicada nos termos do § 2º do artigo 130 da Lei de Sociedades por Ações.

Lida e aprovada, vai esta assinada pelos presentes. Belém-PA, 10 de abril de 1.989.

Fernando David Fonseca Gonçalves - Secretário

Adhemar Iervolino - Presidente da Mesa

OS ACIONISTAS:-

REAL SEGURADORA S.A.
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves.

BRASILEIRA SEGURADORA S.A.
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves.

COMPANHIA REAL BRASILEIRA DE SEGUROS
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves.

REAL PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves.

BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves.

REAL PLANEJAMENTOS E CONSULTORIA LTDA
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO DESTE
DOCUMENTO SOB O NUMERO ABAIXO.

24 ABR 89 000413

SEC. GERAL
ALFREDO COELHO

JUNTA COMERCIAL DO EST. DO PARÁ
[illegible]
Este documento confere com o original
Belém, 21/04/1989
Roberta Soares R. Gomes
Aux. Técnica

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Confere com o Original. Dou fé.
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Icoaraci(PA), 2015
Confere com o Original. Dou fé.
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Icoaraci(PA), 31 JAN. 2014
Confere com o Original. Dou fé.
Maria da Conceição Aviz do Vale
CPF: 352.352.252-87
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1129 PARÁ

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL Fls. 119 Secretaria

REAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA.
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves

REAL BRASILEIRA CORRETORA DE SEGUROS LTDA.
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves

CONSÓRCIO REAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO S.A.
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves

REAL S.A. - PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO
p.p. aa) Adhemar Iervolino. Fernando David Fonseca Gonçalves

PAULO JOSÉ ERNESTO COELHO

ANTONIO COUTO CARDOSO

WALDYR DE CAMPOS ANDRADE

Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Fernando David Fonseca Gonçalves
Secretário

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 31 JAN. 2014
Maria da C... do Vale
CPF: ...
Válido somente com o selo de segurança
AUTENTICAÇÃO
001.372.822

Cartórios Notariais e Registrais
Distrito de Icoaraci
Sebóia dos Santos
Oficial Interino
Confere com o Original. Dou fé.
03 JUN. 2004
João ...
Ivone de Lourdes S. Soares
Silvana F. Fernandes
Válido somente com o selo de segurança
004137569

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
008 927 433

CARTÓRIO GIVALDO
Distrito de Icoaraci - B
Givaldo Gomes de
Tabelião
Confere com o Origi
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICAÇÃO
007 551 241

CARTÓRIO
Distrito de
Givaldo
Confere com
Icoaraci(PA), 26 NOV. 2015
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
CERTIFICO O RECONHECIMENTO DESTE
DOCUMENTO SOB O NUMERO ABAIXO

24 ABR 89 000413

SEC. GERAL
ALFREDO COELHO

JUNTA COMERCIAL DO EST. DO PARÁ
Este documento confere com o original
Belém, 21/04/1989
Presidente
Maria Roberta Souza R. Gomes
Sec. Técnica

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 31 JAN. 2014
Maria da Conceição Aviz do Vale
CPF: 352.352.252-87
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Confere com o Original. Dou fé.
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Belém, 16 de Março de 1989

Des. Nelson Amorim - Presidente

Desa. Climenie Pontes
Relatora

Diretoria Judiciária do
TJE-Belém, 30 de Março de 1989

Fernando Pacífico da Costa
Chefe do Serviço de

Acordãos

(Q. E. nº 26.452)

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES

EXTRATO DE CONVÊNIO

PARTES: FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

OBJETO: Realização do Projeto MORA

PRAZO: 210 dias

VALOR: Nc$4.200,00 (Quatro mil e duzentos cruzados novos)
Recursos da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves

ALTERAÇÃO: Mediante Termo Aditivo

FORO: Comarca de Belém - Pará

Belém, 06 de abril de 1989

JOÃO DE JESUS PAES LOBATO
Superintendente

ARTHUR CLÁUDIO MELO
Secretário de Estado

(Ext. nº 17048, Reg. nº 34298, Dia 28/04/89)

MINERAÇÃO JURUNDI AGRÍCOLA DO PARÁ S.A. — AGROMINERAIS C.G.C. Nº 84.188.166/001-41 — REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — DATA: 10 de abril de 1989, HORÁRIO: 10:45 horas, LOCAL: Sede social, Avenida Nazaré, nº 482, Belém-PA. PAUTA: Exame de Consultoria e Eleição da Diretoria. - Reuniram-se os Srs: Paulo José Ernesto Coelho, Waldyr de Campos Andrade e Antônio Couto Cardoso, membros da Assembléia Geral Extraordinária que está sendo realizada, para constituírem o Conselho de Administração. O Sr. Paulo José Ernesto Coelho, Presidente designado desta Reunião, declarou aos presentes todos os seus membros e convidou-os a eleger a nova Diretoria, em virtude da renúncia dos membros desta última, por motivo de transferência de controle acionário. Por isso, resolveu o Conselho de Administração, por voto unânime, em seu mandato, eleger para constituírem a Diretoria, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 1.990, os Srs.: CARLOS ROBERTO ORTIZ NASCIMENTO, brasileiro, casado, economista, titular do R.G. nº 4.620.487-SSP/SP e do CPF nº 599.357.508-68, residente e domiciliado em São Paulo-SP, à Rua Sargento Wilberto Marcondes Machado, 185; RICARDO BARBOSA CASQUEIRO, português, casado, engenheiro agrônomo, titular do R.G. nº 1.820.056-SSP/PA e do CPF nº 187.819.506-15, residente e domiciliado nesta Capital, à Avenida Governador José Malcher, 641, apt. 1.301; SILVIO HUMBERTO GOMES MAIA, brasileiro, casado, bancário, titular do R.G. nº 3.764.416-SSP/SP e do CPF nº 063.913.178-00, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Mundurucus, 1.232, apt. 1.102-A; JOSÉ ELIANIR DE LIMA, brasileiro, casado, bancário, titular do R.G. nº 94.408-SSP/MG e do CPF nº 000.701.806-87, residente e domiciliado em São Paulo-SP, à Avenida Jerumã, 144, apt. 164; e PEDRO DARLY GOULART, brasileiro, casado, bancário, titular do R.G. nº 4.397.063-SSP/SP e do CPF nº 042.982.308-91, residente e domiciliado em São Paulo-SP, à Rua Dr. Eduardo Vaz, 87. O Conselho declarou as Diretorias desde logo empossadas. Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, de cuja lavratura se extrai esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Belém, 10 de abril de 1989. (a) Paulo José Ernesto Coelho - Antônio Couto Cardoso - Waldyr de Campos Andrade. Esta Ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Paulo José Ernesto Coelho - Presidente do Conselho de Administração. — JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - Certifico o arquivamento desta documento sob o número 00004414, 24 de abril de 1989. ALFREDO COELHO - Secretário-Geral.

(Ext. nº 17063, Reg. nº 34321, Dia 28/04/89)

COMPANHIA REAL AGRO INDUSTRIAL

ERRATA

Na publicação do Relatório da Diretoria d
nhia Real Agroindustrial, publicado no di
corrente, neste Diário, onde se le:COMPAN
AGROINDUSTRIAL, leia-se:COMPANHIA REAL AGROI

Belém, 26 de abril de 1989-A

(Ext. nº 17064, Reg. nº 34322, D

GALLIANO CKI INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
C.G.C.-MF.04789988/0001-70

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas pa
ção de Assembleia Geral Ordinária que se
às 11:00(Onze) horas do dia 29 de abril de
sede da Empresa, à Rodovia BR 316, KM 2, n
Ananindeua, neste Estado, quando serão
dos e aprovados os seguintes assuntos: a)-
do Relatório da Diretoria, Balanço Patrim
monstrativo do Resultado do exercício enc
31 de dezembro de 1988; b)-Aprovação da Co
natária do Capital Social; c)-Eleição dos
do Conselho Fiscal para o exercício de 198
ração dos honorários da Diretoria e dos me
Conselho Fiscal, para o exercício de 1989;
tros assuntos de interesse social.-Ananind
22 de abril de 1989 - A Diretoria.

(Ext. nº 17066, Reg. nº 34324, Dia 28, 27

WILLIAM CKI INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
C.G.C.-MF. 04789988/0001-70
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, oferecemos à apreciação dos senhores acionistas, os balanços contas relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1988, através de Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado, que refletem a realidade de nossas atividades, pautadas por métodos e políticas adotadas e eficazes. Chegamos ao final de exercício com um resultado negativo dentro de / nossas atividades operacionais. Agradecemos aos senhores acionistas a confiança depositada nesta Diretoria e colocamo-nos à disposição dos mesmos para outros esclarecimentos que julgarem necessários. Ananindeua, Pará - 22 de abril de 1.989

Ananindeua, Pará - 22 de abril de 1.989

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1988

ATIVO	1988	1987
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		
Caixa e Bancos	745.741,47	390.339,52
Duplicatas a Receber	34.926,00	397.125,60
Estoque Prod. Acabados		
Rat. de Subsídios e Adiantamentos	37.908.320,00	545.243,00
I C M A recuperar	1.081.962,18	-
Total do Ativo Circulante	39.579.992,05	1.332.704,12
REALIZÁVEL		
Imobilizações Financeiras	324,50	9.439.252,97
Imobilizações Técnicas	425.501.909,60	95.357.614,95
- Depreciações Acumuladas	105.771.812,27	21.846.215,98
Total do Ativo Permanente	304.947.441,85	82.944.551,94
DIFERIDO		
Despesas a Apurar	42.315.571,91	42.315.571,91
Total do Ativo Diferido	42.315.571,91	42.315.571,91
TOTAL		

PASSIVO	1988	1987
CIRCULANTE		
Contas a Pagar	20.416.724,92	
Encargos Sociais	397.520,84	
Impostos a Pagar		
Total do Passivo Circulante	20.814.225,76	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Bancos C/Empréstimo	40.682.446,00	40.
Contas Correntes de Acionistas	4.316,95	1.
Total do Exigível a L.Prazo	40.686.764,95	42.
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	36.291.968,06	5.
Reservas de Capital	312.514.877,87	33.
Reserva de Reavaliação	41.287.891,51	6.
Reserva Legal	35.449.276,97	1.
- Prejuízos Acumulados	101.512.816,81	-3.
Total do Patrimônio Líquido	326.292.015,20	42.
TOTAL DO PASSIVO	387.793.005,81	85.

DEMONSTRATIVO DO R.S.EXERCÍCIO

VENDAS	84.259.064,82	4.333.943,50
- Impostos e Taxas s/Vendas	13.616.871,82	761.581,26
	70.642.833,20	3.572.362,24
CUSTOS	52.218.934,65	3.443.139,39
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	22.423.298,55	129.202,85
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.269.958,97	96.268,32
RESULTADO OPERACIONAL	23.693.257,52	225.471,17
DESPESAS OPERACIONAIS:		
Administrativas	2.330.753,69	422.934,30
s/Pessoal	657.576,10	129.420,47
s/Vendas	89.828,00	31.848,00
Tributárias	197.657,90	6.190,84
Financeiras	8.402.815,57	9.424,66
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	48.321.938,60	344.422,78
RESULTADO EXCEPTIVO DO PERÍODO	5.920.903,99	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO I.R.	(42.056.608,23)	10.040,66
RESERVA DE LEI/DEDUÇÃO DO I.RENDA		3.441,23
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(42.056.608,23)	6.799,43

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

ORIGENS DOS RECURSOS:
Aumento do Patrimônio Líquido 23.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:
Aumento do Ativo Permanente 264.000.839,91
Variação do Exigível a L.Prazo 1.390.000,00 265.
18.
—

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	1988	1987	VA
ATIVO CIRCULANTE	39.579.992,05	1.332.704,12	38.
PASSIVO CIRCULANTE	20.814.225,76	924.572,19	19.
CAPITAL CIRCULANTE	18.765.766,29	408.131,93	18.

NOTAS EXPLICATIVAS

1- O Balanço Patrimonial e Demonstrativo de "resultado foram, obedecendo as normas contábeis geralmente aceitas; 2 - A Corr tária foi efetuada através do Índice Geral de Preços - DISPONIBILIDADES: 3 a 0. Técnicos está representado pelos seguintes saldos corrigidos: 1 CZ$-571.646,12 ; Prédios CZ$-190.042.637,44; Terrenos CZ$-8. Máquinas e Equipamentos CZ$-155.064.566,21 e Móveis e Utensí 29.604.439,93.

Ananindeua-Pará, 31 de dezembro de 1.988

a) William Cki - Presidente
Alice Teixeira Cki - Vice-Presidente
Ednaldo Alves - Diretor Industrial
Nilton de Silva Pallaji
Tec. em Contabilidade - CRC.PA-2439
CIC.002.434.772-87

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da William Cki Indústria e Comércio S/A, reunidos no ofício da Empresa em dia 10 de abril de 1989, examinamos o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado da Empresa relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1.988 e constatamos a exatidão dos mesmos e por isso emitimos parecer favorável a sua aprovação pela Assembléia Geral de seus acionistas e nos colocamos para sem final.

Ananindeua-Pará, 10 de abril de 1.989
a) Emerentina Rodrigues Cardoso
Lucsal dos Santos Cardoso
Joaquim Duarte Ribeiro Junior

(Ext. nº 17086, Reg. nº 34323, Dia 2

---

da e Vigilância nas unidades patrimoniais da CELPA, na cir- 24.
dade de Belém e no interior 09:
do Estado.

PLI/ASU-ASU-007/89 PLI/ASU-ASU-007/89 Aquisição de Ferragens Galvanizadas p/ Rede de Distribuição. 24. 10:

Os referidos editais encontram-se à disposição dos interessados na Assess de Licitação-PLI, à l 56, a partir do dia 24.05.89, no horário comercial, preço de NCZ$-0,50 (cincoenta centavos de cruzado novo) p/ a TP-C41/89, NCZ$-5,00 (cinco cruzados novos) p/ a TP-042/89, NCZ$-2,00 (dois cruzado vos) p/ a CONC-006/89 e NCZ$-1,00 (hum cruzado novo) p/ a CONC-007/89. O teressados em adquirir as T. de Preços deverão apresentar, NO ATO DA COM o certificado de Registro Cadastral da Secretaria de Estado de Administr SEAD.

Belém, 24 de abril de 1989.

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO.

(Ext. nº 16068, Reg. nº 34200, Dias 24, 25 e 26

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.

AVISO

EDITAIS DE LICITAÇÃO

A CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA, avisa aos interessados que realizará na sala de licitações do setor central, sito à Av. Gov. José Malcher nº 1.670, nesta cidade, as seguintes licitações designadas:

EDITAL	TOMADA DE PREÇOS	OBJETO	ABERTURA
RCB/ASU-CSU-041/89	PLI/ASU-CSU-041/89	Aquisição de Material Hidráulico p/ as SE's CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, REDENÇÃO E XINGUARA	10.05.89 09:00 hs
PLI/CGE-CUE-042/89	PLI/CGE-CUE-042/89	Execução de Obras Civis e Montagem Eletromecânica da Ampliação da UDE PORTEL.	10.05.89 10:00 hs

EDITAL	CONCORRÊNCIA	OBJETO	ABERTURA
PLI/ASU-ASU-006/89	PLI/ASU-ASU-006/89	Prestação de Serviços de Cu-	

Belém, 24 de abril de 1989.

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO.

(Ext. nº 16069, Reg. nº 34200, Dias 24, 25 e 26

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Dou fé. Original.
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Maria da Conceição Aviz do Vale
Escrevente

Serviços Notariais e Registrais
Distrito de Icoaraci
Anildo Sabóia dos Santos
Oficial Interino
Confere com o Original. Dou fé.
Selo de Segurança
Autenticação
João Pulcherio Carvalho
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Hugo Carvalho
007.551.268

Gomes de Araujo
Tabelião
Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Erika Fabiola Pereira Carvalho
CPF: 597.318.4[illegible]
Selo de Segurança
Autenticação
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Maria da Conceição Aviz do Vale
001.972.824
Escrevente
Selo de Segurança
Autenticação
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
004137370

Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Erika Marques Carvalho
CPF 597.318.422-68

Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Distrito de
007.302.634
Válido somente com selo de segurança

Fls. 121
Secretaria
Original. Dou fé.
23 NOV 2015
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF 597.318.422-68
Escrevente

AGROPALMA S.A.
CNPJ/MF nº 04.102.265/0001-51 - NIRE 15300001183
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 30 de abril de 2014. **HORÁRIO:** 09:00 horas, Assembleia Geral Ordinária, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **LOCAL:** Sede Social, Rodovia PA 150, km 74 – Tailândia - PA. **PRESENÇA: 1)** Acionistas titulares de ações ordinárias representando mais de dois terços do capital social com direito de voto. **2)** Administradores da Sociedade e Luciano Tadeu Lucci de Biasi – Contador CRC 1SP181115/O-9, representante da De Biasi Auditores Independentes (CRC 2SP 017861/O-6). **MESA:** Marcello Silva do Amaral Brito – Presidente. Flávio Márcio Passos Barreto – Secretário.

ORDEM DO DIA
EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;
2. deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;
3. eleger os membros da Diretoria e
4. fixar o montante global máximo da remuneração da Diretoria para o exercício de 2014.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Tomar conhecimento e deliberar sobre a Proposta da Diretoria para Consolidar o Estatuto Social.

PUBLICAÇÃO

Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2013 e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício: Diário Oficial do Estado do Pará, edição de 28.02.2014, às folhas 3, 4, 5, 6 e 7 do Caderno 12 e O Liberal, edição de 28.02.2014, às folhas 5, 6 e 7.

LEITURA DE DOCUMENTOS:

Todos os documentos citados na Ordem do Dia foram lidos e colocados sobre a mesa à disposição dos acionistas, para consulta.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME
EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Com abstenção dos legalmente impedidos, foram aprovados o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;

2. O prejuízo do exercício de R$ 10.151.932,74 foi absorvido mediante a utilização de parte do saldo da conta Reserva para Dividendos;

3. Foram reeleitos, para compor a Diretoria, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2015, os Srs. **JOSÉ HILÁRIO**

RODRIGUES DE FREITAS (CPF/MF nº 003.107.781-15 – RG nº 16.720.105-SSP-SP), brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Albuquerque Lins nº 887 – apto. 21 – Santa Cecília - CEP 01230-001; **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO** (CPF/MF nº 065.621.628-07 – RG nº 1.281.385-SSP-GO), brasileiro, casado, engenheiro de alimentos, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Dr. Gabriel dos Santos, 541, apto. 91, Santa Cecília - CEP 01231-011; **JOSÉ ELANIR DE LIMA** (CPF/MF nº 000.701.906-82 - RG nº M-164.409 - SSP-MG), brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Alameda Juquis, 225 - apto. 123 - Moema - CEP 04081-010; **HERNANDO CASCANTE SOLIS** (CPF/MF nº 535.189.182-49 – RNE V 453416-I – CGPI/DIREX/DPF), costa-riquenho, casado, engenheiro químico, residente e domiciliado em Belém – PA, na Travessa D. Romualdo de Seixas 156 – apto. 1802 – Umarizal – CEP 66050-110 e **JOEL BUECKE** (CPF/MF nº 957.706.237-72 - RG nº 817.446 SSP-ES), brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Tailândia – PA, na Rua 02, Casa 60 – Vila Crai, CEP 68.695-000. Os Diretores ora reeleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial;

Com abstenção dos interessados e nos termos do Estatuto Social, foi fixada a verba global máxima de remuneração da Diretoria em até R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) mensais, cabendo a esse órgão deliberar, em reunião específica, sobre a sua forma de distribuição entre os seus membros. Foi ainda deliberado que essa verba vigorará a partir do corrente mês de abril e poderá ser reajustada com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV. Poderá a Sociedade proporcionar aos seus administradores transporte individual e, para alguns, também serviço de segurança, a critério da Diretoria.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Após análise e discussão, os acionistas deliberaram aprovar a Proposta da Diretoria para Consolidação do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação:

ESTATUTO SOCIAL DA
AGROPALMA S.A.

CAPÍTULO I
Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social

Art. 1º - **AGROPALMA S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem sede na Rodovia PA 150, km 74, na Cidade, Município e Comarca de Tailândia (PA), que é o seu foro.

§ Único - Por simples deliberação da Diretoria poderão ser instaladas ou suprimidas filiais em todo o País, que na primeira hipótese atribuirá uma parcela do capital social a cada um desses estabelecimentos.

Art. 3º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Art. 4º- A sociedade tem por objeto:

a) o cultivo de palmeira de dendê e quaisquer outras culturas;

b) a formação de pastagens;

c) a extração e a comercialização de óleos vegetais e madeiras;

d) a manutenção, como atividade secundária, de uma Escola de Ensino Fundamental, e

e) quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros;

§ Único - A sociedade poderá, ainda, participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

CAPÍTULO II
Do Capital e das Ações

Art. 5º- O Capital Social é de R$ 150.395.444,94 (cento e cinquenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), integralmente realizado e dividido em 289.516.227 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentas e dezesseis mil, duzentas e vinte e sete) ações, sendo 90.060.674 (noventa milhões, sessenta mil, seiscentas e setenta e quatro) ações ordinárias (recursos próprios), 64.193.968 (sessenta e quatro milhões, cento e noventa e três mil, novecentas e sessenta e oito) ações preferenciais A (recursos de incentivo); 84.425.446 (oitenta e quatro milhões, quatrocentas e vinte e cinco mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações preferências B (recursos próprios), 28.391.160 (vinte e oito milhões, trezentas e noventa e uma mil, cento e sessenta) ações preferenciais C (recursos de incentivo), 21.679.598 (vinte e um milhões, seiscentas e setenta e nove mil, quinhentas e noventa e oito) ações preferenciais D (recursos de incentivo) e 765.381 (setecentas e sessenta e cinco mil, trezentas e oitenta e uma) ações preferenciais E (recursos de incentivo).

Art. 6º- Todas as ações serão escriturais, permanecendo em conta de depósito no Banco Santander (Brasil) S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei de Sociedades por Ações.

§ Único - Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Santander (Brasil) S.A., como instituição depositária, poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

Art. 7º - As ações ordinárias e as ações preferenciais Classe B são aquelas que forem ou vierem a ser subscritas e integralizadas com recursos próprios; e as preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E" são aquelas que foram subscritas e integralizadas com os recursos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM; e em todos esses casos também as que foram ou vierem a ser bonificadas e essas mesmas ações.

§ 1º - A integralização das ações preferenciais Classes A, C, D e E efetuar-se-á mediante o depósito da quantia correspondente em conta vinculada no Banco da Amazônia S.A. – BASA, em nome da sociedade, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação do comprovante de registro, na Junta Comercial competente, da ata da Assembleia Geral que deliberar sobre a subscrição, devidamente publicada, na forma da lei.

§ 2º - As ações preferenciais Classes A e D, subscritas com recursos do FINAM relacionados aos projetos inicialmente aprovados para a AGROPALMA S.A. e para a CRAI AGROINDUSTRIAL S.A., respectivamente, incorporadas parcialmente por esta Empresa em 30.04.2007, serão intransferíveis até a data da emissão dos respectivos certificados de implantação de projeto pela agência de desenvolvimento competente, nos termos do artigo 19 do Decreto-lei no 1.376/74, com a nova redação dada pelo artigo 1o do Decreto-lei no 2.304/86.

§ 3º - As ações preferenciais Classes C e E, subscritas com recursos do FINAM relacionados aos projetos inicialmente aprovados para a COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ e para a AMAPALMA S.A., respectivamente, incorporadas parcialmente por esta Empresa em 30.04.2007, serão intransferíveis até a data da emissão dos respectivos certificados de implantação de projeto pela agência de desenvolvimento competente, nos termos do artigo 19 do Decreto-lei no 1.376/74, com a nova redação dada pelo artigo 1o do Decreto-lei no 2.304/86.

§ 4º - Será facultado ao FINAM, no tocante às ações por ele subscritas, o desdobramento do número e da quantidade delas nos respectivos registros mantidos pela instituição financeira encarregada, sem ônus para o aludido Fundo.

§ 5º - Não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos da lei especial sobre incentivos fiscais, como também não terão esse direito os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais, inclusive os do FINAM. O direito de preferência legal para a subscrição de ações é plenamente assegurado às ações ordinárias e às ações preferenciais Classe "B".

§ 6º - A sociedade poderá adquirir as próprias ações mediante deliberação da Assembleia Geral, obedecendo, sob pena de nulidade, as normas da Comissão de Valores Mobiliários se estiver conceituada, ao tempo da compra, como companhia aberta.

Art. 8º - As ações preferenciais Classe "A", "C", "D" e "E" inconversíveis em ordinárias, não gozarão do direito a voto, mas terão as seguintes vantagens:

a) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade;

b) prioridade no recebimento de um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, pela participação dessas ações no capital social integralizado;

c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de dividendos ou de bonificações em dinheiro;

d) direito de participar, sem restrições, da distribuição de bonificação resultante da incorporação, ao capital social, de lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, mesmo de correção monetária;

e) participação integral nos resultados da sociedade, nos termos do § segundo do Artigo 8° (oitavo) do Decreto-lei n° 1.376/74, de modo que nenhuma outra espécie ou classe de ações poderá atribuir aos seus titulares vantagens patrimoniais superiores.

Art. 9° - As ações preferenciais Classe "B" não gozarão do direito a voto, mas terão as seguintes vantagens:

a) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, não exercitável em relação às ações preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E";

b) prioridade no recebimento de um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias pela participação dessas ações no capital social integralizado, não exercitável às ações preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E";

c) direito de participar, sem restrições, da distribuição de bonificação resultante da incorporação, ao capital social, de lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, mesmo de correção monetária.

Art. 10 - A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, criar novas ações preferenciais, ou aumentar classe ou tipo de ações existentes sem guardar proporção com as demais, desde que respeitado o disposto no Artigo 8° (oitavo) e 9° (nono) deste estatuto.

CAPÍTULO III
Da Assembleia Geral

Art. 11 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada por 2 (dois) Diretores, ou nos casos legais.

§ Único - Para participar da Assembleia Geral, é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento, no caso de representação de acionista por mandatário.

Art. 12 - A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

CAPÍTULO IV
Da Diretoria

Art. 13 - A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de 3 (três) a 6 (seis) membros, acionistas ou não, simplesmente designados Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral.

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração da Diretoria, cabendo a esse órgão deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros.

§ 2º - O prazo do mandato da Diretoria é de um ano, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição.

Art. 14 - Nos impedimentos ou faltas de qualquer Diretor o seu substituto será designado pela Diretoria.

§ 1º - Ocorrendo vaga na Diretoria proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição até o provimento do cargo vago pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto até o término do mandato do substituído.

§ 2º - Considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

§ 3º - As substituições previstas neste artigo, "caput", implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito a voto, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

Art. 15 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, com 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando da reunião participar a totalidade dos membros desse órgão.

§ 1º - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão; e quando os Diretores divergirem nas suas deliberações, a qualquer deles será facultado recorrer à Assembleia Geral.

§ 2º - Qualquer Diretor terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama, fax ou e-mail, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quórum", seja para a votação; e, igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, fax ou e-mail, quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião.

Art. 16 - Compete à Diretoria:

a) estabelecer as normas de condução dos negócios sociais;

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci (PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
008 517 437

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Válido somente com o selo de segurança

b) apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento;

c) apresentar, semestralmente, aos subscritores de ações oriundas de recursos administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM relatório demonstrativo de efetiva aplicação dos respectivos recursos, enviando cópia à SUDAM e ao Banco da Amazônia - BASA.

d) examinar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais de operação e de investimento.

Art. 17- A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais e, dependendo de prévia autorização da Assembleia Geral, poderá:

a) adquirir, onerar ou alienar bens imóveis, bem como adquirir e/ou subscrever, onerar ou alienar ações ou quotas de capital de outras sociedades;

b) contratar empréstimos em geral ou obrigações, outorgar avais ou outras garantias, bem como constituir garantia real de qualquer natureza e alienação fiduciária em garantia;

c) escolher e destituir os auditores independentes, se houver.

§ 1° - As citações iniciais da Sociedade somente serão válidas quando feitas nas pessoas de todos os membros da Diretoria então em exercício.

§ 2° - É defeso aos Diretores obrigar a Sociedade em operações estranhas aos seus objetivos, quais sejam, entre outras, exemplificativamente, fiança, aval e aceite de todo e qualquer título de favor.

Art. 18 - Ressalvado o disposto nos artigos 17 e 19 deste Estatuto, competirá a qualquer Diretor a representação da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Art. 19 - A sociedade considerar-se-á obrigada quando representada:

a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores;

b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, como for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem;

c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, como for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem;

d) singularmente, por um procurador, como for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiver, ficando ressalvado, porém, que a constituição de

procurador, nestas condições, será limitada aos atos de representação da sociedade perante a Justiça do Trabalho e repartições públicas, inclusive Delegacia da Receita Federal, Autarquias, Correios e Telégrafos, ou quando para fins judiciais.

§ 1° - Nos atos de constituição de procuradores, a sociedade será necessariamente representada na forma prevista na letra "a" deste artigo, "caput".

§ 2° - Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela sociedade terão prazo de vigência até 31 de maio do ano seguinte ao da outorga dos mesmos mandatos, se menor prazo não for estabelecido, o qual deverá sempre constar do respectivo instrumento.

CAPÍTULO V
Do Conselho Fiscal

Art. 20 - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal.

Art. 21 - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não; e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger.

§ 1° - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere.

§ 2° - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes.

CAPÍTULO VI
Das Demonstrações Financeiras e da Destinação do Lucro Líquido

Art. 22 - O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras; e o resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Art. 23 - Juntamente com as demonstrações financeiras a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução, na forma da lei:

a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

b) a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. As ações preferenciais Classes A e D terão prioridade no recebimento desse dividendo.

§ 1° - O saldo terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive o seguinte:

a) 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social;

b) 10% (dez por cento) à Reserva Especial para Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 2° - Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste estatuto ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 3° - A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais.

Art. 24 - Em caso de aumento de capital, as ações subscritas terão direito a um dividendo calculado "pro rata temporis", a partir da data da subscrição e proporcionalmente aos valores pagos.

Art. 25 - Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO VII
Da Liquidação

Art. 26 - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais."

Por unanimidade, autorizaram a publicação desta ata nos termos do parágrafo 1° do Artigo 130 da Lei de Sociedades por Ações.

Lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Tailândia (PA), 30 de abril de 2014. Marcello Silva do Amaral Brito - Presidente da Mesa. Flávio Márcio Passos Barreto – Secretário. AS ACIONISTAS: p.p. NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA. p.p. BCN Consultoria, Adm. De Bens Ltda. p.p. Bradesco Capitalização S.A. p.p. Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. p.p. União Participações Ltda. José Elanir de Lima. Flávio Márcio Passos Barreto.

Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio, às folhas 16 a 24.

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Válido somente com o selo de segurança

Marcello Silva do Amaral Brito
Presidente da Mesa

CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/08/2014
SOB Nº: 20000402632
Protocolo: 14/039925-9, DE 28/05/2014
Empresa: 15 3 0000118 8
AGROPALMA S/A
IEDA LUCIA DE CARVALHO
SECRETÁRIA GERAL
849026

AGROPALMA S.A.

CNPJ nº 04.102.265/0001-51 - NIRE 15300001188

Ata da Assembléia Geral Extraordinária

01. Data, Hora e Local: Aos 30 de Abril de 2007, às 10:30 horas, na Rodovia Arthur Bernardes, 5555 - Belém – PA.

02. Convocação e Presenças: Editais publicados no Diário Oficial do Estado do Pará de 20, 23 e 24, e no jornal O Liberal de 20, 21 e 22 de abril de 2007. Presentes acionistas que representam mais de dois terços do capital social com direito a voto.

03. MESA: José Hilário Rodrigues de Freitas – Presidente. José Elanir de Lima – Secretário.

04. Ordem do dia: 1. Exame, discussão e deliberação sobre o Protocolo-Justificação da Cisão da Companhia, da Companhia Palmares da Amazônia, da CRAI Agroindustrial S.A., da Companhia Agroindustrial do Pará e da Amapalma S.A., com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Refinadora da Amazônia e pela Companhia. 2. Ratificação da indicação da empresa especializada contratada pela Administração da Companhia para avaliação do patrimônio das companhias referidas no item 1 da ordem do dia. 3. Ratificação dos Laudos de Avaliação elaborados pela empresa especializada indicada para avaliação das companhias referidas no item 1 da ordem do dia. 4. Exame, discussão e deliberação sobre a proposta de cisão parcial da Companhia, com reversão de seus ativos e passivos relacionados à atividade industrial para Companhia Refinadora da Amazônia, bem como a incorporação das parcelas cindidas da Companhia Palmares da Amazônia, da CRAI Agroindustrial S.A., da Companhia Agroindustrial do Pará e da Amapalma S.A. relacionadas às respectivas atividades agrícolas. 5. Atribuição de poderes aos administradores.

05. Deliberações: Após examinadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia e os documentos apresentados pela Administração da Companhia, os acionistas presentes decidiram por unanimidade:

1. Aprovar o Protocolo-Justificação da Cisão da Companhia, da Companhia Palmares da Amazônia, da CRAI Agroindustrial S.A., da Companhia Agroindustrial do Pará e da Amapalma S.A., com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Refinadora da Amazônia e pela Companhia, assinado em 18 de abril de 2007, nos termos do Anexo I;

2. Aprovar a cisão patrimonial da Companhia e a incorporação das parcelas cindidas da AMAPALMA S.A., da CRAI AGROINDUSTRIAL S.A., da COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ e da COMPANHIA PALMARES DA AMAZÔNIA, autorizando-se os administradores a praticarem todos os atos necessários à sua efetivação, desde que se verifique também a aprovação dessa matéria pelos acionistas da

AMAPALMA S.A., da CRAI AGROINDUSTRIAL S.A., da COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ, COMPANHIA PALMARES DA AMAZÔNIA e da COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA em Assembléias Gerais Extraordinárias que se realizarão também nesta data, nos exatos termos do Anexo I da presente ata;

3. Referendar e aprovar a nomeação da BDO TREVISAN Auditores Independentes, que elaborou os laudos de avaliação, base para a cisão patrimonial e incorporações da Companhia; da AMAPALMA S.A., da CRAI AGROINDUSTRIAL S.A., da COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ, da COMPANHIA PALMARES DA AMAZÔNIA e da COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA, bem como aprovar e ratificar os Laudos de Avaliação a valor contábil preparado por esta;

4. Aprovar a redução de capital social de R$ 57.856.669,55 (cinqüenta e sete milhões, oitocentos e cinqüenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) para R$ 49.502.252,90 (quarenta e nove milhões, quinhentos e dois mil, duzentos e cinqüenta e dois reais e noventa centavos), mediante o cancelamento de 15.311.569 (quinze milhões, trezentos e onze mil e quinhentas e sessenta e nove) ações, sendo 3.655.085 ordinárias (recursos próprios), 3.969.451 preferenciais B (recursos próprios), 4.028.202 preferenciais A (recursos de incentivos) e 3.658.831 preferenciais D (recursos de incentivos).

5. Considerando os aumentos de capital social da COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ e da COMPANHIA PALMARES DA AMAZÔNIA aprovados nas respectivas AGES realizadas em 27/04/2007, no valor de R$ 91.062.320,20 (noventa e um milhões sessenta e dois mil trezentos e vinte Reais e vinte centavos), passando para R$ 140.564.573,15 (cento e quarenta milhões quinhentos e sessenta e quatro mil quinhentos e setenta a três reais e quinze centavos), mediante a emissão de 198.790.900 (cento e noventa e oito milhões setecentas e noventa mil e novecentas) ações, da seguinte forma: (i) 68.403.273 (sessenta e oito milhões quatrocentas e três mil duzentas e setenta e três) Ações Ordinárias (recursos próprios); (ii) 40.325.747 (quarenta milhões trezentas e vinte e cinco mil setecentas e quarenta e sete) Ações Preferenciais A (recursos de incentivos); (iii) 60.905.339 (sessenta milhões novecentas e cinco mil trezentas e trinta e nove) Ações Preferenciais B (recursos próprios); (iv) 28.391.160 (vinte e oito milhões trezentas e noventa e uma mil cento e sessenta) Ações Preferenciais C (recursos de incentivos); e (v) 765.381 (setecentas e sessenta e cinco mil trezentas e oitenta e uma) Ações Preferenciais E (recursos de incentivos).

As ações ordinárias e as ações preferenciais Classe B são aquelas que forem ou vierem a ser subscritas e integralizadas com recursos próprios; e as preferenciais Classes A, C, D e E são aquelas que foram subscritas e integralizadas com os recursos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM; e em todos esses casos também as que foram ou vierem a ser bonificadas pelas mesmas ações.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1355
VARA AGRÁRIA Fls. 131 Secretaria

As novas ações preferenciais Classes C e E não gozarão do direito a voto, mas terão os mesmos direitos, vantagens e restrições das ações preferenciais da Classe A e D.

As ações preferenciais Classes A e D, subscritas com recursos do FINAM relacionados aos projetos inicialmente aprovados para a AGROPALMA S.A. e para a CRAI AGROINDUSTRIAL S.A., respectivamente, serão intransferíveis até a data da emissão dos respectivos certificados de implantação de projeto pela agência de desenvolvimento competente, nos termos do artigo 19 do Decreto-lei no 1.376/74, com a nova redação dada pelo artigo 1o do Decreto-lei no 2.304/86.

As ações preferenciais Classes C e E, subscritas com recursos do FINAM relacionados aos projetos inicialmente aprovados para a COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ e para a AMAPALMA S.A., respectivamente, serão intransferíveis até a data da emissão dos respectivos certificados de implantação de projeto pela agência de desenvolvimento competente, nos termos do artigo 19 do Decreto-lei no 1.376/74, com a nova redação dada pelo artigo 1o do Decreto-lei no 2.304/86.

6. Em decorrência do acima deliberado é reformado e reestruturado o Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação:

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1342 PARÁ

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Dou fé.
Válido somente com o selo de segurança.
Erika

"ESTATUTO SOCIAL
DA
AGROPALMA S.A.

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede,
Prazo de Duração e Objeto Social

Art. 1º - **AGROPALMA S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem sede na Cidade, Município e Comarca de Tailândia (PA), que é o seu foro.

§ Único - Por simples deliberação da Diretoria poderão ser instaladas ou suprimidas filiais em todo o País, que na primeira hipótese atribuirá uma parcela do capital social a cada um desses estabelecimentos.

Art. 3º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Art. 4º- A sociedade tem por objeto:

a) a extração, a industrialização e a comercialização de óleos vegetais e madeiras;

b) a formação de pastagens;

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original
Icoaraci(PA) 23 NOV. 2015
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICAÇÃO
Erika Fabiola Marques Carvalho

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL — Secretaria Fls. 135

c) o cultivo de palmeira de dendê;

d) quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros;

e) industrialização, fabricação e comercialização de sabão e margarina.

§ Único - A sociedade poderá, ainda, participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ Fls. 1143

CAPÍTULO II
Do Capital e das Ações

Art. 5º- O Capital Social é de R$ 140.564.573,15 (cento e quarenta milhões quinhentos e sessenta e quatro mil quinhentos e setenta a três reais e quinze centavos), integralmente realizado e dividido em 289.516.227 (duzentos e oitenta e nove milhões quinhentas e dezesseis mil duzentas e vinte e sete) ações, sendo 90.060.674 (noventa milhões sessenta mil seiscentas e setenta e quatro) ações ordinárias (recursos próprios), 64.193.968 (sessenta e quatro milhões cento e noventa e três mil novecentas e sessenta e oito) ações preferenciais A (recursos de incentivo); 84.425.446 (oitenta e quatro milhões quatrocentas e vinte e cinco mil quatrocentas e quarenta e seis) ações preferências B (recursos próprios), 28.391.160 (vinte e oito milhões trezentas e noventa e uma mil cento e sessenta) ações preferenciais C (recursos de incentivo), 21.679.598 (vinte e um milhões seiscentas e setenta e nove mil quinhentas e noventa e oito) ações preferenciais D (recursos de incentivo) e 765.381 (setecentas e sessenta e cinco mil trezentas e oitenta e uma) ações preferenciais E (recursos de incentivo).

Art. 6º- Todas as ações serão escriturais, permanecendo em conta de depósito no Banco ABN AMRO REAL S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei de Sociedades por Ações.

§ Único - Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o Banco ABN AMRO REAL S.A., como instituição depositária, poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO Tabelião Gomes de Araujo Tabelião Confere com o Original. Dou fé. CPF: 597.318.422-68 Escrevente. Válido somente com o selo de segurança. Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Art. 7º - As ações ordinárias e as ações preferenciais Classe B são aquelas que forem ou vierem a ser subscritas e integralizadas com recursos próprios; e as preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E" são aquelas que foram subscritas e integralizadas com os recursos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM; e em todos esses casos também as que foram ou vierem a ser bonificadas e essas mesmas ações.

§ 1º A integralização das ações preferenciais Classes A, C, D e E poderá efetuar-se-á mediante o depósito da quantia correspondente em

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO Distrito de Icoaraci Tabelião Gomes de Araujo Tabelião Confere com o Original. Dou fé. 23 NOV. 2015 Marques Carvalho CPF: 597.318.422-68 Escrevente. Válido somente com o selo de segurança. Tribunal de Justiça do Estado do Pará AUTENTICADO 007.307.031

conta vinculada no Banco da Amazônia S.A. – BASA, em nome da sociedade, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação do comprovante de registro, na Junta Comercial competente, da ata da Assembléia Geral que deliberar sobre a subscrição, devidamente publicada, na forma da lei.

§ 2º - As ações preferenciais Classes A e D, subscritas com recursos do FINAM relacionados aos projetos inicialmente aprovados para a AGROPALMA S.A. e para a CRAI AGROINDUSTRIAL S.A., respectivamente, incorporadas parcialmente por esta Empresa em 30.04.2007, serão intransferíveis até a data da emissão dos respectivos certificados de implantação de projeto pela agência de desenvolvimento competente, nos termos do artigo 19 do Decreto-lei no 1.376/74, com a nova redação dada pelo artigo 1o do Decreto-lei no 2.304/86.

§ 3º - As ações preferenciais Classes C e E, subscritas com recursos do FINAM relacionados aos projetos inicialmente aprovados para a COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ e para a AMAPALMA S.A., respectivamente, incorporadas parcialmente por esta Empresa em 30.04.2007, serão intransferíveis até a data da emissão dos respectivos certificados de implantação de projeto pela agência de desenvolvimento competente, nos termos do artigo 19 do Decreto-lei no 1.376/74, com a nova redação dada pelo artigo 1o do Decreto-lei no 2.304/86.

§ 4º - Será facultado ao FINAM, no tocante às ações por ele subscritas, o desdobramento do número e da quantidade delas nos respectivos registros mantidos pela instituição financeira encarregada, sem ônus para o aludido Fundo.

§ 5º - Não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos da lei especial sobre incentivos fiscais, como também não terão esse direito os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais, inclusive os do FINAM. O direito de preferência legal para a subscrição de ações é plenamente assegurado às ações ordinárias e às ações preferenciais Classe "B".

§ 6º - A sociedade poderá adquirir as próprias ações mediante deliberação da Assembléia Geral, obedecendo, sob pena de nulidade, as normas da Comissão de Valores Mobiliários se estiver conceituada, ao tempo da compra, como companhia aberta.

Art. 8º - As ações preferenciais Classe "A", "C", "D" e "E" inconversíveis em ordinárias, não gozarão do direito a voto, mas terão as seguintes vantagens:

a) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade;

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito do Icoaraci - Belém-Pará
Tabelião Givaldo Gomes de Araujo
Certifico que é cópia fiel do Original. Dou fé.
Tribunal de Justiça do Pará
Selo de Segurança
23 NOV 2015
Válido somente com o selo de segurança
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.376.422-68

b) prioridade no recebimento de um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, pela participação dessas ações no capital social integralizado;

c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de dividendos ou de bonificações em dinheiro;

d) direito de participar, sem restrições, da distribuição de bonificação resultante da incorporação, ao capital social, de lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, mesmo de correção monetária;

e) participação integral nos resultados da sociedade, nos termos do § segundo do Artigo 8° (oitavo) do Decreto-lei n° 1.376/74, de modo que nenhuma outra espécie ou classe de ações poderá atribuir aos seus titulares vantagens patrimoniais superiores.

Art. 9° – As ações preferenciais Classe "B" não gozarão do direito a voto, mas terão as seguintes vantagens:

a) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, não exercitável em relação às ações preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E";

b) prioridade no recebimento de um dividendo no mínimo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias pela participação dessas ações no capital social integralizado, não exercitável às ações preferenciais Classes "A", "C", "D" e "E";

c) direito de participar, sem restrições, da distribuição de bonificação resultante da incorporação, ao capital social, de lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, mesmo de correção monetária.

Art. 10 – A Assembléia Geral poderá, a qualquer tempo, criar novas ações preferenciais, ou aumentar classe ou tipo de ações existentes sem guardar proporção com as demais, desde que respeitado o disposto no Artigo 8° (oitavo) e 9° (nono) deste estatuto.

CAPÍTULO III
Da Assembléia Geral

Art. 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada por 2 (dois) Diretores, ou nos casos legais.

§ Único - Para participar da Assembléia Geral, é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento, no caso de representação de acionista por mandatário.

Art. 12 - A Assembléia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

CAPÍTULO IV
Da Diretoria

Art. 13 - A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de 3 (três) a 6 (seis) membros, acionistas ou não, simplesmente designados Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembléia Geral.

§ 1º - A Assembléia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração da Diretoria, cabendo a esse órgão deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros.

§ 2º - O prazo do mandato da Diretoria é de um ano, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição.

Art. 14 - Nos impedimentos ou faltas de qualquer Diretor o seu substituto será designado pela Diretoria.

§ 1º - Ocorrendo vaga na Diretoria proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição até o provimento do cargo vago pela primeira Assembléia Geral subseqüente, servindo o substituto até o término do mandato do substituído.

§ 2º - Considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

§ 3º - As substituições previstas neste artigo, "caput", implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito a voto, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

Art. 15 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, com 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando da reunião participar a totalidade dos membros desse órgão.

§ 1º - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão; e quando os Diretores divergirem nas suas deliberações, a qualquer deles será facultado recorrer à Assembléia Geral.

§ 2º - Qualquer Diretor terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama, fax ou e-mail, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quorum", seja para a votação; e, igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, fax ou e-mail, quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião.

Art. 16 - Compete à Diretoria:

a) estabelecer as normas de condução dos negócios sociais;

b) apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembléia Geral, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento;

c) apresentar, semestralmente, aos subscritores de ações oriundas de recursos administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM / Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA relatório demonstrativo de efetiva aplicação dos respectivos recursos, enviando cópia à SUDAM/ADA e ao Banco da Amazônia - BASA.

d) examinar e aprovar os orçamentos anuais e plurianuais de operação e de investimento.

Art. 17 - A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais; e, dependendo de prévia autorização da Assembléia Geral, poderá:

a) adquirir, onerar ou alienar bens imóveis, bem como adquirir e/ou subscrever, onerar ou alienar ações ou quotas de capital de outras sociedades, contrair empréstimos;

b) perante instituições financeiras, constituir garantia real de qualquer natureza e alienação fiduciária em garantia;

c) adquirir bens para o ativo fixo de valor individual superior a 300.000 UFIR's e/ou celebrar qualquer outro contrato de valor superior àquele limite em operações isoladas ou ligadas. Não estão abrangidas nestas restrições as operações de descontos e/ou de caução de duplicatas junto a instituições financeiras.

d) escolher e destituir os auditores independentes, se houver.

§ Único - As citações iniciais da sociedade somente serão válidas quando feitas nas pessoas de todos os seus membros então em exercício.

Art. 18 - Ressalvado o disposto nos artigos 17 (dezessete) e 19 (dezenove) deste estatuto, competirá a qualquer Diretor a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Art. 19 - A sociedade considerar-se-á obrigada quando representada:

a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores;

b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, como for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem;

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Tabelião
Confere com o original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 23 NOV. 2015
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
007.307.033

c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, como for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem;

d) singularmente, por um procurador, como for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiver, ficando ressalvado, porém, que a constituição de procurador, nestas condições, será limitada aos atos de representação da sociedade perante a Justiça do Trabalho e repartições públicas, inclusive Delegacia da Receita Federal, Autarquias, Correios e Telégrafos, ou quando para fins judiciais.

§ 1° - Nos atos de constituição de procuradores, a sociedade será necessariamente representada na forma prevista na letra "a" deste artigo, "caput".

§ 2° - Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela sociedade terão prazo de vigência até 31 de maio do ano seguinte ao da outorga dos mesmos mandatos, se menor prazo não for estabelecido, o qual deverá sempre constar do respectivo instrumento.

CAPÍTULO V
Do Conselho Fiscal

Art. 20 - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembléia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal.

Art. 21 - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não; e a sua remuneração será fixada pela Assembléia Geral que o eleger.

§ 1° - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere.

§ 2° - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes.

CAPÍTULO VI

Das Demonstrações Financeiras e da Destinação do Lucro Líqüido

Art. 22 - O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras; e do resultado do exercício serão deduzidos os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Art. 23 - Juntamente com as demonstrações financeiras a Diretoria apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líqüido, observando a seguinte ordem de dedução, na forma da lei:

a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

b) a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líqüido. As ações preferenciais Classes A e D terão prioridade no recebimento desse dividendo.

§ 1° - O saldo terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembléia Geral, inclusive o seguinte:

a) 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social;

b) 10% (dez por cento) à Reserva Especial para Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 2° - Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste estatuto ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 3° - A Assembléia Geral poderá atribuir à Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais.

Art. 24 - Em caso de aumento de capital, as ações subscritas terão direito a um dividendo calculado "pro rata temporis", a partir da data da subscrição e proporcionalmente aos valores pagos.

Art. 25 - Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO VII
Da Liquidação

Art. 26 - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais.

DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTA ATA:

Fazem parte integrante da ata desta Assembléia Geral Extraordinária, para todos os fins e efeitos de direitos:

a) Protocolo-Justificação assinado em 18.04.2007;

b) Laudos de Avaliação dos Patrimônios Líquidos elaborados pela BDO TREVISAN Auditores Independentes.

Lida e achada conforme, vai assinada pelos acionistas presentes.

Belém (PA), 30 de abril de 2007.

José Hilário Rodrigues de Freitas - Presidente da Mesa

José Elanir de Lima - Secretário

AS ACIONISTAS:

NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA.
ALFA PARTICIPAÇÕES, ADM. E REPRESENTAÇÕES LTDA.
a.) Aloysio de Andrade Faria

CORUMBAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA.
a.a.) Flávio Márcio Passos Barreto José Elanir de Lima

Esta ata é cópia fiel da origina lavrada em livro próprio.

José Elanir de Lima
Secretário

Simone M. Raposo
OAB / PA 9402

CARTÓRIO GIVALDO GOMES
Distrito de Icoaraci
Tabelião
Confere com o Original
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422
Escrevente

CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/12/2008
SOB Nº: 20000193340
Protocolo: 07/029078-4, DE 30/05/2007
Empresa: 15 3 0000118 8
AGROPALMA S/A
115820
GETULIO VILLAS MOREIRA
SECRETÁRIO GERAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Autenticidade
AUTENTICAÇÃO DE TRABALHO
Icoaraci - Belém - Pará
Givaldo Gomes de
007.307.162
Confere com o original
ou fé.
(PA), 23 NOV. 2015
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

PROTOCOLO-JUSTIFICAÇÃO DA CISÃO DE
AGROPALMA S.A.,
COMPANHIA PALMARES DA AMAZÔNIA,
CRAI AGROINDUSTRIAL S.A.,
COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ E
AMAPALMA S.A.
COM INCORPORAÇÃO DAS PARCELAS CINDIDAS PELA
COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA
E PELA
AGROPALMA S.A.

AGROPALMA S.A., com sede na cidade de Tailândia – PA, na Rodovia PA 150 – Km 74, C.N.P.J. nº 04.102.265/0001-51, cujo estatuto social encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Pará sob NIRE 15 3 0000118 8, neste ato representada por seus Diretores, **JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES DE FREITAS,** inscrito sob o CPF nº 003.107.781-15 e portador do RG nº 16.720.105-SSP-SP, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado e residente em São Paulo-SP, na Rua Albuquerque Lins nº 887 – apto. 21 – Bairro Santa Cecília - CEP 01230-001 e **JOSÉ ELANIR DE LIMA**, inscrito sob o CPF nº 000.701.906-82 e portador do RG nº M-164.409 -SSP-MG, brasileiro, casado, advogado, domiciliado e residente em São Paulo-SP, na Alameda Juquis, 225 - apto. 123 - Bairro Moema - CEP 04081-010, doravante simplesmente designada **AGROPALMA**;

COMPANHIA PALMARES DA AMAZÔNIA, com sede na cidade de Acará – PA, na Rodovia PA 150 – km 50, CNPJ nº 03.662.782/0001-12, cujo estatuto social encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Pará sob NIRE 15 3 0001814 5, neste ato representada por seus Diretores **JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES DE FREITAS e JOSÉ ELANIR DE LIMA** já qualificados, doravante simplesmente designada **CIA. PALMARES**;

CRAI AGROINDUSTRIAL S.A. com sede em Tailândia – PA, na Rodovia PA 150 – km 74, CNPJ nº 04.340.709/0001-97, cujo estatuto social encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Pará sob NIRE 15 3 0001150 7, neste ato representada por seus Diretores **JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES DE FREITAS e JOSÉ ELANIR DE LIMA** já qualificados

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 23 NOV. 2015
Erika Fabiola Marques Carvalho
Escrevente
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Válido somente com selo de segurança

dos, doravante simplesmente designada CRAI;

COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARA com sede em Tailândia – PA, na Rodovia PA 150 – km 85, CNPJ nº 22.914.030/0001-46, cujo estatuto social encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Pará sob NIRE 15 3 0001550 2, neste ato representada por seus Diretores **JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES DE FREITAS** e **JOSÉ ELANIR DE LIMA**, já qualificados, doravante simplesmente designada **AGROPAR;**

AMAPALMA S.A. com sede em Mojú – PA, na Rodovia PA 150 – km 96, CNPJ nº 02.213.471/0001-03, cujo estatuto social encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Pará sob NIRE 15 3 0001704 1, neste ato representado por seus Diretores **JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES DE FREITAS** e **JOSÉ ELANIR DE LIMA**, já qualificados, doravante simplesmente designada **AMAPALMA;**

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA com sede em Belém – PA, na Rodovia Arthur Bernardes, 5555, Tapanã, CNPJ nº 83.663.484/0001-86, cujo estatuto social encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Pará sob NIRE 15 3 0001661 4, neste ato representada por seus Diretores **JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES DE FREITAS** e **JOSÉ ELANIR DE LIMA**, já qualificados, doravante simplesmente designada **REFINADORA;**

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confe. Dou fé.
Icoaraci(P.
Erika
Válido somente com o selo de segurança

1 – JUSTIFICATIVAS DA OPERAÇÃO

Considerando que:

a) a operação a que o presente Protocolo se refere insere-se no contexto de uma ampla reestruturação societária, cujas características essenciais adiante se referem;

b) na sua configuração atual, o grupo Agropalma é formado por seis empresas, sendo que *(i)* cinco delas, a AGROPALMA, a CIA PALMARES, a CRAI, a AGROPAR e a AMAPALMA realizam as atividades de plantio das palmeiras, de colheita do fruto, bem como a primeira etapa do beneficiamento industrial que visa à obtenção do óleo bruto de palma o palmiste *(ii)*

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
23 NOV. 2015
Fabiola Marques Carvalho
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Série: H

uma delas, a REFINADORA, adquire o óleo bruto das empresas referidas em *(i)*, procede ao seu refino e o comercializa no mercado;

c) pretende-se promover uma completa e perfeita autonomização das atividades puramente agrícolas relativamente às atividades industriais do grupo;

d) essa autonomização é condição necessária para uma gestão profissionalmente especializada, que se baseie nas particularidades dos setores econômicos agrícola e industrial;

e) o atual modelo envolve uma pluralidade de estruturas jurídicas que conduzem a uma sobreposição de tarefas administrativas, contábeis, financeiras e de recursos humanos, além de obrigar ao cumprimento de formalidades societárias e de obrigações com os poderes públicos, ao nível de cada uma das seis sociedades;

f) consequentemente, se torna necessário eliminar custos economicamente injustificados, racionalizando e simplificando a gestão corporativa;

g) pelas razões atrás expostas, projeta-se uma reestruturação societária conducente à manutenção de apenas duas pessoas jurídicas – AGROPALMA, no setor agrícola e REFINADORA no setor industrial;

h) o objetivo atrás referido será atingido pelas seguintes operações *(i)* atribuição à AGROPALMA, de todas as atividades de caráter estritamente agrícola, como o plantio e a colheita, transferindo-lhe as parcelas de patrimônio líquido das demais sociedades correspondentes a essas atividades, por via de cisão destas mesmas sociedades com incorporação na AGROPALMA, *(ii)* atribuição à REFINADORA, de todas as atividades de caráter estritamente industrial, como a extração do óleo bruto de palma e palmiste e seu refino, transferindo-lhe as parcelas de patrimônio líquido das demais sociedades correspondentes a essas atividades, por via de cisão destas mesmas sociedades com incorporação na REFINADORA; *(iii)* atribuição à REFINADORA das atividades industriais atualmente desenvolvidas pela AGROPALMA, por via de cisão parcial desta sociedade, com incorporação na REFINADORA permanecendo, em conseqüência, AGROPALMA com as atividades agrícolas

15 MAR. 2016
Marques Carvalho
597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Fls. 14
Secretar
Fls. 1153
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJÓ
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
NOV. 2015
Marques Carvalho

las; *(iv)* proceder, em conseqüência das operações de cisão atrás descritas, à extinção da CIA PALMARES, da CRAI, da AGROPAR e da AMAPALMA;

todas as empresas acima mencionadas convencionam neste instrumento propor a seus acionistas a cisão da AGROPALMA, CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR e AMAPALMA com incorporação das parcelas cindidas pela REFINADORA e AGROPALMA, de conformidade com o seguinte:

2 - CISÕES

2.1. AGROPALMA

2.1.1. AGROPALMA, com o escopo de reorganização societária, mencionado neste Protocolo, será cindida para retirar os ativos e passivos relacionados com a atividade industrial.

2.1.2. Do patrimônio líquido de R$ 75.164.028,01 (setenta e cinco milhões, cento e sessenta e quatro mil e vinte oito reais e um centavo), registrado no balanço de 31.03.2007 da AGROPALMA e confirmado pelo competente laudo pericial emitido pela BDO TREVISAN Auditores Independentes, serão vertidos à REFINADORA R$ 10.853.573,36 (dez milhões oitocentos e cinqüenta e três mil quinhentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), correspondentes aos ativos e passivos a seguir descritos:

RELAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS VERTIDOS PELA AGROPALMA À REFINADORA

CODIGO	DESCRIÇÃO DA CONTA CONTÁBIL	SALDO EM 31.03.2007 AGROPALMA	VERTIDOS PARA REFINADORA	SALDO DA AGROPALMA APÓS TRANSF. P/ REFINADORA
	TOTAL ATIVO	88.811.263,60	20.659.136,65	68.152.126,95
1	ATIVO	88.811.263,60	20.659.136,65	68.152.126,95
1.1	CIRCULANTE	17.082.613,73	6.680.238,84	10.402.374,89
1.1.0	DISPONIVEL	1.028.761,35		1.028.761,35
1.1.1	CLIENTES	3.768.567,28		3.768.567,28
1.1.2	OUTROS CREDITOS	8.854.144,06	4.239.727,16	4.614.416,90
1.1.3	ESTOQUE	3.358.577,33	2.383.695,20	974.882,13
1.1.4	DESP. EXERC. SEG. PAGAS ANTECIPADA	72.563,71	56.816,48	15.747,23
1.2	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	23.578.560,92	4.876.620,12	18.701.940,80

1.3	PERMANENTE	47.585.965,64	9.054.936,42	38.531.029,22
1.4	DIFERIDO	1.490.085,19	47.341,27	1.442.743,92
1.5	AMORTIZACAO DO DIFERIDO	(925.961,88)		(925.961,38)
	TOTAL PASSIVO	(88.811.263,60)	(20.659.136,65)	(68.152.126,95)
2	PASSIVO	(13.647.235,59)	(9.805.563,29)	(3.841.672,30)
2.9	PATRIMONIO LIQUIDO	(75.164.028,01)	(10.853.573,36)	(64.310.454,65)
2.9.1	CAPITAL SOCIAL	(57.856.669,55)	(8.354.416,65)	(49.502.252,90)
2.9.2	RESERVAS DE CAPITAL	(479.644,79)	(69.259,99)	(410.384,80)
2.9.3	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(22.118.034,51)	(3.193.811,14)	(18.924.223,37)
2.9.4	CORR.MONET.LEI 8.200/91	948.808,13	137.006,48	811.801,65
2.9.5	RESULTADO PERIODO	4.341.512,71	626.907,95	3.714.604,76

2.1.3. Em conseqüência da versão dessa parcela patrimonial, o capital social da AGROPALMA será reduzido de R$ 57.856.669,55 (cinqüenta e sete milhões, oitocentos e cinqüenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) para R$ 49.502.252,90 (quarenta e nove milhões quinhentos e dois mil duzentos e cinqüenta e dois reais e noventa centavos), com cancelamento de 15.311.569 (quinze milhões, trezentos e onze mil e quinhentas e sessenta e nove) ações, sendo 3.655.085 ordinárias (recursos próprios), 3.969.451 preferenciais "B" (recursos próprios), 4.028.202 preferenciais "A" (recursos de incentivos) e 3.658.831 preferenciais "D" (recursos de incentivos), resultando o patrimônio líquido da companhia assim composto:

CONTAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANTES DA CISÃO	PARCELA A SER VERTIDA P/ REFINADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO APÓS TRANSF ERENCIA
CAPITAL SOCIAL	(57.856.669,55)	(8.354.416,65)	(49.502.252,90)
RESERVAS DE CAPITAL	(479.644,79)	(69.259,99)	(410.384,80)
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(22.118.034,51)	(3.193.811,14)	(18.924.223,37)
CORR.MONET.LEI 8.200/91	948.808,13	137.006,48	811.801,65
RESULTADO DO PERÍODO	4.341.512,71	626.907,95	3.714.604,76
Total	(75.164.028,01)	(10.853.573,36)	(64.310.454,65)

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Confere com o Original. Dou fé.
23 NOV. 2015
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

2.2. CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR e AMAPALMA

2.2.1. CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR e AMAPALMA com o escopo de reorganização societária, mencionado neste Protocolo, serão cindidas totalmente para retirar os ativos e passivos relacionados com a atividade industrial e vertê-los à REFINADORA e para retirar os ativos e passivos relacionados com a atividade agrícola e vertê-los à AGROPALMA.

2.2.2. Do patrimônio líquido da CIA PALMARES, no valor de R$ 53.356.724,61 (cinqüenta e três milhões, trezentos e cinqüenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e um centavos) registrado no balanço de 31.03.2007 e confirmado pelo competente laudo pericial emitido pela BDO TREVISAN Auditores Independentes, o valor de R$ 11.839.987,87 (onze milhões oitocentos e trinta e nove mil novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos) será vertido para a REFINADORA, e o valor de R$ 41.516.736,74 (quarenta e um milhões quinhentos e dezesseis mil setecentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos) será vertido para a AGROPALMA, de acordo com a seguinte relação:

RELAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS VERTIDOS PELA CIA PALMARES A AGROPALMA E A REFINADORA

CONTA CONTÁBIL	SALDO EM 31.03.2007 DA PALMARES	VERTIDOS PARA A AGROPALMA	VERTIDOS PARA REFINADORA	SALDO PÓS CISÃO DA PALMARES
TOTAL ATIVO	58.089.603,66	44.743.855,32	13.345.748,34	
ATIVO	58.089.603,66	44.743.855,32	13.345.748,34	-
CIRCULANTE	11.922.607,09	4.138.037,33	7.784.569,76	-
DISPONIVEL	16.807,00	16.807,00	-	-
CLIENTES	7.129.656,91	2.932.927,05	4.196.729,86	-
OUTROS CREDITOS	3.758.990,46	970.001,38	2.788.989,08	-
ESTOQUE	867.271,06	111.961,49	755.309,57	-
DESP. EXERC. SEGUINTE	149.881,66	106.340,41	43.541,25	-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	967.865,73	200.003,67	767.862,06	-
PERMANENTE	43.267.235,63	38.473.919,10	4.793.316,53	-
DIFERIDO	6.000.615,52	6.000.615,52	-	-
AMORTIZACAO	(4.068.720,31)	(4.068.720,31)	-	-
TOTAL PASSIVO	(58.089.603,66)	(44.743.855,32)	(13.345.748,34)	
PASSIVO	(4.732.879,05)	(3.227.118,58)	(1.505.760,47)	
PATRIMONIO LIQUIDO	(53.356.724,61)	(41.516.736,74)	(11.839.987,87)	
CAPITAL SOCIAL	(34.613.306,40)	(26.932.528,93)	(7.680.777,47)	
RESERVAS DE CAPITAL	(669.871,76)	(521.225,58)	(148.646,18)	-
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(17.022.010,39)	(13.244.784,59)	(3.777.225,80)	-
CORR.MONET.LEI 8.200/91	-	-	-	-
RESULTADO DO PERIODO	(1.051.536,06)	(818.197,63)	(233.338,43)	-

2.2.3 Do patrimônio líquido da CRAI, no valor de R$ 85.047.269,62 (oitenta e cinco milhões, quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos) registrado no balanço de 31.03.2007 e confirmado pelo competente laudo pericial emitido pela BDO TREVISAN Auditores Independentes, o valor de R$ 34.406.211,05 (trinta e quatro milhões quatrocentos e seis mil duzentos e onze reais e cinco centavos) será vertido a REFINADORA e o valor de R$ 50.641.058,57 (cinqüenta milhões seiscentos e quarenta e um mil cinqüenta e oito reais e cinqüenta e sete centavos) será vertido a AGROPALMA, de acordo com a seguinte relação:

RELAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS VERTIDOS PELA CRAI A AGROPALMA E A REFINADORA

CARTORIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Válido somente com selo de segurança
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
(PA), 23 NOV. 2015

DESCRIÇÃO DA CONTA CONTÁBIL	SALDO EM 31.03.2007 CRAI	VERTIDOS PARA A AGROPALMA	VERTIDOS PARA REFINADORA	SALDO PÓS CISÃO DA CRAI
TOTAL ATIVO	94.762.753,80	54.595.270,85	40.167.482,95	-
ATIVO	94.762.753,80	54.595.270,85	40.167.482,95	-
CIRCULANTE	29.664.291,57	6.796.264,43	22.868.027,14	-
DISPONIVEL	27.452,38	27.452,38	-	-
CLIENTES	5.703.874,68	5.703.874,68	-	-
OUTROS CREDITOS	21.674.369,20	831.571,13	20.842.798,07	-
ESTOQUE	2.181.832,16	219.718,27	1.962.113,89	-
DESP. EXERC. SEGUINTE	76.763,15	13.647,97	63.115,18	-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	18.778.081,97	14.263.723,67	4.514.358,30	-
PERMANENTE	45.960.347,66	33.185.555,61	12.774.792,05	-
DIFERIDO	1.476.651,55	1.325.615,10	151.036,45	-
AMORTIZACAO DO DIFERIDO	(1.116.618,95)	(975.887,95)	(140.731,00)	-
TOTAL PASSIVO	94.762.753,80	54.595.270,85	40.167.482,95	-
PASSIVO	(9.715.484,18)	(3.954.212,28)	(5.761.271,90)	-
PATRIMONIO LIQUIDO	(85.047.269,62)	(50.641.058,57)	(34.406.211,05)	-
CAPITAL SOCIAL	(55.129.582,81)	(32.826.690,90)	(22.302.891,91)	-
RESERVAS DE CAPITAL	(270.284,31)	(160.939,72)	(109.344,59)	-
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(29.247.904,50)	(17.415.548,45)	(11.832.356,05)	-
CORR.MONET.LEI 8.200/91	(1.018.456,69)	(606.435,99)	(412.020,70)	-
RESULTADO DO PERIODO	618.958,69	368.556,49	250.402,20	-

2.2.4. Do patrimônio líquido da AGROPAR, no valor de R$ 72.352.106,17 (setenta e dois milhões, trezentos e cinqüenta e dois mil, cento e seis reais e dezessete centavos) registrado no balanço de 31.03.2007 e confirmado pelo competente laudo pericial emitido pela BDO TREVISAN Auditores Independentes, o valor de R$ 24.917.329,51 (vinte e quatro milhões novecentos e dezessete mil trezentos e vinte e nove reais e cinqüenta e um centavos) será vertido a REFINADORA e o valor de R$ 47.434.776,66 (quarenta e sete milhões quatrocentos e trinta e quatro mil setecentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos) será vertido a AGROPALMA, de acordo com a seguinte relação:

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Original. Dou fé.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

O GIVALDO ARAUJO
Icoaraci - Belém-Pará
Gomes de Araujo
Tabelião
Original. Dou fé.
NOV. 2015
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.315.422-68
Escrevente

MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ Fls. 1159
Fls. 149 Secretaria VARA AGRARIA REGIÃO DE SANTANA

RELAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS VERTIDOS PELA AGROPAR A AGROPALMA E A REFINADORA

DESCRIÇÃO DA CONTA CONTÁBIL	SALDO EM 31.03.2007 AGROPAR	VERTIDOS PARA A AGROPALMA	VERTIDOS PARA A REFINADORA	SALDO PÓS CISÃO DA AGROPAR
TOTAL ATIVO	102.270.693,96	67.430.026,15	34.840.667,81	-
ATIVO	102.270.693,96	67.430.026,15	34.840.667,81	-
CIRCULANTE	15.871.454,30	12.125.773,70	3.745.680,60	-
DISPONIVEL	41.751,75	41.751,75	-	-
CLIENTES	9.306.329,53	9.306.329,53	-	-
OUTROS CREDITOS	4.176.138,39	1.426.067,61	2.750.070,78	-
ESTOQUE	1.215.162,78	244.269,45	970.893,33	-
DESP. EXERC. SEGUINTE PAGAS ANTECIPADA	1.132.071,85	1.107.355,36	24.716,49	-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.697.895,45	1.697.895,45	-	-
PERMANENTE	80.205.514,80	49.889.488,06	30.316.026,74	-
DIFERIDO	13.796.627,95	12.085.508,35	1.711.119,60	-
AMORTIZACAO	(9.300.798,54)	(8.368.639,42)	(932.159,12)	-
TOTAL PASSIVO	(102.270.693,96)	(67.430.026,15)	(34.840.667,81)	-
PASSIVO	(29.918.587,79)	(19.995.249,49)	(9.923.338,30)	-
PATRIMONIO LIQUIDO	(72.352.106,17)	(47.434.776,66)	(24.917.329,51)	-
CAPITAL SOCIAL	(42.122.763,85)	(27.616.112,39)	(14.506.651,46)	-
RESERVAS DE CAPITAL	(1.926.031,95)	(1.262.726,13)	(663.305,82)	-
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(25.192.736,53)	(16.516.614,29)	(8.676.122,24)	-
CORR.MONET.LEI 8.200/91	102.665,92	67.308,82	35.357,10	-
RESULTADO DO PERIODO	(3.213.239,76)	(2.106.632,67)	(1.106.607,09)	-

2.2.5. Do patrimônio líquido da AMAPALMA, no valor de R$ 17.110.127,79 (dezessete milhões, cento e dez mil, cento e vinte e sete reais e setenta e nove centavos) registrado no balanço de 31.03.2007 e confirmado pelo competente laudo pericial emitido pela BDO TREVISAN Auditores Independentes, o valor de R$ 1.319.934,91 (um milhão trezentos e dezenove mil novecentos e trinta e quatro reais e noventa e um centavos) será vertido a AGROPALMA e o valor de R$ 15.790.192,88 (quinze milhões setecentos e noventa mil cento e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos) será vertido a REFINADORA, de acordo com a seguinte relação:

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Reconhece por semelhança o Original. Dou fé.
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Autenticidade
AUTENTICADO
007.307.763
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Válido somente com selo de autenticidade
23 NOV. 2015

RELAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS VERTIDOS PELA AMAPALMA A AGROPALMA E A REFINADORA

DESCRIÇÃO DA CONTA CONTÁBIL	SALDO EM 31.03.2007 AMAPALMA	VERTIDOS PARA A AGROPALMA	VERTIDOS PARA A REFINADORA	SALDO PÓS CISÃO DA AMAPALMA
ATIVO	105.832.631,98	63.295.915,97	42.536.716,01	-
ATIVO	105.832.631,98	63.295.915,97	42.536.716,01	-
CIRCULANTE	2.048.104,36	1.822.940,22	225.164,14	-
DISPONIVEL	26.060,59	26.060,59	-	-
CLIENTES	433.881,28	433.881,28	-	-
OUTROS CREDITOS	498.295,04	335.297,71	162.997,33	-
ESTOQUE	161.051,15	135.463,51	25.587,64	-
DESP. EXERC. SEGUINTE PAGAS ANTECIPADA	928.816,30	892.237,13	36.579,17	-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	-	-	-	-
PERMANENTE	97.388.511,31	55.368.755,63	42.019.755,68	-
DIFERIDO	9.394.781,88	9.101.432,82	293.349,06	-
AMORTIZACAO	(2.998.765,57)	(2.997.212,70)	(1.552,87)	-
PASSIVO	(105.832.631,98)	(63.295.915,97)	(42.536.716,01)	-
PASSIVO	(88.722.504,19)	(61.975.981,06)	(26.746.523,13)	-
PATRIMONIO LIQUIDO	(17.110.127,79)	(1.319.934,91)	(15.790.192,88)	-
CAPITAL SOCIAL	(26.772.396,57)	(2.065.316,00)	(24.707.080,57)	-
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	-	-
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	8.218.691,07	634.018,48	7.584.672,59	-
CORR.MONET.LEI 8.200/91	-	-	-	-
RESULTADO DO PERÍODO	1.443.577,71	111.362,62	1.332.215,09	-

3 - INCORPORAÇÕES

3.1. REFINADORA

3.1.1. REFINADORA, também com o escopo de reorganização societária mencionado neste Protocolo, incorporará as parcelas cindidas correspondentes aos ativos e passivos relativos às atividades industriais da AGROPALMA, da CIA PALMARES, da CRAI, da AGROPAR e da AMAPALMA.

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original Dou fé.
Icoaraci(PA), 23 NOV. 2015
Erika Fabíola Marques Carvalho
Escrevente

3.1.2. O patrimônio líquido da REFINADORA, após a incorporação das parcelas vertidas pelas AGROPALMA, CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR e AMAPALMA, será composto conforme descrito a seguir:

CONTAS	PATRIMONIO LIQUIDO ANTES DA INCORPORAÇÃO	PARCELAS DAS CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR, AMAPALMA E AGROPALMA A SEREM INCORPORADAS	PATRIMONIO LIQUIDO APÓS INCORPORAÇÃO
PATRIMONIO LIQUIDO	(124.780.674,07)	(97.807.294,67)	(222.587.968,74)
CAPITAL SOCIAL	(41.712.624,90)	(77.551.818,05)	(119.264.442,95)
CAPITAL SUBSCRITO	(41.712.624,90)	(77.551.818,05)	(119.264.442,95)
CAPITAL AUTORIZADO	-	-	-
RESERVAS DE CAPITAL	(785.483,46)	(990.556,58)	(1.776.040,04)
CORRECAO MONETARIA DO CAPITAL	(0,01)	(0,01)	(0,02)
PRO-RATA IGPM-FGV	-	-	-
INCENTIVOS FISCAIS	(785.475,75)	(990.555,31)	(1.776.031,06)
LEI 8.200/91	-	-	-
RESERVAS DE A.F.A.C.	(7,70)	(1,26)	(8,96)
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(84.678.615,49)	(19.894.842,64)	(104.573.458,13)
LUCROS / PREJ. EXERCICIOS ANTERIORES	(80.425.024,73)	(15.593.267,41)	(96.018.292,14)
LEI 8.200/91	-	(180.750,30)	(180.750,30)
RESULTADO DO EXERCICIO	-	(1.140.572,52)	(1.140.572,52)
RESERVA LEGAL	(4.253.590,76)	(2.978.356,20)	(7.231.946,96)
LEI 8.200/91	-	(1.896,22)	(1.896,22)
CORR.MONET.-LEI 8.200/91	-	(239.657,13)	(239.657,13)
RESULTADO C.M.-LEI 8.200/91	-	(239.657,13)	(239.657,13)
RESULTADO DO PERÍODO	2.396.049,78	869.579,72	3.265.629,50

3.1.3. Em conseqüência da incorporação das parcelas patrimoniais acima descritas, o capital social da REFINADORA será elevado de R$ 41.712,624,90 (quarenta e um milhões, setecentos e doze mil, seiscentos e vinte e quatro reais e noventa centavos) para R$ 119.264.442,95 (cento e dezenove milhões duzentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), sendo emitidas 10.924.366 (dez milhões novecentas e vinte e quatro mil trezentas e sessenta e seis) ações, da seguinte forma:

3.241.319 (três milhões duzentas e quarenta e uma mil quinhentas e dezenove) Ações

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR 2016
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
AUTENTICAÇÃO

Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
23 NOV 2015

Ordinárias (recursos próprios);

(ii) 2.999.373 (dois milhões novecentas e noventa e nove mil trezentas e setenta e três) Ações Preferenciais B (recursos próprios);

(iii) 2.777.782 (dois milhões setecentas e setenta e sete mil setecentas e oitenta e duas) Ações Preferenciais C (recursos de incentivos);

(iv) 724.921 (setecentas e vinte e quatro mil novecentas e vinte e uma) Ações Preferenciais D (recursos de incentivos); e

(v) 1.180.771 (um milhão cento e oitenta mil setecentas e setenta e uma) Ações Preferenciais E (recursos de incentivos).

3.1.4. As ações emitidas nos termos do item 3.1.3 acima serão atribuídas aos seguintes acionistas, na seguinte proporção:

(i) **CRAI:** para cada Ação Ordinária da CRAI, serão conferidas 2,039167997 Ações Ordinárias da REFINADORA; para cada Ação Preferencial A ou C da CRAI, serão atribuídas 2,039167997 Ações Preferenciais C da REFINADORA; e para cada Ação Preferencial B da CRAI, serão atribuídas 2,039167997 Ações Preferenciais B da REFINADORA.

(ii) **AGROPALMA:** para cada Ação Ordinária da AGROPALMA, será conferida 0,079173177 ação ordinária da REFINADORA; para cada Ação Preferencial A ou D da AGROPALMA, será atribuída 0,079173177 Ação Preferencial C da REFINADORA; e para cada Ação Preferencial B da AGROPALMA, será atribuída 0,079173177 Ação Preferencial B da REFINADORA.

(iii) **AGROPAR:** para cada ação ordinária da AGROPAR, será conferida 0,990406926 ação ordinária da REFINADORA; para cada Ação Preferencial C da AGROPAR, será atribuída 0,990406926 Ação Preferencial B da REFINADORA; e para cada Ação

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original Dou fé
15 MAR. 2016
Marques Carvalho
7.318.422-68
Tabelião
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
008 517 485
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Tabelião
Confere com o Original Dou fé
23 NOV. 2015
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
007 307 764

Preferencial B da AGROPAR, será atribuída 0,990406926 Ação Preferencial B da REFINADORA.

(iv) **AMAPALMA:** para cada ação ordinária da AMAPALMA, será conferida 0,071382385 ação ordinária da REFINADORA; para cada Ação Preferencial A da AMAPALMA, será atribuída 0,071382385 Ação Preferencial D da REFINADORA; e para cada Ação Preferencial B da AMAPALMA, será atribuída 0,071382385 Ação Preferencial B da REFINADORA.

(v) **CIA PALMARES:** para cada ação ordinária da CIA PALMARES, será conferida 0,172149274 ação ordinária da REFINADORA; e para cada Ação Preferencial B da CIA PALMARES, será atribuída 0,172149274 Ação Preferencial B da REFINADORA.

3.1.5. Destaca-se que os acionistas detentores das Ações Preferenciais das companhias cindidas e incorporadas terão os direitos e vantagens de que eram titulares preservados e inalterados na troca de suas ações por ações da REFINADORA.

3.1.6. Desta forma, o artigo 5º do estatuto social da REFINADORA será alterado para refletir o novo valor do capital social e sua divisão em ações, em decorrência das incorporações, conforme segue:

"Artigo 5º - O Capital Social é de R$ 119.264.442,95 (cento e dezenove milhões duzentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos), integralmente realizado e dividido em 24.861.464 (vinte e quatro milhões oitocentas e sessenta e uma mil quatrocentas e sessenta e quatro) ações, sendo 11.075.203 (onze milhões setenta e cinco mil duzentas e três) ações ordinárias nominativas, 5.391.621 (cinco milhões trezentas e noventa e uma mil seiscentas e vinte e uma) ações preferen-

ciais A (recursos de incentivo); 3.711.166 (três milhões setecentas e onze mil cento e sessenta e seis) ações preferências B (recursos próprios), 2.777.782 (dois milhões sete-centas e setenta e sete mil setecentas e oitenta e duas) ações preferenciais C (recursos de incentivo), 724.921 (setecentas e vinte e quatro mil novecentas e vinte e uma) ações preferenciais D (recursos de incentivo), e 1.180.771 (um milhão cento e oitenta mil sete-centas e setenta e uma) ações preferenciais E (recursos de incentivo)."

3.1.7. Entretanto, caso seja aprovada a proposta de capitalização da reserva de incentivos fiscais da CIA PALMARES, da AGROPAR e da REFINADORA, apresentada pelas respectivas diretorias e que serão objeto de deliberação em Assembléias Gerais Extraordinárias das Companhias a serem realizadas em 27/04/2007, os valores do Capital Social da CIA PALMARES, da AGROPAR e da REFINADORA serão aumentados para R$ 35.083.173,81 (trinta e cinco milhões oitenta três mil cento e setenta três reais e oitenta um centavos), para R$ 44.038.642,21 (quarenta e quatro milhões trinta e oito mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte um centavos) e para R$ 42.160.519,69 (quarenta e dois milhões cento e sessenta mil quinhentos e dezenove reais e sessenta e nove centavos), respectivamente, sem emissão de novas ações. Nesta hipótese, após as incorporações ora propostas, o capital social da REFINADORA passará a ser de R$ 120.476.411,49 (cento e vinte milhões quatrocentos e setenta e seis mil quatrocentos e onze reais e quarenta e nove centavos), e o patrimônio líquido da REFINADORA terá a seguinte composição:

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marc
CPF: 597.318
Escrev

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 23 NOV. 2015
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.432-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

CONTAS	PATRIMONIO LIQUIDO ANTES DA INCORPORAÇÃO	PARCELAS DA CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR E AMAPALMA E AGROPALMA A SEREM INCORPORADAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA REFINADORA APÓS INCORPORAÇÃO
PATRIMONIO LIQUIDO	(124.780.674,07)	(97.807.294,67)	(222.587.968,74)
CAPITAL SOCIAL	(42.160.519,69)	(78.315.891,80)	(120.476.411,49)
CAPITAL SUBSCRITO	(42.160.519,69)	(78.315.891,80)	(120.476.411,49)
CAPITAL AUTORIZADO	-	-	-
RESERVAS DE CAPITAL	(337.588,67)	(226.482,83)	(564.071,50)
CORRECAO MONETARIA DO CAPITAL	(0,01)	(0,01)	(0,02)
PRO-RATA IGPM-FGV	-	-	-
INCENTIVOS FISCAIS	(337.580,96)	(226.481,56)	(564.062,52)
LEI 8.200/91	-	-	-
RESERVAS DE A.F.A.C.	(7,70)	(1,26)	(8,96)
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(84.678.615,49)	(19.894.842,64)	(104.573.458,13)
LUCROS / PREJ. EXERCICIOS ANTERIORES	(80.425.024,73)	(15.593.267,41)	(96.018.292,14)
LEI 8.200/91	-	(180.750,30)	(180.750,30)
RESULTADO DO EXERCICIO	-	(1.140.572,52)	(1.140.572,52)
RESERVA LEGAL	(4.253.590,76)	(2.978.356,20)	(7.231.946,96)
LEI 8.200/91	-	(1.896,22)	(1.896,22)
CORR.MONET.LEI 8.200/91	-	(239.657,13)	(239.657,13)
RESULTADO C.M.-LEI 8.200/91	-	(239.657,13)	(239.657,13)
RESULTADO DO PERÍODO	2.396.049,78	869.579,72	3.265.629,50

3.1.8. O possível aumento de capital social descrito no item 3.1.7 do presente Protocolo não importará em qualquer modificação no número de ações da CIA PALMARES, da AGROPAR e da REFINADORA e tampouco nas relações de troca entre as ações das companhias cindidas e da REFINADORA, uma vez que não importará em qualquer modificação no valor dos respectivos patrimônios líquidos. Entretanto, nesta hipótese o artigo 5º do Estatuto Social deverá ser alterado para refletir o valor do capital social conforme descrito a seguir:

"Artigo 5º - O Capital Social de R$ 120.476.411,49 (cento e vinte milhões quatrocentos e setenta e seis mil quatrocentos e onze reais e quarenta e nove centavos), integralmente

CARTÓRIO GIVALDO GOMES ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
23 NOV. 2015
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Emissão somente com Autorização Judicial

realizado e dividido em 24.861.464 (vinte e quatro milhões oitocentas e sessenta e uma mil quatrocentas e sessenta e quatro) ações, sendo 11.075.203 (onze milhões setenta e cinco mil duzentas e três) ações ordinárias (recursos próprios), 5.391.621 (cinco milhões trezentas e noventa e uma mil seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais A (recursos de incentivo); 3.711.166 (três milhões setecentas e onze mil cento e sessenta e seis) ações preferências B (recursos próprios), 2.777.782 (dois milhões setecentas e setenta e sete mil setecentas e oitenta e duas) ações preferenciais C (recursos de incentivo), 724.921 (setecentas e vinte e quatro mil novecentas e vinte e uma) ações preferenciais D (recursos de incentivo), e 1.180.771 (um milhão cento e oitenta mil setecentas e setenta e uma) ações preferenciais E (recursos de incentivo)."

3.2. AGROPALMA

3.2.1. AGROPALMA, também com o escopo de implementar a reorganização societária objeto deste Protocolo, cindirá as parcelas de seus ativos e passivos relacionados com a atividade industrial e os verterá a REFINADORA (conforme consta no item 1.2 deste Protocolo), bem como incorporará as parcelas cindidas da CIA PALMARES, da CRAI, da AGROPAR e da AMAPALMA, correspondentes aos ativos e passivos das respectivas atividades agrícolas.

3.2.2. O patrimônio líquido da AGROPALMA, após cisão das parcelas vertidas à REFINADORA e a incorporação das parcelas vertidas pelas CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR e AMAPALMA, será composto conforme descrito a seguir:

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
Válido somente com o selo de segurança
008 517 490

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
Válido somente com o selo de segurança
007 307 768

Icoaraci(PA) 23 NOV. 2015
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

CONTAS	PATRIMONIO LIQUIDO ANTES DA INCORPORAÇÃO		PARCELAS VERTIDAS PELA AGROPALMA PARA A REFINADORA		PARCELAS DAS, CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR E AMAPALMA A SEREM INCORPORADAS		PATRIMONIO LIQUIDO DA AGROPALMA APÓS CISÃO E INCORPORAÇÃO
PATRIMONIO LIQUIDO	(75.164.028,01)	-	(10.853.573,36)	+	(140.912.506,87)	=	(205.222.961,52)
CAPITAL SOCIAL	(57.856.669,55)	-	(8.354.416,65)	+	(89.440.648,23)	=	(138.942.901,13)
CAPITAL SUBSCRITO	(57.856.669,55)	-	(8.354.416,65)	+	(89.440.648,23)	=	(138.942.901,13)
CAPITAL AUTORIZADO	-	-	-	+	-	=	-
RESERVAS DE CAPITAL	(479.644,79)	-	(69.259,99)	+	(1.944.891,43)	=	(2.355.276,23)
CORRECAO MONETARIA DO CAPITAL	(0,08)	-	(0,01)	+	-	=	(0,07)
PRO-RATA IGPM-FGV	-	-	-	+	-	=	-
INCENTIVOS FISCAIS	(479.644,71)	-	(69.259,98)	+	(1.944.889,16)	=	(2.355.273,89)
LEI 8.200/91	-	-	-	+	-	=	-
RESERVAS DE A.F.A.C.	-	-	-	+	(2,27)	=	(2,27)
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(22.118.034,51)	-	(3.193.811,14)	+	(46.542.928,86)	=	(65.467.152,22)
LUCROS / PREJ. EXER.NTERIORES	(21.526.327,31)	-	(3.108.369,51)	+	(27.574.506,06)	=	(45.992.463,86)
LEI 8.200/91	1.425.848,35	-	205.890,37	+	(565.878,12)	=	654.079,86
RESULTADO DO EXERCICIO	-	-	-	+	(10.993.986,68)	=	(10.993.986,68)
RESERVA LEGAL	(2.017.555,55)	-	(291.332,01)	+	(7.405.366,75)	=	(9.131.590,29)
LEI 8.200/91	-	-	-	+	(3.191,24)	=	(3.191,24)
CORR.MONET.-LEI 8.200/91	948.808,13	-	137.006,48	+	(539.127,17)	=	272.674,49
RESULTADO C.M.-LEI 8.200/91	948.808,13	-	137.006,48	+	(539.127,17)	=	272.674,49
RESULTADO OPERACIONAL	4.341.512,71	-	626.907,95	+	(2.444.911,19)	=	1.269.693,57

3.2.3. Em conseqüência da cisão das parcelas vertidas a REFINADORA, o capital social da AGROPALMA será reduzido de R$ 57.856.669,55 (cinqüenta e sete milhões, oitocentos e cinqüenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) para R$ 49.502.252,90 (quarenta e nove milhões, quinhentos e dois mil, duzentos e cinqüenta e dois reais e noventa centavos), mediante o cancelamento de ações, conforme descrito no item 2.1.3. deste Protocolo.

3.2.4. Em decorrência das incorporações das parcelas vertidas pela CIA PALMARES, pela CRAI, pela AGROPAR e pela AMAPALMA, o capital social da AGROPALMA será elevado de R$ 49.502.252,90 (quarenta e nove milhões, quinhentos e dois mil, duzentos e cinqüenta e dois reais e noventa centavos), para R$ 138.942.901,13 (cento e trinta e oito milhões novecentos e quarenta e dois mil novecentos e um reais ~~e treze centavos), sendo emitidas~~ 198.790.900 (cento e noventa e oito milhões setecentas e noventa mil e novecentas) ações, da seguinte forma:

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 23 NOV. 2015
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 997.318.422-68

(i) 68.403.273 (sessenta e oito milhões quatrocentas e três mil duzentas e setenta e três) Ações Ordinárias (recursos próprios);

(ii) 40.325.747 (quarenta milhões trezentas e vinte e cinco mil setecentas e quarenta e sete) Ações Preferenciais A (recursos de incentivos);

(iii) 60.905.339 (sessenta milhões novecentas e cinco mil trezentas e trinta e nove) Ações Preferenciais B (recursos próprios);

(iv) 28.391.160 (vinte e oito milhões trezentas e noventa e uma mil cento e sessenta) Ações Preferenciais C (recursos de incentivos); e

(v) 765.381 (setecentas e sessenta e cinco mil trezentas e oitenta e uma) Ações Preferenciais E (recursos de incentivos).

3.2.5. As ações emitidas nos termos do item 3.2.4 acima serão atribuídas aos seguintes acionistas na seguinte proporção:

(i) **CRAI:** para cada Ação Ordinária da CRAI, serão conferidas 25,75579387 Ações Ordinárias da AGROPALMA; para cada Ação Preferencial A ou C da CRAI, serão atribuídas 25,75579387 Ações Preferenciais A da AGROPALMA; e para cada Ação Preferencial B da CRAI, serão atribuídas 25,75579387 Ações Preferenciais B da AGROPALMA.

(ii) **AGROPAR:** para cada ação ordinária da AGROPAR, serão conferidas 12,50937475 ações ordinárias da AGROPALMA; para cada Ação Preferencial C da AGROPAR, serão atribuídas 12,50937475 Ações Preferenciais C da AGROPALMA; e para cada Ação Preferencial B da AGROPAR, serão atribuídas 12,50937475 Ações Preferenciais B da AGROPALMA.

(iii) **AMAPALMA:** para cada ação ordinária da AMAPALMA, será conferida 0,90159810 ação ordinária da AGROPALMA; para cada Ação Preferencial A da AMAPALMA, será atribuída 0,90159810 Ação Preferencial B da AGROPALMA; e

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Fabíola Marques Carvalho
CPF 597.318.422-68
Escrevente

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
23 NOV. 2015
Fabíola Marques Carvalho
CPF 597.318.422-68

para cada Ação Preferencial B da AMAPALMA, será atribuída 0,90159810 Ação Preferencial B da AGROPALMA.

(iv) **CIA PALMARES:** para cada ação ordinária da CIA PALMARES, serão conferidas 2,17433865 ações ordinárias da AGROPALMA; e para cada Ação Preferencial B da CIA PALMARES, serão atribuídas 2,17433865 Ações Preferenciais B da AGROPALMA.

3.2.6. Destaca-se que os acionistas detentores das Ações Preferenciais das companhias cindidas e incorporadas terão os direitos e vantagens de que eram titulares preservados e inalterados na troca de suas ações por ações da AGROPALMA.

3.2.7. Desta forma, o artigo 5° do estatuto social da AGROPALMA refletiria o novo valor do capital social e sua divisão em ações, em decorrência da cisão e das incorporações, conforme segue:

"Artigo 5° - O Capital Social é R$ 138.942.901,13 (cento e trinta e oito milhões novecentos e quarenta e dois mil novecentos e um reais e treze centavos), integralmente realizado e dividido em 289.516.227 (duzentos e oitenta e nove milhões quinhentas e dezesseis mil duzentas e vinte e sete) ações, sendo 90.060.674 (noventa milhões sessenta mil seiscentas e setenta e quatro) ações ordinárias (recursos próprios), 64.193.968 (sessenta e quatro milhões cento e noventa e três mil novecentas e sessenta e oito) ações preferenciais A (recursos de incentivo); 84.425.446 (oitenta e quatro milhões quatrocentas e vinte e cinco mil quatrocentas e quarenta e seis) ações preferências B (recursos próprios), 28.391.160 (vinte e oito milhões trezentas e noventa e uma mil cento e sessenta) ações preferenciais C (recursos de incentivo), 21.679.598 (vinte e um milhões seiscentas e setenta e nove mil quinhentas e noventa e oito) ações preferenciais D (recursos de incentivo) e 765.381 (setecentas e sessenta e cinco mil trezentas e oitenta e uma) ações preferenciais E (recursos de incentivo)."

3.2.8. Entretanto, caso seja aprovada a proposta de capitalização da reserva de incentivos fiscais da CIA PALMARES e da AGROPAR, apresentada pelas respectivas diretorias e que serão objeto de deliberação de Assembléias Gerais Extraordinárias das Companhias a serem

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de segurança
Icoaraci (PA)
AUTENTICAÇÃO
NOV 2015
Valido somente com o selo de segurança
Dou fé.
MAR 2016
Marques Carvalho
318.422-68

realizadas em 27/04/2007, os valores do Capital Social da CIA PALMARES e da AGROPAR serão aumentados para R$ 35.083.173,81 (trinta e cinco milhões oitenta três mil cento e setenta três reais e oitenta um centavos) e para R$ 44.038.642,21 (quarenta e quatro milhões trinta e oito mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte um centavos), respectivamente, sem emissão de novas ações. Nesta hipótese, após as incorporações ora propostas, o capital social da AGROPALMA passará a ser de R$ 140.564.573,15 (cento e quarenta milhões quinhentos e sessenta e quatro mil quinhentos e setenta a três reais e quinze centavos), e o patrimônio líquido da AGROPALMA terá a seguinte composição:

CONTAS	PATRIMONIO LIQUIDO ANTES DA CISÃO		PARCELAS VERTIDAS PELA AGROPALMA PARA A REFINADORA		PARCELAS DAS, CIA PALMARES, CRAI, AGROPAR E AMAPALMA A SEREM INCORPORADAS		PATRIMONIO LIQUIDO DA AGROPALMA APÓS CISÃO E INCORPORAÇÃO
PATRIMONIO LIQUIDO	(75.164.028,01)	-	(10.853.573,36)	+	(140.912.506,87)	=	(205.222.961,52)
CAPITAL SOCIAL	(57.856.669,55)	-	(8.354.416,65)	+	(91.062.320,25)	=	(140.564.573,15)
CAPITAL SUBSCRITO	(57.856.669,55)	-	(8.354.416,65)	+	(91.062.320,25)	=	(140.564.573,15)
CAPITAL AUTORIZADO	-	-	-	+	-	=	-
RESERVAS DE CAPITAL	(479.644,79)	-	(69.259,99)	+	(323.219,41)	=	(733.604,21)
CORRECAO MONETARIA DO CAPITAL	(0,08)	-	(0,01)	+	-	=	(0,07)
PRO-RATA IGPM-FGV	-	-	-	+	-	=	-
INCENTIVOS FISCAIS	(479.644,71)	-	(69.259,98)	+	(323.217,14)	=	(733.601,87)
LEI 8.200/91	-	-	-	+	-	=	-
RESERVAS DE A.F.A.C.	-	-	-	+	(2,27)	=	(2,27)
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	(22.118.034,51)	-	(3.193.811,14)	+	(46.542.928,86)	=	(65.467.152,27
LUCROS / PREJ. EXER.NTERIORES	(21.526.327,31)	-	(3.108.369,51)	+	(27.574.506,06)	=	(45.992.463,8
LEI 8.200/91	1.425.848,35	-	205.890,37	+	(565.878,12)	=	654.079,86
RESULTADO DO EXERCICIO	-	-	-	+	(10.993.986,68)	=	(10.993.986,68)
RESERVA LEGAL	(2.017.555,55)	-	(291.332,01)	+	(7.405.366,75)	=	(9.131.590,29)
8.200/91	-	-	-	+	(3.191,24)	=	(3.191,24)
CORR.MONET.-LEI 8.200/91	948.808,13	-	137.006,48	+	(539.127,17)	=	272.674,49
RESULTADO C.M.-LEI 8.200/91	948.808,13	-	137.006,48	+	(539.127,17)	=	272.674,49
RESULTADO OPERACIONAL	4.341.512,71	-	626.907,95	+	(2.444.911,19)	=	1.269.693,57

3.2.9. O possível aumento de capital social descrito no item 3.2.8 do presente Protocolo não importará em qualquer modificação no número de ações da CIA PALMARES e da AGROPAR, e tampouco nas relações de troca entre as ações das companhias cindidas e da AGROPALMA, uma vez que não importará em qualquer modificação no valor dos respectivos patrimônios líquidos. Entretanto, nesta hipótese o artigo 5° do Estatuto Social deverá ser

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
CARTORIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Ipanema - Belém-Pará
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
23 NOV. 2015
15 MAR. 2016
Válido somente com o selo de segurança

alterado para refletir o valor do capital social conforme descrito a seguir:

"Artigo 5º - O Capital Social é R$ 140.564.573,15 (cento e quarenta milhões quinhentos e sessenta e quatro mil quinhentos e setenta a três reais e quinze centavos), integralmente realizado e dividido em 289.516.227 (duzentos e oitenta e nove milhões quinhentas e dezesseis mil duzentas e vinte e sete) ações, sendo 90.060.674 (noventa milhões sessenta mil seiscentas e setenta e quatro) ações ordinárias (recursos próprios), 64.193.968 (sessenta e quatro milhões cento e noventa e três mil novecentas e sessenta e oito) ações preferenciais A (recursos de incentivo); 84.425.446 (oitenta e quatro milhões quatrocentas e vinte e cinco mil quatrocentas e quarenta e seis) ações preferências B (recursos próprios), 28.391.160 (vinte e oito milhões trezentas e noventa e uma mil cento e sessenta) ações preferenciais C (recursos de incentivo), 21.679.598 (vinte e um milhões seiscentas e setenta e nove mil quinhentas e noventa e oito) ações preferenciais D (recursos de incentivo) e 765.381 (setecentas e sessenta e cinco mil trezentas e oitenta e uma) ações preferenciais E (recursos de incentivo)."

4 – CONDIÇÕES GERAIS

4.1. Em conseqüência da cisão total dos patrimônios líquidos da CIA PALMARES, da CRAI, da AGROPAR e da AMAPALMA, estas companhias serão extintas de pleno direito, sendo que a REFINADORA e a AGROPALMA as sucederão, na qualidade de incorporadoras de parcelas de seus ativos e passivos, nos direitos e obrigações aqui relacionados. A REFINADORA, por sua vez, na qualidade de incorporadora de parcela de ativos e de passivos industriais da AGROPALMA, a sucederá nos direitos e obrigações também aqui relacionados.

4.2. A fixação da quantidade de ações a serem emitidas pela REFINADORA e pela AGROPALMA nos termos do presente Protocolo decorre da divisão das parcelas do patrimônio da AGROPALMA, da CIA PALMARES, da CRAI, da AGROPAR e da AMAPALMA efetivamente vertidas pelo valor patrimonial contábil das ações da REFINADORA e da AGROPALMA determinados com base em balanços de 31.03.2007.

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques
CPF: 557.316.422-
Escrevente

4.3. O critério adotado para avaliação dos patrimônios líquidos foi o do valor contábil, apurado com base em balanços levantados em 31.03.2007, sendo que o patrimônio líquido da AGROPALMA antes de incorporar as parcelas da CIA PALMARES, da CRAI, da AGROPAR e da AMAPALMA foi ajustado em decorrência da cisão ocorrida nesta data.

4.4. As cisões serão contabilmente efetivadas pelo respectivo saldo das contas do ativo e do passivo na data em que forem aprovados e formalizados os atos da cisão e, consequentemente, procedidos os respectivos lançamentos contábeis, sendo que as eventuais variações patrimoniais, que se verificarem entre a data-base do balanço (31.03.2007) e a data dos atos societários (30.04.2007), serão reconhecidas pela CIA PALMARES, pela CRAI, pela AGROPAR, pela AMAPALMA e pela AGROPALMA. Eventuais variações patrimoniais serão vertidas em favor da REFINADORA e da AGROPALMA, de acordo com o critério de transferência de ativos e passivos relacionados às atividades industrial e agrícola.

4.5. A avaliação dos patrimônios das companhias cindidas e incorporadas será levada a efeito pela BDO TREVISAN Auditores Independentes - CRC 2SP013439/O-5 "S" PA, representada pelo seu sócio-contador, Sr. Alexandre Ralf Slavic, CRC 1SP207032/O-5 "S" PA, com endereço na Avenida Generalíssimo Deodoro, 1683 - 2º andar - sala 201, Bairro Nazaré, CEP 66040-140, Belém–PA, devendo tal indicação ser ratificada pelas companhias objeto da reorganização societária.

4.6. Em relação às atividades incorporadas das empresas cindidas, a REFINADORA e a AGROPALMA:

(i) assumirão e responderão, por todas as transações comerciais e financeiras em andamento quando da cisão, em nome das cindidas, de acordo com a respectiva atividade (industrial ou agrícola);

(ii) assumirão e responderão, por todos os processos fiscais, tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais em andamento na data da cisão, tanto na esfera administrativa como na judicial, em nome das cindidas;

(iii) sub-rogar-se-ão nos direitos aos créditos tributários eventualmente existentes e originados até a data de cisão, em andamento ou não, e em todas as esferas do governo, relat-

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Erika Marques Carvalho
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
23 NOV. 2015
Erika Marques Carvalho

vamente e proporcionalmente às parcelas incorporadas;

(iv) assumirão e responderão, automaticamente, a responsabilidade por todos os contratos vigentes quando da cisão e de acordo com as respectivas atividades, ficando cada uma responsável pelo fiel cumprimento dos contratos inerentes a cada ramo de negócio, de forma que a REFINADORA assuma os contratos relacionados a atividades industriais e a AGROPALMA assuma os contratos relacionados a atividade agrícola;

(v) adotarão todos os procedimentos legais e regulamentares necessários para a transferência dos funcionários das companhias cindidas para as incorporadoras de acordo com as respectivas atividades;

(vi) efetuarão os devidos registros nos respectivos livros de Registro de Ações e demais livros societários e contábeis;

(vii) providenciarão a averbação, junto aos respectivos Cartórios de Registros de Imóveis, da transferência da propriedade das áreas agrícolas até então de propriedade das companhias totalmente cindidas para a AGROPALMA; e

4.7. Por fim, com a conclusão da cisão da CIA PALMARES, da AMAPALMA, da AGROPAR e da CRAI e incorporação integral dos respectivos patrimônios pela AGROPALMA e pela REFINADORA, e a conseqüente extinção daquelas companhias com cessão das respectivas existências, competirá a AGROPALMA, através de seus administradores, na qualidade de incorporadora da CIA PALMARES, da AMAPALMA, da AGROPAR e da CRAI, a guarda dos livros fiscais e contábeis destas companhias, assim como praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento da incorporação aqui tratada, nos termos do disposto nos incisos I e II do artig. 1º da Instrução Normativa n.º 88 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, de 2 de agosto de 2001.

4.8. As demais condições não contempladas no presente Protocolo serão acordadas entre as companhias, dentro dos termos da legislação aplicável.

4.9. O presente Protocolo, os Laudos de Avaliação das companhias e as Atas de Assembléia Geral Extraordinária da REFINADORA, da AGROPALMA, da CIA PALMARES, da AMAPALMA, da AGROPAR e da CRAI, que deliberarem pela aprovação da presente operação, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA, serão docu-

mentos oficiais para formalizar os aditivos contratuais necessários, para as baixas das inscrições nos órgãos públicos, para a comprovação da extinção das companhias cindidas, bem como para toda e qualquer outra obrigação e compromisso assumidos.

Belém - PA, 18 de abril de 2007.

INCORPORADORAS:

AGROPALMA S.A.

José Hilário Rodrigues de Freitas
Diretor

José Elanir de Lima
Diretor

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

José Hilário Rodrigues de Freitas
Diretor

José Elanir de Lima
Diretor

CINDIDAS:

AGROPALMA S.A.
COMPANHIA PALMARES DA AMAZÔNIA
CRAI AGROINDUSTRIAL S.A.
COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DO PARÁ
AMAPALMA S.A.

José Hilário Rodrigues de Freitas
Diretor

José Elanir de Lima
Diretor

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci / Belém
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR 2018
Erika Fabíola Marques Carvalho
Escrevente

CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/12/2008
SOB Nº: 20000193339
Protocolo: 07/029074-1, DE 30/05/2007
Empresa: 15 3 0001661 4
COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA
115836
GETULIO VILLAS MOREIRA
SECRETÁRIO GERAL

AGROPALMA S.A.

CNPJ/MF nº 04.102.265/0001-51 - NIRE 15300001188

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 30 de abril de 2015. **HORÁRIO**: 09:00 horas, Assembleia Geral Ordinária e, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **LOCAL**: Sede Social - Rodovia PA 150, km 74 – Tailândia - PA. **PRESENÇA**: **1)** Acionista titular de ações ordinárias representando mais de dois terços do capital social com direito de voto; **2)** Administradores da Sociedade e Enio Barbosa de Biasi – Contador CRC 1SP170252/O-0, representante da De Biasi Auditores Independentes (CRC 2SP 017861/O-6). **MESA**: **Marcello Silva do Amaral Brito** – Presidente. **José Elanir de Lima** – Secretário.

ORDEM DO DIA
EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Examinar, discutir e votar as contas dos Administradores, incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2014;

2. deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;

3. eleger os membros da Diretoria e

4. fixar o montante global máximo da remuneração da Diretoria para o exercício de 2015.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Tomar conhecimento e deliberar sobre a Proposta da Diretoria para: (i) alterar a redação do inciso "d", Artigo 4º, do Objeto Social, do Estatuto Social, e (ii) aumentar o capital social em R$ 32.799.027,63 (trinta e dois milhões, setecentos e noventa e nove mil, vinte e sete reais e sessenta e três centavos), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta de "Reservas para Aumento de Capital", e aprovar a correspondente reforma estatutária.

2. deliberar sobre alteração dos prestadores de serviço de auditoria externa da Sociedade.

PUBLICAÇÕES

1. Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31.12.2014: Diário Oficial do Estado do Pará, edição de 27.02.2015, às folhas 95, 96, 97 e 98 e O Liberal, edição de 27.02.2015, às folhas 6 e 7.

2. Editais de Convocação: Diário Oficial do Estado do Pará, edições de 22, 23 e 24.04.2015 e O Liberal, edições de 20, 21 e 22.04.2015.

LEITURA DE DOCUMENTOS:

Todos os documentos citados na Ordem do Dia foram lidos e colocados sobre a mesa, à disposição da acionista.

CARTÓRIO GIVALDO GOMES DE ARAÚJO
Ofício de Icoaraci - Estado do Pará
Tabelião
Confere com o Original
Icoaraci(PA) 25 JAN. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
AUTENTICAÇÃO
Selo de Autenticidade
Fls.
Secret

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Aprovou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;

2. aprovou que o prejuízo do exercício, de R$ 6.246.754,15, seja absorvido mediante a utilização da conta de "Reservas para Dividendo";

3. reelegeu, para compor a Diretoria, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2016, os Srs. **JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES DE FREITAS** (CPF/MF nº 003.107.781-15 – RG nº 16.720.105-SSP-SP), brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Albuquerque Lins nº 887 – apto. 21 – Santa Cecília - CEP 01230-001; **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO** (CPF/MF nº 065.621.628-07 – RG nº 1.281.385-SSP-GO), brasileiro, casado, engenheiro de alimentos, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Dr. Gabriel dos Santos, 541, apto. 91, Santa Cecília - CEP 01231-011; **JOSÉ ELANIR DE LIMA** (CPF/MF nº 000.701.906-82 - RG nº M-164.409 - SSP-MG), brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Alameda Juquis, 225 - apto. 123 - Moema - CEP 04081-010; e **JOEL BUECKE** (CPF/MF nº 957.706.237-72 - RG nº 817.446 SSP-ES), brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Tailândia – PA, na Rua 02, Casa 60 – Vila Crai, CEP 68.695-000. Os Diretores ora reeleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, e

4. fixou a verba global máxima de remuneração da Diretoria em até R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) mensais, cabendo à própria Diretoria deliberar, em reunião, sobre a forma de distribuição dessa verba entre os seus membros; deliberou também que essa verba vigorará a partir do corrente mês de abril e poderá ser reajustada com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV, podendo ainda a Sociedade proporcionar aos seus administradores transporte individual e, para alguns, também serviço de segurança, a critério da Diretoria.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1176
PARÁ

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Aprovou a Proposta da Diretoria para:

(a) alterar a redação do inciso "d", Artigo 4º do Objeto Social da Sociedade, com o objetivo de torná-lo mais claro, passando tal Artigo a ser redigido da seguinte forma: "**Art. 4º-** A Sociedade tem por objeto: a) o cultivo de palmeira de dendê e quaisquer outras culturas; b) a formação de pastagens; c) a extração e a comercialização de óleos vegetais e madeiras; d) a manutenção, como atividade secundária, de uma Escola de Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio) e, e) quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros. § **Único** - A sociedade poderá, ainda, participar de outras sociedades como sócia ou acionista." e

Cartório Geraldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR. 2016

Fls. 167 Secretaria VARA CÍVEL

(ii) aumentar o capital social em R$ 32.799.027,63 (trinta e dois milhões, setecentos e noventa e nove mil, vinte e sete reais e sessenta e três centavos), sem emissão de ações, elevando-o de R$ 150.395.444,94 (cento e cinquenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) para R$ 183.194.472,57 (cento e oitenta e três milhões, cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta de "Reservas para Aumento de Capital", reformando desta forma o artigo 5°, "caput" do Estatuto Social, que passa a ser assim redigido: **"Art. 5° -** O Capital Social é de R$ 183.194.472,57 (cento e oitenta e três milhões, cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), integralmente realizado e dividido em 289.516.227 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentas e dezesseis mil, duzentas e vinte e sete) ações, sendo 90.060.674 (noventa milhões, sessenta mil e seiscentas e setenta e quatro) ações ordinárias (recursos próprios), 64.193.968 (sessenta e quatro milhões, cento e noventa e três mil, novecentas e sessenta e oito) ações preferenciais A (recursos de incentivo); 84.425.446 (oitenta e quatro milhões, quatrocentas e vinte e cinco mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações preferências B (recursos próprios); 28.391.160 (vinte e oito milhões, trezentas e noventa e uma mil, cento e sessenta) ações preferenciais C (recursos de incentivo); 21.679.598 (vinte e um milhões, seiscentas e setenta e nove mil, quinhentas e noventa e oito) ações preferenciais D (recursos de incentivo) e 765.381 (setecentas e sessenta e cinco mil, trezentas e oitenta e uma) ações preferenciais E (recursos de incentivo)." e

2. autorizou a Diretoria a contratar a empresa **ERNST & YOUNG – Auditores Independentes S.S.** - CRC 2SP015199/O-6-S-PA, representada pelo Sr. Carlos Santos Mota Filho, Contador, CRC – PE 020.728/O-7-S-PA, para prestar serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras anuais da Sociedade a partir de 1° de janeiro de 2015.

Finalmente, autorizou a publicação desta ata nos termos do parágrafo 1° do Artigo 130 da Lei de Sociedades por Ações.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1122 PARÁ

Lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Tailândia (PA), 30 de abril de 2015.
Marcello Silva do Amaral Brito - Presidente da Mesa.
José Elanir de Lima – Secretário.
A ACIONISTA:
p.p. NOVA AMÉRICA HOLDINGS LTDA.
a.a.) Christophe Yvan François Cadier José Elanir de Lima

Esta ata é cópia fiel da origina lavrada em livro próprio nas folhas 26, 27 e 28 do livro n° 3.

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Cópia Original. Dou fé.
MAR. 2016
AUTENTICAÇÃO
Valdoia Marques Carvalho
008.068.797-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Marcello Silva do Amaral Brito
Presidente da Mesa

José Elanir de Lima
Secretário

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Icoaraci - Belém-Pará
Gomes de Araujo
Tabelião
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Cópia Original. Dou fé.
MAR. 2016
Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

VARA AGRARIA DA REGIÃO
Fls. 1[illegible]
Secretari[illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Conselho Regional de Administração de São Paulo

Registro: CRA-SP Nº 21550 | Data do Registro: 28/02/1985 | 1ª VIA

JOSÉ HILARIO RODRIGUES DE FREITAS

Assinatura do Portador

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO
Distrito de I[illegible]
Givaldo [illegible]
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
[illegible] ARAÚJO
Para
[illegible]
Confe[illegible] Original. Dou fé.
008 066 843
Icoaraci(PA) 25 JAN. 2016
[illegible] Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Nacionalidade: BRASILEIRA | Naturalidade: ITUVERAVA-SP | Data de Nascimento: 30/05/1940
RG: 16.770.195 | Órgão Expedidor: SSP/SP | Data de Expedição do RG: 15/05/1982 | CPF: 003.197.7[illegible]-15
Filiação: GERALDO COELHO DE FREITAS
HELENA RODRIGUES DA FREITAS
Diplomado em: FAC.CIÊNC.ECON.E ADM.DO DF | Registro Nº: 692
Nº de Registro de Administrador: [illegible] de 09/07/65
SÃO PAULO, 14/05/2002

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1175
PARÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
JOSÉ HILARIO RODRIGUES DE FREITAS
003 197 7[illegible]-15 | 30/05/1940
GERALDO COELHO DE FREITAS
HELENA RODRIGUES DE FREITAS
[illegible] | [illegible]
00085630621
[illegible]/2016 | [illegible]/12/1960
OBSERVAÇÕES
DATA EMISSÃO 09/08/2012
LOCAL SÃO PAULO, SP
DETRAN SP/SÃO PAULO
PARIBIOD PLASTIFICAR
454482739

CARTÓRIO GIVALDO A[illegible]
Distrito de Icoaraci - Belém
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597[illegible]
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
[illegible]

CARTÓRIO GIVALDO [illegible]
Distrito de Icoaraci - Belém - Para
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
[illegible]re com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 25 JAN. 2016
Erika [illegible]
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
[illegible] BRITES CIRACÃO
008 066 845

AES Eletropaulo
por onde a vida acontece

Segunda Via.

LIGAÇÕES GRATUITAS 24 HORAS

Emergência	Comercial	Deficientes auditivos
0800 72 72 196	0800 72 72 120	0800 77 28 626

Ouvidoria da AES Eletropaulo	ARSESP	ANEEL
0800 72 73 110	0800 72 70 167	167

JOSE HILARIO RODRIGUES DE FREITAS
R ALBUQUERQUE LINS 887 21
CEP: 01230-001 SAO PAULO - SP
CPF/CNPJ: 003.167.781-15 e INSC.EST. ISENTO
Email: hilario@agropalma.com.br

Nota Fiscal Série B N.004775597
Reservado ao Fisco: C374.A530.B47E.0EF2.5304.84CF.1746.185D
CFOP: 5258 (Venda de en. elétrica a não contribuinte)

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A
Av Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, Nº 939, Torre II - Barueri / SP
CNPJ: 61.695.227/0001-93 - Inscrição Estadual:206.165.226.110
Regime Especial Proc. DRT-1 nº1000635-686924/2005

Conta Referente a	Data de Emissão	Vencimento
DEZ 2015	19 DEZ 2015	04 JAN 2016

Loja ou Posto de atendimento mais próximo, das 8h30 às 16h30
Rua Rui Barbosa 97,São Paulo

Nº DA INSTALAÇÃO	Nº DO CLIENTE
65419677	0013236127

NOTIFICAÇÃO/REAVISO DE CONTAS VENCIDAS

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Gomes de Araujo
Tabelião
Cópia fiel do Original. Dou fé.
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
SELO DE AUTENTICIDADE
5 JAN. 2016
008.086.358
Erika Marques Carvalho
CPF: 397.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

Página 1 / 1

FORNECIMENTO

CONSUMO X TUSD (VALOR DO kWh) 490,0 kWh X R$ 0,19996000		97,98
CONSUMO X TE (VALOR DO kWh) 490,0 kWh X R$ 0,23715000		116,20
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA		22,05

TRIBUTOS

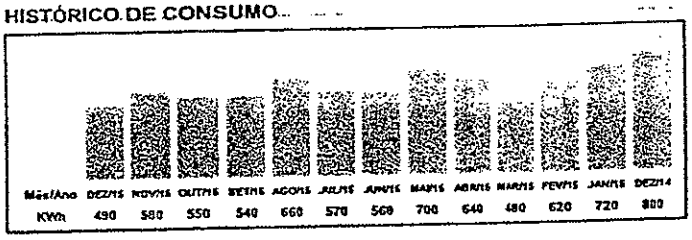
PIS/PASEP (1,10%)	3,75
COFINS (5,10%)	17,46
ICMS	85,65

OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS

COSIP LEI 13.479/02	5,40

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 11790 PARÁ

HISTÓRICO DE CONSUMO



Composição do fornecimento e tributos cobrados nesta conta - Res. 166/2005				
	Energia	Distribuição	Transmissão	Encargos	Tributos
R$	135,19	44,36	8,26	47,93	106,86

- Unidade Consumidora faturada pela Tarifa Residencial Plena.
- Sua conta com vencimento em 01/12/2015 no valor de 410,67 foi quitada através de Débito Automático.

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Gomes de Araujo
Tabelião
Cópia fiel do Original. Dou fé.
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
SELO DE AUTENTICIDADE
5 MAR. 2016
008.517.581
Erika Marques Carvalho
CPF: 397.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

DADOS DE LEITURA DO MEDIDOR

Anterior	Leitura	Atual	Leitura	Próxima	Entrega
18 NOV	3285	19 DEZ	3334	19 JAN	23 DEZ

DADOS TÉCNICOS DA INSTALAÇÃO

Medidor	Fator Multiplicador	Classe	Faturamento	Tipo de Tarifa
3690483	10	Res/Resid	Bifásico	B1_RESID

Tensão Nominal	Tensão Mínima	Tensão Máxima
120/208 (BT) V	110/191 V	126/218 V

ICMS - Lei Estadual 6374 de 01/03/89
Valor da Nota Fiscal: R$ 348,00 Base de Cálculo R$ 342,60
Alíquota 25% - Valor R$ 85,65

INDICADORES DE QUALIDADE DO SERVIÇO

Mês de Referência: OUT 15

Conjunto Elétrico: CENTRO

		Limite Perm. Anual	Trim.	Mensal	Verificado
Horas que o cliente ficou sem energia	DIC	16,95	8,47	4,23	0,00
Vezes que o cliente ficou sem energia	FIC	11,45	5,72	2,86	0,00
Máx. de horas contínuas que o cliente ficou sem energia	DMIC	-	-	2,26	0,00

Encargo de uso do sistema de distribuição (CM) 109,42

PORTARIA CAT61

VALOR DA FATURA A PAGAR	348,00

O Pagamento dessa conta não quita débitos anteriores.
Considerar esta conta quitada somente após o débito em sua conta corrente.

Nº da Fatura	Data de Emissão	Conta Referente a	Nº da Instalação	Consumo (kWh)	Vencimento	Total a pagar (R$)
534704481210	19 DEZ 2015	DEZ 2015	65419677	490,0	04 JAN 2016	348,00

JOSE HILARIO RODRIGUES DE FREITAS

Nota Fiscal Série B No.004775597
Débito Automatico BANCO SANTANDE

AES Eletropaulo
por onde a vida acontece

Se por algum motivo de seu conhecimento não ocorrer o débito automático, pague esta conta em qualquer banco autorizado.
- Conta original quitada.

Autenticação Mecânica
Não vale como recibo

VARA AGRÁRIA DA COMARCA DE CAMETÁ — PARÁ
Fls. 170
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 193
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1150
PARÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

P-5

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1281385 2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 05/AGO/2008

NOME MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO

FILIAÇÃO GILSON TEIXEIRA DO AMARAL BRITO
MARIA CONCEICAO SILVA DO AMARAL BRITO

ANAPOLIS-GO 29/MAI/1964
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM C.CAS. 6185 FLS. 91 L. B72 BARRETOS SP 1
ZONA EM 25/09/1992

CPF 065621628-07

5116780 Darcyana S. Marinho 20963718
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Área de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Válido somente com selo de segurança

CARTÓRIO GIVA
Distrito de Icoaraci
Givario Gomes
Tabeli
Confere com o Ori
Belém (PA): 25 JAN. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Área de Segurança
Válido somente com selo de segurança

VALDO ARAÚJO
Icoaraci - Belem-Para
es de Araujo
elião
Original. Do
19 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

AES Eletropaulo
por onde a vida acontece

Segunda Via.

LIGAÇÕES GRATUITAS 24 HORAS

Emergência	Comercial	Deficientes auditivos
0800 72 72 196	0800 72 72 120	0800 77 28 626

Ouvidoria da AES Eletropaulo	ARSESP	ANEEL
0800 72 73 110	0800 72 70 167	167

MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO
R GABRIEL DOS SANTOS 541 CS 9
CEP: 01231-011 SAO PAULO - SP
CPF/CNPJ: 095.621.628-07 e INSC.EST. ISENTO
Email: msabrito@uol.com.br

Nota Fiscal Série B N.002765194
Reservado
ao Fisco: 1E26.4B3C.7D45.3C5C.1389.C943.779B.2527
CFOP: 5258 (Venda de en. elétrica a não contribuinte)

Conta Referente a	Data de Emissão	Vencimento
DEZ 2015	11 DEZ 2015	05 JAN 2016

Loja ou Posto de atendimento mais próximo, das 8h30 às 16h30
Rua Rui Barbosa 97,São Paulo

N° DA INSTALAÇÃO	N° DO CLIENTE
78999375	0013459295

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A
Av Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, N° 939, Torre II - Barueri / SP
CNPJ: 61.695.227/0001-93 - Inscrição Estadual:206.165.226.110
Regime Especial Proc. DRT-1 n°1000635-686924/2005

NOTIFICAÇÃO/REAVISO DE CONTAS VENCIDAS

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
25 JAN. 2016
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
008 066 362

DESCRIÇÃO DE FATURAMENTO

Página 1 / 1

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1151
PARÁ

FORNECIMENTO

CONSUMO X TUSD (VALOR DO kWh) 393,0 kWh X R$ 0,19896000	78,19
CONSUMO X TE (VALOR DO kWh) 393,0 kWh X R$ 0,23715000	93,19
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA	17,56

TRIBUTOS

PIS/PASEP (1,10%)	3,01
COFINS (5,10%)	14,00
ICMS	68,69

OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS

COSIP LEI 13.479/02	5,40

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano	DEZ/15	NOV/15	OUT/15	SET/15	AGO/15	JUL/15	JUN/15	MAI/15	ABR/15	MAR/15	FEV/15	JAN/15	DEZ/14
KWh	393	351	480	365	406	394	362	371	387	388	456	444	431

Composição do fornecimento e tributos cobrados nesta conta - Res. 166/2005

	Energia	Distribuição	Transmissão	Encargos	Tributos
R$	108,42	35,57	6,63	38,44	85,70

- Unidade Consumidora faturada pela Tarifa Residencial Plena.
- Sua conta com vencimento em 07/12/2015 no valor de 250,53 foi quitada através do Débito Automático.

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
MAR. 2016
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
008 517 510

DADOS DE LEITURA DO MEDIDOR

Anterior	Leitura	Atual	Leitura	Próxima	Entrega
11 NOV	26489	11 DEZ	26882	12 JAN	16 DEZ

DADOS TÉCNICOS DA INSTALAÇÃO

Medidor	Fator Multiplicador	Classe	Faturamento	Tipo de Tarifa
5811222	1	Resid/Resid	Trifásico	B1 R

Tensão Nominal	Tensão Mínima	Tensão Máxima
127/220 (BT) V	117/202 V	133/231 V

INDICADORES DE QUALIDADE DO SERVIÇO

Mês de Referência: OUT 15

Conjunto Elétrico: BARRA FUNDA

		Limite Perm. Anual	Trim.	Mensal	Verificado
Horas que o cliente ficou sem energia	DIC	17,91	8,95	4,47	2,03
Vezes que o cliente ficou sem energia	FIC	12,20	6,10	3,05	1,00
Máx. de horas continuas que o cliente ficou sem energia	DMIC	-	-	2,43	2,03

Encargo de uso do sistema de distribuição (CIP) 85,50

FORTARIA CATGT

ICMS - Lei Estadual 6374 de 01/03/89
Valor da Nota Fiscal: R$ 280,16 Base de Cálculo R$ 274,76
Alíquota 25% - Valor R$ 68,69

VALOR DA FATURA A PAGAR	280,16

O Pagamento dessa conta não quita débitos anteriores.
Considerar esta conta quitada somente após o débito em sua conta corrente.

N° da Fatura	Data de Emissão	Conta Referente a	N° da Instalação	Consumo (kWh)
561304206168	11 DEZ 2015	DEZ 2015	78999375	393,0

Vencimento	Total a pagar (R$)
05 JAN 2016	280,16

MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO

Nota Fiscal Série B No.002765194
Débito Automatico BANCO SANTANDE

AES Eletropaulo
por onde a vida acontece

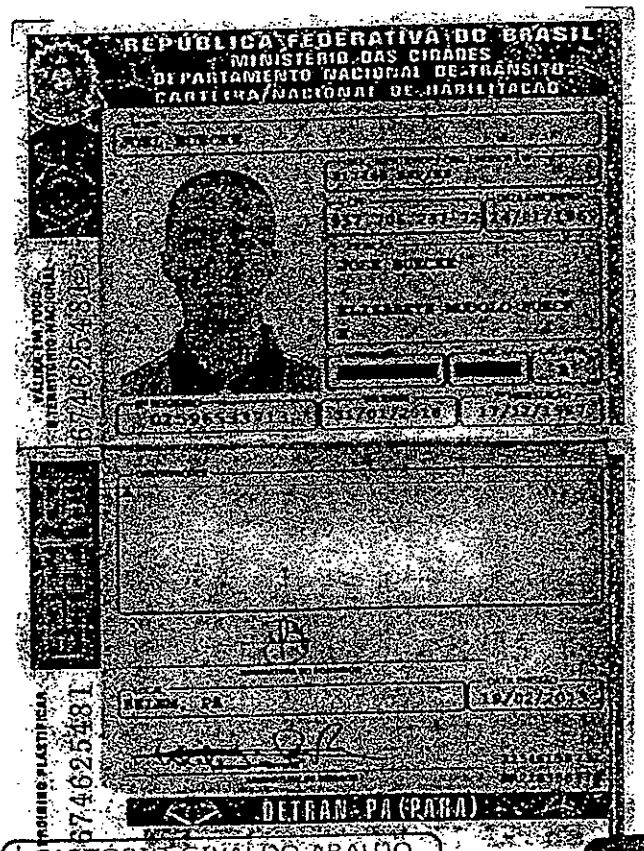
Se por algum motivo de seu conhecimento não ocorrer o débito automático, pague esta conta em qualquer banco autorizado.
- Conta original quitada.

Autenticação Mecânica
Não vale como recibo

REGIÃO DE CASTANHAL — VARA AGRÁRIA
Fls. 172
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6105
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 11825
PARÁ



CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci, Belém-Pará
Givaldo Araujo
Confere com o original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 1[illegible]
Erika Fabiola [illegible]
CPF: 5[illegible]
Escrevente

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci, Belém-Pará
Givaldo Araujo
Confere com o original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 25 JAN 2016
Erika [illegible] Carvalho
Escrevente
Válido somente com a selo de segurança

AGROPALMA

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o colaborador **JOEL BUECKE**, portador da Cédula de identidade nº 817446 SSP/ES, Carteira Profissional nº 000057585/0006 - ES, CPF: 957.706.237-72, reside na Rodovia PA – 150 – Km 74 – Cx. Postal 108, Agropalma, Vila CRAI, Rua 02, Casa 63, no município de Tailândia (PA) - CEP 68695-000, Sem mais.

Tailândia (PA), 28 de Janeiro de 2016.

Muriel Cristina de Oliveira Escorcia

AGROPALMA S/A

Muriel Cristina de O. Escórcia
Relações Trabalhistas-RH
Grupo Agropalma
980.5.16 492-34

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 28 JAN. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

celpa

Centrais Elétricas do Pará S.A

Conta de Energia Elétrica | Nota Fiscal Série B 13916
Nº da Fatura 01-20164314275479-8

Referente ao mês **01/2016** Vencimento **06/02/2016**

Unidade Consumidora **13002789**

AGROPALMA S/A
R SEGUNDA, 63, CASA DE HOSPEDES
VILA CRAI - CEP: 68450-000 - MOJU - PA
RANI/CNPJ/CPF: 04102265000151

Dados da Unidade Consumidora

Classe de Consumo: COMERCIAL, SERVICOS, OUTRAS ATIVIDADES
Classificação: OUTROS SERV.OUTRAS ATIV.NAO ESP.ANTE
Tipo de Tarifa: CONVENCIONAL
Fator de Potência: Tensão nominal (V): 127 / 220
Perdas de Transformações (%): 0

Datas

Emissão	Apresentação	Previsão Próxima Leitura
20/01/2016	20/01/2016	17/02/2016

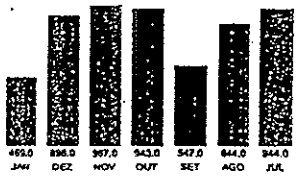
Informações do consumo do mês

Nº Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo	Quantidade de dias	Constante
	84523	84992			
0627048	21/12/2015	20/01/2016	469	30	1,00

Demonstrativo do Faturamento

Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor (R$)
Consumo (kWh)	469	0,525390	246,40
Adic Band. Vermelha			21,10
Icms			99,56
Cofins			25,64
Pis			5,57
Subtotal (R$)			398,27
Lançamentos e Serviços			
Cip-Contrib de Ilum Pub			86,42
Subtotal (R$)			86,42

Histórico do Consumo (kWh)



Tarifa sem tributos (R$)

Número do Programa Social

Composição dos preços em R$ (Art. 31 Resolução 166/2005)

Distribuição	Enc. Setoriais	Compra de Energia	Transmissao	Tributos	Soma (R$)
92,10	26,87	141,37	7,16	130,77	398,27

Informações de tributos

Tributos	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor (R$)
ICMS	398,27	25,00000	99,56
COFINS	398,27	6,43830	25,64
PIS	398,27	1,39820	5,57

Indicadores de continuidade

NOV/15	DIC	FIC	DMIC
Limite Mês	24,98	14,89	13,06
Limite Trim.	49,96	29,78	-
Limite Anual	99,92	59,56	-
Apurado Mês	-	-	-

Conjunto: TAILÂNDIA III EUSO (R$): 301,34

Total a pagar: **R$ 484,69**

Reservado ao Fisco Período Fiscal: 20/01/2016

2804.7B10.309B.E3B2.93EE.225A.7346.B370

Reaviso de vencimento

Informações para o cliente

Periodos Band.Tarif.: Vermelha:22/12-20/01
FATURA DO MES 12/2015 ARRE \ POR DEBITO AUTOMATICO

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
25 JAN. 2016
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
008.086.383
Lívia Marques Carvalho
CPF 597.318.422-68
Escrevente

Nome	UC	Local/Etapa/Livro/Seq	Número da Fatura	Referência	Vencimento	Valor Cobrado (R$)
AGROPALMA S/A	13002789	0390/12/395114/46	01-20164314275479-8	01/2016	06/02/2016	484,69

NAO RECEBER - DEBITO AUTOMATICO - BANCO - 237 - AGENCIA - 6068

celpa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: JOSE ELANIR DE LIMA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 161409 SSP/MG

CPF: 000.701.906-82

DATA NASCIMENTO: 08/10/1940

FILIAÇÃO: ELAIR DE AZEVEDO LIMA
ALICE MARGARIDA GOMES LIMA

PERMISSÃO: [redacted]

ACC: [redacted]

CAT. HAB.: B

Nº REGISTRO: 02490527420

VALIDADE: 07/11/2016

1ª HABILITAÇÃO: 14/01/1970

OBSERVAÇÕES: A
SÃO PAULO

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: SÃO PAULO, SP

DATA EMISSÃO: 09/11/2013

826785015 15
SP609383248

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN-SP (SÃO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

7881883345

PROIBIDO PLASTIFICAR

7881883345

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 JAN. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 557.318.422-68
Válido somente com o selo de segurança.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 JAN. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 557.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança.

VARA AGRÁRIA — Fls. 17 — Secretaria

Fls. 698

MINISTÉRIO PÚBLICO — Fls. 1155 — PARÁ

CONHEÇA ALGUNS CUIDADOS AO REALIZAR OBRAS NA CALÇADA PRÓXIMAS AO SEU IMÓVEL:

- Antes de iniciar as obras na calçada, ligue para a COMGÁS: 08000 110 197 e peça um [illegible] para o local a ser [illegible] as tubulações de gás.
- Entregue as informações fornecidas pelo técnico para o responsável pela obra.
- Procure fiscalizar o serviço para evitar que danifiquem as tubulações de gás.
- Não permita utilizarem ferramentas mecânicas como retroescavadeira dentro dos locais demarcados pelo técnico da Comgás.
- Em caso de dúvida, pare imediatamente a obra e entre em contato com a COMGÁS.
- Em caso de danos às tubulações de gás, pare imediatamente o trabalho, isole o local e ligue para a COMGÁS por meio do 08000 110 197 opção 9 (emergência).

Fique sempre atento à segurança mesmo em obras de outras empresas, como concessionárias de água, esgoto e energia.

- Converse com o responsável pela obra e alerte-o sobre as redes de gás no local.
- Caso a empresa não tenha conhecimento sobre as redes de gás, entre em contato com a COMGÁS e informe o endereço, o nome da empresa e do responsável pela obra. Enviaremos um técnico para auxiliar na segurança;
- Oriente a empresa a ligar para a COMGÁS para evitar vazamentos e transtornos;
- Fique atento também ao "Cheiro de Gás", ele é a sua segurança! Ao sentiu-lo, entre em contato pelo telefone acima mencionado.

COMGÁS

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
O Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
18 FEV. 2016
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.218.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
O Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
CPF: 597.218.422-68
Escrevente

Comgás 24h 08000 110 197

Atendimento Pessoal de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h exceto feriados:

Campinas - Rua Lauro Varnieri, 1000 - Parque Fazenda Santa Candida.
Jundiaí - Avenida Nove de Julho, 2.240 - Centro
Santo André - Av. Atlântica, 304 - Bairro Vaparaíba
Santos - Av. Conselheiro Nébias, 268 - V. Mathias
São Paulo - Rua Cecília Faustino de Lima, 134 - Brás e na Av. Paulista, 1.439 a 1.499 - Conjunto Cesar - Loja 12, Ed. André Matarazzo (anexado atual agência Apoena Aparecida Casa Branca, 37).
S.J. dos Campos - Av. Pershing, 1234 - Jd. São Dimas

Sugestões, elogios e críticas sobre atendimento e/ou serviços prestados:
Ouvidoria Comgás 08000 161 601, das 8 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira exceto feriados. Não havendo solução entre a reclamação junto à Concessionária:
ARSESP (Serviço de Atendimento ao Usuário) 0800 773 0422 de 2ª a 6ª feira, das 8 às 20h exceto feriados.
Direitos para reclamação da ARSESP
A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo é o órgão responsável pela regulação e fiscalização dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo. Os direitos e obrigações dos usuários e da Comgás estão descritos na Portaria CSPE nº 150, de 20/12/01, disponível em nosso atendimento pessoal e nas páginas eletrônicas da Comgás - www.comgas.com.br e da ARSESP - www.arsesp.sp.gov.br

Remetente
Companhia de Gás de São Paulo
Rua Fausto de Lima, 134 - 03040-030 - Brás - São Paulo - SP

Mais Praticidade: solicite o DÉBITO AUTOMÁTICO para sua conta, informando seu código de cliente. O estabelecimento via 08000 110 197 ou na sua agência bancária será disponível para consulta na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Santander. Para os outros bancos, o cadastramento já é oferecido de forma [illegible]

Para uso do Operador
Data
Recebedor | Recusado | Ausente | Falecido | Desconhecido | Não Procurado | Endereço Insuficiente | Não existe o número indicado

Reentregado ao serviço postal em / / /

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00023079

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

e-CPF
Receita Federal

SERASA
Au Exemplo de Confiança

NOVO

ANTONIO PEREIRA DA SILVA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
ANTONIO PEREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO
OLAVIANO PEREIRA DA SILVA
DULCE LIRA DA SILVA

NATURALIDADE
TUCURUÍ-PA

DATA DE NASCIMENTO
08/06/1947

RG
7935848 - SSP-SP

CPF
480.010.588-91

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA
01

EXPEDIÇÃO
22/04/2008

INSCRIÇÃO
6692

O uso do certificado digital contido neste cartão é pessoal e intransferível. Mantenha o cartão em local seguro e não divulgue sua senha. Em caso de seu extravio, providencie imediatamente a revogação do certificado.

Receita Federal

Certificado Serasa

ICP Brasil

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
IDENTIFICAÇÃO
007.066.968

Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
IDENTIFICAÇÃO
003.517.507

Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
IDENTIFICAÇÃO

Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 23 NOV. 2015
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
IDENTIFICAÇÃO

Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 23 NOV. 2015
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

Secretaria
AGRAF
MINISTÉRIO PÚBLICO
PARÁ
Fls. 157

PARA USO DOS CORREIOS

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA – CEDO

☐ Desconhecido ☐ Não procurado ☐ Recusado ☐ Falecido ☐ Não existe o número indicado

☐ Mudou-se ☐ Endereço insuficiente ☐ CEP incorreto ☐ Ausente ☐ Informação escrita pelo porteiro ou síndico

Reintegrado ao Serviço Postal em: ___/___/___ - Responsável: _____

FIFA WORLD CUP Brasil

OI. PATROCINADORA OFICIAL.

VARA CÍVEL DA REGIÃO AGRÁRIA – Secretaria – Fls. 145

FAC

FIXO Conta de Serviços de Telecomunicação

NA VIRADA DO ANO, VOCÊ GASTA MAIS COM TUDO.
MENOS COM O 31 DA OI.

47003083

ANTONIO PEREIRA DA SILVA
RUA JOAO BALBI (ISAIAS),983 AP 1802
HANNOVER - NAZARE
66055-022 BELEM-PA

7200039896006260000004806630080113

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.

AUTENTICAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO – Fls. 1155

Informações

...le com a gente – GRÁTIS 103 31
...ternet .....www.oi.com.br
...tilio à lista 102*
...serviço sujeito a cobrança. Consulte sua operadora.

Anatel - 1331
...a Postal OI: 711
...50050-480, Recife - PE

Pra confirmar o código de seleção de prestadora de longa distância (CSP) disponível na sua localidade, ligue pra 102.

31 Oi • 12 CTBC • 13 Fonar • 15 Telefônica • 16 Viacom • 17 Transit • 19 Epsilon • 21 Embratel • 23 Intelig • 24 Primeira Escolha • 25 GVT • 28 IDT • 28 Alpamayo • 29 T-Leste • 32 Convergia • 34 ETML • 35 Easytone • 37 Golden Line • 38 TESA • 39 Engevox • 41 TIM • 42 GT Group • 43 Sercomtel • 45 Global Crossing • 46 Pole Telecom • 47 BT Communications • 53 OSTARA • 57 Nextel • 58 Vonet • 62 Ombion • 63 Metro Brasil • 67 ALCOLA • 71 Dollephone • 81 Sercomtel • 84 BBT • 85 America Net • 91 IPCorp • 95 Amigo Telecom

NAS SUAS FÉRIAS, SE ESQUEÇA DE TUDO.
A GENTE LEMBRA DA SUA CONTA PRA VOCÊ.

Não se preocupe durante as férias. No Minha Oi, você acessa as suas contas Oi de onde estiver, consulta as últimas contas, pega o seu código de barras pra pagamento, pode se cadastrar no Conta Online e muito mais. Você também pode se cadastrar no débito automático e viajar tranquilo, pois não perderá nenhuma data de vencimento.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Preencha este cupom, destaque e entregue em uma agência bancária credenciada. Você só tem a ganhar.

Autorização para débito automático

Autorizo o débito mensal, em minha conta corrente, do valor total da minha conta Oi Fixo.

Nome _____ CPF / CNPJ _____

Banco _____ Agência _____ Conta Corrente nº _____

Assinatura _____ Data _____

CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO

000538204145 DA

Serviço Gratuito

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Fls. 11
Secret

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1159
PARÁ

DOC. 06

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0063
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 - Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL - FIC

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO NO CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL
15.107.120-9	04.102.265/0001-51	15300001188

NOME EMPRESARIAL
AGROPALMA SA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO
AGROPALMA

SEDE
CERAT TUCURUÍ

ENDEREÇO
ROD PA 150, 0 VILA TAILANDIA KM 74

REGIME DE PAGAMENTO	MUNICÍPIO
Normal	TAILANDIA

DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE	SITUAÇÃO CADASTRAL
26/10/1983	Ativo

CÓDIGO DE ATIVIDADE PRINCIPAL
139305 - Cultivo de dendê

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
220901 - Extração de madeira em florestas nativas

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
1041400 - Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
8512100 - Educação infantil - pré-escola

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
8513900 - Ensino fundamental

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
8520100 - Ensino médio

Aprovado pelo Decreto nº 4676 de 18 de Junho de 2001.
Emitido no dia 15/03/2016 às 10:18:22 pelo Portal de Serviços da SEFA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião

Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016

Conferida e achada conforme, nesta data, com o original existente no meio eletrônico e no endereço registrado. Válido somente com o selo de segurança

Erika Fabíola Marques Carvalho
Escrevente
CPF: 597.318.422-68

VARA AGRARIA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 180
Secretaria

Fls. 623

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1190
PARÁ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE TUCUMÃ
Fls. 181
Secretaria

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.102.265/0001-51 MATRIZ		30/09/1981

NOME EMPRESARIAL
AGROPALMA S/A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
AGROPALMA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
01.39-3-05 - Cultivo de dendê

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
10.41-4-00 - Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho
02.20-9-01 - Extração de madeira em florestas nativas
85.20-1-00 - Ensino médio
85.13-9-00 - Ensino fundamental
85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
[illegible]4 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD PA 150	SN	KM 74 ESQUERDO

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
[illegible]5-000	INTERIOR	TAILANDIA	PA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **15/03/2016** às **10:15:46** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Secretaria Judicial do Interior
Comarca de Tailândia
Tcoa/acl(PA), 15 MAR. 2016
Conferida e achada conforme, nesta data, com o original existente no meio eletrônico e no endereço registrado.
Válido somente com o selo de segurança

Erika Fabíola Marques Carvalho
Escrevente
CPF: 597.318.422-68

MINISTÉRIO PÚBLICO AGRÁRIO PARÁ
Fls. 1191

Consulta QSA / Capital Social Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 192
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1192
PARÁ

DOC. 07

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0863
brasilia@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófio de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 193
Secretaria

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

Número do Imóvel na Receita Federal - NIRF: 3.982.113-7

Nome do Imóvel: FAZENDA CASTANHEIRA II

Município: TOME-ACU UF: PA

Área total (em hectares): 4.506,0

Contribuinte: AGROPALMA S/A
CNPJ: 04.102.265/0001-51

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1193
PARÁ

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer di[illegible] imóvel rural acima especificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não consta[illegible] ta data, pendências relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta certidão refere-se, exclusivamente, à situação do imóvel rural perante a RFB, não abrangendo débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Instrução Normativa RFB nº 735, de 02/[illegible]
Emitida às **17:18:11** do dia **27/01/2016** <hora de Brasília e data>.
Válida até **25/07/2016.**
Código de controle da certidão: **DB64.619B.76F2.0A37**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Tabelião
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Conferida e achada conforme, nesta data, com o original existente no meio eletrônico e no endereço registrado.
Válido somente com o selo de segurança
Erika Fabiola Marques Carvalho
Escrevente

BRASIL Acesso à informação - Barra GovBr

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

Número do Imóvel na Receita Federal (NIRF) :	3.982.113-7
Código de Controle :	DB64.619B.76F2.0A37

Certidão Negativa emitida via Internet em 27/01/2016, válida até 25/07/2016.

Página Anterior

REGIÃO DE GRAÇARÁ VARA CÍVEL Secretaria
Fls. 194
Fls. 6202
MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ
Fls. 1194

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 195
Secretaria

DOC. 08

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-6555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0063
brasilia@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

AGROPALMA S/A.

LAUDO TÉCNICO DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO - FAZENDA CASTANHEIRA

ART PA20160092675

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
CIVALDO ARAUJO
Coaraci - Belém-Pará
Gomes de Araujo
Tabelião
Cópia do Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

BELÉM /PA
JANEIRO/2016

EMPRESA RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO

Razão Social:	AGROPALMA S/A. CNPJ/MF 04.102.2265/0001-51.	**Contatos:**	Antônio Pereira da Silva, OAB/PA N. 6692 CPF/MF 480.010.588-91.
		Telefone:	(91) 40098000.
Endereço:	Rod Arthur Bernardes, 5555, Área B1, Tapanã, Belém, PA, CEP 66825-000.	**Fax:**	(91)
		E-mail:	pereira@agropalma.com.br
		Web site:	http://www.agropalma.com.br/

CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELO LAUDO

Nome Fantasia:	Casaverde Meio Ambiente	**Responsável técnico**	Nelson Batista Tembra CREA/PA 4765 D

E-mail – nelsontembra@yahoo.com.br, casaverde.ambiental@gmail.com

Escritório: Avenida Almirante Barroso, Rua B, 160-C -Souza - 66.613-590 – Belém/PA. - Fone: (0**91) 3231-8627/99218-1408.

COORDENAÇÃO TÉCNICA

TÉCNICOS	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	RESPONSABILIDADE
Nelson Batista Tembra	Engenheiro Agrônomo	Coordenação e Elaboração
...	...	...
PRODUÇÃO/EDITORAÇÃO	-	N_Tembra

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
arques Carvalho
18 422-68
vente

VARA DA REGIÃO DE INHAL — PARÁ
Fls. 187
Secretaria

Fls. 1197

1. APRESENTAÇÃO

Este Laudo Técnico vem instruir o processo de atualização cadastral de imóvel rural junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de propriedade de AGROPALMA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.102.265/0001-51, estabelecida na Rodovia PA-150, Km-74, no Município de Tailândia (PA), visando regularização do imóvel designado em uma parcela certificada sob a denominação: FAZENDA CASTANHEIRA", localizada no Município de Tailândia (PA); ART: PA20150077278/PA – Cartório (CNS) 06.780-1; Código INCRA/SNCR: 0480891032686. ÁREA SGL do imóvel: 4.458,0975ha (QUATRO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO HECTARES NOVE ARES SETENTA E CINCO CENTIARES), Perímetro: 37.858,13 metros; CÓDIGO DE CERTIFICAÇÃO 97f4d9aa-32b6-49d2-a20d-fc38b7689a58.

2. DADOS DE ESTRUTURA

2.1. Localização do Imóvel Rural

2.1.1. Indicações para localização

Rodovia PA 256, Ramal da 2R, Km 10, Tailândia PA.

2.1.2. Município de Localização

Tailândia/PA

2.1.3. Área localizada em Zona Urbana (ha)

0,00 ha

2.1.4. Área medida (ha)

4.458,0975 ha

2.2. Situação Jurídica do Imóvel

2.2.1. Área Registrada

Área Registrada do imóvel: 4.471,96ha (quatro mil quatrocentos e setenta e um hectares noventa e seis ares); descrita e caracterizada nas Matriculas n.º 626, folha 26, Livro 2-B (RESTAURAÇÃO); 627, folha 27, Livro 2-B (RESTAURAÇÃO); 727, folha 45, Livro 2-B (RESTAURAÇÃO) e 7025, folha 323, Livro 2-E (RESTAURAÇÃO) – REGISTRO GERAL REGISTRO GERAL do CRI da circunscrição imobiliária de Acara/PA.

2.3. Quantitativo de residentes e Mão de Obra

2.3.1. Famílias residentes

01

2.3.2. Pessoas Residentes

05

2.3.3. Assalariados Permanentes com Carteira Assinada

135

2.4. Dados Complementares do Imóvel Rural

2.4.1. Destinação do Imóvel Rural

Agricultura de ciclo longo

3. DADOS DE USO

3.1. Áreas com Produtos Vegetais Isolados

3.1.1. Descrição

Cultivo de palma de Óleo (Elaeis guinensis)

3.1.2. Área Plantada

1.679,26ha

3.1.3. Área Colhida

1.679,26ha

3.1.4. Quantidade Colhida

29.500 toneladas de cachos de frutos

3.2. Áreas com outros usos

3.2.1. Denominação

Benfeitorias, construções

3.2.2. Área Utilizada (ha)

71,33 ha

3.2.3. Indicador de Restrição

Área inaproveitável

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 199
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1199
PARÁ

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 15 MAR. 2016
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Marques Carvalho
7.319.422-08
Válido somente com o selo de segurança

3.3. Áreas com Restrição

3.3.1. Área de Reserva Legal (ha)

2.657,00 ha

3.3.2. Área de Preservação Permanente (ha)

50,51 ha

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 190
Secretaria

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
ARAUJO
Belém-Pará
Araujo
Dou fé.
15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 697.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Fls. 1200
PARÁ

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PA20160092675

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

Fls. 191
INICIAL
Secretaria

1. Responsável Técnico

NELSON BATISTA TEMBRA
Título profissional: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
RNP: 150441722-4

2. Contratante

Contratante: AGROPALMA S/A
CPF/CNPJ: 04.102.265/0001-51
RODOVIA PA-150, KM 74
Nº:
Complemento:
Bairro: INTERIOR
Cidade: TAILÂNDIA
UF: PA
CEP: 68695000
Telefone: 7551412
Email: tvaz@agropalma.com.br
Contrato: 275/15
Celebrado em: 17/08/2015
Valor: R$ 3.000,00
Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO
Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: AGROPALMA S/A
CPF/CNPJ: 04.102.265/0001-51
AVENIDA rodovia PA
Nº: S/N
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: MOJU
UF: PA
CEP: 68450000
Telefone: 7551412
Email: tvaz@agropalma.com.br
Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0
Data de Início: 17/08/2015
Previsão de término: 11/01/2016
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
4 - CONSULTORIA 27 - AVALIAÇÃO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - MEIO AMBIENTE -> MEIO AMBIENTE -> #2595 - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO	4.458,00	ha

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Laudo Técnico de avaliação do meio físico para instruir o processo de atualização cadastral de imóvel rural junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ? INCRA, de propriedade de AGROPALMA S/A, visando regularização do imóvel designado em uma parcela certificada sob a denominação: FAZENDA CASTANHEIRA, localizada no Município de Tailândia-(PA); Cartório (CNS) 06.780-1; Código INCRA/SNCR: 0480891032686. ÁREA SGL do imóvel: 4.458,0975ha (QUATRO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO HECTARES NOVE ARES SETENTA E CINCO CENTIARES). Perímetro: 37.858,13 metros; CÓDIGO DE CERTIFICAÇÃO 97f4d9aa-32b6-49d2-a20d-fc38b7689a58. Conforme Contrato de Prestação de Serviços.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

NELSON BATISTA TEMBRA - CPF: 091.930.052-91

_____, _____ de _____ de _____
Local data

AGROPALMA S/A - CNPJ: 04.102.265/0001-51

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R$ 74,37 Pago em: 14/01/2016 Nosso Número: 1775982

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
008 517 527

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://sitac.creapa.org.br/publico/, com a chave: zcZZ71
Impresso em: 15/01/2016 às 09:20:28 por: , ip: 187.255.198.14

FAZ. CASTANHEIRA

Fls. 625

VARA DA REGIÃO ... 30 horas Secretaria

Comprovante de pagamento de boleto

Dados da conta debitada

Agência/conta: 7137/21141-8 CNPJ: 04.102.265/0001-51 Empresa: AGROPALMA S A

Dados do pagamento

BANCO DO BRASIL 00194 58686 00000 000000 01775 982216 3 66800000007437

Beneficiário: CREA=CONS REG ENG ARQ E AGRONO — CPF/CNPJ do beneficiário:	Data de vencimento: 21/01/2016
	Valor do boleto (R$): 74,37
	(-) Desconto (R$): 0,00
	(+)Mora/Multa (R$): 0,00
Informações fornecidas pelo pagador:	(=) Valor do pagamento (R$): 74,37
	Data de pagamento: 14/01/2016

Autenticação mecânica:
9DF[illegible]7ECE4DECB00160CD375E969FD679BBD4DD

Operação efetuada em 14/01/2016 às 13:06:14 via Sispag, CTRL 627587926000018.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1202 PARÁ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO
Distrito de Icoaraci - [illegible]
Givaldo Gomes d[illegible]
Tabelião
Confere com o Origi[illegible]
Icoaraci(PA) 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com a selo de autenticidade

Dúvidas, sugestões e reclamações: na sua agência. Se preferir, ligue para o SAC Itaú: 0800 728 0728 (todos os dias, 24h) ou acesse o Fale Conosco no www.itau.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, ligue para a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis, das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala: 0800 722 1722 (todos os dias, 24h).

CREA-PA
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

Tv. Doutor Moraes, 194, Nazaré, Belém - PA
CEP: 66.035-060
Tel: + 55 (91) 3219-3402

COBRANÇA DE A.R.T.

Sacado
NELSON BATISTA TEMBRA

CPF/CNPJ
081.430.052-91

Endereço
Avenida B, 160 C
Castanheira - Belém - PA - 66645695

Registro CREA
CREA-PA 150441722-4

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 193
Secretaria

Representação numérica: 00194.58686 00000.000000 01775.982216 3 66800000007437

Agencia / Código Cedente	Número do Documento	Data Emissão	Data Vencimento
3074-0 / 458680-8	00000000001775982-0	11/01/2016	21/01/2016
Parcela 1/1			Valor do Documento R$ 74,37

Detalhes da Cobrança

ART FAIXA 1 — PA20160092675 — R$ 74,37

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabellão
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA) 15 MAI 2016
Erika
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 12038
PARÁ

21.01.16

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | Banco 001 - 9 | 00194.58686 00000.000000 01775.982216 3 66800000007437

Local de Pagamento
Pagável em qualquer Banco até o vencimento

Vencimento: 21/01/2016

Cedente
SEDE em Belém

Agência / Código do Cedente: 3074-0 / 458680-8

Data Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
11/01/16	1775982		N	11/01/2016	00000000001775982-0

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(=) Valor do Documento
	18	R$		X	74,37

Instruções
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO. NÃO SERÁ ACEITO PAGAMENTO APÓS O VENCIMENTO.
REFERENTE À COBRANÇA DE A.R.T.

(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Unidade Cedente
SEDE em Belém
05.065.511/0001-05

Sacado
NELSON BATISTA TEMBRA / Contratante: AGROPALMA S/A
081.430.052-91
CREA-PA 150441722-4
Avenida B, 160 C
Castanheira - Belém - PA - 66645695

Código de Baixa

Autenticação Mecânica — FICHA DE COMPENSAÇÃO

Código de Barras

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Fls. 192
Secretaria
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 12048
PARÁ

DOC. 09

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones. +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0063
brasilia@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5569 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone. +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Fls. 003
Ano: 2011

Matrícula Nº: Restauração nº 003, Data: 11 de novembro de 2011, da Matricula nº 626, datada de 09 de abril de 1981, folhas 26, do livro nº 2 B.

MATRICULA 626. Data, 09 de abril de 1981. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA, com área de 1.091ha.00a.00ca (Um mil e noventa e um hectares), sendo a mesma de uma área de 2.226ha.00a.00ca, destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. Em porção maior com área de 4356ha.00a.00ca, Transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962, livro 3 (Transcrição das Transmissões), desta serventia.

Acará-(Pa.), 11 de Novembro de 2011.

: Oficial Interino.

Restauração nº 003.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 626, datado de 09 de abril de 1981 folhas 26, do Livro nº 2 B.

R. 01 - M. 626. Data: 09 de abril de 1981:. TRANSMITENTE: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. ADQUIRENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA . AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 09 de abril de 1981, no livro nº 29, às fls. 59 a 60, desta Notas.

Acará-(Pa.), 11 de Novembro de 2011.

: Oficial Interino.

Restauração nº 003.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 626, datado de 22 de maio de 1981, folhas 26, do Livro nº 2 B.

R. 02 - M. 626. Data: 22 de maio de 1981:. TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: RAIMUNDO CAETANO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, lavrador, portador da Carteira de Identidade nº 116832-SSP/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 22 de maio de 1981, no livro nº 29, às fls. 64 a 65vº. desta Notas

Cartório Extrajudicial Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC.179446602-97
Acará - Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 18
Erika Fabiola
CPF: 59
Escrevente

Tania Maria Dias da Silva
843 242.652-87
Escrevente

Restauração nº 003.3, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/03 na Matrícula nº 626, tado de 20 de outubro de 1988 folhas 26, do Livro nº 2 B.

R.03 - M. 626: 20 de outubro de 1988:. TRANSMITENTE: RAIMUNDO CAETANO DOS SANTOS, brasile soltairo, lavrador, portador da Carteira de Identidade nº 116832-SSP/PA e do CPF/MF nº 09 11.352-72, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). ADQUIRENTE: WEIDER JOS PANCIERI, brasileiro, casado, pecuarista, portador da carteira de identidade nº 797637-SS e do CPF/MF nº 798.598.297-49, residente e domiciliado na Cidade de Tomé-Açu (Pa.). AQUISI ÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 20 de outubro de 1988, no livro nº 23-A, às fls. 77vº a 79, desta Notas.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 003.4, Data: 11 de novembro de 2011. da Averbação nº 04 na Matricula nº 626, datada de 10 de setembro de 1998 folhas 26, do Livro nº 2 B.

Av. 04 - M. 626. Data: 10 de setembro de 1998. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) da superfície do imóvel, ou seja 545ha.50a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Wilson de Souza Corrêa
Juiz de Direito

ODORIZZI

Cartório Extrajudicial do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC 129446602-97
Acará - Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci-Pa, 15 MAR. 2016
Fabíola
CPF: 59
Selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Autenticidade
008.512.533

Maria Dias da Silva
849.222.552-87
escrevente

CONTINUAÇÃO DA MATRICULA

Av. 05 - M. 626. Data: 11 de novembro de 2011. AVERBAÇÃO. Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula nº 626, datada de 09 de abril de 1981, folhas nº 28, livro nº 2 B, dos registros R/01, datado de 09 de abril de 1981, R/02, datado de 22 de maio de 1981, R/03, datado de 20 de outubro de 1988, e da Averbação 04, datado de 10 de setembro de 1998, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº 082/2010-CJCI, da Corregadoria de Justiça das Comarcas do Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentissima Senhora Doutora Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER, Corregadora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicada no Diário da Justiça em data de 01 de julho de 2010. Edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo proprietário, documentos por ela apresentados.

Acará-(Pa.) 11 de Novembro de 2011.

: Oficial Interino

R. 6 - M 626. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz - 2º Oficio de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, WEIDER JOSÉ PANCIERI, brasileiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG Nº 116832-SSP/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, sua mulher EDILEUSA SEDDA PANCIERI, brasileira, empresária, casados entre si, portadora da carteira de identidade nº 2.204.208-SSP/PS, do CPF nº 575.384.762-53, residentes e domiciliados na Carlos Delgado Guerra Pinto, nº 645, apartamento 104, Jardim Camburi, Vitoria-ES, transmitaram definitiva, por venda, à AGROPALMA S.A, com sede na Rodovia PA 150 km 74-esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 627, fls. 27, livro 2-B, 727, fls. 45, livro 2 B, e 7025, fls. 32, livro 2 B, também objetos de restauração.

Acará-(Pa.) 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Av. 7 - M. 626. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 4356 ha.00a.ca, adquirido por GARIBALDE ADRIANO DA SILVA., do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 81, Talonário 26 expedido em 03 de outubro de 1962.

Acará-(Pa.) 21 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Cartório Extrajudicial Francisco Valdeir Rosa do Carmo Interventor CIC 179446067-97 Acará - Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO Distrito de Icoaraci - Belém-Pará Tabelião Givaldo Gomes de Araújo Confere com o Original. Dou fé. Icoaraci(PA), 15 MAR 2016 Erika Fabiola Marques Carvalho CPF: 597.318.422-68 Escrevente

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO Distrito de Icoaraci - Belém-Pará Tabelião Givaldo Gomes de Araújo Confere com o Original. Dou fé. Icoaraci(PA), 18 FEV. 2016 Erika Fabiola Marques Carvalho CPF: 597.318.422-68 Escrevente Válido somente com o selo de segurança

Tania Maria Dias da Silva 849.222.852-87 Escrevente

CARTÓRIO DE CASTANHAL — VARA AGRÁRIA REGIÃO DE CASTANHAL — Secretaria Fls. 198

MINISTÉRIO PÚBLICO — PARÁ Fls. 1008

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico e dou fé que a presente certidão de Inteiro Teor foi extraída por meio reprográfico (Parágrafo Único do Art. 19 da Lei 6015).

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Secretaria — CERTIDÃO — 000.381.568

Acará, 17 de Fevereiro de 2016.

TÂNIA MARIA DIAS DA SILVA
Escrevente

Tânia Maria Dias da Silva
849.222.652-87
Escrevente

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR 2016
Tribunal de Justiça do Estado do Pará — 008.311.512
Válido somente com o selo de segurança

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR 2016
Tribunal de Justiça do Estado do Pará — 008.311.512
Válido somente com o selo de segurança
Erika F... Escrevente

Livro de Restauração de Matriculas, Registros e Averbações nº 2 B

004

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Fls. 004

Ano: 2011

Matrícula nº Restauração nº 004, Data: 11 de novembro de 2011, da matricula nº 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas 27, do Livro nº 2 B.

MATRICULA 627. Data, 09 de abril de 1981. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA II, com área de 2130ha.00a.00ca, sendo a mesma parte destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. Registro anterior: Em porção maior, com área de 4356ha.00a.00ca, Transcrição nº 42, datada de 03 de dezembro de 1962, livro 3 (transcrição das Transmissões), desta Serventia

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 627, datado de 09 de abril de 1981 folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 01 - M. 627. Data 09 de abril de 1981:. TRANSMITENTE: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. ADQUIRENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 09 de abril de 1981, no livro nº 29, às fls. 59 a 60, desta Notas.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 627, datado de 18 de novembro de 1992, folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 02 - M. 627. Data: 18 de novembro de 1992:. TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de novembro de 1992, no livro nº 30, às fls. 64 a 65 vº, desta Notas.

Acará (Pa.), de novembro de 2011.

Cartório Extrajudicial do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC 179446602-97

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo

Tania Maria Dias da Silva
849.222.052-87
Escrevente

Restauração nº 004.3, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/03 na Matricula nº 627, da datada de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 03 - M. 627. Data: 28 de dezembro de 1993:. TRANSMITENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. ADQUIRENTE: WALDO JOÃO PANCIERI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.530.623-SSP/ES e do CPF/MF nº 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaúna, Córrego Santa Rosa, s/nº, zona rural, Barra de São Francisco-ES. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito: FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 28 de dezembro de 1993, no livro nº 16, às fls. 87, das Notas do Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tocaçu (Pa.).

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Restauração nº 004.4, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 04 na Matricula nº 627, datada de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.

Av. 04 - M. 627. Data: 10 de setembro de 1998. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao minimo de 50% (cinquenta por cento) da superficie do imóvel, ou seja 1.065ha.00a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, digo de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989, publicado no Diario Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará -(Pa.), 11 de novembro de 2011

_____: Oficial Interino

Av. 05 - M. 627. Data: 11 de novembro de 2011. AVERBAÇÃO . Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula nº 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas 27, livro nº 2 B, dos registros R/01, datado de 09 de abril de 1981, R/02, datado de 18 de

Wilson de Souza Correa
Juiz de Direito

CONTINUAÇÃO DA MATRICULA

Av. 8, fls. 627. Data: 02 de dezembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, datado de 30 de novembro de 2011, anexo ao qual copia autenticada da Certidão expedida em data de 03 de novembro de 2011 pelo Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), pela que verifica-se que o imovel objeto da presente matricula foi objeto da matricula nº 3175, fls. 175, do livro 2-J, do mencionado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), e que foi encerrada e transferida para esta serventis conforme consta na citada Certidão, procedo a presente averbação para ficar constando que a matricula nº 3175, fls. 175, do livro nº 2-J, foi encerrada pelo citado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), continuando assim em vigor a matricula nº 627, fls. 27, livro 2 B, desta Serventia.////////////

Acará (Pa.), 02 de dezembro de 2011.

: Oficial Interino.

Cartório Extrajudicial do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC.179446602-97
Acará - Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 18 FEV. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
CPF: 591.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
CERTIDÃO
000 381 569

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico e dou fé que a presente certidão de Inteiro Teor foi extraída por meio reprográfico (Parágrafo Único do Art. 19 da Lei 6015).

Acará, 17 de Fevereiro de 2016.

TÂNIA MARIA DIAS DA SILVA
Escrevente

Tânia Maria Dias da Silva
849.222.652-87
Escrevente

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabiola Marques Carvalho
Válido somente com o selo de segurança

000R1221

Livro 2 B - Restauração de Matriculas, Registros e Averbações nº 2 B

005

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Fls. 005

Ano: 2011

Restauração nº 005, Data: 11 de novembro de 2011, da Matricula nº 727, datada de 18 de novembro de 1992, folhas 45, do livro nº 2 B.

MATRICULA 727. Data. 18 de novembro de 1992. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA I, com área de 1135 ha.00a.00ca, sendo a mesma parte de uma área com 2225ha.00a.00ca, destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietária: MARIA DO CARMO FERREIRA. Registro anterior: R/01 na matricula nº 626, folhas nº 26, do livro 2 B, objeto de restauração sob nº 005, folhas nº 005, livro de restauração de matricula, registros e averbações nº 2 B; em porção maior, com área de 4356HA.00A.00CA, transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962.

Acará-Pa., 11 de novembro de 2011

_____: Oficial Interino

Restauração nº 005.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 727, datado de 18 de novembro de 1992, folhas 45, do Livro nº 2 B.

R. 01 - M. 727. Data: 18 de novembro de 1992:. TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: LOURIVAL WOLFGRAM, brasileiro, solteiro, lavrador, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.), AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de novembro de 1992, no livro nº 30, às fls. 64 a 65vº desta Notas.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Restauração nº 005.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 727, datado de 12 de maio de 1993, folhas 45, do Livro nº 2 B

Tania Maria Dias da Silva
849.222.652-87
Escrevente

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Belém-Pará
Tabelião
Cópia Original. Dou fé.
Válido somente com selo de segurança

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Cópia Original. Dou fé.
Válido somente com selo de segurança

R. 02 - M. 727. Data: 12 de maio de 1993:. TRANSMITENTE: LOURIVAL WOLFGRAM, brasileiro, solteiro, lavrador, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). ADQUIRENTE: WENDER PANCIERI, brasileiro, empresário, portador da Carteira de identidade nº 2.813.186-SSP/ES e do CPF/MF nº 027.658.737-55, e sua mulher NATHALIA MARIA COVRE PANCIERI, brasileira, empresária, portadora da Carteira de identidade nº 14.841.203-SSP/MG, e do CPF nº 098.818.357-98, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, km 101, Boa Vista, Zona Rural, Município de Nova Venecia-ES. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DO TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 12 de maio de 1993, no livro nº 16, às fls. 42, das Notas do Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.).

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 005.3, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 03 na Matricula nº 727, datada de 12 de maio de 1993, folhas 45, do Livro nº B

Av. 03 - M. 727. Data: 12 de maio de 1993. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao minimo de 50% (cinquenta por cento) da superficie do imóvel, ou seja 567ha.50a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

AV. 04 - M. 727. Data: 11 de novembro de 2011. AVERBAÇÃO. Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula nº 727, datada de 18 de novembro de 1992, folhas nº 45, livro nº 2 B, dos registros R/01, datado de 18 de novembro de 1992, R/02, datado de 12 de maio de 1993, e da averbação 03, datada de 12 de maio de 1993, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº 082/2010-CJCI, da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentissima Senhora Doutora Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicado no Diário da Justiça, em data de 01 de julho de 2010, edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo, e documentos por ela apresentados.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011

: Oficial Interino

Wilson de Souza Corrêa
Juiz de Direito
TJE-PA

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Com o Original. Dou fé.
Válido somente com o selo de segurança
Tania Maria Dias da Silva
Escrevente
CPF: 597.318.422-68

ODORIZZI

Av. 5 - M. 727. Data: 11 de novembro de 2011. Por escritura Publica de Venda e Compra lavrada a 22 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz - 2º Oficio de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, WENDER PANCIERI, brasileiro, empresário, portador da Carteira de identidade nº 2.813.186-SSP/RS e do CPF/MF nº 027.658.737-55, e sua mulher NATHALIA MARIA COVRE PANCIERI, brasileira, empresária, portadora da Carteira de identidade nº 14.841.203-SSP/MG, e do CPF nº 098.818.357-98, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, km 101, Boa Vista, Zona Rural, Município de Nova Venecia-ES, transmitiram definitivamente por venda, à AGROPALMA S.A, com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 6126, fls. 26, livro nº 2 B, 527, fls. 27, livro 2-B, e 7025, fls. 323, livro 2 B, também objetos de restauração.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011

: Oficial Interino

Av. 6 - M. 727. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 4356ha 00a.00ca, adquirido por GARIBALDO ADRIANO DA SILVA, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 81, Talonario 26 expedido em 03 de Outubro de 1962.

Acará (Pa.), 21 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Av. 7 - M. 727. Data: 02 de dezembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, datado de 30 de novembro de 2011, anexo ao qual copia autenticada da Certidão expedida em data de 21 de outubro de 2011 pelo Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tome-Açu' Pa.), pela que verifica-se que o imovel objeto da presente matricula foi objeto da matricula nº 3111, fls. 111, do livro 2-J, do mencionado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tome-Açu(Pa.), e que foi encerrada e transferida para esta Serventia conforme consta na citada Certidão, procedo a presente averbação para ficar constando que a matricula nº 3111, fls. 111, do livro nº 2-J, foi encerrada pelo citado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tome-Açu (Pa.), continuando assim em vigor a matricula nº 727, fls. 45, livro 2 B, desta Serventia.

Acará (Pa.), 03 de dezembro de 2011.

: Oficial Interino.

Cartório Extrajudicial do Único Ofício - Acará - Pará
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC 179446602-87

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabellião
Confere com o Original

Tania Maria Dias da Silva
849.222.952-87
Escrevente

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico e dou fé que a presente certidão de Inteiro Teor foi extraída por meio reprográfico (Parágrafo Único do Art. 19 da Lei 6015).

Acará, 17 de Fevereiro de 2016.

TÂNIA MARIA DIAS DA SILVA
Escrevente

Tânia Maria Dias da Silva
849.222.652-87
Escrevente

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
CERTIDÃO
00.981.570

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 18 FEV. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF:597.318.402-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Cartório Extrajudicial do Único Ofício
Francisco Valdete Rose do Carmo
Interventor
CPF: 177.[illegible]-02-97
Acará - Pará

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika
Válido somente com o selo de segurança

Secretaria Vara Agrária da Região de Castanhal
Fls. 165

Ministério Público Pará
Fls. 1215

Livro de Restauração de Matriculas, Registros e Averbações nº 2-E

003

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Fls. 003
Ano: 2011

Restauração nº003, Data: 11 de novembro de 2011, da Matricula nº 7025, datada de 18 de junho de 1999, folhas 323, do Livro nº 2 E.

MATRICULA 7025. Data, 18 de junho de 1999. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA IV, com área com ha.96a.00ca(cento e quinze hectares e noventa e seis area), sendo parte da área de 150ha.00 00ca, da área remanescente de 1668ha.00a.00ca, destacada de maior porção com 3612ha.37a. situada à margem do Rio Acará-Mirim, no Município de Tomé-Açu, limitrofe do Município de Acará, Estado do Pará, Proprietário: OSVALDO ANDRADE CUNHA. Registro anterior: Em porção maior com área de 3612ha.37a.50ca, Trns, digo Transcrição nº 12, datada de 12 de março de 1962, vro 3 (Transcrição das Transmissões), desta Serventia.

Acará-Pará, 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino.

Restauração nº 003.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 7025, tado de 18 de junho de 199, folhas 323, do Livro nº 2 E.

R. 01 - M. 7025. Data: 18 de junho de 199. TRANSMITENTE: OSVALDO ANDRADE CUNHA. ADQUIRENTE: JOÃO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, viúvo, militar, portador da Carteira de Identidade RG nº. 211498-SSP/SC e do CPF/MF nº 024.101.922-20, residente e domiciliado em Belém-Pará, AQUISIÇÃO: Omi, digo, Imovel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica Venda e Compra lavrada em 27 de Outubro de 1981, no livro nº 23, às fls. 48vº a 49, desta Notas.

Acará-Pará, 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Restauração nº 003.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 7025, datado de 18 de junho de 199 folhas 323 do Livro nº 2 E.

Cartório Extrajudicial do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interveptor
Documento Gerado Oficialmente
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original
Dou fé. Pará
CARTÓRIO GIVALDO ANDRADE
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original.
Enka

Av. 02 - M - 7025. Data: 18 de junho de 1999: TRANSMITENTE: JOÃO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, viúvo, militar, portador da Carteira de Identidade RG nº 211498-SSP/SC e do CPF/MF nº 024.10[illegible]92-20, residente e domiciliado em Belém-Pará. ADQUIRENTE: JOVANA APARECIDA PANCIERI, brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 2.828.401/SSP/PA e do CPF/MF nº 022.850.367-10, residente e domiciliada na Rodovia do Café, km 101, Boa Vista, zona rural, Município de Nova Venécia-ES. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de junho de 1999, no livro nº 24, às fls. 17, desta Notas.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 003/3, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 03 na Matricula nº 7025, datada de 18 de junho de 1999, folhas 323, do Livro nº 2 G.

Av. 03 - M. 7025. Data: 18 de junho de 1999. Averbação concernente à area constituida exclusivamente como reserva legal, correspondente ao minimo de 50% (cinquenta por cento) da superficie do imóvel, ou seja 57ha.98a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Av. 04.- M. 7025. Data: 11 de novembro 2011. AVERBAÇÃO. Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula 7025, datada de 18 de junho de 1999, folhas nº. 323, livro 2 G, do registro 01, datado de 18 de junho de 1999, do registro 02, datado de 18 de junho de 1999, e da averbação 03, datada de 18 de junho de 1999, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº 082/2010-CJCI, da Corregadoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentissima Senhora Doutora Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER, Corregadora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicada no Diário da Justiça em data de 01 de julho de 2010, Edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo proprietario, e documentos por ela apresentados.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Wilson de Souza Corrêa
Juiz de Direito
TJE-PE

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Valido somente com o selo de segurança
Dou fé
Erika Fab[illegible] Carvalho
CPF 022-68
Cartório Extrajudicial do Distrito de Icoaraci
Francisco Rosa de Carvalho
Interventor
CIC 179446602-97
Acará - Pará
Maria Dilma da Silva
Engenheira
222.852-87

CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA

Fls.

R. 15 - M. 7025. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 2 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz - 2º Ofício de Notas da Comarca de Belém (Pa.), a proprietária JOVANA APARECIDA PANCIERI, brasileira, solteira, proprietária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 2.828.400/SSP/PA e do CPF/MF nº 022.850.[illegible]-10, residente e domiciliada na Rodovia Café, km 101, Boa Vista, zona rural, Município de Nova Veneza-RS, transmitiu definitiva, por venda à AGROPALMA S.A, com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importancia essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 626, fls. 26, livro nº 2 B, 627, fls. 27, livro 2-B, e 727, fls. 45, livro 2 B, também objetos de restauração.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Cartório Extrajudicial do Único Ofício
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC.179446602-97
Acará - Pará

Av. 08 - M. 7025. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 3612ha.37a.50ca, adquirido por OSVALDO ANDRADE CUNHA, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definito nº 75, Talonário 28 expedido em 14 de março de 1962.

Acará-(Pa.), 21 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Valido somente com o selo de segurança
Erika F

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Valido somente com o selo de segurança
2016

Certifico e dou fé que a presente certidão de Inteiro Teor foi extraida por meio reprografico (Paragrafo Único do Art. 19 da Lei 6015).

Acará, 17 de Fevereiro de 2016.

TANIA MARIA DIAS DA SILVA
Escrevente

Tânia Maria Dias da Silva
849.222.652-87
Escrevente

VARA DA REGIÃO DE MANAUS
Fls. 259
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 219

DOC. 10

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-9949
portovelho@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0663
brasilia@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Fls. 210
Secretaria

Fls. 623

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1220
PARÁ

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
15 MAR. 2016
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Ola Marques Carvalho
597.318.422-68
Escrevente

Certificada - Sem Confirmação de Registro em Cartório
Parcela certificada pelo SIGEF de acordo com a Lei 6.015/73 e pendente de confirmação do registro da certificação em cartório

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Proprietário: AGROPALMA S/A
CNPJ: 04.102.265/0001-51
Matrícula: 627
Cartório de Registro de Imóveis: (06.780-1) None
Código INCRA/SNCR: 0480891032686
Município: Tailândia-PA

Responsável Técnico: CLÓVIS IVAN BASTOS BRAGA
Formação: Técnico de Grau Médio em Agrimensura
CREA: 175 TA/PA
Cód. Credenciado: GMZ
A.R.T.: PA20150077278 - PA

Área (Sistema Geodésico Local): 4458,0975 ha
Perímetro: 37.858,13 m
Sistema Geodésico: SIRGAS 2000
Sistema de Coordenadas: Lat./Long. - não projetado
Escala: 1:21967

Vértice tipo M — Linha ideal — Cerca
Vértice tipo P — Limite artificial não tipificado
Vértice tipo V — Corpo d'água ou curso d'água
Vértice tipo O — Linha de cumeada
Muro — Grota — Imóvel em estudo
Estrada — Crista de encosta — Imóveis confrontantes
Vala — Pé de encosta
Canal — Limite natural não tipificado

CERTIFICAÇÃO: c5a43785-37d9-430d-8456-f9a316348ed0
Em atendimento ao § 5º do art. 176 da Lei 6.015/73, certificamos que a poligonal representada nesta planta não se sobrepõe, nesta data, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA.
Data Certificação: 27/10/2015 16:32
Data da Geração: 27/10/2015 16:32

Fls. 911
Secretaria
Fls. 6234
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1223
PARÁ

DOC. 11

Belém - PA (OAB nº 29)
Av. Alcindo Cacela nº 1858
Nazaré • CEP 66040-020
Fone: +55 91 4005-1000
belem@advassociados.com.br

Macapá - AP
Av. FAB nº 1070, Macapá Office Center,
Sala 601 • Central • CEP 68900-073
Fones: +55 96 3223-0000 / 3223-9000
macapa@advassociados.com.br

Brasília - DF
SRTV/Sul, Qd. 701, Embassy Tower,
Bloco K, Salas 315/316
Asa Sul • CEP 70340-908
Fone: +55 61 3327-0563
brasilia@advassociados.com.br

Santarém - PA
Av. Mendonça Furtado nº 3387, Sls. 07/08
Aldeia • CEP 68040-050
Fone: +55 93 3522-2222
santarem@advassociados.com.br

Manaus - AM
Av. Ephigênio Salles nº 2000
Parque 10 de Novembro • CEP 69055-736
Fone: +55 92 4009-1500
manaus@advassociados.com.br

São Paulo - SP (OAB nº 10591)
Rua Armando Penteado nº 352
Higienópolis • CEP 01242-010
Fone: +55 11 3667-9949 / 3667-2519 (Fax)
saopaulo@advassociados.com.br

Marabá - PA
Av. Espírito Santo nº 180
Amapá • CEP 68502-030
Fones: +55 94 3324-7020 / 3324-7030
maraba@advassociados.com.br

Porto Velho - RO
Rua Joaquim Nabuco nº 3200, Medical Center,
Sala 201 • Olaria • CEP 76801-261
Fone: +55 69 3221-5555 / 3221-4949
portovelho@advassociados.com.br

Rio de Janeiro - RJ
Rua Anfilófilo de Carvalho nº 29,
Cjs. 910/11/12 • Centro • CEP 20030-901
Fone: +55 21 2220-1736 / 2524-5589 (Fax)
riodejaneiro@advassociados.com.br

Parauapebas - PA
Rua 5, casa nº 235
Cidade Nova • CEP 68515-000
Fones: +55 94 3346-1007 / 98113-0073
parauapebas@advassociados.com.br

São Luís - MA (OAB nº 158)
Av. dos Holandeses, Lt. 14, Qd. 11-A, Century
Cj. 1010 • São Marcos • CEP 65075-650
Fone: +55 98 2107-9797 / 2107-9757 (Fax)
saoluis@advassociados.com.br

New York - USA
250 Park Avenue, 7th floor # 7003
Manhattan • NY 10177
Fone: +1 212 572-6450 / 572-6499 (Fax)
ny@advassociados.com.br

www.advassociados.com.br

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PA20150077278

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

Fls. 6235

Fls. 211 INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

CLOVIS IVAN BASTOS BRAGA

Título profissional: TÉCNICO EM AGRIMENSURA — RNP: 150396805-7

2. Contratante

Contratante: AGROPALMA S/A — CPF/CNPJ: 04.102.265/0001-51
RODOVIA PA-150, KM 74 — Nº:
Complemento: — Bairro: INTERIOR
Cidade: TAILÂNDIA — UF: PA — CEP: 68695000
Telefone: 7551412 — Email: tvaz@agropalma.com.br
Contrato: Não especificado — Celebrado em: 28/09/2015
Valor: R$ 2.500,00 — Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA
Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 12229

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: AGROPALMA S/A — CPF/CNPJ: 04.102.265/0001-51
SEM DEFINIÇÃO MARGEM DIREITA DO RIO ACARÁ — Nº: S/N
Complemento: — Bairro: ZONA RURAL
Cidade: TAILÂNDIA — UF: PA — CEP: 68695000
Telefone: 7551412 — Email: tvaz@agropalma.com.br
Coordenadas Geográficas: Latitude: 02°34'00.92"S Longitude: 48°35'19.13"W
Data de Início: 28/09/2015 — Previsão de término: 06/11/2015
Finalidade: Cadastral

4. Atividade Técnica

1 - DIRETA	Quantidade	Unidade
47 - CERTIFICAÇÃO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> MEDIÇÃO DE TERRA -> #0633 - GEORREFERENCIAMENTO	4.462,47	ha

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

CERTIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA CASTANHEIRA, LOCALIZADO NA M/D RIO ACARÁ, MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA - PA. O PRESENTE SERVIÇO OBJETO DESTA ART É PEÇA TÉCNICA PARA QUALQUER PLEITO JUNTO AO INCRA E OUTROS, ANEXO MEMORIAL DESCRITIVO E LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO CADASTRAL. COORDENADAS: Lat=02°34'00.92035"S Long=48°35'19.13342"W

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

CLOVIS IVAN BASTOS BRAGA - CPF: 118.600.642-34

_____, _____ de _____ de _____
Local — data

AGROPALMA S/A - CNPJ: 04.102.265/0001-51

9. Informações

10. Valor

Valor da ART: R$ 67,68 — Pago em: 29/10/2015 — Nosso Número: 1664718

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Rua Coaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Reconheço por Semelhança o Original. Dou fé.
Belém, PA, 31 MAR. 2016
008 517 530
Erico Fabio Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://sitac.creapa.org.br/publico/, com a chave: 26A9wb
Impresso em: 03/11/2015 às 18:24:44 por: , ip: 200.242.218.140

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

Imóvel: FAZENDA CASTANHEIRA	Comarca:
Proprietário: AGROPALMA S/A	**CNPJ:** 04.102.265/0001-51
Município: Tailândia-PA	**UF:** PA
Matrícula: n.º 526, folha 25, Livro 2-B (RESTAURAÇÃO); 627, folha 27, Livro 2-B (RESTAURAÇÃO); 727, folha 45, Livro 2-B (RESTAURAÇÃO) e 7025, folha 323, Livro 2-E (RESTAURAÇÃO).	**Código INCRA/SNCR:** 0480891032686
Área ha: 4458,0975 ha	**Perímetro (m):** 37.858,13 m
Cartório (CNS): (06.780-1)	

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice BV5-P-0090 de coordenadas Longitude: -48°35'28,209" Latitude: -2°33'58,530", deste, segue confrontando com a Fazenda 2R, com os seguintes azimutes e distâncias:104°40' e 289,81 m até o vértice BV5-M-0008 de coordenadas Longitude: -48°35'19,133" Latitude: -2°34'00,920", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 115°03' e 1385,27 m até o vértice BV5-P-0022 de coordenadas Longitude: -48°34'38,509" Latitude: -2°34'20,017", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 115°03' e 39,94 m até o vértice BV5-P-0023 de coordenadas Longitude: -48°34'37,338" Latitude: -2°34'20,568", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 115°03' 39,89 m até o vértice BV5-P-1000010 de coordenadas Longitude: -48°34'36,168" Latitude: -2°34'21,118", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 115°04' e 2013,81 m até o vértice BV5-M-0343 de coordenadas Longitude: -48°33'37,118" Latitude: -2°34'48,895", deste, segue confrontando com Antônio de Araújo Neto, com os seguintes azimutes e distâncias: 115°03' e 623,38 m até o vértice BV5-M-0009 de coordenadas Longitude: -48°33'18,838" Latitude: -2°34'57,493", deste, segue confrontando com a Fazenda Espírito Santo, com os seguintes azimutes e distâncias: 115°01' e 1509,81 m até o vértice BV5-M-0010 de coordenadas Longitude: -48°32'34,551" Latitude: -2°35'18,284", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 05°47' e 1379,86 m até o vértice BV5-M-0011 de coordenadas Longitude: -48°32'30,048" Latitude: -2°34'33,589", deste, segue confrontando com o Igarapé Anajateua, com os seguintes azimutes e distâncias: 92°08' 224,53 m até o vértice BV5-M-0012 de coordenadas Longitude: -48°32'22,785" Latitude: -2°34'33,862", deste, segue confrontando com a Fazenda Sempre Alegre, com os seguintes azimutes e distâncias: 155°54' e 1214,27 m até o vértice BV5-M-0013 de coordenadas Longitude: -48°32'06,737" Latitude: -2°35'09,949", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 72°06' e 201,06 m até o vértice BV5-M-0014 de coordenadas Longitude: -48°32'00,543" Latitude: -2°35'07,938", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 147°13' e 3056,44 m até o vértice BV5-M-0015 de coordenadas Longitude: -48°31'06,978" Latitude: -2°36'31,601", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 250°01' e 1213,54 m até o vértice BV5-M-0016 de coordenadas Longitude: -48°31'43,900" Latitude: -2°36'45,098", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 252°14' 3947,55 m até o vértice BV5-P-0054 de coordenadas Longitude: -48°33'45,603" Latitude: -2°37'24,299", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 252°14' 46,83 m até o vértice BV5-P-0055 de coordenadas Longitude: -48°33'47,047" Latitude: -2°37'24,763", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 252°14' 46,56 m até o vértice BV5-P-0041 de coordenadas Longitude: -48°33'48,482" Latitude: -2°37'25,226", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 252°14' 2547,42 m até o vértice BV5-P-0047 de coordenadas Longitude: -48°35'07,019" Latitude: -2°37'50,522", deste, com os seguintes azimutes e

Distrito de Givaldo
Estado do Pará
Confere com o original
Ibaretama (PA)
Erika Fabiola Marques Carvalho
Escrevente

distâncias: 252°13' 43,06 m até o vértice BV5-P-0061 de coordenadas Longitude: -48°35'08,347" Latitude: -2°37'50,950", deste, segue confrontando com a Fazenda Mangue Negra, com os seguintes azimutes e distâncias: 252°15' 43,14 m até o vértice BV5-P-0048 de coordenadas Longitude: -48°35'09,677" Latitude: -2°37'51,378", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 252°14' 221,15 m até o vértice BV5-M-0017 de coordenadas Longitude: -48°35'16,495" Latitude: -2°37'53,574", deste, segue confrontando com a Fazenda Cachoeira, com os seguintes azimutes e distâncias: 250°52' e 3148,14 m até o vértice BV5-M-0018 de coordenadas Longitude: -48°36'52,799" Latitude: -2°38'27,144", deste, segue confrontando com o Rio Acará, com os seguintes azimutes e distâncias: 289°17' 333,06 m até o vértice GMZ-P-0849 de coordenadas Longitude: -48°37'02,976" Latitude: -2°38'23,561", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 285°41' e 218,5 m até o vértice GMZ-P-0850 de coordenadas Longitude: -48°37'09,786" Latitude: -2°38'21,637", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 302°21' e 258,62 m até o vértice GMZ-P-0851 de coordenadas Longitude: -48°37'16,858" Latitude: -2°38'17,131", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 310°10' e 239,23 m até o vértice GMZ-P-0852 de coordenadas Longitude: -48°37'22,775" Latitude: -2°38'12,106", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 343°11' e 165,66 m até o vértice GMZ-P-0853 de coordenadas Longitude: -48°37'24,325" Latitude: -2°38'06,943", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 19°52' e 92,87 m até o vértice GMZ-P-0854 de coordenadas Longitude: -48°37'23,303" Latitude: -2°38'04,099", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 86°02' e 157,57 m até o vértice GMZ-P-0855 de coordenadas Longitude: -48°37'18,214" Latitude: -2°38'03,745", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 52°35' e 69,82 m até o vértice GMZ-P-0856 de coordenadas Longitude: -48°37'16,419" Latitude: -2°38'02,364", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 17°46' e 86,15 m até o vértice GMZ-P-0857 de coordenadas Longitude: -48°37'15,568" Latitude: -2°37'59,693", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 353°55' e 178,15 m até o vértice GMZ-P-0858 de coordenadas Longitude: -48°37'16,178" Latitude: -2°37'53,926", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 03°59' e 271,5 m até o vértice GMZ-P-0859 de coordenadas Longitude: -48°37'15,567" Latitude: -2°37'45,108", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 321°50' e 154,48 m até o vértice GMZ-P-0860 de coordenadas Longitude: -48°37'18,657" Latitude: -2°37'41,153", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 308°33' e 101,6 m até o vértice GMZ-P-0861 de coordenadas Longitude: -48°37'21,229" Latitude: -2°37'39,092", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 329°44' e 189,6 m até o vértice GMZ-P-0862 de coordenadas Longitude: -48°37'24,321" Latitude: -2°37'33,760", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 312°24' e 172,21 m até o vértice GMZ-P-0863 de coordenadas Longitude: -48°37'28,438" Latitude: -2°37'29,979", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 258°34' e 134,85 m até o vértice GMZ-P-0864 de coordenadas Longitude: -48°37'32,717" Latitude: -2°37'30,848", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 204°30' e 139,64 m até o vértice GMZ-P-0865 de coordenadas Longitude: -48°37'34,593" Latitude: -2°37'34,985", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 298°11' e 156,19 m até o vértice GMZ-P-0866 de coordenadas Longitude: -48°37'39,049" Latitude: -2°37'32,582", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 02°36' e 111,21 m até o vértice GMZ-P-0867 de coordenadas Longitude: -48°37'38,885" Latitude: -2°37'28,966", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 54°47' e 239,19 m até o vértice GMZ-P-0868 de coordenadas Longitude: -48°37'32,558" Latitude: -2°37'24,477", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 61°16' e 132,55 m até o vértice GMZ-P-0869 de coordenadas Longitude: -48°37'28,795" Latitude: -2°37'22,403", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 68°34' e 232,87 m até o vértice GMZ-P-0870 de coordenadas Longitude: -48°37'21,777" Latitude: -2°37'19,633", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 58°53' e 96,37 m até o vértice BV5-M-0019 de coordenadas Longitude: -48°37'19,106" Latitude: -2°37'18,012", deste, segue confrontando com Gilberto

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

Faria, com os seguintes azimutes e distâncias: 30°45' e e 1766,99 m até o vértice BV5-M-0021 de coordenadas Longitude: -48°36'49,852" Latitude: -2°36'28,578", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 112°49' e 1661,48 m até o vértice BV5-M-0022 de coordenadas Longitude: -48°36'00,278" Latitude: -2°36'49,560", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 31°27' e 2081,72 m até o vértice BV5-P-0111 de coordenadas Longitude: -48°35'25,108" Latitude: -2°35'51,748", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 31°26' e 32,2 m até o vértice BV5-P-0112 de coordenadas Longitude: -48°35'24,564" Latitude: -2°35'50,854", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 31°27' e 32,19 m até o vértice BV5-P-0085 de coordenadas Longitude: -48°35'24,020" Latitude: -2°35'49,960", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 31°27' e 1796,84 m até o vértice BV5-M-0023 de coordenadas Longitude: -48°34'53,664" Latitude: -2°35'00,060", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 299°24' e 2143,15 m até o vértice BV5-M-0024 de coordenadas Longitude: -48°35'54,097" Latitude: -2°34'25,792", deste, segue confrontando com o Igarapé Anajateua, com os seguintes azimutes e distâncias: 41°09' e 190,55 m até o vértice BV5-P-0086 de coordenadas Longitude: -48°35'50,037" Latitude: -2°34'21,122", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 41°52' e 272,1 m até o vértice BV5-P-0087 de coordenadas Longitude: -48°35'44,157" Latitude: -2°34'14,526", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 32°39' e 223,3 m até o vértice BV5-P-0088 de coordenadas Longitude: -48°35'40,256" Latitude: -2°34'08,405", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 39°36' e 250,86 m até o vértice BV5-P-0089 de coordenadas Longitude: -48°35'35,078" Latitude: -2°34'02,114", deste, com os seguintes azimutes e distâncias: 62°34' e 239,05 m até o vértice BV5-P-0090, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51°**, fuso, -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Observações:

A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

Tailândia-PA, 27 de dezembro de 2015

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola ... Carvalho
CP...
Válido somente com o selo de segurança

CLÓVIS IVAN BASTOS BRAGA
Técnico Agrimensor
CREA: 175-TA/PA
Credenciamento INCRA:GMZ
A.R.T.: PA20150077278 – PA

CERTIFICAÇÃO: c5a43785-37d9-430d-8456-f9a316348ed0

Em atendimento ao § 5° do art. 176 da Lei 6.015/73, certificamos que a poligonal objeto deste memorial descritivo não se sobrepõe, nesta data, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA.

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

Data Certificação: 27/10/2015 16:32
Data da Geração: 27/10/2015 16:33

Certificada - Sem Confirmação de Registro em Cartório

Parcela certificada pelo SIGEF de acordo com a Lei 6.015/73 e pendente de confirmação do registro da certificação em cartório
A autenticidade desde documento pode ser verificada pelo endereço eletrônico

http://sigef.incra.gov.br/autenticidade/c5a43785-37d9-430d-8456-f9a316348ed0/

Este Memorial Descritivo foi gerado automaticamente pelo Sigef com base nas informações transmitidas e assinadas digitalmente pelo Responsável Técnico Credenciado.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CARTÓRIO GIVALDO A
Distrito de Icoaraci - Belé
Givaldo Gomes de Ar
Tabelião
Confere com o Original.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Erika Fabíola Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Fls. 216
Secretaria
VARA CÍVEL

Fls. 6
PARÁ

MINISTÉRIO PÚB
Fls. 1226
PARÁ

GIVALDO ARAUJO
oaraci - Belém-Pará
iomes de Araujo
abelião
o Original. Dou fé.
MAR. 2016
Marques Carvalho
CPF: 597.318.422-68
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietário: AGROPALMA S/A
Matrícula do imóvel: 627
Município/UF: Tailândia-PA

CNPJ: 04.102.265/0001-51
Cartório (CNS): (06.780-1) None
Código INCRA/SNCR: 0480891032686

Responsável Técnico: CLÓVIS IVAN BASTOS BRAGA
Formação: Técnico de Grau Médio em Agrim· ·sura
Código de credenciamento: GMZ

CREA: 175 TA/PA/PA
A.R.T.: PA20150077278 - PA

Sistema Geodésico de referência: SIRGAS 2000
Área (Sistema Geodésico Local): 4458,0975 ha

Coordenadas: Latitude, longitude e altitude geodésicas
Perímetro (m): 37.858,13 m **Azimutes:** Azimutes geodésicos

DESCRIÇÃO DA PARCELA

VÉRTICE				SEGMENTO VANTE			
Código	Longitude	Latitude	Altitude (m)	Código	Azimute	Dist. (m)	Confrontações
BV5-P-0090	-48°35'28,209"	-2°33'58,530"	65,374	BV5-M-0008	104°40'	289,81	Fazenda 2R
BV5-M-0008	-48°35'19,133"	-2°34'00,920"	79,581	BV5-P-0022	115°03'	1385,27	Fazenda 2R
BV5-P-0022	-48°34'38,509"	-2°34'20,017"	66,132	BV5-P-0023	115°03'	39,94	Fazenda 2R
BV5-P-0023	-48°34'37,338"	-2°34'20,568"	90,506	BV5-P-1000010	115°03'	39,89	Fazenda 2R
BV5-P-1000010	-48°34'36,168"	-2°34'21,118"	48,693	BV5-M-0343	115°04'	2013,81	Fazenda 2R
BV5-M-0343	-48°33'37,118"	-2°34'48,895"	59,622	BV5-M-0009	115°03'	623,38	Antônio de Araújo Neto
BV5-M-0009	-48°33'18,838"	-2°34'57,493"	65,374	BV5-M-0010	115°01'	1509,81	Fazenda Espírito Santo
BV5-M-0010	-48°32'34,551"	-2°35'18,284"	79,581	BV5-M-0011	05°47'	1379,86	Fazenda Espírito Santo
BV5-M-0011	-48°32'30,048"	-2°34'33,589"	66,132	BV5-M-0012	92°08'	224,53	Igarapé Anajateua
BV5-M-0012	-48°32'22,785"	-2°34'33,862"	65,374	BV5-M-0013	155°54'	1214,27	Fazenda Sempre Alegre
BV5-M-0013	-48°32'06,737"	-2°35'09,949"	79,581	BV5-M-0014	72°06'	201,06	Fazenda Sempre Alegre
BV5-M-0014	-48°32'00,543"	-2°35'07,938"	66,132	BV5-M-0015	147°13'	3056,44	Fazenda Sempre Alegre
BV5-M-0015	-48°31'06,978"	-2°36'31,601"	90,506	BV5-M-0016	250°01'	1213,54	Fazenda Sempre Alegre
BV5-M-0016	-48°31'43,900"	-2°36'45,098"	48,693	BV5-P-0054	252°14'	3947,55	Fazenda Mancha Negra
BV5-P-0054	-48°33'45,603"	-2°37'24,299"	59,622	BV5-P-0055	252°14'	46,83	Fazenda Sempre Alegre
BV5-P-0055	-48°33'47,047"	-2°37'24,763"	65,374	BV5-P-0041	252°14'	46,56	Fazenda Sempre Alegre
BV5-P-0041	-48°33'48,482"	-2°37'25,226"	79,581	BV5-P-0047	252°14'	2547,42	Fazenda Sempre Alegre
BV5-P-0047	-48°35'07,019"	-2°37'50,522"	66,132	BV5-P-0061	252°13'	43,06	Fazenda Sempre Alegre
BV5-P-0061	-48°35'08,347"	-2°37'50,950"	65,374	BV5-P-0048	252°15'	43,14	Fazenda Mancha Negra

Este Memorial Descritivo foi gerado automaticamente pelo Sigef com base nas informações transmitidas e assinadas digitalmente pelo Responsável Técnico (Credenciado).

BV5-P-0048	-48°35'09,677"	-2°37'51,378"	79,581	BV5-M-0017	252°14'	221,15	Fazenda Mancha Negra
BV5-M-0017	-48°35'16,495"	-2°37'53,574"	66,132	BV5-M-0018	250°52'	3148,47	Fazenda Cachoeira
BV5-M-0018	-48°36'52,799"	-2°38'27,144"	65,374	GMZ-P-0849	289°17'	333,06	Rio Acará
GMZ-P-0849	-48°37'02,976"	-2°38'23,561"	79,581	GMZ-P-0850	285°41'	218,5	Rio Acará
GMZ-P-0850	-48°37'09,786"	-2°38'21,637"	66,132	GMZ-P-0851	302°21'	258,62	Rio Acará
GMZ-P-0851	-48°37'16,858"	-2°38'17,131"	90,506	GMZ-P-0852	310°10'	239,23	Rio Acará
GMZ-P-0852	-48°37'22,775"	-2°38'12,106"	48,693	GMZ-P-0853	343°11'	165,66	Rio Acará
GMZ-P-0853	-48°37'24,325"	-2°38'06,943"	59,622	GMZ-P-0854	19°52'	92,87	Rio Acará
GMZ-P-0854	-48°37'23,303"	-2°38'04,099"	65,374	GMZ-P-0855	86°02'	157,57	Rio Acará
GMZ-P-0855	-48°37'18,214"	-2°38'03,745"	79,581	GMZ-P-0856	52°35'	69,82	Rio Acará
GMZ-P-0856	-48°37'16,419"	-2°38'02,364"	66,132	GMZ-P-0857	17°46'	86,15	Rio Acará
GMZ-P-0857	-48°37'15,568"	-2°37'59,693"	65,374	GMZ-P-0858	353°55'	178,15	Rio Acará
GMZ-P-0858	-48°37'16,178"	-2°37'53,926"	79,581	GMZ-P-0859	03°59'	271,5	Rio Acará
GMZ-P-0859	-48°37'15,567"	-2°37'45,108"	66,132	GMZ-P-0860	321°50'	154,48	Rio Acará
GMZ-P-0860	-48°37'18,657"	-2°37'41,153"	90,506	GMZ-P-0861	308°33'	101,6	Rio Acará
GMZ-P-0861	-48°37'21,229"	-2°37'39,092"	48,693	GMZ-P-0862	329°44'	189,6	Rio Acará
GMZ-P-0862	-48°37'24,321"	-2°37'33,760"	59,622	GMZ-P-0863	312°24'	172,21	Rio Acará
GMZ-P-0863	-48°37'28,438"	-2°37'29,979"	65,374	GMZ-P-0864	258°34'	134,85	Rio Acará
GMZ-P-0864	-48°37'32,717"	-2°37'30,848"	79,581	GMZ-P-0865	204°30'	139,64	Rio Acará
GMZ-P-0865	-48°37'34,593"	-2°37'34,985"	66,132	GMZ-P-0866	298°11'	156,19	Rio Acará
GMZ-P-0866	-48°37'39,049"	-2°37'32,582"	65,374	GMZ-P-0867	02°36'	111,21	Rio Acará
GMZ-P-0867	-48°37'38,885"	-2°37'28,966"	79,581	GMZ-P-0868	54°47'	239,19	Rio Acará
GMZ-P-0868	-48°37'32,558"	-2°37'24,477"	66,132	GMZ-P-0869	61°16'	132,55	Rio Acará
GMZ-P-0869	-48°37'28,795"	-2°37'22,403"	65,374	GMZ-P-0870	68°34'	232,87	Rio Acará
GMZ-P-0870	-48°37'21,777"	-2°37'19,633"	79,581	BV5-M-0019	58°53'	96,37	Rio Acará
BV5-M-0019	-48°37'19,106"	-2°37'18,012"	66,132	BV5-M-0021	30°45'	1766,99	Gilberto Faria
BV5-M-0021	-48°36'49,852"	-2°36'28,578"	90,506	BV5-M-0022	112°49'	1661,48	Gilberto Faria
BV5-M-0022	-48°36'00,278"	-2°36'49,560"	48,693	BV5-P-0111	31°27'	2081,72	Gilberto Faria
BV5-P-0111	-48°35'25,108"	-2°35'51,748"	59,622	BV5-P-0112	31°26'	32,2	Gilberto Faria
BV5-P-0112	-48°35'24,564"	-2°35'50,854"	65,374	BV5-P-0085	31°27'	32,19	Gilberto Faria
BV5-P-0085	-48°35'24,020"	-2°35'49,960"	79,581	BV5-M-0023	31°27'	1796,84	Gilberto Faria
BV5-M-0023	-48°34'53,664"	-2°35'00,060"	66,132	BV5-M-0024	299°24'	2143,15	Gilberto Faria
BV5-M-0024	-48°35'54,097"	-2°34'25,792"	65,374	BV5-P-0086	41°09'	190,55	Igarapé Anajateua
BV5-P-0086	-48°35'50,037"	-2°34'21,122"	66,132	BV5-P-0087	41°52'	272,1	Igarapé Anajateua
BV5-P-0087	-48°35'44,157"	-2°34'14,526"	65,374	BV5-P-0088	32°39'	223,3	Igarapé Anajateua
BV5-P-0088	-48°35'40,256"	-2°34'08,405"	66,132	BV5-P-0089	39°36'	250,86	Igarapé Anajateua
BV5-P-0089	-48°35'35,078"	-2°34'02,114"	65,374	BV5-P-0090	62°34'	239,05	Igarapé Anajateua

CARTÓRIO CIVAL DO ARAUJO
Unidade Judiciária de Concórdia - Belém - Para
Estado do Pará Tabelião Gomes de Araujo
Reconheço por semelhança com o original. Dou fé.
PA 15 MAR. 2016
Fabiola Marques Carvalho
CPF: 597.118.422-68
Válido somente com o selo de segurança

MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ FLS. 1026

MINISTÉRIO PÚBLICO PARÁ FLS. 1027

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO
Secretaria

Este Memorial Descritivo foi gerado automaticamente pelo Sigef com base nas informações transmitidas e assinadas digitalmente pelo Responsável Técnico (Credenciado).

CERTIFICAÇÃO: c5a43785-37d9-430d-8456-f9a316348ed0

Em atendimento ao § 5° do art. 176 da Lei 6.015/73, certificamos que a poligonal objeto deste memorial descritivo não se sobrepõe, nesta data, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA.

Data Certificação: 27/10/2015 16:32

Data da Geração: 27/10/2015 16:33

Certificada - Sem Confirmação de Registro em Cartório

Parcela certificada pelo SIGEF de acordo com a Lei 6.015/73 e pendente de confirmação do registro da certificação em cartório

A autenticidade desde documento pode ser verificada pelo endereço eletrônico http://sigef.incra.gov.br/autenticidade/c5a43785-37d9-430d-8456-f9a316348ed0/

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
Icoaraci(PA), 15 MAR. 2016
Quirs Carvalho
8.422-68
Válido somente com o selo de segurança

Este Memorial Descritivo foi gerado automaticamente pelo Sigef com base nas informações transmitidas e assinadas digitalmente pelo Responsável Técnico (Credenciado).

00017593120168140015
20160114346182

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 220
Secretaria

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao despacho de fls. 76, a requerente se manifestou, tempestivamente, conforme documentos de fls. 80/219.

O referido verdade e dou fé.
Faço os autos conclusos.

Castanhal/PA, 29 de Março de 2016.

JOEL DOS SANTOS GOMES JÚNIOR
Diretor de Secretaria da Vara Agrária de Castanhal

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1230
PARÁ

CONCLUSÃO

Nesta data faço os presentes autos conclusos ao(a) MM(a). Juiz(a). de Direito Dr(a).

Eu _____ Diretora de Secretaria o escrevi e conclui em 29/03/2012

CONCLUSOS

00017593120168140015
20160131409743

Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015
Requerente: AGROPALMA SA
Advogado: Reynaldo Andrade da Silveira - OAB/PA nº 1.746 e André Luis Bitar de Lima Garcia – OAB/PA n.º 12.817
Requeridos: Associação dos Ribeirinhos do Vale do Acará, José Joaquim dos Santos Pimenta, Clemente Souza e Outros
Ação: Interdito Proibitório com pedido de Medida Liminar – Fazenda Castanheira (Tomé-Açu/PA)

DESPACHO

I. Acolho a emenda à inicial promovida às fls. 80 – 219. Proceda, a secretaria, a retificação do valor ensejado à causa, intimando-se o autor para a complementação de eventuais custas a serem apuradas pelo setor competente.

II. Analisando o feito, verifica-se que o autor justifica sua posse alegando ser legítimo proprietário do imóvel objeto da lide, devendo o procedimento em tela (interdito proibitório) seguir o das demais ações possessórias (art. 568 NCPC).

III. Sem prejuízo, impõe-se a realização de audiência de justificação prévia do alegado, nos termos do art. 562, caput, 2ª parte, do novo CPC, pois os argumentos expostos na petição inicial e documentos que a instruem não permitem, de plano, a apreciação do pedido liminar, ficando desde logo designada a data de 10/05/2016, às 11h, para sua realização na Comarca de Tomé-Açu/PA, sede do conflito, com a inquirição de testemunhas a serem arroladas pelo requerente, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias para o depósito do rol.

IV. Citem-se os requeridos, consignando-se no expediente que os mesmos poderão intervir no ato, por meio de advogado, e que o prazo para apresentar resposta começará a fluir da intimação da decisão acerca do pedido de liminar, observando-se a contento o que determina o art. 554, § 1º do CPC, sob pena de nulidade.

V. Dada a natureza da causa, intime-se o INCRA e o ITERPA para, querendo, participarem da audiência, devendo ser encaminhado aos respectivos institutos cópias da inicial e documentos acerca da titularidade do imóvel, até então acostados aos autos, inclusive o memorial descritivo da área, para que informem se existe procedimento administrativo perante as autarquias em relação à área.

VI. Oficie-se ao IBAMA para que informe acerca da existência de autuações por infração ambiental em relação à área sob litígio, e o MTE para que informe acerca da existência de autuações por infrações trabalhistas, encaminhando-se cópias do memorial descritivo do imóvel e demais informações que se fizerem necessárias.

VII. Intime-se o MP.

Cumpra-se.

Castanhal, 07 de abril de 2016

00017593120168140015
20160131409743

Claudia Regina Moreira Favacho
Juíza de Direito Titular da Região Agrária de Castanhal

VISTAS

Nesta data faço vistas destes autos ao Dr. Acilio Lacerda

Castanhal 28 / 04 / 2016

Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
LIBRA - Sistema de Arrecadação

Data: 08/04/2016
Hora: 12:49:24
Pág: 1

VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL - Secretaria Fls. 222

RELATÓRIO DE CONTA DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Nº DOCUMENTO: 2016.00476457-81
Nº PROCESSO: 0001759-31.2016.8.14.0015
INSTÂNCIA: 1º GRAU
CLASSE: Interdito Proibitório
COMARCA: CASTANHAL
VARA: VARA AGRARIA DE CASTANHAL
SECRETARIA: SECRETARIA DA VARA AGRARIA DE CASTANHAL
DISTRIBUÍDO EM: 16/02/2016 10:36:38 **FINALIZADO EM:**

PARTICIPACAO:
REQUERENTE - AGROPALMA S/A
REQUERIDO - ASSOCIACAO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARA
REQUERIDO - JOSEJOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA
REQUERIDO - CLEMENTE SOUZA
REQUERIDO - DEMAIS INVASORES

DADOS DA CUSTA 2 INTERMEDIÁRIA

1º CUSTA: 2
SITUAÇÃO DA CUSTA: ABERTA
DATACUSTA: 08/04/2016 12:49:23
VALOR DA CAUSA: R$ 30.000,00
BOLETOS: 1
VALOR DA CUSTA: R$ 149,00
OBSERVAÇÃO:
CUSTA GERADA POR: DULCINÉIA DA SILVA FREITAS

DADOS DO BOLETO Nº : 2016186789 via 1

Nº CUSTA: 2
SITUAÇÃO BOLETO:
BENEFICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DATA QUITAÇÃO:
SACADO: AGROPALMA S/A
PORCENTAGEM: %
TIPO ATO
SECRETARIA: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO

QTD	VALOR
2	R$ 149,00
TOTAL:	R$ 149,00

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1232 PARÁ

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
LIBRA - Sistema de Arrecadação

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 223
Secretaria

Data: 08/04/2016
Hora: 12:49:24
Pág: 1

RELATÓRIO DE CONTA DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Nº DOCUMENTO: 2016.00476457-81
Nº PROCESSO: 0001759-31.2016.8.14.0015
INSTÂNCIA: 1º GRAU
CLASSE: Interdito Proibitório
COMARCA: CASTANHAL
VARA: VARA AGRARIA DE CASTANHAL
SECRETARIA: SECRETARIA DA VARA AGRARIA DE CASTANHAL
DISTRIBUÍDO EM: 16/02/2016 10:36:38 FINALIZADO EM:

PARTICIPACAO:
REQUERENTE - AGROPALMA S/A
REQUERIDO - ASSOCIACAO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARA
REQUERIDO - JOSEJOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA
REQUERIDO - CLEMENTE SOUZA
REQUERIDO - DEMAIS INVASORES

DADOS DA CUSTA INTERMEDIÁRIA

CUSTA: 2
DATACUSTA: 08/04/2016 12:49:23
BOLETOS: 1
OBSERVAÇÃO:
CUSTA GERADA POR: DULCINÉIA DA SILVA FREITAS

SITUAÇÃO DA CUSTA: ABERTA
VALOR DA CAUSA: R$ 30.000,00
VALOR DA CUSTA: R$ 149,00

DADOS DO BOLETO Nº : 2016186789 via 1

Nº CUSTA: 2
BENEFICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SACADO: AGROPALMA S/A
TIPO ATO
SECRETARIA: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO

SITUAÇÃO BOLETO:
DATA QUITAÇÃO:
PORCENTAGEM: %

QTD	VALOR
2	R$ 149,00
TOTAL:	R$ 149,00

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1233
PARÁ

BANPARÁ | 037-1 03792.01635 21867.890267 00018.024109 1 678800000149

Local de Pagamento: Pagável em qualquer agência bancária					Vencimento: 08/05/201
Sacador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ					Agência/Cód. Cedente: 0026/180241-
Data do documento: 08/04/2016	Via do documento: 1ª Via	Espécie Doc.	Aceite: S	Data Processamento: 08/04/2016	Nº do Boleto: 201618678
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda: REAL	Quantidade	Hora do Processamento: 12:49:23	Valor do Documento: R$ 149,0

Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) - NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO -

Referente ao número do documento: 2016.00476457-81 / CASTANHAL
Número do Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015

Sacado: AGROPALMA S/A

Ficha de Compensação

Autenticação Mecâni

Via Tribunal de Justiça do Estado do Pará

BANPARÁ | 037-1 03792.01635 21867.890267 00018.024109 1 678800000149

Local de Pagamento: Pagável em qualquer agência bancária					Vencimento: 08/05/20
Sacador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ					Agência/Cód. Cedente: 0026/180241
Data do documento: 08/04/2016	Via do documento: 1ª Via	Espécie Doc.	Aceite: S	Data Processamento: 08/04/2016	Nº do Boleto: 201618678
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda: REAL	Quantidade	Hora do Processamento: 12:49:23	Valor do Documento: R$ 149,0

Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) - NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO -

Referente ao número do documento: 2016.00476457-81 / CASTANHAL
Número do Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015

Sacado: AGROPALMA S/A

Ficha de Compensação

Autenticação Mecâni

Via Parte

BANPARÁ | 037-1 03792.01635 21867.890267 00018.024109 1 678800000149

Local de Pagamento: Pagável em qualquer agência bancária					Vencimento: 08/05/20
Sacador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ					Agência/Cód. Cedente: 0026/180241
Data do documento: 08/04/2016	Via do documento: 1ª Via	Espécie Doc.	Aceite: S	Data Processamento: 08/04/2016	Nº do Boleto: 201618678
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda: REAL	Quantidade	Hora do Processamento: 12:49:23	Valor do Documento: R$ 149,0

Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) - NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO -

Referente ao número do documento: 2016.00476457-81 / CASTANHAL
Número do Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015

Sacado: AGROPALMA S/A

Ficha de Compensação

Autenticação Mecâni

08/04/2016 - BANCO DO BRASIL - 12:59:10
168601686 0007

AGENDAMENTO DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: FELIPE FADUL LIMA
AGENCIA: 1686-1 CONTA: 20.615-6

==========

BANCO DO ESTADO DO PARA S.A.

03792016352186789026700018024109167880000014900

NR. DOCUMENTO	50.901
DATA DO PAGAMENTO	09/05/2016
VALOR DO DOCUMENTO	149,00
VALOR COBRADO	149,00

==========

PAGAMENTO AGENDADO.
A quitacao efetiva desse debito dependera da existencia de saldo na sua conta-corrente as 23:45h da data escolhida para pagamento.
O comprovante definitivo somente sera emitido apos a quitaçao.

AGENCIA DA REGIÃO DE CAMPO VERDE - VARA - TVERITÓRIO
Fls. 225
Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1255
PARÁ

Claudia Regina Moreira Favacho

Juíza de Direito titular da Vara Agrária da Região de Castanhal

Processo: 0001759-31.2016.8.14.0015

Requerente: AGROPALMA SA

Advogado: Reynaldo Andrade da Silveira - OAB/PA nº 1.746 e André Luis Bitar de Lima Garcia - OAB/PA n.º 12.817

Requeridos: Associação dos Ribeirinhos do Vale do Acará, José Joaquim dos Santos

Pimenta, Clemente Souza e Outros

Ação: Interdito Proibitório com pedido de Medida Liminar - Fazenda Castanheira (Tomé Açu/PA)

DESPACHO

I. Acolho a emenda à inicial promovida às fls. 80 - 219. Proceda, a secretaria, a retificação do valor ensejado à causa, intimando-se o autor para a complementação de eventuais custas a serem apuradas pelo setor competente.

II. Analisando o feito, verifica-se que o autor justifica sua posse alegando ser legítimo proprietário do imóvel objeto da lide, devendo o procedimento em tela (interdito proibitório) seguir o das demais ações possessórias (art. 568 NCPC).

III. Sem prejuízo, impõe-se a realização de audiência de justificação prévia do alegado, nos termos do art. 562, caput, 2ª parte, do novo CPC, pois os argumentos expostos na petição inicial e documentos que a instruem não permitem, de plano, a apreciação do pedido liminar, ficando desde logo designada a data de 10/05/2016, às 11h, para sua realização na Comarca de Tomé-Açu/PA, sede do conflito, com a inquirição de testemunhas a serem arroladas pelo requerente, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias para o depósito do rol.

IV. Citem-se os requeridos, consignando-se no expediente que os mesmos poderão intervir no ato, por meio de advogado, e que o prazo para apresentar resposta começará a fluir da intimação da decisão acerca do pedido de liminar, observando-se a contento o que determina o art. 554, § 1º do CPC, sob pena de nulidade.

V. Dada a natureza da causa, intime-se o INCRA e o ITERPA para, querendo, participarem da audiência, devendo ser encaminhado aos respectivos institutos cópias da inicial e documentos acerca da titularidade do imóvel, até então acostados aos autos, inclusive o memorial descritivo da área, para que informem se existe procedimento administrativo perante as autarquias em relação à área.

VI. Oficie-se ao IBAMA para que informe acerca da existência de autuações por infração ambiental em relação à área sob litígio, e o MTE para que informe acerca da existência de autuações por infrações trabalhistas, encaminhando-se cópias do memorial descritivo do imóvel e demais informações que se fizerem necessárias.

VII. Intime-se o MP.

Cumpra-se.

Castanhal, 07 de abril de 2016

Claudia Regina Moreira Favacho

Juíza de Direito titular da Região Agrária de Castanhal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

COMPROVANTE DE ENVIO DE MATÉRIA

ORGÃO: SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL

CÓDIGO DA MATÉRIA: 624614

RESUMO:

TIPO: DESPACHOS

DATA DE ENVIO: 08/04/2016 14:49:40

DATA(S) PARA PUBLICAÇÃO: 11/04/2016

USUÁRIO: SYLVIO MAGNUS SILVA FERREIRA

Belém, 08 de Abril de 2016
14:49:42

Imprimir Comprovante

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL - PARÁ
Fls. 227
Secretaria

Fls. 6256
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 12372
PARÁ

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
LIBRA - Sistema de Arrecadação

Data: 11/04/2016
Hora: 13:05:17
Pág: 1

Fls. 670

Fls. 220

VARA AGRARIA DA REGIÃO DE CASTANHAL — Secretaria

RELATÓRIO DE CONTA DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Nº DOCUMENTO: 2016.00476457-81
Nº PROCESSO: 0001759-31.2016.8.14.0015
INSTÂNCIA: 1º GRAU
CLASSE: Interdito Proibitório
COMARCA: CASTANHAL
VARA: VARA AGRARIA DE CASTANHAL
SECRETARIA: SECRETARIA DA VARA AGRARIA DE CASTANHAL
DISTRIBUÍDO EM: 16/02/2016 10:36:38 **FINALIZADO EM:**

PARTICIPACAO:
REQUERENTE - AGROPALMA S/A
REQUERIDO - ASSOCIACAO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARA
REQUERIDO - JOSEJOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA
REQUERIDO - CLEMENTE SOUZA
REQUERIDO - DEMAIS INVASORES

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 12388

DADOS DA CUSTA INTERMEDIÁRIA

Nº CUSTA: 3
DATACUSTA: 11/04/2016 13:05:14
BOLETOS: 1
OBSERVAÇÃO:
CUSTA GERADA POR: DULCINÉIA DA SILVA FREITAS

SITUAÇÃO DA CUSTA: ABERTA
VALOR DA CAUSA: R$ 3.290.281,21
VALOR DA CUSTA: R$ 7.683,41

DADOS DO BOLETO Nº : 2016193682 via 1

Nº CUSTA: 3
BENEFICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SACADO: AGROPALMA S/A

SITUAÇÃO BOLETO:
DATA QUITAÇÃO:
PORCENTAGEM: %

TIPO ATO	QTD	VALOR
TAXA JUDICIÁRIA - 1% SOBRE O VALOR DA CAUSA (COMPLEMENTO)	1	R$ 2314,19
ATOS DAS SECRETARIAS JUDICIAIS - VALOR DA CAUSA ACIMA DE R$1.036.667 (COMPLEMENTO)	1	R$ 4905,32
SECRETARIA: EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO	4	R$ 298,00
SECRETARIA: EXPEDIÇÃO DE EDITAL	1	R$ 74,50
DESPESA: SERVIÇOS POSTAIS	4	R$ 66,00
DESPESA: DILIGÊNCIAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA - CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, NOTIFICAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO E BUSCA E APREENSÃO DE AUTOS	1	R$ 25,40
	TOTAL:	R$ 7.683,41

Recebido por Natanael Araújo 11/04/16

SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO
GUIMARÃES, PINHEIRO & SCAFF
ADVOGADOS

VARA AGRARIA DA REGIÃO DE CASTANHAL — PA
Fls. 999
Secretaria

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o estagiário deste escritório e acadêmico de direito NATANAEL FURTADO DE ARAÚJO FILHO, brasileiro, OAB-PA 7546-E, RG nº 5621923 a tirar cópia/carga dos autos, retirar ofícios, boletos e certidões referente aos autos do(s) processo(s) abaixo relacionado(s), feito(s) que tramita(m) perante a Secretaria desse(a) Vara Agrario.

Processo	Autor/Réu
00037-53-33.2016.8.14.0015	AGROPALMA / Associação do Ribeirinhos de Va

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 12346
PARÁ

Belém (PA), 11/04/16.

P.p.

TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO
OAB/PA 7.359

00017593120168140015
20160135353763

Fls. 230
Secretaria
VARA AGRARIA DE CASTANHAL

CERTIDÃO

Eu, JOEL DOS SANTOS GOMES JÚNIOR, Diretor de Secretaria da Vara Agrária da Região de Castanhal, Comarca de Castanhal, Estado do Pará, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, etc...

Certifico e dou fé, em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei, a requerimento da Dra. Telma Lúcia Borba Pinheiro– OAB/PA n ° 7359, que tramita nesta Vara Especializada os autos da AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO COM PEDIDO LIMINAR – Proc. n.° 0001759-31.2016.814.0015, em que AGROPALMA S/A, move em desfavor de ASSOCIAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARÁ, JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA E OUTROSM SUPOSTOS INVASORES NÃO IDENTIFICADOS.
Certifico mais, que a parte autora acima mencionada foi devidamente Intimada do despacho nº 20160131409743, de folhas 221, na data de 08/04/2016 através de vistas dos autos em secretaria pelo advogado Felipe Fadul Lima – OAB/PA 17.682, bem como também intimada na data de 11 de abril de 2016, através do Diário de Justiça Eletrônico, edição nº 5946/2016 de 11 de abril de 2016. Nada mais.
Por ser a mais pura expressão da verdade CERTIFICO e dou Fé.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1240 PARÁ

Castanhal, 11 de abril de 2016

JOEL DOS SANTOS GOMES JÚNIOR
Diretor de Secretaria da Vara Agrária de Castanhal

Recebido por Natanael Araújo 13/04/16

00017593120168140015
20160135414194

VARA AGRÁRIA DA REGIÃO DE CASTANHAL
Fls. 231
Secretaria

6254

CERTIDÃO

Eu, JOEL DOS SANTOS GOMES JÚNIOR, Diretor de Secretaria da Vara Agrária da Região de Castanhal, Comarca de Castanhal, Estado do Pará, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, etc...

Certifico e dou fé, em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei, a requerimento de Felipe Fadul Lima – OAB/PA 17.682 e Telma Lúcia Borba Pinheiro– OAB/PA n ° 7359, que tramita nesta Vara Especializada os autos da AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO COM PEDIDO LIMINAR – Proc. n.° 0001759-31.2016.814.0015, em que AGROPALMA S/A, move em desfavor de ASSOCIAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DO VALE DO ACARÁ, JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS PIMENTA E OUTROSM SUPOSTOS INVASORES NÃO IDENTIFICADOS.
Certifico que o referido processo se encontra em fase postulatória, sendo que até a presente data os requeridos não foram citados para contestar, não constando nos autos contestação nem procuração dos patronos dos requeridos.
Nada mais.
Por ser a mais pura expressão da verdade CERTIFICO e dou Fé.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1241
PARÁ

Castanhal, 11 de abril de 2016

JOEL DOS SANTOS GOMES JÚNIOR
Diretor de Secretaria da Vara Agrária de Castanhal

Recebido por
Natanael Araújo
11/04/16

VISTAS

Nesta data faço vistas destes autos ao Dr. Lourano Victor Costa Bahia, 18530-B

Castanhal, 12 / 04 / 2016

Diretor de Secretaria

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6265
PARANÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 12429
PARANÁ

Doc.02

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6776 PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1243 PARÁ

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
8ª Promotoria de Justiça de Castanhal

TERMO DE REUNIÃO

No dia 18.12.2014, no Prédio das Promotorias da Infância no Ministério Público do Pará, presentes os Representantes da Empresa Agropalma e Sr. Antonio Pereira da Silva, CPF 480.010.588-91 e os advogados Dr. Antonio Reynaldo Andrade da Silveira, OAB 1746, Dr. Daniel Coutinho da Silveira, OAB 11595 e pelo Sr. Tabaranã , Sr. José Maria Tabaranã da Consta Junior, RG 1581692, e o advogado Flávio Alberto Galvão, OAB153025, iniciada a reunião:

1. A Promotoria de Justiça Agrária informou o objetivo da reunião no sentido de verificar se existiria a possibilidade de mediação do conflito entre as partes.
2. – Posteriormente, o Dr. Galvão relatou o interesse do Sr. Tabarana em buscar a solução do conflito, informando que desde o início foi tentada a solução mediada do conflito; e a necessidade de que exista o esclarecimento da documentação da área;
3. Posteriormente, o Dr. Reinaldo, represnetando a Empresa Agorpalma relatou que a empresa possui uma grande importância econômica para o Estado e a seriedade de seu trabalho; bem como lembrou a necessidade de que se reconheça a posse de fato da empresa; e em seguida reconheceu que sobre uma área de 22.000,00 ha a documentação da empresa teria inconsistências, pois fora levada à Registro em Cartório incompetente. E que pretende que a documentação do Sr. Tabarana também possui inconsistências. Ressalta que os títulos que são inconsistentes não resultaram de invasão ou má-fé da empresa;
4. Em seguida a Promotoria de Justiça propôs aos presentes que apresentem os documentos que embasam as alegadas propriedades dos imóveis a fim de que estes sejam submetidos à apreciação do ITERPA e do INCRA para a verificação da autenticidade, legitimidade e localização dos títulos, incidentes na área de 106.000 ha, na qual se localiza a Empresa Agropalma, bem como se esclareça se a área incide em terras públicas estaduais ou federais;
5. A Empresa não aceitou realizar a entrega da documentação incidente em toda a área de sua atuação (106.000 ha) entendendo desnecessária tal apreciação. Dessa feita, não sendo possível a composição entre os presentes o Ministério Público solicitou que ao Representantes do Sr. Tabaranã que **apresentem até o dia 15 de janeiro de 2015** os seguintes documentos, caso não tenham juntados ao Pedido de Providências: Memorial descritivo da área

Presidente Vargas nº 2638, Bairro Centro, Castanhal-PA, CEP 68.746-005, Telefones: (91) 3721-8 / 3721-6991 / 3721-6525 / 3721-1921 / 3721-2291 (fax), e-mail: eliane@mp.pa.gov.br

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6258
PADA

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 12450
PADA

Doc.03

RELATÓRIO DE NOVAS DILIGÊNCIAS

REFERÊNCIA: PROCESSO N° 0004646-67.2014.8.14.0076.

VÍTIMAS: JOSÉ MARIA TABARANÃ COSTA e OUTROS.

DA REQUISIÇÃO

O Ilmo. Representante do Ministério Público da Comarca de Acará-PA requisitou, às fls. 229 do volume 02 (dois) dos autos as seguintes diligências:

1- Realização de exame grafotécnico nas assinaturas apostas nas certidões de fls. 17, 18, 19 e 51 do Volume 02 (dois);
2- Ouvir sobre o fato o Sr. Antônio P. Filho;
3- Ouvir os Srs. Orlando de Brito Souza Júnior, Ronancy Rudson Pereira, João Carlos da Silva e Antônio Tadeu;
4- Reinquirir o Sr. Antônio Manoel Câmara Leal.

D A S D I L I G Ê N C I A S

Foram tomados os depoimentos solicitados e outros, conforme transcrição dos trechos mais importantes a seguir:

1) Depoimento do filho da vítima, de nome **JOSÉ MARIA TABARANÃ DA COSTA JÚNIOR**, a qual, em síntese, declarou que:

"[...]é filho do Sr. **JOSÉ MARIA TABARANÃ DA COSTA**, que é o legítimo proprietário das terras em discussão; QUE a área que se discute são de cerca de 7.000 (sete mil) hectares no Município de Acará-PA e que eram de propriedade do seu avô de nome **ANTÔNIO GONÇALVES MAIA**; QUE em 1966 seu avô faleceu e a área de terra citada foi inventariada e partilhada no início dos anos 70 (setenta); QUE a partir de então o pai do depoente passou a usufruir das terras que herdou de seu pai; QUE, dentro das terras que o pai do depoente passou a ser proprietário encontra-se, inclusive, as terras da **fazenda "QUATI", que foram adquiridas no momento do inventário; QUE as fazendas tinham os nomes de NATAL, QUATI, TUCUMÃDEUA, URUCURÉ, CARIATEUA e TAPIRATEUA**; QUE até o ano de 2006 a propriedade das terras não era discutida pois o pai do depoente mantinha a fiscalização e controle das mesmas. Tinha pessoas que tomavam conta da terra; QUE no final do ano de 2005 o pai do depoente se ausentou do cuidado das terras por motivo de doença e, quando retornou no início de 2006, já verificaram que parte das terras já estavam plantadas; QUE o depoente e seu pai tentaram entrar nas terras para verificar o que tinha acontecido e foram impedidos de entrar nas terras, inclusive, por seguranças armados, os quais davam o contato do Sr. Antônio

Pereira da Silva (Gerente Geral da empresa AGROPALMA) para que o depoente e seu pai resolvessem essa questão; QUE foram encontrar o Sr. Antônio Pereira e o mesmo falou nesse primeiro momento que era para o depoente se munir de documentos que comprovassem a propriedade das terras e, depois, retornassem para falar com o mesmo. **Alegou ainda ANTÔNIO PEREIRA que as terras foram adquiridas de maneira lícita perante terceiros, os títulos foram emitidos legalmente pelo Estado junto ao ITERPA. Que se quisessem reivindicar algo, que o depoente e seu pai deveriam processar o Estado e não a AGROPALMA**; QUE, a partir de então, o depoente passou a levantar toda a documentação que comprovasse a propriedade das terras; QUE procurou Cartório Lobato (Ofício Único da Comarca de Acará-PA) por diversas vezes desde o ano de 2006 e o Tabelião INTERVENTOR de nome FRANCISCO VALDETE RODA DO CARMO, que substituiu a Sra. MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA a partir do ano de 2005. Que o mesmo se negava a fornecer as matrículas atualizadas das áreas que o depoente alegava que eram sua, de realizar as restaurações das matrículas, bem como, de prestar as informações reais sobre o registro da áreas a que se discutia. Para tanto apresentava inúmeras justificativas; QUE, inclusive, o contato do depoente com o Sr. VALDETE pode ser comprovado por meio de uma notificação extrajudicial de pedido de prestação de informações datada de 20/11/2013 e recebida pelo Sr. VALDETE. O depoente apresenta cópia da notificação citada a esta autoridade policial, no intuito que passe a constar dos autos. Ressalta, inclusive, que foi solicitado na Notificação extrajudicial citada, em sua parte final, que fosse tomada redobrada cautela quanto aos pedidos de restauração, averbação, registro, transcrição, e outros atos que impliquem nas matrículas em litígio, pois podem ocorrer desencontros nas informações de propriedade das mesmas; QUE o Sr. VALDETE alegou que não possuia documentação das áreas do depoente porque a antiga tabeliã de nome MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA havia "levado" os livros e que não poderia fazer a restauração das matrículas por esse motivo, no entanto, sempre apresentava informações que davam esperança ao depoente como, por exemplo, de que ia ser feita uma correição a cargo da Comarca de Acará-PA e que, em seguida, faria as restaurações solicitadas; **QUE, no entanto, o Sr. VALDETE teria realizado uma restauração de matrícula para a empresa AGROPALMA, qual seja, a matrícula nº 1093, de propriedade de ODILON HEITOR DE ASSUNÇÃO, que foi registrada como fazendo parte da Fazenda "RODA DE FOGO", que faz parte da área da empresa AGROPALMA, no entanto, a área de propriedade de ODILON HEITOR DE ASSUNÇÃO fica localizada no Município de Tomé-Açú sendo, inclusive, uma irregularidade procedimental pois, legalmente, não é possível fazer o registro de terras de outra Comarca em cartório que responde por circunscrição diversa**. Ou seja, foi feita uma restauração de matrícula de uma área que fica em Tomé-Açú no Ofício Único da Comarca de Acará-PA; QUE o depoente apresenta a cópia da restauração citada para constar nos autos. Apresenta, inclusive, um mapa ilustrativo denominado de BASE DE TÍTULOS DO ESTADO, que foi obtido de maneira informal junto ao ITERPA. QUE a terra que foi feita a restauração da matrícula acima citada consta nesse mapa como sendo o título de número "82" (oitenta e dois), de propriedade de ODILON HEITOR DE ASSUNÇÃO; QUE foi instaurada uma Sindicância Administrativa para apurar as condutas irregulares do Sr. FRANCISCO VALDETE RODA DO CARMO junto à

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1243
PARÁ

Corregedoria responsável pela fiscalização dos Cartórios do Interior do Estado; QUE aproximadamente no ano de 2007 passou a tratar novamente com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA, mas o mesmo dizia que tudo deveria ser resolvido junto ao Cartório e que, com as certidões e matrículas restauradas, entraria em contato com a sede da empresa em São Paulo para resolver essa questão junto ao Sr. JOSÉ HILÁRIO FREITAS, que é o presidente da empresa AGROPALMA; QUE o tempo foi se passando. O pai do depoente teve mais um infarto. Pela distância de Belém para Acará passaram a demorar mais tempo para correr atrás dessa situação. Que, nisso, o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e o Sr. VALDETE ganhavam tempo; QUE passou a entender que o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA ficava mandando o depoente procurar o Cartório e, supostamente combinado com o Sr. VALDETE, este agia no sentido de enrolar o depoente para ganhar tempo nas supostas "falcatruas"; QUE os anos foram passando e, aproximadamente em 2010 o depoente voltou a entrar em contato com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e o mesmo não dava qualquer posição. Foi quando afirmou a este que entraria na justiça para resolver esta situação; QUE o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA falou que não precisava entrar na justiça pois, assim que o Cartório conseguisse verificar a legitimidade e propriedade das terras, resolveriam tudo em acordo. Se fosse procurar a Justiça, duraria 10 a 15 anos para resolver isso e não teria mais acordo. Disse ainda que, a partir de então, se empenharia para resolver isso junto ao Sr. VALDETE no Cartório de Acará; QUE depois disso, entrou com uma notificação extrajudicial juntamente com o advogado Antônio Villar Pantoja (OAB PA nº 1049) contra a empresa AGROPALMA cobrando a devolução das terras; **QUE obteve por resposta que a documentação que a empresa possui que comprovem a regularidade da propriedade das terras são "absolutamente legais"**; QUE aproximadamente em julho de 2013 os advogados do depoente, Dr Marcelo Hajaj Merlino e o Dr Flávio Alberto Gonçalves Galvão estiveram na empresa AGROPALMA no intuito de reivindicar a devolução das terras em litígio com a empresa e o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA disse que não iria devolver terra alguma pois todos os documentos das terras são legais e públicos. No entanto, o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA se negou a fornecer os documentos de comprovação da propriedade das terras. Assim, os advogados citados foram até São Paulo e falaram com o Dr. "CADIER", que é o diretor jurídico do grupo ALFA (grupo este que é o dono da empresa AGROPALMA, cujo proprietário é o Sr. Aluisio Farias); QUE o Sr. "CADIER" ligou para o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e determinou que o mesmo entregasse à parte as cópias das documentações que comprovem a titularidade das terras; **QUE os documentos foram fornecidos e verificou-se que nos documentos apresentados evidenciou-se "supostas" fraudes em registros, matrículas e restaurações**; QUE o depoente retornou com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e mostrou para o mesmo que os documentos tratavam-se de documentos falsos. Que o mesmo afirmou que falaria com o Presidente da empresa de nome JOSÉ HILÁRIO FREITAS e que na mesma semana voltaria a tratar com o depoente; QUE, no entanto, a empresa entrou com uma AÇÃO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS; QUE, a partir de então, o depoente devidamente acompanhado por advogados, ingressou com uma ação judicial, bem como noticiando os crimes em epígrafe à autoridade policial competente; QUE aproximadamente no mês de agosto de 2014 o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA ligou para o depoente

MINISTÉRIO PÚ
FLS. 1249
PADR

(91121364/91126733) tentando marcar este para ir até a sede da empresa para negociar com o Sr JOSÉ HILÁRIO FREITAS. No entanto, foi orientado pelos seus advogados a não comparecer a esta reunião, já que tudo iria ser resolvido na justiça; QUE em setembro de 2014 (03/09/2014), por volta das 08:00 horas da manhã o depoente e seu pai foram procurados em casa pelo Sr. ANTÔNIO CÂMARA LEAL, que disse ter sido enviado pelo o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e falava que estava na presença do depoente no intuito de que este fosse até a empresa AGROPALMA (Av. Artur Bernardes, em Belém-PA) para realizar reunião de conciliação no intuito de acabar com o litígio na justiça; QUE nessa ocasião perguntou ao Sr. Antônio Câmara Leal o porquê do o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA estar disposto a acabar com o litígio? O Sr. ANTÔNIO CÂMARA LEAL disse que o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA contou toda a história para ele. Que realmente foi a Sra. Maria do Socorro Puga de Oliveira que montou todas as fraudes. Que não possuia mais atribuições cartorárias para agir, muito menos o seu filho ANTÔNIO PINTO LOBATO FILHO, inclusive, que seu filho agora citado nunca teve nenhum vínculo com a justiça. Que eles tinham sido contratados pela empresa AGROPALMA para preparar todas as documentações que estavam sendo realizadas pelo Cartório "OLIVEIRA SANTOS", o qual é de existência legal controvertida, já que em Acará só há um Cartório de Ofício Único; QUE o depoente aceitou a reunião e a mesma ficou marcada para o dia 05/09/2014, às 09:00 horas, na empresa AGROPALMA. Que este fato pode ser constatato por meio do circuito interno de segurança da empresa, controle de entrada e saída da empresa, bem como imagens cedidas pelo depoente (após a impressão das mesmas e entrega futura a esta autoridade policial) do crachá de "VISITANTE" que foi usado pelo depoente na data da reunião; QUE o depoente compareceu na hora marcada, foi acompanhado por Antônio Câmara Leal. Que foi pedido para ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA que Antônio Câmara Leal participasse da reunião, inclusive, para ser testemunha do que seria falado. Que ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA respondeu negativamente pois Antônio Câmara Leal não participaria da reunião já que não sabe de nada e não tem qualquer interesse nisso; QUE ao entrar na sala da reunião, já foi direto ao assunto perguntando o que o ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA queria com a sua pessoa. Este respondeu que queria conversar com o depoente para tentar negociar com o mesmo perguntando o que o depoente queria para acabar com o litígio judicial; QUE reunião durou mais de uma hora. Não foi realizado qualquer acordo e o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA pediu que o depoente ajudasse o mesmo e o Sr. HILÁRIO FREITAS, pois isso iria acabar com a empresa e já estariam sido envolvidos "TERCEIROS" como, por exemplo, WANDERLEY MARQUES MELO e o Sr. ALUISIO FARIAS (dono da empresa AGROPALMA); QUE o depoente falou que seu pai não queria acordo. A única hipótese de acordo seria a devolução das terras que foram adquiridas de má-fé; QUE, como verificou-se que não havia acordo com o depoente, para o mesmo influenciar na decisão do seu pai de fazer uma acordo, foi proposto ao depoente a propriedade de um apartamento, um carro COROLA e R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); QUE o depoente falou que não aceitava pois não seria mais um membro da "quadrilha" deles, traindo o seu pai; [...]"

2) Depoimento de ANTÔNIO TADEU DA SILVA, o qual afirmou, em síntese:

MINISTÉRIO PÚ
Fls. 1249

"[...]QUE aproximadamente no ano de 1982 ou 1983 adquiriu um terreno que era chamado de "Ramal do Sempre Alegre", em sociedade com o seu irmão recém falecido JOÃO CARLOS DA SILVA e utilizavam o terreno para a criação de bovinos por mais de 20 (vinte) anos; QUE a propriedade era de área aproximada de "1000 (mil) alqueires" e nos fundos ficava a fazenda "XERFAN", a frente toda era o Ramal Sempre Alegre, não tem certeza se à esquerda ficava a fazenda Roda de Fogo ou a fazenda São João, à direita eram colonos que moravam lá; QUE o seu irmão resolveu vender a área; QUE ficou uns 3 anos sem conseguir vender; QUE chegou o Sr. Saulo Sales Figueira para negociar a compra das terras com o irmão do depoente de nome JOÃO CARLOS DA SILVA; QUE JOÃO foi quem resolveu toda essa venda da área juntamente com o Sr. Saulo e que a área iria ser adquirida pela AGROPALMA, a qual era representada pelo Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA; QUE o depoente e seu irmão ainda ficaram aproximadamente um ano ainda na terra para desocupá-la e retirar o gado da mesma; PERGUTADO pela autoridade policial se tem conhecimento de algum negócio escuso realizado com a matrícula da terra que venderam para a empresa AGOPALMA? RESPONDEU QUE não tem conhecimento de qualquer negócio escuso que tenha sido realizado com a área de sua propriedade que foi vendida à AGROPALMA. QUE todos os negócios eram realizados pelo seu irmão falecido, que sempre foi o sócio majoritário, o irmão mais velho e que ficava à frente de todos os negócios da empresa; além do mais foi o seu irmão JOÃO que sempre quis vender a terra, sendo que o depoente sempre foi contrário e, inclusive, ficou tão contrariado com a venda desta área que permaneceu todo o tempo "longe" do negócio, tendo apenas assinado juntamente com a sua esposa o contrato dentro a sede da AGORPALMA em Belém, na presença de seu irmão JOÃO e sua esposa, além de **SAULO SALES FIGUEIRA e ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA**, e depois assinou a escritura dentro do Cartório DINIZ em Belém, escritura esta que já se encontrava pronta; PERGUNTADO se tem algo mais a declarar? RESPONDEU QUE não. Que não sabe de mais nada quanto a essas terras, pois todos os negócios eram levados à frente pelo seu irmão recém-falecido. [...]"

3) Depoimento de ORLANDO DE BRITO SOUSA JÚNIOR que, em síntese, relatou que:

"[...]QUE no ano de 2005 adquiriu uma área de terra das mãos de um Sr. Chamado BOLIVAR, não sabendo descrever seu sobrenome; QUE a fazenda possuía o nome de SANTA MARIA e não RODA DE FOGO, tal qual citado na manifestação do Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA nos autos, mas que a fazenda RODA DE FOGO era do seu sogro de nome NICANOR GONÇALVES DOS SANTOS; QUE chegou a criar gado na sua propriedade por aproximadamente 06 (seis) meses; QUE apareceu a oportunidade de vender a área de terra para a empresa AGROPALMA, a qual entrou em contato com o depoente por intermédio do Sr. SAULO SALES FIGUEIRA; QUE aceitou vender pois

era uma oportunidade de ganhar dinheiro e pelo fato de que o seu sogro, de nome NICANOR GONÇALVES DOS SANTOS, também estava vendendo as suas terras para a empresa AGROPALMA; QUE no início do ano de 2006 vendeu essa área de aproximadamente 900 (novecentos) hectares localizada à margem direita do rio Acará (parte detrás da propriedade), à frente confrontava com a fazenda do Sr. NICANOR, à direita e à esquerda não sabe descrever os nomes dos confrontantes, sendo a escritura lavrada no Cartório Diniz situado em Belém-PA, e a transferência (registro) das terras foi feita no Cartório de Acará-PA, pois a terra pertencia a Acará-PA; PERGUNTADO pela autoridade policial se tratou em algum momento com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA, gerente da empresa AGROPALMA; RESPONDEU que não tem certeza se tratou com o Sr. citado, mas que **não tratou apenas com o Sr. SAULO SALES FIGUEIRA, tratou também com uma pessoa da empresa AGROPALMA**, mas não sabe dizer o nome da mesma; PERGUNTADO pela autoridade policial se quando vendeu as suas terras para a empresa AGROPALMA, por intermédio do Sr. SAULO SALES FIGUEIRA, soube se o mesmo ou a própria empresa estavam fazendo negócios ilícitos ou "grilagem" em terras outras? RESPONDEU QUE **sabia que SAULO era um cara que estava ganhando muito dinheiro com as vendas de fazendas na área e que se ouvia falar que era uma cara "muito esperto", mas não que necessariamente fazia coisas erradas**; PERGUNTADO pela autoridade se tem mais algo a declarar? RESPONDEU QUE não. Apenas que tem certeza que realizou a compra e venda das suas terras de forma regular e que nunca participou nem mesmo aceitaria participar de alguma fraude ou mesmo "grilagem" de terras no Estado do Pará. [...]"

4) Depoimento de **MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA**, a qual afirmou, em síntese:

"[...] QUE desde 1991 que a inquirida assumiu o Cartório do Único Ofício de Acará quando da aposentação de seu esposo; QUE o seu esposo, mesmo aposentado, continuou trabalhando no mesmo e, na verdade, era ele quem mandava em tudo e que a inquirida fazia tudo o que ele mandava, pois o mesmo possuia "poder de persuasão" quanto à sua pessoa; QUE o seu esposo faleceu em 2006; QUE em 2005 foi afastada da titularidade do Cartório e que seu afastamento deu-se em razão dos atos irregulares que seu marido praticava à época; **QUE assumiu na condição de "INTERVENTOR" o Sr. FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO em 2005; QUE o SR. SAULO SALES FIGUEIRA era quem levava as escrituras lavradas todas no Cartório Diniz em Belém, nas quais a AGROPALMA figurava como adquirente das terras e que a depoente apenas registrava as escrituras; QUE confirma o que disse no seu Interrogatório inicial quanto ao fato de que o Sr. SAULO SALES FIGUEIRA ia com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA no seu apartamento que ficava em Belém (Avenida Belo Horizonte, em frente ao colégio Nazaré, bairro Nazaré)**. Não só eles faziam isso. Todas as pessoas que queriam fazer procedimentos no Cartório de Acará iam deixar as documentações nesse apartamento

para o seu marido e os atos eram registrados no Município de Acará, como manda a lei. Isso acontecia pois na época o acesso ao Município de Acará era muito ruim pois não tinha estrada de asfalto; QUE não sabe informar quem fez o registro da transferência das terras de propriedade do Senhor TABARANÃ para a AGROPALMA, não sabendo dizer se foi na sua gestão, na do seu marido ou na do Sr. FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO; QUE sabe que quem vendeu as terras para a AGROPALMA foi o Sr. JOSÉ WANDERLEY MARQUES MELO e que não consegue entender o motivo pelo qual o mesmo não foi indiciado no processo, pois o mesmo como proprietário é quem pode explicar a origem real das terras; PERGUNTADA o que tem a dizer sobre a informação do Sr. FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO que afirma que a inquirida teria "levado" os livros com muitas matrículas que eram de responsabilidade do Cartório de Acará? RESPONDEU QUE esses livros estavam guardados dentro do apartamento da depoente desde a época que seu marido era vivo e que o mesmo possuia autorização da Desembargadora que era responsável pela fiscalização dos cartórios no Pará e isso se dava porque o prédio do Cartório de Acará era muito inseguro e que isso era de conhecimento do desembargador responsável; PERGUNTADA se reconhece as assinaturas em seu nome que constam nas folhas 17, 18 e 19 do Volume 02 dos autos? REPONDEU QUE as assinaturas se assemelham à sua grafia, mas que não foi a depoente quem assinou e, inclusive, ao visualizar as citadas certidões, afirma que os selos aparentemente são falsos; PERGUNTADA sobre a assinatura do seu filho Antônio Pinto Lobato Filho que consta na certidão de folhas 51 do volume 02 dos autos, se foi o seu filho que assinou mesmo? RESPONDEU QUE o seu filho não assinou a certidão pois o mesmo nunca trabalhou com a depoente no Cartório, inclusive, nunca esteve em Acará; PERGUNTADA quanto ao Cartório Oliveira Santos, se foi a inquirida quem "criou" o citado Cartório? RESPONDEU QUE o Cartório Oliveira Santos nunca existiu na verdade. Que desconhece a existência desse Cartório intitulado de Oliveira Santos e que sempre houve apenas o Cartório do Único Ofício de Acará. Afirma ainda que esse cartório foi "inventado" por alguém e confeccionaram até carimbos do mesmo, justamente para fraudar documentos e utilizaram o nome da depoente sem qualquer autorização; PERGUNTADA se nem a depoente nem o seu filho trabalharam nesse Cartório? RESPONDEU QUE não pois conforme já falou, só existia um único Cartório em Acará; PERGUNTADA qual o endereço e contato do seu filho para a realização da intimação do mesmo? RESPONDEU QUE não sabe dizer o endereço exato do mesmo, mas que seu telefone é 993220298 e que ficou acertado neste depoimento que o mesmo será inquirido no dia 20 de janeiro de 2014, já agendado, inclusive, com o advogado MARCIO ROGÉRIO CUNHA VINAGRE (OAB PA 6788), advogado que acompanha este depoimento; PERGUNTADA pela autoridade policial se tem algo mais a falar; RESPONDEU QUE é importante falar que quando foi destituída do Cartório, por ter entrado com um recurso pro "pleno" do Tribunal, ficou "em efeito suspensivo", inclusive, poderia trabalhar neste Cartório até a data atual, pois o recurso foi interposto e até hoje não foi julgado, mas optou por não retornar mais às atividades cartorárias pois o Sr. FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO já estava lá e não queria atrapalhar o serviço do mesmo; [...]".

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1252
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 12530

5) Depoimento de ANTÔNIO LOBATO PINTO FILHO, o qual afirmou, em síntese:

"[...] QUE foi nomeado na época que era estudante do curso de direito escrevente do Cartório Lobato, tendo chegado a exercer por um ano apenas, por não ter interesse na função e na época que trabalhou no Cartório foi na parte de registro civil, nunca tendo trabalhado na parte de imóveis; QUE trabalhou aproximadamente por 01 (um) ano nesse Cartório, por volta do ano de 1999 ou 2000; QUE reiterou que nunca lidou com registro de imóveis; QUE depois do ano de 2000 não se interessou mais pelo Cartório, nunca mais vindo a trabalhar no mesmo; PERGUNTADO o que tem a dizer sobre um Cartório chamado "OLIVEIRA SANTOS"? RESPONDEU QUE desconhece a existência do Cartório "OLIVEIRA SANTOS"; PERGUNTADO pela autoridade policial se já assinou algum documento pelo Cartório "OLIVEIRA SANTOS"? RESPONDEU QUE como falou anteriormente, não sabe da existência desse Cartório, bem como nunca assinou qualquer documento trabalhando neste Cartório; PERGUNTADO pela autoridade policial se sabe de alguma informação quanto à restauração de matrículas de áreas que ficam localizadas nas terras da Empresa AGROPALMA em Acará-PA? RESPONDEU que nunca viu nada sobre a parte de imóveis, não tendo acesso a registros ou restaurações de matrículas referentes à empresa, só sabendo dizer que sabe da existência da empresa no Município de Acará-PA. [...]"

6) Foi tomado o depoimento de ANTONIO MANOEL CÂMARA LEAL, o qual, em síntese, declarou:

"[...]QUE em meados do ano de 2011 foi contratado pela empresa AGROPALMA para fazer a restauração de matrículas diversas no Cartório do único Ofício de Acará; QUE a documentação apresentada foi solicitada pelo Sr. ANTÔNIO PEREIRA, gerente geral da empresa AGROPALMA com o pedido de restauração das matrículas, apresentando a documentação que foi entregue ao cartorário; QUE os documentos se tratavam em maioria de escrituras de compra e venda de terras; QUE fez diversas viagens para Acará e os registros não estavam prontos e, determinada vez veio o Sr. ANTÔNIO PEREIRA juntamente com o depoente de helicóptero da empresa Líder Taxi Aéreo fretado de Belém, para agilizar a regularização das restaurações das matrículas; QUE posteriormente veio o presidente da empresa o Sr. HILÁRIO FREITAS de helicóptero fretado da empresa Líder Taxi Aéreo, juntamente com o depoente, até a cidade de Concórdia do Pará, local onde reside o tabelião VALDETE DO CARMO; QUE o presidente da empresa fez o pedido ao Sr. VALDETE para que o mesmo agilizasse nas restaurações pois a empresa tinha urgência; QUE, posteriormente, veio com o Sr. HILÁRIO de carro até a cidade de Acará quando ficaram prontas as

restaurações e foram as matrículas entregues à empresa; QUE as restaurações ficaram prontas em duas etapas, sendo a maior parte das terras tendo as matrículas restauradas em uma primeira etapa e a outra parte em uma segunda etapa, tudo ocorrido no ano de 2011; QUE três dias após a restauração da primeira etapa estarem prontas o Sr. VALDETE telefona ao depoente dizendo que ele estava em Belém e que o depoente o levasse até a AGROPALMA para que o mesmo recebesse uma parte do valor dos emolumentos, referentes à primeira etapa das restaurações prontas; QUE nesta data foi emitido um cheque nominal ao Sr. VALDETE no valor de aproximadamente R$170.000,00 (cento e setenta mil reais) nominal ao mesmo, cheque do banco SANTANDER; QUE em outra data que não saber dizer quantos dias depois, mas que aproximadamente uns 10 (dez) dias depois o Sr. VALDETE procurou novamente o depoente para que o levasse novamente até a sede da empresa AGROPALMA para que o mesmo recebesse a outra parte dos valores relativos aos emolumentos, sendo que nesta ocasião o Sr. VALDETE recebeu mais um cheque nominal do Banco SANTANDER no valor de aproximadamente R$ 70.000,00 (setenta mil reais); QUE ficou surpreso pelos valores dos emolumentos pois esses valores de restauração de matrícula são de aproximadamente R$ 119,00 (cento e dezenove reais) cada restauração e que, pelo montante dessas restaurações, elas não chegavam nem a 5% (cinco porcento) dos valores repassados ao Sr. VALDETE; QUE o Sr. JOSÉ MARIA TABARANÃ DA COSTA descobriu há tempos atras que áreas de suas terras no Município de Acará haviam sido apropriadas pela empresa AGROPALMA; QUE veio tentando dialogar com esta empresa por muitos anos na tentativa de que a mesma devolvesse as terras ao mesmo ou fizesse um acordo satisfatório, mas que sempre tinha resposta negativa por parte da empresa; QUE o Sr. ANTÔNIO PEREIRA, diante das insistências do Sr. JOSÉ MARIA TABARANÃ DA COSTA resolveu entrar com uma ação cautelar de produção de provas onde apresentou toda a documentação referente às restaurações das matrículas, sendo que toda a documentação era falsa, mas que este depoente não sabia que as documentações eram falsas e foi o advogado do Sr. JOSÉ MARIA TABARANÃ DA COSTA quem descobriu a falsidade das provas e restaurações apresentadas na citada ação; QUE diante das provas apresentadas o Sr. Tabaranã entrou com uma ação na justiça alegando a falsidade das provas apresentadas na ação cautelar citada e entra com uma ação de reivindicação de posse, inclusive, rebatendo as argumentações do Sr. ANTÔNIO PEREIRA, trazendo emprestadas provas da ação cautelar que o Sr. ANTÔNIO PEREIRA peticionou, mostrando que os documentos eram todos falsos, reivindicando diversas áreas que seriam de sua propriedade; QUE o Sr. ANTÔNIO PEREIRA disse ao depoente que o mesmo foi quem levou os documentos para fazer as restaurações e que seria chamado na justiça para prestar depoimentos; QUE nesse momento procurou o Presidente da AGROPALMA o Sr. HILÁRIO FREITAS juntamente com o seu advogado, tendo dirigido-se até a cidade de São Paulo, na sede do Banco ALFHA, no 10° andar, na Alameda Santos, em São Paulo, quando comunicou ao Presidente do seu diálogo com o Sr. ANTÔNIO

PEREIRA e disse que a única participação que teve em tudo isso foi que apenas levou os documentos que lhe foram apresentados pelo Sr. ANTÔNIO PEREIRA e que, vendo, posteriormente, na ação que o Sr. ANTÔNIO PEREIRA entrou na justiça, os documentos são realmente falsos; QUE afirma que nessa reunião participou o Dr. CADIER (que trabalha no "contencioso" do grupo AGROPALMA) e seu advogado de nome [illegible]UNO MELO; QUE, inclusive, nesta reunião o DR. CADIER concordou com os argumentos de que as matrículas em questão e que foram restauradas eram inválidas e que seriam canceladas pela própria empresa através do seu setor jurídico; QUE posteriormente o Sr. HILÁRIO FREITAS marcou uma reunião em Belém, sendo uma reunião muito breve e que as suas palavras, em síntese, foram "TENHO CONVICÇÃO QUE A DOCUMENTAÇÃO DA AGROPALMA [illegible]Á CORRETA"; QUE dias depois o Sr. ANTÔNIO PEREIRA procurou o depoente para procurar o Sr. ANTÔNIO TADEU DA SILVA e comunicar ao mesmo que a documentação da venda da área do Sr. WANDERLEY era falsa e que fosse procurado o Sr. ANTÔNIO PEREIRA para "resolver" esse problema; QUE o Sr. ANTÔNIO TADEU DA SILVA respondeu que não estava preocupado porque O SEU SÓCIO, o Sr. WANDERLEY MARQUES MELO simplesmente emprestou o nome para que fizessem a fraude das terras de propriedade do Sr. TABARANÃ, onde uma escritura de compra e venda da área de propriedade do Sr. TABARANÃ foi realizada como se fosse de propriedade do Sr. WANDERLEY, sendo essa área vendida posteriormente à AGROPALMA e que esse dinheiro que foi pago a WANDERLEY, aproximadamente R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), foi feito pelo Sr. WANDERLEY, de ordem do Sr. ANTÔNIO PEREIRA, imediatamente, um depósito pelo Sr. WANDERLEY em nome de uma pessoa de nome "ZANI", sendo esse nome indicado pelo Sr. ANTÔNIO PEREIRA para depósito e que a documentação toda foi procurada pelo Sr. ANTÔNIO PEREIRA e que só foram ao Cartório para assinar; QUE o fato de WANDERLEY ter emprestado o seu nome para fazer essa negociação se deu por conta do Sr. WANDERLEY já possuir cadastro na AGROPALMA e a negociação era mais rápida se fosse feita em seu nome; QUE o Sr. ANTÔNIO PEREIRA foi comunicado pelo depoente o que o Sr. ANTÔNIO TADEU falou à sua pessoa; QUE ANTÔNIO PEREIRA disse que depois conversava com [illegible]; QUE o Sr. ANTÔNIO PEREIRA pediu que o depoente procurasse o Sr. TABARANÃ para uma reunião com o presidente da empresa, o Sr. HILÁRIO FREITAS, o que foi recusado pois a empresa não queria a presença do advogado do Sr. TABARANÃ, queria que o mesmo fosse só à reunião. Posteriormente o Sr. ANTÔNIO PEREIRA pediu uma reunião com o filho do Sr. TABARANÃ, o Sr. TABARANÃ JÚNIOR; QUE houve a reunião, sendo que o depoente não participou e que só soube o comentário do Sr. TABARANÃ JÚNIOR que disse que a empresa estava brincando com ele e que ele iria entrar em uma denúncia no Ministério Público Federal de crime contra o sistema financeiro pelo fato da empresa estar se utilizando de documentos falsos para fazer jus a altos empréstimos junto ao Banco BASA; QUE essa denúncia do Sr. TABARANÃ JUNIOR foi comentada pelo depoente com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA; QUE posteriormente comentou com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA que todos os

títulos de Tomé Açú que ele usa nas terras em Acará estão registrados no Cartório de Tomé-Açú com seus verdadeiros proprietários para que ele tomasse as providências e verificasse a regularização dessas ilegalidades; QUE a AGROPALMA consultou o ITERPA para que se manifestasse sobre a legalidade dos títulos referentes às áreas da AGROPALMA e obteve por resposta que "TODOS OS TITULOS ERAM FALSOS OU INCONSISTENTES"; QUE daí pode-se depreender que o Sr. ANTÔNIO PEREIRA sabia sim de todas as fraudes e falsidades dos títulos; QUE posteriormente o Sr. ANTÔNIO PEREIRA procurou o depoente para que fosse passada uma área para o nome do Sr. WANDERLEY, área esta que se localizava na cidade de Mojú, vizinha à área do Sr. WANDERLEY nesta cidade de Mojú pois esta área estava com denúncia de trabalho escravo e, por isso, não podia mais vender os frutos do dendê para a AGROPALMA; QUE o proprietário dessa área era o Sr. ALTINO PINHEIRO (atual vice-Prefeito de Mojú); QUE o depoente, após analisar a documentação verificou que o mesmo documento da terra de ALTINO era o do Sr. WANDERLEY, logo os títulos seriam falsos pois são o mesmo título, tendo ele servido para as duas áreas, e estão registrados em Acará mas a área se localiza em Mojú; QUE existe um contrato de venda dos frutos (dendê) dessas propriedades de ALTINO e WANDERLEY para a AGROPALMA e que, possivelmente, estas áreas estão sendo financiadas pelo BASA, com a fiança da AGROPALMA; QUE certa vez encontrando tanto o Sr. ALTINO quanto o Sr. WANDERLEY, os dois afirmaram que quem providenciou a documentação das áreas foi o Sr. ANTÔNIO PEREIRA; QUE não tem mais nada a declarar, se compromete a se colocar à disposição da justiça para acareação e apresentar documentos solicitados pela autoridade policial ou judicial; QUE SOLICITA PROTEÇÃO JUDICIAL POIS O SEU DEPOIMENTO É CONTUNDENTE E MEXE COM INTERESSES DIVERSOS E COM MONTANTES DE VALOR MUITO ALTO, SOLICITANDO SER INCLUÍDO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS; PERGUNTADO pela autoridade policial se tinha conhecimento de um Cartório chamado de "OLIVEIRA SANTOS" que teria sido criado pela Sra. MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA? RESPONDEU QUE só tomou conhecimento deste Cartório quando o viu no processo. Que não sabia que o mesmo existia e que tem legalidade duvidosa pois só existe o Cartório do Único Ofício de Acará; PERGUNTADO pela autoridade policial se sabe dizer se o Sr. ANTÔNIO PEREIRA sabia que a Sra. Maria do Socorro Puga de Oliveira não era mais tabeliã de Acará desde o ano de 2005 bem como se sabia se o filho da mesma participava de atos desse Cartório fictício? RESPONDEU QUE com certeza ele sabia porque ele fazia todos os procedimentos típicos de Cartório na casa da mesma, o que não pode de acordo com a lei e, ainda, nas restaurações feitas, nas falsificações, fica claro que ele sabia sim que a mesma não era mais tabeliã; PERGUNTADO pela autoridade policial se sabe se foi pago algum valor a Sra. MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA e seu filho? RESPONDEU QUE não sabe disso. Nada ouviu falar; PERGUNTADO pela autoridade policial se sabe informar se o Sr. HILARIO FREITAS, presidente da AGROPALMA, sabia de todas as fraudes praticadas por ANTÔNIO PEREIRA? RESPONDEU QUE acha

que sabia sim, inclusive, conforme depoimento supra, toda a fraude foi comunicada ao mesmo, tendo o mesmo conhecimento desde o início; PERGUNTADO pela autoridade policial qual o vínculo que possui com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA bem como qual o tipo de serviço que presta para ter amplo acesso a todas as negociações e documentações citadas pelo depoente e como agia? RESPONDEU QUE sua profissão é "consultor ambiental e agrário" e que seu trabalho funciona basicamente como um "despachante" sendo uma pessoa que se movimenta para providenciar a legalização de documentos, que a empresa estava à procura de uma pessoa que tinha disponibilidade de tempo de estar se movimentando para Acará com intuito de resolver a parte procedimental; PERGUNTADO pela autoridade policial se quando presta seus serviços não tem o cuidado de verificar a legalidade dos documentos e procedência legal dos mesmos? RESPONDEU QUE seu trabalho é apenas o de receber a documentação, conferi-la e entregar ao Cartório. Quanto à procedência legal da mesma não adentra nesse mérito pois só analisa a forma dos documentos e que nunca foi solicitado à sua pessoa uma consultoria quanto à legalidade da procedência dos títulos; PERGUNTADO pela autoridade policial qual a participação do Sr. SAULO SOARES FIGUEIRA nisso tudo? RESPONDEU QUE não sabe a participação do SAULO nessas fraudes supra, tendo conhecido o mesmo há pouco tempo. Pouco antes de prestar serviços à AGROPALMA; [...]

Não foram tomados os depoimentos de Ronancy Rudson Pereira e João Carlos da Silva. O primeiro porque não foi localizado pelo endereço fornecido na requisição de novas diligências apresentada pelo Ilmo. membro do Ministério Público. O segundo pelo fato de ter falecido recentemente, conforme abstrai-se da certidão de óbito em anexo aos autos de novas diligências.

Foi requisitado o exame grafotécnico por comparação de grafia das certidões de fls. 17, 18 e 19 do volume 02 (dois) dos autos, conforme pode-se observar de requisição de exame pericial (grafotécnico) anexa aos autos. Porém, não foi requisitado o exame grafotécnico da certidão de fls. 51 do volume 02 (dois) dos autos pelo motivo de que o Sr. Antônio Pinto Lobato Filho apresentou no seu termo de declarações uma grafia completamente diferente da grafia apresentada na citada certidão e, muito provavelmente este se negará a realizar exame grafotécnico voluntariamente no Centro de Perícias Científicas, vez que até mesmo para ser ouvido nos autos foi muito difícil, sempre se furtando e remarcando datas juntamente com o seu advogado e, tendo em vista o esgotamento do prazo de realização das diligências, esta autoridade policial achou por bem deixar que esse exame seja realizado em outro momento processual.

O exame grafotécnico realizado nas certidões de fls. 17, 18 e 19 dos volume 02 dos autos até a presente data não foi concluído muito menos disponibilizado a esta DEPOL, motivo pelo qual não segue em anexo, porém, assim que nos for disponibilizado, será encaminhado para juntada aos autos.

José Maria Tabaranã da Costa Júnior, por intermédio de seu advogado, apresentou diversos documentos que, em tese, comprovam a usurpação de suas terras e a existência de uma Quadrilha (pois à época ainda não havia ocorrido a alteração da redação do Código Penal Brasileiro mudando o tipo do art. 288 de "quadrilha" para "associação criminosa") voltada para a "grilagem" de terras mediante a falsificação de documentos públicos e uma série de outras fraudes no intuito de realizar aquisições ilegais de terras privadas, transferindo-as à propriedade da Empresa AGROPALMA.

No que pertine à Fazenda Quaty, de propriedade de seu genitor, apresentou cópias de documentos que demonstram que:

a) A propriedade está situada à margem esquerda do igarapé Urucuré, afluente do rio Miritipitanga, no médio (Acará), entre os igarapés Quaty e Pacateua, confinando pela frente com o citado igarapé Urucuré. Tendo seu título expedido pelo Governo do Estado do Pará, na data de 31 de agosto de 1.926, sob o título nº 09, à fl. 72, em nome de Antônio Gonçalves Maia. Posteriormente, na qualidade de cessionário dos direitos hereditários da área em apreço, o Sr. José Maria Tabaranã da Costa requereu a demarcação da mesma através do processo que tomou o nº 00757/76, cuja demarcação já foi concluída, resultando em uma área de 2.229 ha, conforme edital publicado no Diário Oficial, no dia 26 de abril de 1.975. Sendo levado a Registro de Imóvel no Cartório do Único Ofício de Acará, em 1.973.

b) De acordo com certidão datada em 21 de junho de 2.006, assinada por Antônio Pinto Lobato Filho (supostamente certidão ilegal, já que o Cartório Oliveira Santos tem existência ileal), como oficial substituto, estando com o carimbo do cartório fictício "Oliveira Santos", certifica-se que José Wanderley Marques Melo possui uma propriedade de 2.189 ha, sendo a mesma, parte destacada de maior porção da área de 4.356 ha, situada a margem direita do rio Acará-Mirim, localizado no município de Tomé-Açu, no estado do Pará, adquirido de Geraldino Dordennai, consoante a escritura pública de venda e compra, lavrada nesta mesma Notas, no livro nº 36 - B, dele às fls 62 a 64, em data de 21 de junho de 2.006, devidamente registrada no livro 2 - C, fl. 57, M-972 R/03, este por sua vez adquiriu o mesmo imóvel de Ocilon Heitor de Assunção, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas Notas do Cartório de Portel, à fl. 105, do livro nº 23 - A, em 28/08/1981, que adquiriu o mesmo imóvel do Governo do Estado do Pará, por aquisição do título definitivo de venda de terras nº 82, talonário 26, expedido através da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, em 03/10/1962, com área de 4.356 ha, transcrita no Registro de Imóveis desta Comarca de Acará.

c) Em certidão datada em 07 de fevereiro de 1.985, certifica-se que a fazenda Três Estrelas possui 2.189 ha com característica de uma área de terras rurais, situada à margem direita do rio Acará-Mirim, no município de Tomé-Açu, contendo as seguintes limitações e confrontações: do marco 1 ao marco 2, cortando um igarapé a distância de 1.100 metros do marco 2 ao marco 3, confinando com terras de quem de direito a distância de 3.300 metros do marco 3 ao marco 4 cortando os igarapés Urubú e Pacateua, confinando com quem de direito à distância de 6.000 metros do marco 4 ao marco 5, cortando o igarapé Quaty, segue a 3.800 metros até o igarapé

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1259

Sempre Alegre do marco 5 ao marco 1 pela margem esquerda do igarapé Sempre Alegre a 6.000 metros. **Verifica-se que possivelmente é uma tentativa de dar entender que esta propriedade "Três Estrelas" está situada dentro dos limites das terras localizadas a margem esquerda do igarapé Urucuré, entre os igarapés Quaty e Pacateua, de propriedade do Sr. José Maria Tabaranã da Costa**. Na mesma certidão verifica-se que a cadeia é divergente, haja vista, o adquirente declarar que o transmitente é o Sr. Laércio Pereira, de onde se depreende que a certidão é de autenticidade controvertida.

d) Em certidão negativa de ônus, datada em 07 de fevereiro de 1.985, certifica-se que Geraldino Dordenoni possui uma propriedade rural, situado à margem direita do rio Acará-Mirim, município de Tomé-Açú, limítrofe deste município, contendo 2.189 ha, com um perímetro de 19.900 metros lineares, adquirida de Laércio Pereira. **Esta propriedade é situada em Tomé-Açú, com quantidade de hectares similar à propriedade do Sr. José Maria Tabaranã da Costa, em uma suposta tentativa de dar legitimidade à área em documentação apresentada, a favor da empresa Agropalma**.

e) Em certidão de averbação da reserva legal (certidão registrada pelo cartório fictício "Oliveira Santos" e assinado pelo então escrevente autorizado Antônio Pinto Lobato Filho, que nunca teve legitimidade para exercer tal função, principalmente porque o Cartório Oliveira Santos nunca deveria ter existido), datada em 15 de junho de 2.006, certifica-se que a requerimento de Geraldino Dordenoni, foi informado que no livro 2 - C (RG) a margem da Matrícula nº 972 - R/02, deste cartório de registro de imóveis, totalizando uma área de 2.189 ha, integrante da Fazenda Três Estrelas, situada à margem direita do rio Acará-Mirim, localizado no município de Tomé-Açú, distante do igarapé Urucuré cerca de 70 (setenta) quilômetros, de propriedade de Geraldino Dordenoni, foi feita a averbação concernente à área construída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao mínimo de 50% da superfície do imóvel.

f) Certidão de lavra do Cartório Diniz (onde supostamente teriam sido "esquentado" escrituras falsas), datada no dia 30 de outubro de 2013, certifica-se que no dia 28 de agosto de 2.006, o Sr. José Wanderley Marques Melo vendeu à Companhia Agroindustrial do Pará, representada por seu gerente geral, o Sr. Antônio Pereira da Silva, 3 (três) propriedades, são elas: Fazenda Paraíso do Norte, Fazenda Paraíso do Norte II e Fazenda Três Estrelas. Sendo que a venda da Fazenda Três Estrelas possivelmente foi realizada com base em documentos fraudulentos, que foram elaborados e carimbados por cartório fictício, no qual o Sr. Antônio Pinto Filho assina as escrituras das propriedades desde 1.976, sendo que, o mesmo nunca exerceu qualquer função pública de acordo com a lei, e ainda mais, nota-se que na data de 1.976 o mesmo não havia nem nascido.

g) Vislumbra-se ainda, que o interventor do Cartório Único de Acará, o Sr. Francisco Valdete Rosa do Carmo, mesmo ciente de tais falsidades, restaurou o registro da propriedade Fazenda Três Estrelas, e talvez, de forma proposital, excluiu da palavra Acará-Mirim o termo "Mirim", dando a entender que a localização seria no município do Acará, possivelmente compactuando com as condutas criminosas, situação comprovada pelo novo depoimento do Sr. Antônio Câmara Leal.

h) O Diário Oficial datado no dia 21/11/1973, pág. 42, informa que a equipe técnica da demarcação detectou terras pertencentes ao espólio de Antônio Gonçalves da Silva Maia, cujos herdeiros são: Manoel Elesbão, Aida, Deolinda e Terezinha da Silva Maia. Há também, o memorial descritivo que demonstra as benfeitorias, inclusive o pasto artificial, formado com cerca de dois mil hectares, produzido pelo antigo proprietário, o empresário Antônio Gonçalves da Silva Maia, com sede na casa Natal, situada à margem esquerda do rio Miritipitanga, médio Acará-Pa.

i) Em face da certidão, de lavra do Cartório Lobato do Único Ofício de Acará, datada no dia 05 de julho de 2000, na qual a signatária, a tabeliã e oficial Maria do Socorro Puga de Oliveira certifica que revendo em seu Cartório o Livro de Escritura, datado de 27 de agosto de 1.974 de nº 26 às fls. 07 e 08, consta um lote ou posse de terras sem denominação, situada à margem esquerda do igarapé Urucuré, afluente do rio Miritipitanga do município do Acará, entre os igarapés "Quaty" e "Pacateua", confinando-se pela frente com o mesmo igarapé "Urucuré" também onde faz limites, confrontando em ambos os lados com terras devolutas do Estado e desocupadas e pelos fundos com terras devolutas, **cuja posse ou lote foi havido pelo "de cujus" Antônio Gonçalves Maia ou Antônio Gonçalves da Silva Maia, pelo Título Provisório expedido pela respectiva secretária em 31/08/1926**. Desta certidão resta comprovada a propriedade legítima e legal do Sr. José Maria Tabaranã da Costa.

No que pertine à Fazenda NATAL, de propriedade de seu genitor, apresentou cópias de documentos que demonstram que:

a) A propriedade denominada "Natal" está situada à margem esquerda do rio Miritipitanga no município do Acará, com uma área de 4.000 ha, com seus limites naturais, pelo lado de baixo com a foz do igarapé Turi Açu, rio acima até o Januária e pelos fundos até o porto Pará. Tendo seu título expedido pelo Governo do Estado do Pará, na data de [illegible] de maio de 1.894, às fls. 31 do Livro II daquele município, em nome de Rodolpho Diogo de Pinho Lobo. Posteriormente, em certidão de Escritura de Venda e Compra lavrada no Cartório de Notas do 2º Ofício - Cartório Diniz, datada em 08 de julho de 1.981, certifica-se que à fl. 62 do Livro 151, encontra-se a Escritura de Venda e Compra da sorte de terras denominada "Natal", situada no município de Acará, deste Estado, que fez Getúlio Patroni de Pinho Lobo a Antônio Gonçalves Maia, no dia 21 de maio de 1.935 e registro sobre o imóvel NATAL, consta às folhas 69 do livro 3 sob nº 244 do ano de 1935, no Cartório do Único Ofício de Registro de Imóveis do Município de Acará-Pá, hoje com 80 (oitenta) anos de registros. Não obstante, em certidão de Registro de Imóveis lavrada no Cartório do Único Ofício de Acará, datada em 23 de março de 1.982, certifica-se que à fl. 155 do Livro 2 - B, M.726, R.01 encontra-se o Registro de Imóveis da sorte de terras denominada "Natal", com uma área de 4.000 ha, no qual configura como transmitente a herança (conforme Carta de Sentença Formal de Partilha, extraída dos autos findos de inventário dos bens ficados por falecimento de Antônio Gonçalves da Silva Maia) do falecido Antônio Gonçalves da Silva Maia ou como também

assinava Antônio Gonçalves Maia, e como adquirente a Sra. Aida Raimunda Maia da Costa.
Desta feita, verifica-se que resta comprovada a cadeia dominial, bem como a propriedade Fazenda Natal).

b) As supostas fraudes cometidas pela empresa Agropalma, devidamente representada pelo seu gerente geral, o Sr. Antônio Pereira da Silva, restam configuradas a partir da emissão supostamente fraudulenta de 02 (dois) Títulos Definitivos e o deslocamento de outros 11 (onze) Títulos Definitivos, senão vejamos: Título Definitivo em nome de João de Arimatéia Rodrigues de Souza (ITERPA, processo N° 2001/157458), processo este iniciado em 25 de junho de 2001, no qual o requerente é comprovadamente funcionário da empresa Agropalma, conforme declaração de imposto de renda.

c) No mesmo processo (ITERPA, processo N° 2001/157458), às fls. 22, Saulo Sales Figueira está outorgado, através de uma procuração particular para acompanhar o processo de regularização (emissão de Título Provisório) junto ao ITERPA.

d) Às fls. 28 do processo (ITERPA, processo N° 2001/157458), em relatório técnico de vistoria do ITERPA, datado em 24 de julho de 2.001, o solicitante (João de Arimatéia) informou que ocupava há apenas 2 (dois) meses o terreno em análise, que estava sendo utilizada pelo seu antecessor para a atividade de pecuária, todavia, as fls. 35, o mesmo declara em seu imposto de renda, ano calendário 1999, que possui área de terra de 1.400ha (mil e quatrocentos hectares), em regime de posse, no município de Tailândia.

e) No mesmo relatório técnico de vistoria do ITERPA, o Sr. João de Arimatéia, cuja ocupação principal é motorista de veículos de transporte de cargas, informou não ter condições financeiras de executar o plantio de Palma, haja vista, que o investimento mínimo para este plantio é no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) por hectare - 800 ha = R$8.000.000,00.

f) Na declaração dos confinantes, às fls. 34 (ITERPA, processo N° 2001/157458), as assinaturas indicam terem sido feitas pela pessoa, devido à similaridade da caligrafia.

g) Às fls. 21 (ITERPA, processo N° 2001/157458), consta o mapa de plotagem do ITERPA, na qual resta clarividente uma tentativa de ocultar a propriedade Fazenda Natal, de forma grosseira, com rasuras feitas com caneta esferográfica, de forma ilegal e de má-fé. Ao mesmo tempo, sobrepuseram a Fazenda Santa Luzia II.

h) Às fls. 37 (ITERPA, processo N° 2001/157458), no mapa de plotagem do ITERPA não consta mais a Fazenda Natal, bem como, as rasuras feitas. Mas apenas a Fazenda Santa Luzia II, já plotada de forma fraudulenta.

i) Às fls. 62 a 70 (ITERPA, processo N° 2001/157458), observa-se que o plano de aproveitamento econômico foi emitido com a justificativa para o cultivo de Palma.

j) Às fls. 71(ITERPA, processo N° 2001/157458), o Sr. Saulo Sales Figueira aparece como procurador de João de Arimatéia.

k) Às fls. 76 a 78 (ITERPA, processo N° 2001/157458), constam as guias de Recebimento Autorizado sem a devida autenticação mecânica (observa-se que as fls. 23, 26, 45, 46, 47 e 48, apresentam a autenticação mecânica).

l) Às fls. 79(ITERPA, processo N° 2001/157458), consta a Folha de Despacho, na qual fica claro o lapso temporal recorde de 38 (trinta e oito) dias para a conclusão do processo de expedição

de Título Provisório. Ressalte-se, processo este com durabilidade de trâmite normal de 3 (três) a 4 (quatro) anos.

m) Verifica-se que, salvo melhor juízo, o pedido do solicitante visava a expedição do Título Provisório, o que estranhamente e de forma anormal, resultou na expedição do Título Definitivo, caracterizando uma situação "extrapetita", sob o argumento de minimizar os obstáculos da obtenção da titulação definitiva. Tal argumento encontra-se fundamentado em ilegalidade patente, pois uma vez solicitada a expedição de Título Provisório, jamais seria possível a obtenção de Título Definitivo, sob qualquer argumento, por tratar-se de processos distintos.

n) Às fls. 80 (ITERPA, processo N° 2001/157458), o diretor do DT ao se reportar ao presidente do ITERPA, supostamente contrariando o Trâmite legal, exara parecer favorável à emissão de Título Definitivo, sem antes emitir Título Provisório da área requerida.

o) Em diversos mapas constantes no processo, observa-se que os confinantes são sempre diferentes.

p) Às fls. 113(ITERPA, processo N° 2001/157458), no mapa do ITERPA, aparece a Fazenda Natal, a Fazenda Galiléia e a Fazenda Porto Alto, deslocadas dolosamente para fora de suas áreas reais.

q) Às fls. 152(ITERPA, processo N° 2001/157458), completados 5 meses, na data de 26 de novembro de 2.001, houve a homologação do Título Definitivo em favor de João de Arimatéia, tendo o mesmo requerido apenas a emissão do Título Provisório de 1.400 ha, sendo ainda, bonificado com 180 ha, pois fora emitido um Título Definitivo de 1.580 ha.

r) Às fls. 155(ITERPA, processo N° 2001/157458), na Folha de Despacho, encontra-se laudo de vistoria agrícola que afirma haver benfeitorias realizadas pelo requerente, entretanto, às fls.121, o Sr. Lemir Feliciano, na data de maio de 2.001 declara que nunca residiu na propriedade.

s) Em contrapartida, há documentos comprobatórios da posse do Sr. José Maria Tabaranã da Costa, bem como as benfeitorias realizadas nesta propriedade, conforme demonstra a Escritura Particular de declaração de construção de uma casa de madeira de lei, situada no Km 1 da rodovia PA 150, na data de 9 de janeiro de 1.981, lavrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 2° Ofício, e mapa que demonstra a existência da Fazenda Natal e suas benfeitorias.

t) Conforme instrumento particular de contrato de arrendamento de área rural, datada em 1 de dezembro de 1.980, constata-se que a Sra. Aida Raimunda Maia da Costa utilizava a sua propriedade.

u) No processo n° 2001/157465 do ITERPA, datado no dia 25/06/2001, cujo interessado é Álvaro Alves Ferreira (<u>ocupação principal: mecânico/manutenção de veículos automotores/máquinas</u>), vislumbra-se que há os mesmos indícios de fraudes já relacionados no processo supracitado, bem como foram feitas nas mesmas circunstâncias, inclusive, <u>o substabelecimento para o Sr. Saulo Sales Figueira, em nome de Lemir Feliciano de Deus (mesmo proprietário das terras)</u>.

v) De acordo com o processo do ITERPA n° 2009/456462, datado de 10/12/2009, de assunto: regularização fundiária não onerosa (doação), de terras situadas no município de Tailândia, o interessado, Sr. João de Arimatéia Rodrigues de Souza requer a regularização de uma área de terras, com aproximadamente 31.400

m", localizada no município de Tailândia. Ocorre que, o requerente declara que "vive do sustento da terra que ocupo e que sou, na forma da Lei, considerado de baixa renda". Por conseguinte, no mesmo processo, constata-se que o Sr. João de Arimatéia Rodrigues de Souza possui um Título Definitivo, de uma área de 1.580 ha, resultando no indeferimento do pedido de doação pelo Departamento Jurídico daquele Instituto.

DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, dos trechos de depoimentos colacionados supra, em especial os trechos grifados, e de toda a documentação apresentada pelo Sr. José Maria Taberanã da Costa Júnior, verifica-se que há fortes indícios da existência de verdadeira quadrilha (pois à época ainda não havia ocorrido a alteração da redação do Código Penal Brasileiro mudando o tipo do art. 288 de "quadrilha" para "associação criminosa") voltada para a "grilagem" de terras mediante a falsificação de documentos públicos e uma série de outras fraudes no intuito de realizar aquisições ilegais de terras privadas, transferindo-as, ao final, à propriedade da Empresa AGROPALMA.

Desta feita, esta autoridade policial cumpriu as diligências requisitadas pelo Ilmo. Representante do Ministério Público apresentando, conforme exposição supra, a existência de fortes indícios de autoria/participação dos indivíduos abaixo discriminados, nos respectivos crimes:

1- JOSÉ HILÁRIO FREITAS (Presidente da AGROPALMA), na condição de partícipe dos crimes: art. 288 (quadrilha); art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299 (falsidade ideológica); e art. 161 (alteração de limites);
2- ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA (Gerente Geral da empresa AGROPALMA), na condição de coautor dos crimes: art. 288 (quadrilha); art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299 (falsidade ideológica); e art. 161 (alteração de limites);
3- SAULO SALES FIGUEIRA (à época, corretor de imóveis que trabalhava na região), na condição de coautor dos crimes: art. 288 (quadrilha); art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299 (falsidade ideológica); e art. 161 (alteração de limites);
4- FRANCISCO VALDETE RODA DO CARMO (tabelião interventor do Cartório do Único de Ofício de Acará), na condição de partícipe dos crimes: art. 288 (quadrilha); art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299, parágrafo único (falsidade ideológica);
5- MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA (antiga tabeliã titular do Cartório do Único de Ofício de Acará), na condição de partícipe dos crimes: art. 288 (quadrilha); art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299, parágrafo único (falsidade ideológica);
6- ANTÔNIO PINTO LOBATO FILHO (filho de Maria do Socorro Puga de Oliveira, que era ciente das fraudes praticadas e supostamente assinou certidões fraudulentas), na condição de partícipe dos

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1263 PARÁ

crimes: art. 288 (quadrilha); art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299 (falsidade ideológica);

7- WANDERLEY MARQUES MELO, na condição de partícipe dos crimes: art. 288 (quadrilha); art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299 (falsidade ideológica);

8- ANTÔNIO TADEU DA SILVA, na condição de partícipe dos crimes: art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299 (falsidade ideológica);

9- JOÃO DE ARIMATEIA RODRIGUES DE SOUZA, na condição de partícipe dos crimes: art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299 (falsidade ideológica);

10- ALVARO ALVES FERREIRA, na condição de partícipe dos crimes: art. 297, caput (falsificação de documento público); art. 299 (falsidade ideológica).

Considerando o Termo de Declarações prestado pelo Sr. **Antônio Manoel Câmara Leal**, solicita esta autoridade policial que o nobre representante do Ministério Público pugne junto ao Poder Judiciário pela **INCLUSÃO IMEDIATA** daquele indivíduo no **PROGRAMA DE PROTEÇÃO ÀS TESTEMUNHAS**, em face do seu depoimento ter sido muito contundente e que mexe com interesses diversos e com montantes de valor muito alto (orça-se que as terras em litigio estão estimadas em valores que aproximam-se dos r$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) havendo risco latente à integridade física do depoente e de sua família.

É o relatório. SMJ.

Acará -PA, 24 de fevereiro de 2015.

Dr. Nelson Canito Pimentel Júnior
Delegado de Polícia Civil

PARANÁ
Fls. 12658

Doc.04

NETE DA VARA ÚNICA DE ACARÁ
se: LAUDO PERICIAL
da Entrada: 23/04/2015 13:07:33
ividos:
R DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ACAR

ESTADO DO PARÁ
URANÇA PÚBLICA
IA CIVIL
A DE ACARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1266 PARÁ

Oficio nº 116/2015

Acará, 22 de Abril de 2015.

Dr. Wilson de Souza Corrêa
M.M Juiz de Direito da Comarca de Acará-PA
PODER JUDICIÁRIO

24.4.15
Wilson de Souza Corrêa
Juiz de Direito
TJE-PA

Exmo. Sr. Juiz,

Cumprimentando-o respeitosamente, venho através deste, encaminhar o Laudo nº 2015.05.000007, para ser anexado aos Autos do IPL nº 167/2014.000104-7, que possui como [redacted]o : JOSÉ MARIA TABARANÁ DA COSTA e [redacted]: AGROPALMA S/A E OUTROS.

Sem mais para o momento, renovando os votos de estima e apreço.

Respeitosamente,

Dr. João Bosco de Andrade Fagioli
Delegado de Polícia Civil

22.04.2015

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES
NÚCLEO AVANÇADO DE ABAETETUBA

Caso:2014.020880
Protocolo:2014.05.025807

Laudo nº: **2015.05.000007-DOC**

Às 15 horas e 27 minutos do dia 23 de Dezembro de 2014, foi designado o Perito Oficial **Joaquim Batista Freitas de Araújo**, pelo Gerente Regional do(a) Núcleo avançado de Abaetetuba do Pará, Perito Oficial **Alexandre Ferreira** para realizar Perícia de Autenticidade Grafotécnica, atendendo solicitação da Autoridade Bela LOYANA SELMA NOGUEIRA DA SILVA, conforme Tombo 00167/2014.000104-7 da(o) Acará - Unidade Policial 167, datada de 23 de Dezembro de 2014, registrada em 23 de Dezembro de 2014 descrevendo com verdade o que encontrarem, descobrirem e observarem.

1 - DO OBJETIVO:

A pericia em questão objetiva a verificação de Identidade Gráfica das assinaturas das Certidões escritas abaixo em confronto com as encontradas nos termos de depoimento prestados aos delegados ...els Canito Pimentel Júnior e Loyana Selma Nogueira da Silva.

2 - DO MATERIAL:

Tratam-se dos seguintes documentos:

a- Certidão do Cartório Lobato de um registro de imóvel em nome de Orlando de Brito Souza Junior, datado de 21.03.2006, no município do Acará, passando para Deroci José Lopes do Nascimento uma área de terra.

- Certidão do Cartório Lobato de um registro de imóvel em nome de Nicanor Gonçalves dos Santos, datada de 21.03.2006, no município do Acará.

- Certidão do Cartório Lobato de um registro de imóvel em nome de Nicanor Gonçalves dos Santos, datada de 21.03.2006, no município do Acará.

- Auto de qualificação e interrogatório, tendo como indiciado a nacional Maria do Socorro Puga de Oliveira, depoimento dado ao Delegado de Policia Nelson Canito Pimentel Junior, no dia 19.12.2104.

- Auto de qualificação e interrogatório, tendo como indiciado a nacional Maria do Socorro Puga de Oliveira, depoimento dado a Delegada de Policia Loyana Selma Nogueira da Silva, no dia 04.10.2104

DO MÉTODO UTILIZADO:

exames foram realizados, através da adoção da metodologia grafocinética, e o emprego dos quinte procedimentos:

nspeção das peças de exame para apreciação do estado fisico-material,

dentificação de cada peça

nálise interpretação dos grafismos questionados e dos grafismos padrões ofertados em documentos, ervando suas convergências e/ou divergências encontradas.

Utilização de instrumental ótico como lupas manuais simples, com e sem iluminação, microscópio reoscópio binocular MOTIC SMZ-168, preparação dos anexos e estruturação do laudo pericial.

OS EXAMES:

1- PADRÕES GRÁFICOS

am encaminhados juntamente com solicitação de pericia da Unidade do Acará, documentos ndo assinaturas para servirem de padrões grafocomparativos e documento juntado pela parte ssada, quais sejam:

to de qualificação e interrogatório, tendo como indiciado a nacional Maria do Socorro Puga de ira, depoimento dado ao Delegado de Policia Nelson Canito Pimentel Junior, no dia 19.12.2104.

to de qualificação e interrogatório, tendo como indiciado a nacional Maria do Socorro Puga de ra, depoimento dado a Delegada de Policia Loyana Selma Nogueira da Silva, no dia 04.10.2104

04.1- DOS EXAMES

Informo, antes de iniciar os exames que, documentos reprografados (em cópia) são propensos a conterem adulterações de seus dados como enxerto, subtração, substituição, entre outros e, a análise de grafismos neles contidos, são de difícil identificação das características intrínsecas; no caso presente, na ausência dos originais, será procedido os exames solicitados.

As cópias das Certidões do Cartório Lobato são cópias simples de documentos com selos de segurança Gerais nsº 000416996, 000417110 e 000416991.

Os documentos originais encaminhados a guisa de padrões gráficos, auto de qualificação e interrogatório, tendo como indiciada a nacional Maria do Socorro Puga de Oliveira, depoimento dado ao Delegado de Polícia Nelson Canito Pimentel Junior, no dia 19.12.2104 e auto de qualificação e interrogatório, tendo como indiciado a nacional Maria do Socorro Puga de Oliveira, depoimento dado a Delegada de Polícia Loyana Selma Nogueira da Silva, no dia 04.10.2104.

As assinaturas atribuídas a nacional Maria do Socorro Puga de Oliveira são automatizadas, compactas, de mesma proporcionalidade gráfica, médio calibre, à direita, sem tremores ou claudicações, apresentando a mesma desenvoltura e maneirismos nos documentos 01, 02, 03 e 05. (ver imagens 01, 02, 03 e 05).

Nos exames de confronto da assinatura questionadas com os padrões para verificação de Identidade Gráfica, a assinatura lançada no Auto de qualificação e interrogatório, dado ao Delegado Nelson Canito Pimentel Junior, atribuídas a nacional Maria do Socorro Puga de Oliveira, apresenta divergências gráficas na forma e composição da escrita, bem como da supreção do sobrenome " Santos" , constantes nos outros documentos.(ver imagem 04)

As outras assinaturas apresentam semelhanças formais, se identificam com a assinatura padrão lançada no documento original (Auto da Delegada Loyana),

5 - **CONCLUSÃO:** De conformidade com as análises realizadas nos documentos questionados as cópias reprografadas das Certidões e Autos o Perito Concluí que:

a) As certidões do Cartório Lobato e o Auto de Qualificação e interrogatório dado a Delegada Loyana, foram assinados pela mesma pessoa

b) A assinatura postada no Auto de Qualificação e interrogatório dado ao Delegado Nelson Canito além de grafadas de forma incorreta não se identifica com as outras assinaturas .

Era o que tínhamos a informar , segue anexo a este laudo os documentos periciados.

Abaetetuba, 31 de Março de 2015

Joaquim Batista Freitas de Araújo
Perito Criminal - CREA - PA 7148 - D

Laudo nº: 2015.05.000007-DOC

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1263
PARÁ

Protocolo nº 2014.05.025807

ANEXO DO LAUDO DE EXAME Nº 2015.05.000007 - DOC

ASSINATURAS QUESTIONADAS

Acará, 21 de Março de 2006

Maria do Socorro Puga de Oliveira dos Santos
MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA- Oficial
CPF/MF 122.429.502-15

Imagem 01 – Certidão A

Mª do Socorro P. de O. dos Santos
MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA- Oficial

Imagem 02 – Certidão B

Maria do Socorro Puga de Oliveira dos Santos
MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA DOS SANTOS - Oficial
CPF/MF- 122.429.502-15

Imagem 03 – Certidão C

Protocolo nº 2014.05.025807

ANEXO DO LAUDO DE EXAME Nº 2015.05.000007 - DOC

ASSINATURAS PADRÕES

FIDEDIGNA

Maria do Socorro Puga de Oliveira

MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1470 PARÁ

Imagem 04 – Auto de qualificação do Delegado Nelson

Maria do Socorro G. de O. Santos

MARIA DO SOCORRO PUGA DE O. DOS SANTOS

Imagem 05 – Auto de qualificação da Delegada Loyana

Eng. Joaquim Araújo
7143 – D CREA

Estado do Pará

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Acará: Comarca de Belém

REGISTRO DE IMÓVEIS

CARTÓRIO LOBATO - ÚNICO OFÍCIO - FONE: 732-1163

MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA

C.P.F. 122429502-15

Tabelião Vitalício e Oficial do Registro de Imóveis

CARTÓRIO OLIVEIRA - CIDADE E COMARCA DE ACARÁ

Maria do Socorro Puga de Oliveira dos Santos
TABELIÃ E OFICIAL

CERTIDÃO

CERTIFICO a requerimento verbal de parte interessada que revendo em meu Cartório o livros e demais papeis referentes ao Registro de Imóveis, verifiquei que a propriedade do **ORLANDO DE BRITO SOUZA JUNIOR** brasileiro, casado, comerciante, identidade nº-1.430.131-SSP/PA, CPF/MF nº 354.047.602-49, residente e domiciliado em Belém-Pa; área de 900ha00a00ca, sendo a mesma parte destacada de maior porção de 4.356ha00a00ca. hectares, situada à margem direita do rio Acará, Tome-Açú – Pará, adquirido de **DEROCI JOSÉ LOPES DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, agricultor, identidade nº 105360-SSP/PI, CPF/MF 040.394.913-00, residente e domiciliado neste Município de Acará, consoante Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nestas Notas, no Livro nº 36, dele às folhas 61vº à 62vº, em data de 09 de novembro de 2005, devidamente registrada no Livro 2-B, fls. 46, M-604 – R/03, este por sua vez adquiriu o mesmo imóvel de **ODILON HEITOR DE ASSUNÇÃO**, conforme Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada nestas Notas, às fls. 90 e 91 vº do Livro nº 23-A, em 27/11/89, que adquiriu o mesmo imóvel do Governo do Estado do Pará, por aquisição do Título Definitivo de Venda de terras nº 82, calonário 26 expedido em 03/10/1962, com área de 4.356ha00a00ca, transcrita no Registro de móveis desta Comarca de Acará, no Livro 2-B, Fls. 46, sob o matrícula 604, em 27/11/89. Estando assim provada a filiação e domínio do Imóvel há mais de vinte (20) anos anteriores a sta data. **CERTIFICO** finalmente que não existe sobre o imóvel objeto da presente Certidão aisquer ÔNUS, reais, pessoais, legais, convencionais e judiciais ou extrajudiciais, tais no; Hipotecas, cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, usufruto, compromisso e cor a e venda ou permuta, ações reais e pessoais reipersecutórias, sentenças de desquite, vórcio, inventário ou partilha, arrestos, seqüestros, penhoras e outros que possam afetar a sse e domínio do referido imóvel, praticados por seu proprietário ou por qualquer de seus cessores, bem como de alienação ainda que parcial.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ

Acará, 21 de Março de 2006

Maria do Socorro Puga de Oliveira dos Santos

MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA- Oficial

CPF/MF 122.429.502-15

Selo de Segurança 00041689 6

CARTÓRIO OLIVEIRA SANTOS

ARCA DE ACARÁ-PA

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1271 PARÁ

Estado do Pará

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Acará: Comarca de Belém

REGISTRO DE IMÓVEIS

CARTÓRIO LOBATO - ÚNICO OFÍCIO - FONE: 732-1163

MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA

C.P.F. 122429502-15

Tabelião Vitalício e Oficial do Registro de Imóveis

CERTIDÃO

CERTIFICO a requerimento verbal de parte interessada que revendo em meu Cartório o livros e demais papeis referentes ao Registro de Imóveis, verifiquei que a propriedade do **Sr. NICANOR GONÇALVES DOS SANTOS,** brasileiro, casado, comerciante portador da RG 1.558.480-SSP/MG e CPF/MF nº 032.614.063-20, residente e domiciliado no Itinga do Maraã o; área de 100ha00a00ca, sendo a mesma parte destacada de maior porção de 4.356ha00a00ca, sem denominação especial, situada à margem do rio Acará no município de Tomé Açu, adquirido de Geniel Venâncio de Souza e sua mulher Helena Correia Venâncio, conforme Cadeia Sucessória de Continuação do Cartório de Tomé Açu, que por sua vez adquiriu por compra feita a Odilon Heitor de Assunção, conforme Escrituras Públicas datadas de 20.02.1981, e 17.12.1986, lavradas nestas Notas, às fls. 42 a 43vº e 16 e 17vº, dos livros 30 30-A, e devidamente registradas neste Cartório de Registro de Imóveis, sob os nº 1.093 e 093-A, Livro 2-C de Registro Geral, em 27.10.1982 e 12.01.1987, que por sua vez adquiriu or compra feita ao Governo do Estado do Pará, consoante aquisição de Título Definitivo de enda de Terras nº 82, Talonário 26, expedido em 03/10/1962 com área de 4.356ha00a00ca, vidamente registrado nesta Comarca de Acará. Estando assim provada a filiação e domínio do óvel há mais de vinte (20) anos anteriores a esta data. **CERTIFICO** finalmente que não existe re o imóvel objeto da presente Certidão quaisquer ÔNUS, reais, pessoais, legais, convencionais judiciais ou extrajudiciais, tais como; Hipotecas, cláusulas de inalienabilidade e enhorabilidade, usufruto, compromisso de compra e venda ou permuta, ações reais e pessoais rsecutórias, sentenças de desquite, divórcio, inventário ou partilha, arrestos, seqüestros, horas outros que possam afetar a posse e domínio do referido imóvel, praticados por seu rietário ou por qualquer de seus antecessores, bem como de alienação ainda que parcial.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ

Acará, 21 de Março de 2006

Mª do Socorro P. de O. dos Santos

MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA- Oficial

CPF/MF 122.429.502-15

Maria do Socorro Puga de Oliveira dos Santos

Tabelã e Oficial

OLIVEIRA SANTOS - ACARÁ-PARÁ

ARCA DE ACARÁ-PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 127 PARÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE ACARÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS
CARTÓRIO LOBATO ÚNICO OFÍCIO FONE: 7327 1163
MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
CPF: 122429502-15
Tabeliã Vitalícia e Oficial do Registro de Imóveis

CARTÓRIO OLIVEIRA SANTOS
Maria do Socorro Puga de Oliveira dos Santos
TABELIÃ E OFICIAL
CIDADE E COMARCA DE ACARÁ-PARÁ

CERTIDÃO

5038

CERTIFICO, que a pedido verbal do Sr. **NICANOR GONCALVES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, comerciante portador da RG nº1.558.480-SSP/MG e CPF/MF nº 032.614.063-20, residente e domiciliado no Itinga do Maranhão, verifiquei em meu Cartório o Livro de Transcrição das Transmissões constar no REGISTRO DE IMÓVEIS desta Comarca, por compra feita Geniel Venâncio de Souza e sua mulher Helena Correia Venâncio, conforme Cadeia Sucessória de Continuação do Cartório de Tomé Açu, do imóvel com uma área de terras com 100ha00a00ca, sendo o mesmo parte destacada de maior porção de 4.356ha00a00ca, sem denominação especial, situada à margem do rio Acará no município de Tomé Açu, que adquiriu por compra feita a Odilon Heitor de Assunção, conforme Escrituras Públicas datadas de 20.02.1981 e 17.12.1986, lavrada nestas Notas, às fls. 42 a 43vº e 16 e 17vº, dos livro 30 e 31-A, e devidamente registrado neste Cartório de Registro de Imóveis, sob os nº 1.093 e 1093-A, Livro 2-C de Registro Geral, em 27.10.1982 e 12.01.1987, que por sua vez adquiriu por compra feita ao Governo do Estado do Pará, consoante aquisição de Título Definitivo de Venda de Terras nº 82, Talonário 26, expedido em 03/10/1962 com área de 4.356ha00a00ca, devidamente registrado nesta Comarca de Acará. Ficando através do mencionado registro atestada a filiação de domínio do imóvel ora descrito, por mais de vinte (20) anos consecutivos sem interrupção e contestações. .

O referido é verdade e dou fé.

Acará (Pa), 21 de março de 2006

CARTÓRIO OLIVEIRA SANTOS
Selo de Segurança
Ato Gratuito
000416991
CIDADE E COMARCA DE ACARÁ-PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1273
PARÁ

Maria do Socorro Puga de Oliveira dos Santos
MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA DOS SANTOS - Oficial
CPF/MF- 122.429.502-15

Boletim de Ocorrência Policial: 167/2014.000669-4, 2014-06-04
Autoridade Policial: LOYANA SELMA NOGUEIRA DA SILVA
Escrivão(ã): Alinne Santos de Azevedo

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1274

DADOS DO INDICIADO

MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, FILHA DE MANOEL OLIVEIRA E ARLETE PUGA OLIVEIRA, RG 4747830 SSP-PA, NASCIDA EM 07/03/1958 NA CIDADE DE ACARA-PA, RESIDENTE NA GENERALISSO DEODORO Nº 1388, ENTRE NAZARE E BRAS DE AGUIAR, BAIRRO NAZARE, BELEM-PA (1) 8062-2001/8828-1666.

TEXTO DO TERMO:

Na data de 04/10/2014, por volta de 09:21, a pessoa acima qualificada, depois de terem sido estado o compromisso legal, cientificado das acusaçõess a si imputadas, advertido nos termos que dispõe o Art. 185 do CPP, ciente de seus direitos constitucionais previstos no Art. 5º da Constituição Federal em seus incisos LXII, LXIII, LXIV, inquirido às perguntas a autoridade declarou na Presença de seu Advogado "JEFFERSON ALMEIDA SILVA, OAB/PA-15001" a interrogada ao ser perguntada com relação ao periodo em que inmcicou o contato com a empresa AGROPALMA, para passar a registrar a documentação das terras referidas nos e que situam-se no municipio de Acará, a interrogada respondeu ; QUE, desde a ausencia de seu esposo o tabelião "ANTONIO PINTO LOBATO", o qual já é falecido, que em relacionamento profissional com os diretpores da empresa AGFROPALMA, considerando a citada empresa tem atuiação em varios municipios e que depois do falecimento de seu esposo, ela assumiu o seu lugar em quanto que tabeliã do municipio de Acará-PA, tendo continuado com ela no lugar de seu esposo como tabeliã desde 1991, assumindo a interrogada o compromisso de continuar registrando documentos de terras adquiridas pela empresa de acordo com a competência de cada um; QUE, ao lhe ser perguntado até quando a interrogada poderia exercer seus atos de oficio no cartorio do Acara-PA, considerando que a referida senhora foi afastada do Cartorio do municpio do Acará, face à procedimentos administrativos que estão em tramites judicial da epoca de seu esposo ainda? Responde, a mesma que permaneceu no municpio de Acará-PA, ate o ano de 2005, e que com sua saida interinamente o interventor assumiu o senhor "FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO"; QUE, ao lhe ser indagado com quem era o contato dela apartir da saida de seu esposo para realizacão do relatorio da documentação em cartorio e os competenetes registro os quais seriam emitidos no unico cartório do Acará-PA? Respondeu, a interrogada que a maioria dos contatos eram com o Sr. "SAULO SALES FIGUEIRA", o qual prestava servicos a empresa AGROPALMA, inclusive por bastante tempo, desde a epoca de seu esposo, era quem levava toda a documentação dos vaqueiros para que todo o procedimento competente ao cartorio fosse feito e que na maioria das vezes o Sr. "SAULO" ia acompanhado do Gerente Geral da Empresa Sr. "ANTONIO MARIA DA SILVA", bem como frequentavam o apartamento da interrogada quando a mesma morava no Edificio Belo Horizonte, na Av Nazaré, em frente ao Colégio Nazaré; QUE, ao ser perguntada a interrogada se chegou ao conhecimento quem seria o dono das terras dos presentes autos? Respondeu, que desde de pequena em virtude ter residido muito no Acara-PA, ouvia seus pais comentarem, que os pais da esposa da vitima, (a Sra.), que o Sr. "JOSE MARIA TABARANA", que era genro, poderia ter direito ha alguma parte de sua esposa, residente no Acará-PA, entretanto não confirma efetivamente se as terras em questão seriam legalmente da vitima, e que Sr. MAIA, o qual era muito conhecido no mucipio do Acará-PA, em virtude de deter em sua existencia poder financeiro, tornou pessoa conhecida do municpio e que possuia muitas terras na localidade; QUE, na época não existia titularidade de terras rurais, apenas a posse de quem usufruia, na época soube que o SR. MAIA tinha vendido algumas terras para o "SR. PEDRO", pessoa que residia fora do estado e que era na epoca, bastante influenre no, dizendo inclusive que este senhor não esteja vivo mais em virtude do tempo; QUE, ao perguntado se reconhece suas assinaturas em documentos os quais, constavam o do Cartorio Oliveira Santos, que em tese não é registrado em juizo? Responde a

conhecimento que as terras foram vendidas para o SR. JOSE MARIA TABARANA, nao pod afirmar pois não pode provar por documentos. E nada mais disse e nem lhe foi pergunt mandou esta Autoridade encerrar o presente termo, o qual depois de lido e ad conforme, vai devidamente assinado pela Autoridade, pelo Escrivão e pelo Indiciado.

ASSINATURAS:

OYANA SILMA NOGUEIRA DA SILVA
UTORIDADE POLICIAL

linne Santos de Azevedo
SCRIVÃO

IA DO SOCORRO PUGA DE O. DOS SANTOS
DICIADO

FFERS ALMEIDA SILVA
OGADO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 127-50 PARÁ

5042

Governo do Estado do Pará
Policia Civil do Estado do Pará
Superintendência Regional do Baixo Tocantins
Delegacia de Policia de Acará
Auto de qualificação e Interrogatório

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 12768
PARÁ
Fls. 6299
5039

Autoridade Policial: Nelson Canito Pimentel Junior
Escrivã: Alinne Santos de Azevedo

DADOS DO INDICIADO
MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA, casada, do sexo feminino, 56 anos, data de nascimento 07/03/1958, ensino médio completo, filha de Manoel Oliveira e Arlete Puga Oliveira, nascido em Acará-MA, profissão do lar, residente na Avenida Generalíssimo Deodoro, nº 1388, apto 1401, bairro Nazaré, Belém-PA, telefone 980622001/988281666.

TEXTO DO TERMO:
Na data de 19/12/2014, na Delegacia Geral de Polícia Civil, na sala onde funciona a Diretoria de Polícia Civil do Interior, em Belém-PA, por volta de 17:03 horas, a pessoa acima qualificada, depois de ter prestado o compromisso legal, cientificado das acusações a si imputadas, advertido do que dispõe o Art. 186 do CPP, ciente de seus direitos constitucionais previstos no Art. 5º da Constituição Federal em seus incisos LXII, LXIII, LXIV, inquirido às perguntas da autoridade declarou; QUE desde 1991 que a inquirida assumiu o Cartório do Único Ofício de Acará quando da aposentação de seu esposo; QUE o seu esposo, mesmo aposentado, continuou trabalhando no mesmo e, na verdade, era ele quem mandava em tudo e que a inquirida fazia tudo o que ele mandava, pois o mesmo possuia "poder de persuasão" quanto à sua pessoa; QUE o seu esposo faleceu em 2006; QUE em 2005 foi afastada da titularidade do Cartório e que seu afastamento deu-se em razão dos atos irregulares que seu marido praticava à época; QUE assumiu na condição de "INTERVENTOR" o Sr. FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO em 2005; QUE o SR. SAULO SALES FIGUEIRA era quem levava as escrituras lavradas todas no Cartório Diniz em Belém, nas quais a AGROPALMA figurava como adquirente das terras e que a depoente apenas registrava as escrituras; QUE confirma o que disse no seu Interrogatório inicial quanto ao fato de que o Sr. SAULO SALES FIGUEIRA ia com o Sr. ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA no seu apartamento que ficava em Belém (Avenida Belo Horizonte, em frente ao colégio Nazaré, bairro Nazaré). Não só eles faziam isso. Todas as pessoas que queriam fazer procedimentos no Cartório de Acará iam deixar as documentações nesse apartamento para o seu marido e os atos eram registrados no Municipio de Acará, como manda a lei. Isso acontecia pois na época o acesso ao Municipio de Acará era muito ruim pois não tinha estrada de asfalto; QUE não sabe informar quem fez o registro da transferência das terras de propriedade do Senhor TABARANÃ para a AGROPALMA, não sabendo dizer se foi na sua gestão, na do seu marido ou na do Sr. FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO; QUE sabe que quem vendeu as terras para a AGROPALMA foi o Sr. JOSÉ WANDERLEY MARQUES MELO e que não consegue entender o motivo pelo qual o mesmo não foi indiciado no processo, pois o mesmo como proprietário é quem pode explicar a origem das terras; PERGUNTADA o que tem a dizer sobre a informação do Sr. FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO que afirma que a inquirida teria "levado" os livros com muitas matrículas que eram de responsabilidade do Cartório de Acará? RESPONDEU QUE esses livros estavam guardados dentro do apartamento da depoente desde a época que seu marido era vivo e que o mesmo possuia autorização da Desembargadora que era responsável pela fiscalização dos cartórios no Pará e isso se dava porque o prédio do Cartório de Acará era muito inseguro e que isso era de conhecimento do desembargador responsável; PERGUNTADA se reconhece as assinaturas em

seu nome que constam nas folhas 17, 18 e 19 do Volume 02 dos autos? REPONDEU QUE as assinaturas se assemelham à sua grafia, mas que não foi a depoente quem assinou e, inclusive, ao visualizar as citadas certidões, afirma que os selos aparentemente são falsos; PERGUNTADA sobre a assinatura do seu filho Antônio Pinto Lobato Filho que consta na certidão de folhas 51 do volume 02 dos autos, se foi o seu filho que assinou mesmo? RESPONDEU QUE o seu filho não assinou a certidão pois o mesmo nuca trabalhou com a depoente no Cartório, inclusive, nunca ia em Acará; PERGUNTADA quanto ao Cartório Oliveira Santos, se foi a inquirida quem "criou" o citado Cartório? RESPONDEU QUE o Cartório Oliveira Santos nunca existiu na verdade. Que desconhece a existência desse Cartório intitulado de Oliveira Santos e que sempre houve apenas o Cartório do Único Ofício de Acará. Afirma ainda que esse cartório foi "inventado" por alguém e confeccionaram até carimbos do mesmo, justamente para fraudar documentos e utilizaram o nome da depoente sem qualquer autorização; PERGUNTADA se nem a depoente nem o seu filho trabalharam nesse Cartório? RESPONDEU QUE não pois conforme já falou, só existia um único Cartório em Acará; PERGUNTADA qual o endereço e contato do seu filho para a realização da intimação do mesmo? RESPONDEU QUE não sabe dizer o endereço exato do mesmo, mas que seu telefone é 993220298 e que ficou acertado neste depoimento que o mesmo será inquirido no dia 20 de janeiro de 2014, já agendado, inclusive, com o advogado MARCIO ROGÉRIO CUNHA VINAGRE (OAB PA 5785), advogado que acompanha este depoimento; PERGUNTADA pela autoridade policial se tem algo mais a falar; RESPONDEU QUE é importante falar que quando foi destituida do Cartório, por ter entrado com um recurso pro "pleno" do Tribunal, ficou "em efeito suspensivo", inclusive, poderia trabalhar neste Cartório até a data atual, pois o recurso foi interposto e até hoje não foi julgado, mas optou por não retornar mais às atividades cartorárias pois o Sr. FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO já estava lá e não queria atrapalhar o serviço do mesmo; E nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou esta Autoridade encerrar o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela Autoridade, pelo Escrivã e pelo Indiciado.

ASSINATURAS:

Helson Canito Pimentel Junior
AUTORIDADE POLICIAL

Alinne Santos de Azevedo
ESCRIVÃ

Maria do Socorro Puga de Oliveira
MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA
INTERROGADA

MARCIO ROGÉRIO CUNHA VINAGRE
ADVOGADO - OAB PA 5785

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6290 PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1277 PARÁ

Doc.05

CONTRA FÉ
122
1973

ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ACARÁ-PA.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6292 ACARÁ

Autos n.º 0004646-67.2014.8.14.0076;
Promotoria de Justiça de Acará;
Réus: Antônio Pereira da Silva e outros;
Peça: Denúncia.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1279 PARÁ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, pelos Promotores de Justiça, ao final assinados, vem, na qualidade de titulares da *opinio delicti*, oferecer **DENÚNCIA** em desfavor de

1 – ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA (1° denunciado), brasileiro, casado, advogado, natural de Tucuruí-Pa, nascido em 09/08/1947, filho de Dulce Lira da Silva e Olaviano Pereira da Silva, residente na Rua João Balbi, nº 983, bairro Umarizal, aptº 1802, Belém-Pa, tel. 99112-6733;

2 – SAULO SALES FIGUEIRA (2° denunciado), brasileiro, casado, comerciante, nascido em 12/02/1958, natural da Bahia, filho de Gidalfo Sales Figueira e Diva Sales Figueira, residente na Travessa Angustura, nº 1967, Bairro Pedreira, Belém/PA, tel. 99142-8060

3 – MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA (3° denunciada), brasileira, casada, nascida aos 07/03/1958, filha de Manoel Oliveira e Arlete Puga Oliveira, natural de Acará, residente na Avenida Generalíssimo Deodoro, nº 1388, aptº 1401, bairro Nazaré, Belém-Pa, tel 980622001/988281666;

4 – JOSÉ HILÁRIO FREITAS (4° denunciado), brasileiro, presidente da Empresa AGROPALMA, cuja qualificação completa será apresentada em aditamento, após a realização de diligência complementar, pela autoridade policial, a qual já foi requisitada em Cota Ministerial.

5 – FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO (5° denunciado), brasileiro, casado, natural de São Miguel do Guamá, nascido em 10/01/1960, filho de Júlio Francisco do Carmo e Antônia Rosa da Conceição do Carmo, residente e domiciliado na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, s/nº, bairro Cristo Guadalupe, Concórdia do Pará-Pa.

consoante consta das inclusas peças de informação, pelos fatos delituosos a seguir narrados:

ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO

DOS FATOS

No em meados do ano de 2005, diversas glebas rurais, que totalizam aproximadamente 7.000.00 (sete mil) hectares – localizadas neste município de Acará, a margem esquerda do igarapé Urucuré e na lateral direita do Igarapé Pracateua, direita do Igarapé Tucumundaré, dentre outras confrontações naturais – foram adquiridas, de maneira ilegal, pelas Empresas do Grupo AGROPALMA S/A, cujos títulos de propriedade foram emitidos, fraudulentamente, pelo Cartório de Registro de Acará ou foram falsificados.

O grande idealizador e executor dessas falsidades de documentais de registros públicos foi o **1° denunciado, Antônio Pereira da Silva**, o qual era gerente geral da empresa AGROPALMA, sendo que todos os seus atos ilícitos eram do conhecimento e tinham pleno apoio do **4° denunciado, José Hilário Freitas**, pois, na qualidade de Presidente do referido grupo empresarial, também coordenava, porém, de forma indireta, as condutas dos demais envolvidos.

Assim, o **1° denunciado**, com a autorização e conhecimento do **4° denunciado**, iniciou o esquema criminosos de "grilagem", contratando, em meados do ano de 2005, o **2° denunciado, Saulo Sales Figueira**, o qual era corretor de imóveis nessa região, para que localizasse glebas rurais no município de Acará, que pudessem ser tomadas, por não terem donos presentes e nas quais a documentação fosse bem antiga.

Ocorre que, para aparente "legalização" da enorme área rural localizada pelo **2° denunciado**, foi necessário que ele intermediasse a inclusão da **3° denunciada, Maria do Socorro Puga de Oliveira**, no esquema criminoso, a qual era a tabeliã do Cartório de Registro de Imóveis de Acará, o que lhe permitiu registrar, falsamente, a compra de glebas de "terceiros" pela empresa AGROPLAMA S/A, por meio de certidões ideologicamente falsas e até por meio de certidões assinadas por quem não tinha atribuição para tanto ou mesmo por cartório inexistente.

Desta feita, esses "terceiros" tiveram seus nome inseridos nos registros falsificados – na qualidade de proprietários das terras, supostamente adquiridas pela Empresa AGROPALMA S/A – dentre eles, os nacionais José Wanderley Marques Melo, Antônio Tadeu da Silva, João Arimateia Rodrigues e Álvaro Alves Ferreira, cujas condutas ainda estão sendo melhor investigadas, notadamente, quanto ao conhecimento que tinham de estarem se envolvendo em fraudes de documentos públicos.

Nesse contexto, foram emitidas certidões falsas, pela **3° denunciada, Maria do Socorro Puga de Oliveira**, tais como, aquelas acostadas às fls. 623 e 625 dos autos, nas quais há carimbos de cartório que mesmo existia (Cartório Oliveira), bem como uma delas data de 21 de março de 2006, quando a cartorária já havia sido afastada de suas funções de Oficial de Registro, o que ocorreu em outubro de 2005.

Aliado a isso, essa **3° denunciada** ainda se valeu do nome de seu filho, Antonio Pinto Lobato Filho – que era quase idêntico ao do antigo oficial de registro, já falecido a época (Antonio Pinto Lobato) – de modo a permitir a criação de outros documentos falsos, tais como, aqueles acostados às fls. 624 e 626 dos autos, em que consta uma assinatura que não é de Antônio P. L. Filho, até porque ele não era

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 12518 PARÁ
124
4975
MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 620 PARÁ

Oficial de Registro autorizado, e nos quais também consta o selo do Cartório Oliveira, que jamais existiu, conforme já dito.

Note-se, contudo, que o esquema não parou por aí, já que, ainda no ano de 2006, uma suposta vítima, José Maria Tabaranã da Costa – que alega ser o legítimo proprietário das glebas "griladas" – começou a reivindicar seus direitos, junto à AGROPALMA S/A, pois ficou sabendo que nas suas alegadas terras, já haviam sido, inclusive, realizadas plantações de Dendê, pertencentes ao referido grupo Empresarial.

Em razão das cobranças e pressões feitas pela suposta vítima, José Maria Tabaranã da Costa, foi necessária a inclusão no esquema criminosos do **5° denunciado, Francisco Valdete Rosa do Carmo,** pois ele passou a ser o Cartorário Oficial do Registro de Imóveis do Acará, desde o afastamento de sua antecessora, ora **3° denunciada.**

Na execução dos presentes crimes, a função do **5° denunciado** foi o não fornecimento de quaisquer registros do Cartorário de Acará, que fossem solicitados por aqueles que – além da AGORPLAMA – alegavam serem os legítimos proprietários das referidas terras rurais. Outrossim, o **5° denunciado,** no ano de 2011, procedeu uma série de restaurações de documentos de registro – alguns deles, com base em contratos de compra e venda, lavrados no Cartório Diniz, 2° ofício de notas em Belém – relativos a propriedade das glebas rurais adquiridas pela Empresa AGROPALMA. Ressalte-se que a justificativa de ser necessária a realização das referidas restaurações, foi o suposto extravio de parte da documentação que deveria estar arquivada no Cartório de Acará, a qual teria sumido na época do afastamento da antiga tabeliã, **Maria do Socorro Puga de Oliveira,** ora **3° denunciada.**

Na verdade, essas referidas restaurações foram feitas pelo **5° denunciado,** para das ares de legalidade – pela chancela do Cartório de Registro de Acará – em relação a documentos claramente falsos e outros deles decorrentes, conforme já mencionado anteriormente (fl. 624 a 626, dentre outros), apresentados pela empresa AGROPALMA, por meio de Antônio Manoel Câmara Leal, que foi contratado pelos **1° e 4° denunciados,** para acompanhar os trâmites cartorários do procedimento restauratório.

Note-se que o **5° denunciado, Francisco Valdete Roda do Carmo,** foi devidamente remunerado para participar do esquema criminoso, pois recebeu na empresa AGROPLAMA, dois cheques nominais, do Banco SANTANDER, um no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) e outro, dez dias depois, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), o que foi presenciado por Antônio Manoel Câmara Leal, que, inclusive, estranhou tal pagamento, pois os emolumentos cartorários pelas restaurações, no ano de 2011, não ultrapassavam 5% (cinco por cento) deste referido total.

Não é demais por em relevo, que o **1° denunciado, Antônio Pereira da Silva, juntamente com o 4° denunciado, José Hilário Freitas,** foram diversas vezes procurar o **5° denunciado,** inclusive na casa dele, localizada no município de Concórdia do Pará, no período em que estavam sendo realizadas as restaurações de registro baseadas em documentos fraudulentos, o que demonstrava a íntima e anormal relação que possuíam.

Por fim, vale destacar que os **1° e 4° denunciados** foram informados por José Maria Tabaranã da Costa Junior, diversas vezes, sobre a falsidade dos documentos de aquisição das glebas rurais, em comento, de modo que não agiram de boa-fé na situação, mas, ao contrario, procuraram encobrir o esquema fraudulento iniciado no ano de 2005, através dos atos executados pelo **2° e 3° denunciados**, bem como tentaram dar ares de legalidade à fraude documental por meios das já referidas restaurações de registros, ilegalmente realizadas pelo Tabelião do Cartório de Registro de Acará, ora **5° denunciado**, ocorridas no ano de 2011.

DA IMPUTAÇÃO PENAL

Em conformidade com a sinopse fática acima delineada, não restam dúvidas de que na qualidade de autores, co-autores ou participes:

a) **ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA** cometeu os crimes de **falsidade ideológica majorada e falsidade documental**, previstos, respectivamente, nos **artigos 297 § 1° e 299 § único**, todos do **Código Penal**, em concurso material[1].

b) **SAULO SALES FIGUEIRA** cometeu os crimes de **falsidade ideológica majorada e falsidade documental**, previstos, respectivamente, nos **artigos 297 § 1° e 299 § único**, todos do **Código Penal**, em concurso material.

c) **MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA** cometeu os crimes de **falsidade ideológica majorada e falsidade documental**, previstos, respectivamente, nos **artigos 297 § 1° e 299 § único**, todos do **Código Penal**, em concurso material.

d) **JOSÉ HILÁRIO FREITAS** cometeu os crimes de **falsidade ideológica majorada e falsidade documental**, previstos, respectivamente, nos **artigos 297 § 1° e 299 § único**, todos do **Código Penal**, em concurso material.

e) **FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO** cometeu os crimes de **falsidade ideológica majorada e falsidade documental**, previstos, respectivamente, nos **artigos 297 § 1° e 299 § único**, todos do **Código Penal**, em concurso material.

---

[1] Não há que se falar no crime de **uso de documento falso**, pois consumada a falsificação, o uso do documento público falso pelo agente não constitui novo delito, sendo mero exaurimento, ou seja, *post factum* não punível. Precedentes do STF: HC 84.533-9-MG, DJe 30/6/2004; HC 58.611-2-RJ, DJ 8/5/1981; HC 60.716-RJ, DJ 2/12/1983; do STJ: REsp 166.888-SC, DJ 16/11/1998, e HC 10.447-MG, DJ 1°/7/2002. HC 107.103-GO, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 19/10/2010.

ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer o MPE-PA, conforme as alterações trazidas pela Lei 11.719/2008, que:

1. Seja recebida a presente denúncia e citados os denunciados para apresentarem suas defesas preliminares, no prazo legal;

2. Seja designada audiência de instrução e julgamento no prazo legal, para oitiva das testemunhas arroladas pelas partes e produção das demais provas em direito admitidas;

3. Sejam, ainda, inquiridos os denunciados, de modo que ao final dos demais atos processuais eles possam ser CONDENADOS nas penas da lei;

Acará – (PA), 19 de março de 2015.

DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO
Promotor de Justiça

ROL:

1) **José Maria Tabarana da Costa**, qualificado a fl. 09 dos autos;
2) **Antônio Manoel Câmara Leal**, qualificado a fl. 597 dos autos;
3) **José Maria Tabarana da Costa Junior**, qualificado a fl. 583 dos autos;
4) **José Wanderley Marques Melo**, qualificado a fl. 14 dos autos;
5) **Antônio Tadeu da Silva**, qualificado a fl. 590 dos autos;
6) **Orlando de Brito Sousa Junior**, qualificado a fl. 594 dos autos;
7) **Antônio Lobato Pinto Filho**, qualificado a fl. 606 dos autos.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1293 PARÁ

5

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6287

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1284
PARÁ

Doc.06

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 6298 PARÁ

CERTIDÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1255 PARÁ

CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei e a pedido da parte interessada que, cf informado pelo Serviço de Registro das Atividades Judiciais desta Corregedoria e em consulta efetuada nos arquivos deste Órgão Censor, constatei que o Sr. Francisco Valdete Rosa do Carmo foi nomeado como interventor do Cartório Extrajudicial do Único Ofício da Comarca de Acará pela Portaria n.º 05 de 27 de outubro de 2005, assinada pelo então Juiz que respondia pela Comarca, Dr. Fábio Penezi Póvoa. Certifico ainda que, posteriormente, a nomeação do interventor foi confirmada pela Presidência do TJE-Pa em decisão a seguir transcrita: "*1 - Acolho a manifestação da Desembargadora Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior (fls. 474-487), corroborado com o Relatório Final da Comissão Processante, por conseguinte, determino a PERDA DE DELEGAÇÃO a Srª. Maria do Socorro Puga de Oliveira, Oficiala Titular do Cartório Extrajudicial da Comarca de Acará, prevista no art. 32, IV, da Lei nº 8.935/94, em razão da infringência aos arts. 31, I, II, V, e 30, I, V, XIV, da Lei nº 8.935/94. 2 – Em face da pena de perda de delegação aplicada reclamar a incidência do §2º, do artigo, 39 da Lei nº 8.935/94, designo o atual interventor Sr. Francisco Valdete Rosa do Carmo, conforme indicação da Desembargadora Osmarina Onadir Sampaio Nery, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, para responder pelo Cartório Extrajudicial do Único Ofício do Distrito Sede da Comarca de Acará, até ulterior deliberação. 3 – Determino, outrossim, a extração de mandado de busca e apreensão dos livros que se encontram em poder da Requerida, cujo endereço residencial é o da Comarca da Capital, bem como a expedição de ofício a Polícia Civil daquele Município e Comarca de Belém, para responsabilização criminal e, ainda, envio de cópias destes autos ao Ministério Público Estadual, a fim de que, se for o caso, adote as providências de sua legitimidade. À Secretaria Judiciária para cumprimento do decidido. Belém, 06 de junho de 2006. Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. Presidente do TJE/PA.*", publicada em 13 de junho de 2006. Foi editada a Portaria n.º 0870/2009-GP, de lavra do Exmo Des. Milton Augusto de Brito Nobre, à época Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aplicando a pena de perda de delegação a Sra. Maria do Socorro Puga

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6200

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1236
PARÁ

DOC.07

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 6300
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1257
PARÁ

A

CARTÓRIO DINIZ - 2º OFÍCIO DE NOTAS
DRª ELEONORA Mª MOREIRA DE CASTRO ALVES
TABELIÃ TITULAR
Sucessora do Dr. JACYNTHO V. MOREIRA DE CASTRO
Avenida Nazaré, 339 - Fone: (0**91)3212-1248/3212-2165
Fax: (0**91) 3212-7077/3223-1879
Belém - Pará - Brasil

Livro 570
Folha 060

TERCEIRO TRASLADO DA:
Escritura Pública de Venda e Compra em caráter, **irrevogável, irretratável**, das Fazendas **CASTANHEIRA, CASTANHEIRA I, CASTANHEIRA II, e CASTANHEIRA IV**, situadas no Município de Tomé Açu, limítrofe com o Município de Acará, neste Estado, entre partes: Outorgantes Vendedores: **WEIDER JOSÉ PANCIERI, sua mulher e outros**; Outorgada Compradora: **AGROPALMA S/A.**, legalmente representada; como abaixo melhor se vai declarar: .....

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1255 PARÁ

Saibam quantos virem esta escritura pública, que aos **VINTE E NOVE (29)** dias do mês de **DEZEMBRO** do ano de **DOIS MIL E CINCO (2005)**, da Era Cristã, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em o meu Cartório, á avenida Nazaré número 339, compareceram partes justas e avindas, de um lado como Outorgantes Vendedores, **WEIDER JOSÉ PANCIERI**, brasileiro, empresário, portador da CI. número 797.637-SSP/ES, e do CPF. número 798.589.297-49, e sua mulher **EDILEUSA SEDDA PANCIERI**, brasileira, empresária, portadora da CI. número 2.204.208-SSP/PA, e do CPF. número 575.384.762-53, residentes e domiciliados na Rua Carlos Delgado Guerra Pinto, número 645, [illegible]tamento 104, Jardim Camburi, Vitória-ES, ele de passagem por [illegible]a Capital; **WENDER PANCIERI**, brasileiro, empresário, portador da CI. número 2.813.186-SSP/ES, e do CPF número 027.658.737-55, e sua mulher **NATHÁLIA MARIA COVRE PANCIERI**, brasileira, empresária, portadora da CI.número 14.841.203-SSP/MG, e do CPF. número 098.818.357-98, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, KM 101, Boa Vista, Zona Rural, Município Nova Venecia-ES; **WALDO JOÃO PANCIERI**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da CI. número 2.530.623-SSP/PA, e do CPF. número 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaperuna, Córrego Santa Rosa, s/n, Zona Rural Barra, de São Francisco-ES; e, **JOVANA APARECIDA PANCIERI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da CI. número 2.828.401-SSP/PA, e do CPF. número 022.850. 367-10, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, KM 101, Boa Vista, Zona Rural, Municipio Nova Venecia-ES, o Primeiro Outorgante Vendedor, **WEIDER JOSÉ PANCIERI**, brasileiro, casado, empresário,

termos em que a mesma está redigida.- Em fé e testemunho de verdade, assim o disseram, outorgaram e aceitaram o presente instrumento, o qual eu tabeliã igualmente aceito em nome e a bem dos interessados ausentes. Passo a transcrever os documentos seguintes: **MINISTERIO DA FAZENDA - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.** Documento de Arrecadação de Receitas Federais.-DARF. **01-** Nome:/ Telefone: WEIDER JOSÉ PANCIERI. Faz. FAZENDA CASTANHEIRA I. DARF válido para pagamento até 19/10/2005. Domicilio Tributário do Contribuinte: TOMÉ-AÇU. **02-** Período de Apuração: 01/01/2005. **03-** Número CPF ou CNPJ: 798.589.297-49. **04-** Código da Receita: 1070. **05-** Número de referência: 56810520. **06-** Data de vencimento: 30/09/2005. **07-** Valor do principal: 142,55. **08-** Valor da Multa: 7,99. **09-** Valor dos Juros e/ou Encargos DL-1025/69: 1,42. **10-** Valor Total: 151,96. Pago por autenticação **R$151,96,** em 18/10/2005-BASA. **MINISTERIO DA FAZENDA - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.** Documento de Arrecadação de Receitas Federais.-DARF. **01-** Nome:/ Telefone: WEIDER JOSÉ PANCIERI. Faz. FAZENDA CASTANHEIRA II. DARF válido para pagamento até 19/10/2005. Domicilio Tributário do Contribuinte: TOMÉ-AÇU. **02-** Período de Apuração: 01/01/2005. **03-** Número CPF ou CNPJ: 798.589.297-49. **04-** Código da Receita: 1070. **05-** Número de referência: 39821137. **06-** Data de vencimento: 30/09/2005. **07-** Valor do principal: 324,00. **08-** Valor da Multa: 18,17. **09-** Valor dos Juros e/ou Encargos DL-1025/69: 3,24. **10-** Valor Total: 345,41. Pago por autenticação **R$345,41,** em 18/10/2005-BASA. **MINISTERIO DA FAZENDA - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.** Documento de Arrecadação de Receitas Federais.-DARF. **01-** Nome:/ Telefone: WEIDER JOSÉ PANCIERI. Faz. FAZENDA CASTANHEIRA IV ITR 2005. DARF válido para pagamento até 30/12/2005. **02-** Período de Apuração: 01/01/2005. **03-** Número CPF ou CNPJ: 798.589.297-49. **04-** Código da Receita: 1070. **05-** Número de referência: 70533997. **06-** Data de vencimento: 30/09/2005. **07-** Valor do principal: 12,51. **08-** Valor da Multa: 2,50. **09-** Valor dos Juros e/ou Encargos DL-1025/69: 0,47. **10-** Valor Total: 15,48. Pago por autenticação **R$15,48,** em 29/12/2005-BB. **CERTIFICADO DE CADASTRO DO IMÓVEL RURAL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR 2000 / 2001 / 2002.** Dados do Imóvel Rural: FAZENDA CASTANHEIRA. Código do Imóvel Rural: 0480891032686. Localização do Imóvel Rural: M D DO RIO ACARA. Municipio Sede do Imóvel Rural: TOMÉ - AÇU. UF: PA. Forma de Detenção: PROPRIETÁRIO OU POSSEIRO COMUM. Módulo Rural (há) 65,7. N. Módulos Rurais: 63,09. Módulo

consoante escritura pública datada de 12 de maio de 1993, lavrada ás folhas 42, do livro número 16, das notas do Cartório Samuel Cruz, da Comarca de Tome-Açú, do Único Ofício, estando essa aquisição registrada no mesmo Cartório no livro 2-J, folhas 111, matrícula número R-1.3.111, em 03 de Novembro de 1993, com averbação à margem, em 10 de Novembro de 1998, da constituição, exclusivamente como RESERVA LEGAL, correspondente ao mínimo de 50% (Cinqüenta apor cento), da superfície supra descrito, onde não é permitido corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento ea, conforme artigo 44 da lei número 4.771, de 15 de Setembro 1965 (Código Florestal); III) - FAZENDA CASTANHEIRA II, situada a margem do Rio Acará Mirim no Município de Tome-Açu, neste Estado, com uma área de 2.130ha.00ª.00ca, imóvel esse adquirido pelos outorgantes vendedores, por compra feita à COPAM - MADEIRAS LTDA, legalmente representada, consoante escritura pública datada de 28 de Dezembro de 1993, lavrada ás folhas 87, do livro número 16, das notas do Cartório Samuel Cruz, da Comarca de Tome-Açú, do Único Ofício, estando essa aquisição registrada no mesmo Cartório no livro 2-J, folhas 175, matrícula número R-3.175, em 21 de Julho de 1994, com averbação à margem, em 26 de Julho de 1999, da constituição, exclusivamente como RESERVA LEGAL, correspondente ao mínimo de 50% (Cinqüenta por cento), da superfície supra descrito, onde não é permitido corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento da área, conforme artigo 44 da número 4.771, de 15 de Setembro de 1965 (Código Florestal). ertifico que sobre os imóveis que existiam as Cédulas Rurais Pignoraticias e Hipotecárias e Cédula Rural Hipotecária de nºs FIR-ME-078-98/0025-0 e FIR-ME-078-04-0036-4 dos valores R$718.765,96 e R$66.800,00, com vencimentos para 10 de Dezembro de 2010 e 10 de Maio de 2009, foram totalmente liquidadas pela Outorgada Compradora; IV) - FAZENDA CASTANHEIRA IV, situada á margem do Rio Acará Mirim, no município de Tomé Açu, neste Estado, com uma área de 115,96ha., destacada de maior porção, com 3.612ha. 37a.50ca., destacada da área de 1.688ha., e ainda destacada a área de 150,00ha, imóvel esse adquirido pelos Outorgantes Vendedores, por compra feita a José Carlos de Souza, consoante Escritura Pública de Compra e Venda 18/06/1999, lavrada as fls. 17 do livro 24, das Notas do Cartório do Ofício Único de Acará, deste Estado, estando essa aquisição registrada no Cartório Lobato - Único Ofício, da Comarca de Acará, deste Estado, no Livro 02-E, fls. 203-A, matricula 6614-A datada de 19/06/1999, com averbação da constituição, ...LTDA, correspondente ao mínimo

CARTÓRIO DINIZ - 2º OFÍCIO DE NOTAS

DRª ELEONORA Mª MOREIRA DE CASTRO ALVES
TABELIÃ TITULAR
Sucessora do Dr. JACYNTHO V. MOREIRA DE CASTRO
Avenida Nazaré, 339 - Fone: (0**91)3212-1248/3212-2165
Fax: (0**91) 3212-7077/3223-1879
Belém - Pará - Brasil

Livro 570
Folha 060

Belém, 29 de Dezembro de 2005.

Em testemunho da verdade.

CARTÓRIO DINIZ
2º OFÍCIO
Mª. Moreira de Castro Alves
TABELIÃ TITULAR
Moreira de Castro Marques
TABELIÃ SUBSTITUTA
Av. Nazaré, 339
Fone 212-2165
BELÉM-PARÁ

Selo de Autenticidade
B 00000692A

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1291
PARÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE ACARÁ - ESTADO DO PARÁ

Protocolo Nº 7056 Livro 18 Fls. 011
Matrícula Nº 7107 Livro 26 Fls. 104
Registro Nº 01 Livro 26 Fls. 104
Inscrição Nº — Livro — Fls. —
Averbação Nº — Livro — Fls. —

ACARÁ 04 / 01 / 2006

Maria de Fátima Lugo de Oliveira dos Santos
Oficial do Registro

Estado do Pará
Poder Judiciário
Selo de Segurança
Ato Geral
Nº 0173060

VÁLIDO COM O SELO DE SEGURANÇA

MINISTERIO PUBLICO
Fls. 6305

MINISTERIO PUBLICO
Fls. 12925
PARÁ

B

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ACARÁ
REGISTRO DE IMÓVEIS
CARTÓRIO LOBATO FONE: 3732-1267
MARIA DO SOCORRO PUGA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Oficial do Registro de imóveis
ANTONIO PINTO LOBATO FILHO
Oficial Substituto

CARTÓRIO OLIVEIRA SANTOS - COMARCA DE ACARÁ-PARÁ - Maria do Socorro Puga de Oliveira dos Santos TABELIÃ E OFICIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1293

CERTIDÃO DE REGISTRO

Certifico e Porto Por Fé, que em data de 04 de janeiro de 2006 no livro nº 2-G fls. 104 sob o [illegible]tricula 7107 foi feito o registro dos seguintes Imóveis **FAZENDA CASTANHEIRA, [illegible]ENDA CASTANHEIRA I, FAZENDA CASTANHEIRA II, FAZENDA CASTANHEIRA** [illegible], perfazendo um total de 4.471Ha.96 ares, situadas à margem do Rio Acará Mirim no Município [illegible] Tomé – Açu, limitrofe em o município de Acará, neste, Estado do Pará: - **TRANSMITENTES:** [illegible]) **WEIDER JOSÉ PANCIERI,** brasileiro, empresário, portador do CI nº 797.637 SSP/ES, e do [illegible]PF nº 798.589.297-49, e sua mulher **EDILEUSA SEDDA PANCIERI,** CPF nº575.384.762-53, [illegible]sidentes e domiciliados na Cidade de Vitória – ES; 2) **WENDER PANCIERI,** brasileiro, [illegible]npresário, portador do CI nº 2.813.186 SSP/ES, e do CPF nº 027.658.737-55 e sua mulher **[illegible]ATHÁLIA MARIA COVRE PANCIERI,** CPF nº 098.818.357-98, residentes e domiciliados no [illegible]unicípio de Nova Venecia – ES; 3) **WALDO JOÃO PANCIERI,** brasileiro, solteiro, maior, [illegible]npresário, portador do CI nº 2.530.623 SSP/PA e do CPF nº 797.979.707-87, residente e [illegible]omiciliado no Estado do Espírito Santo; 4) **JOVANA APARECIDA PANCIERI,** brasileira, [illegible]olt[illegible], empresária, portadora da CI nº 2.828.401 SSP/PA e do CPF nº 022.850.367-10, residente e [illegible]omiciliada no Estado do Espírito Santo: **ADQUIRENTE: AGROPALMA S.A** com sede na [illegible]odovia PA-150, Km 74 – Esquerdo, Municipio de Tailândia, neste Estado, inscrita no CNPJ sob [illegible]º 04.102.265/0001-51: - **FORMA DE TITULO:** Escritura Pública de Venda e Compra lavrada no [illegible]artório Diniz – 2º Oficio de Notas de Belém – Pará em data de 29.12.2005 no livro nº 570 fls. 060, [illegible]o valor de 2.951.493,60 (Dois Milhões Novecentos e Cinqüenta e Um Mil Quatrocentos e Noventa [illegible] Três Reais e Sessenta Centavos).

O referido é verdade e dou fé.

Acará, 04 de janeiro de 2006

[illegible] de Segurança [illegible]ertidão

MINISTERIO PÚBLICO
Fls. 6307

MINISTERIO PÚBLICO
Fls. 12947
PARÁ

C

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. PARÁ

MINIS Fls. 475

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Fls. 003
Ano 2011

Matrícula nº Restauração nº 003, Data: 11 de novembro de 2011, da Matricula nº 626, datada de 09 de abril de 1981, folhas 26, do livro nº 2 B.

MATRICULA 626. Data, 09 de abril de 1981. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA, com área de 1.091ha.00a.00ca (Um mil e noventa e um hectares), sendo a mesma de uma área de 2.226ha.00a.00ca, desmatacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. Em porção maior, com área de 4356ha.00a.00ca, Transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962, livro 3 ! (Transcrição das Transmissões), desta serventia.

Acará-(Pa.), 11 de Novembro de 2011.

_____: Oficial Interino.

Restauração nº 003.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 626, datado de 09 de abril de 1981 folhas 26, do Livro nº 2 B.

R. 01 - M. 626. Data: 09 de abril de 1981:. TRANSMITENTE: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. ADQUIRENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA . AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 09 de abril de 1981, no livro nº 29, às fls. 59 a 60, desta Notas.

Acará-(Pa.), 11 de Novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Restauração nº 003.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 626, datado de 22 de maio de 1981, folhas 26, do Livro nº 2 B.

R. 02 - M. 626. Data: 22 de maio de 1981:. TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: RAIMUNDO CAETANO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, lavrador, portador da Carteira de Identidade nº 116832-SSP/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de ! Venda e Compra lavrada em 22 de maio de 1981, no livro nº 29, às fls. 64 a 65vº, desta Notas.

Acará-(Pa.), 11 de Novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Restauração nº 003.3, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/03 na Matricula nº 626, datado de 20 de outubro de 1988 folhas 26, do Livro nº 2 B.

R.03 - M. 626: 20 de outubro de 1988:. TRANSMITENTE: RAIMUNDO CAETANO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, lavrador, portador da Carteira de Identidade nº 116832-SSP/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). ADQUIRENTE: WEIDER JOSÉ ! PANCIERI, brasileiro, casado, pecuarista, portador da carteira de identidade nº 797637-SSP/GS e do CPF/MF nº 798.598.297-49, residente e domiciliado na Cidade de Tomé-Açu (Pa.). AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 20 de outubro de 1988, no livro nº 23-A, às fls. 77vº a 79, desta Notas.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Restauração nº 003.4, Data: 11 de novembro de 2011. da Averbação nº 04 na Matricula nº 626, datada de 10 de setembro de 1998 folhas 26, do Livro nº 2 B.

Av. 04 - M. 626. Data: 10 de setembro de 1998. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) da superfície do imóvel, ou seja 545ha.50a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diario Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Cartório Extrajudicial Francisco Valdete Rosa do Carmo Interventor CIC.179446602-97 Acará - PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO Fls. 1195 PARÁ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará AUTENTICAÇÃO 001.804.094

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA

Av. 05 - M. 626. Data: 11 de novembro de 2011. AVERBAÇÃO. Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula nº 626, datada de 09 de abril de 1981, folhas nº 26, livro nº 2 B, dos registros R/01, datado de 09 de abril de 1981, R/02, datado de 22 de maio de 1981, R/03, datado de 20 de outubro de 1988, e da Averbação 04, datado de 10 de setembro de 1998, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº 082/2010-CJCI, da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentissima Senhora Doutora Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicada no Diário da Justiça em data de 01 de julho de 2010. Edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo proprietário, e documentos por ela apresentados.

Acará-(Pa.), 11 de Novembro de 2011.

: Oficial Interino

R. 6 - M 626. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz - 2º Oficio de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, WEIDER JOSÉ PANCIERI, brasileiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG Nº 116832-SSP/PA e do CPF/MF nº 093.011.352-72, e sua mulher EDILEUSA SEDDA PANCIERI, brasileira, empresária, casados entre si, portadora da carteira de identidade nº 2.204.208-SSP/PS, do CPF nº 575.384.762-53, residentes e domiciliados na Carlos Delgado Guerra Pinto, nº 645, apartamento 104, Jardim Camburi, Vitoria-ES, transmitaram definitiva, por venda, à AGROPALMA S.A, com sede na Rodovia PA 150 km 74-esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 627, fls. 27, livro 2-B, 727, fls. 45, livro 2 B, e 7025, fls. 323, livro 2 B, também objetos de restauração.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Av. 7 - M. 626. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 4356 ha.00a.ca, adquirido por GARIBALDE ADRIANO DA SILVA., do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definitivo nº 81, Talonário 26 expedido em 03 de outubro de 1962.

Acará-(Pa.), 21 de novembro de 2011

: Oficial Interino

CARTÓRIO GIVALDO ARAUJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araujo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
19 DEZ. 2013
Conceição Aviz do Vale
CPF 352.252-87
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança.

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico, e dou fé que a presente certidão de inteiro teor foi extraída por meio reprográfico, (Parágrafo 1º do Art. 19 da Lei Federal 6015/73).

Acará, 17 de dezembro de 2013.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE SEGURANÇA

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

005

Fls. 005
Ano: 2011

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Restauração nº 005, Data: 11 de novembro de 2011, da Matricula nº 727, datada de 18 de novembro de 1992, folhas 45, do livro nº 2 B.

MATRICULA 727. Data. 18 de novembro de 1992. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA I, com área de 1135 ha.00a.00ca, sendo a mesma parte de uma área com 2226ha.00a.00ca, destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietária: MARIA DO CARMO FERREIRA. Registro anterior: R/01 na matricula nº 626, folhas nº 26, do livro 2 B, objeto de restauração sob nº 005, folhas nº 005, livro de restauração de matricula, registros e averbações nº 2 B; em porção maior, com área de 4356HA.00A. 00CA, transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962.

Acará-Pa., 11 de novembro de 2011

: Oficial Interino

Restauração nº 005.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 727, datado de 18 de novembro de 1992, folhas 45, do Livro nº 2 B.

R. 01 - M. 727. Data: 18 de novembro de 1992:. TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: LOURIVAL WOLFGRAM, brasileiro, solteiro, lavrador, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de novembro de 1992, no livro nº 30, às fls. 64 a 65vº desta Notas.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 005.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 727, datado de 12 de maio de 1993, folhas 45, do Livro nº 2 B

R. 02 - M. 727. Data: 12 de maio de 1993:. TRANSMITENTE: LOURIVAL WOLFGRAM, brasileiro, solteiro, lavrador, residente e domiciliado no Município de Tomé-Açu (Pa.). ADQUIRENTE: WENDER PANCIERI, brasileiro, empresário, portador da Carteira de identidade nº 2.813.186-SSP/ES e do CPF/MF nº 027.658.737-55, e sua mulher NATHALIA MARIA COVRE PANCIERI, brasileira, empresária, portadora da Carteira de identidade nº 14.841.203-SSP/MG, e do CPF nº 098.818.357-98, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, km 101, Boa Vista, Zona Rural, Municipio de Nova Venécia-ES. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 12 de maio de 1993, no livro nº 16, às fls. 42, das Notas do Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.).

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 005.3, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 03 na Matricula nº 727, datada de 12 de maio de 1993, folhas 45, do Livro nº 2 B

Av. 03 - M. 727. Data: 12 de maio de 1993. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao minimo de 50% (cinquenta por cento) da superficie do imóvel, ou seja 567ha.50a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Av. 04 - M. 727. Data: 11 de novembro de 2011. AVERBAÇÃO. Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula nº 727, datada de 18 de novembro de 1992, folhas nº 45, livro nº 2 B, dos registros R/01, datado de 18 de novembro de 1992, R/02, datado de 12 de maio de 1993, e da averbação 03, datada de 12 de maio de 1993, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº 082/2010-CJCI, da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentissima Senhora Doutora Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicado no Diario da Justiça, em data de 01 de julho de 2010, edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo, e documentos por ela apresentados.

Acará-(Pa.), 11 de novembro de 2011

: Oficial Interino

Valdeci Rosa do Carmo
Juiz de Direito
TJE-PA

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Tomé-Açu - Estado do Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
19 DEZ. 2013
Maria da Conceição Aviz do Vale
CPF: 352.352.252-87
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
001.304.093

Francisco Valdeci Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

Cartório Extrajudicial
Francisco Valdeci Rosa do Carmo
Interventor
CIC.179446602-97
Acará

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 477
PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1296
PARÁ

CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA

Fls.

R. 5 - M 727. Data: 11 de novembro de 2011. Por escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz - 2º Ofício de Notas da Comarca de Belém (Pa.), os proprietários, WENDER PANCIERI, brasileiro, empresário, portador da Carteira de identidade nº 2.813.186-SSP/PS e do CPF/MF nº 027.658.737-55, e sua mulher NATHALIA MARIA COVRE PANCIERI, brasileira, empresária, portadora da Carteira de identidade nº 14.841.203-SSP/MG, e do CPF nº 098.818.357-98, residentes e domiciliados na Rodovia do Café, km 101, Boa Vista, Zona Rural, Município de Nova Venécia-ES, transmitiram definitiva, por venda, à AGROPALMA S.A, com sede na Rodovia PA 150 km 74-esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importância essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 6 26, fls. 26, livro nº 2 B, 627, fls. 27, livro 2-B, e 7025, fls. 323, livro 2-E, também objetos de restauração.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011

: Oficial Interino

Av. 6 - M. 727. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matrícula foi, em porção maior com área de 4356ha. 00a.00ca, adquirido por GARIBALDE ADRIANO DA SILVA, do Governo do Estado do Pará, através do Título Definitivo nº 81, Talonário 26 expedido em 03 de Outubro de 1962.

Acará (Pa.), 21 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Av. 7 - M. 727. Data: 02 de dezembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, datado de 30 de novembro de 2011, anexo ao qual cópia autenticada da Certidão expedida em data de 21 de outubro de 2011 pelo Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tome-Açu (Pa.), pela que verifica-se que o imóvel objeto da presente matricula foi objeto da matricula nº 3111, fls. 111, do livro 2-J, do mencionado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tome-Açu (Pa.), e que foi encerrada e transferida para esta Serventia conforme consta na citada Certidão, procedo a presente averbação para ficar constando que a matricula nº 3111, fls. 111, do livro nº 2-J, foi encerrada pelo citado Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.), continuando assim em vigor a matrícula nº 727, fls. 45, livro 2 B, desta Serventia.//////

Acará (Pa.), 02 de dezembro de 2011.

: Oficial Interino.

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
19 DEZ. 2013
Conceição Aviz do Vale
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico e dou fé que a presente certidão de inteiro teor foi extraída por meio reprográfico, (Parágrafo 1º do Art. 19 da Lei Federal 6015/73).

Acará, 17 de dezembro de 2013

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO
Oficial Interino

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Livro 2 B

Data: 11 de novembro de 2011, da matricula nº Restauração nº 004, 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas 27, do Livro nº 2 B.

MATRICULA 627. Data, 09 de abril de 1981. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA II, com área de 2130ha.00a.00ca, sendo a mesma parte destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. Registro anterior: Em porção maior, com área de 4356ha.00a.00ca, Transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962, livro 3 (transcrição das Transmissões), desta Serventia

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 627, datado de 09 de abril de 1981 folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 01 - M. 627. Data 09 de abril de 1981:. TRANSMITENTE: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. ADQUIRENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 09 de abril de 1981, no livro nº 29, às fls. 59 a 60, ! desta Notas.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 627, datado de 18 de novembro de 1992, folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 02 - M. 627. Data: 18 de novembro de 1992:. TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de novembro de 1992, no livro nº 30, às fls. 64 a 65 vº, desta Notas.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.3, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/03 na Matricula nº 627, datado de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 03 - M. 627. Data: 28 de dezembro de 1993:. TRANSMITENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. ADQUIRENTE: WALDO JOÃO PANCIERI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.530.623-SSP/PS e do CPF/MF nº 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaporuna, Corrego Santa Rosa, s/nº, zona rural, Barra de São Francisco-ES. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito: FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 28 de dezembro de 1993, no livro nº 16, às fls. 87, das Notas do Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.).

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.4, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 04 na Matricula nº 627, datada de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.

Av. 04 - M. 627. Data: 10 de setembro de 1998. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao minimo de 50% (cinquenta por cento) da superficie do imóvel, ou seja 1.065ha.00a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo, conforme artigo 44 ! da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, digo de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diario Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Av. 05 - M. 627. Data: 11 de novembro de 2011. AVERBAÇÃO . Procedo a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula nº 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas nº 27, livro nº 2 B, dos registros R/01, datado de 09 de abril de 1981, R/02, datado de [illegible]

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Federal 6015/73)

Acará, 17 de dezembro de 2013

FRANCISCO VALDETE ROSA DO CARMO

Oficial Interino

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE SEGURANÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Distrito de Acará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original.

19 DEZ. 2013

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Averbação Cancelação Aviz do [illegible] 52.252-87 [illegible]

001 004 075

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Livro 2 B

Fls. 004

Ano: 2011

Cartório Araújo
Francisco Valdete Rosa do Carmo
Interventor
CIC.179446602-97
Acará - Pará

Restauração nº 004, Data: 11 de novembro de 2011, da matricula nº 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas 27, do Livro nº 2 B.

MATRICULA 627. Data, 09 de abril de 1981. IMOVEL: FAZENDA CASTANHEIRA II, com área de 2130ha.00a.00ca, sendo a mesma parte destacada de maior porção de 4.356ha.00a.00ca, situada à margem direita do Rio Acará, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Proprietário: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. Registro anterior: Em porção maior, com área de 4356ha.00a.00ca, Transcrição nº 42, datada de 08 de dezembro de 1962, livro 3 (transcrição das Transmissões), desta Serventia

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matricula nº 627, datado de 09 de abril de 1981 folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 01 - M. 627. Data 09 de abril de 1981:. TRANSMITENTE: GARIBALDE ADRIANO DA SILVA. ADQUIRENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 09 de abril de 1981, no livro nº 29, às fls. 59 a 60, desta Notas.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matricula nº 627, datado de 18 de novembro de 1992, folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 02 - M. 627. Data: 18 de novembro de 1992:. TRANSMITENTE: MARIA DO CARMO FERREIRA. ADQUIRENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de novembro de 1992, no livro nº 30, às fls. 64 a 65 v°, desta Notas.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.3, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/03 na Matricula nº 627, datado de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.

R. 03 - M. 627. Data: 28 de dezembro de 1993:. TRANSMITENTE: COPAM MADEIRAS LTDA. ADQUIRENTE: WALDO JOÃO PANCIERI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.530.623-SSP/RS e do CPF/MF nº 797.979.707-87, residente e domiciliado na Vila Itaparuna, Córrego Santa Rosa, s/nº, zona rural, Barra de São Francisco-ES. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito: FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 28 de dezembro de 1993, no livro nº 16, às fls. 87, das Notas do Cartório Samuel Cruz da Comarca de Tomé-Açu (Pa.).

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Restauração nº 004.4, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 04 na Matricula nº 627, datada de 28 de dezembro de 1993, folhas 27, do Livro nº 2 B.

Av. 04 - M. 627. Data: 10 de setembro de 1998. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao minimo de 50% (cinquenta por cento) da superficie do imóvel, ou seja 1.065ha.00a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer titulo, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, digo de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo 44, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diario Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011

: Oficial Interino

Av. 05 - M. 627. Data: 11 de novembro de 2011. AVERBAÇÃO . Procede a presente averbação para ficar constando que a restauração da matricula nº 627, datada de 09 de abril de 1981, folhas nº 27, livro nº 2 B, [illegible] de abril de 1981, R/02, datado de 18 de

Juiz de Direito

CARTÓRIO GIVALDO ARAÚJO
Distrito de Icoaraci - Belém-Pará
Givaldo Gomes de Araújo
Tabelião
Confere com o Original. Dou fé.
19 DEZ. 2013
Conceição Aviz do Vale
CPF:352.352.252-87
Escrevente
Válido somente com o selo de segurança

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Francisco Valdete Rosa do Carmo
CIC.179.446.602-97
Interventor

Cartório Extrajudicial Único Ofício
Francisco Valdete Rosário Carmo
Tabelião
CPF: 179.462.202-97
Acará - Pará

003

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

Fls. 003
Ano: 2011

Matrícula nº XXX Restauração nº003, Data: 11 de novembro de 2011, da Matrícula nº 7025, datada de 18 de junho de 1999, folhas 323, do Livro nº 2 B.

MATRÍCULA 7025. Data, 18 de junho de 1999. IMÓVEL: FAZENDA CASTANHEIRA IV, com área com 115.ha.96a.00ca(cento e quinze hectares e noventa e seis ares), sendo parte da área de 150ha.00a.00ca, da área remanescente de 1668ha.00a.00ca, destacada de maior porção com 3612ha.37a.50ca, situada à margem do Rio Acará-Mirim, no Município de Tomé-Açu, limítrofe do Município de Acará, Estado do Pará, Proprietário: OSVALDO ANDRADE CUNHA. Registro anterior: Em porção maior com área de 3612ha.37a.50ca, Fras, Livro 3 (Transcrição das Transmissões), desta Serventia.

Acará-Pará, 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino.

Restauração nº 003.1, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/01 na Matrícula nº 7025, datado de 18 de junho de 199, folhas 323, do Livro nº 2 B.

R. 01 - M. 7025. Data: 18 de junho de 199. TRANSMITENTE: OSVALDO ANDRADE CUNHA. ADQUIRENTE: JOÃO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, viúvo, militar, portador da Carteira de Identidade RG nº. 211498-SSP/SC e do CPF/MF nº 024.101.922-20, residente e domiciliado em Belém-Pará, AQUISIÇÃO: Omi, digo, Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica Venda e Compra lavrada em 27 de Outubro de 1981, no Livro nº 25, às fls. 48 e 49, desta Notas.

Acará-Pará, 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Restauração nº 003.2, Data: 11 de novembro de 2011, do registro R/02 na Matrícula nº 7025, datado de 18 de junho de 199 folhas 323, do Livro nº 2 B.

R. 02 - M - 7025. Data: 18 de junho de 1999: TRANSMITENTE: JOÃO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, viúvo, militar, portador da Carteira de Identidade RG nº 211498-SSP/SC e do CPF/MF nº 024.101.922-20, residente e domiciliado em Belém-Pará. ADQUIRENTE: JOVANA APARECIDA PANCIERI, brasileiro, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 2.828.401/SSP/PA e do CPF/MF nº 022.880.367-18, residente e domiciliada na Rodovia do Café, km 101, Boa Vista, zona rural, Município de Nova Veneza-SP. AQUISIÇÃO: Imóvel já acima descrito. FORMA DE TITULO: Escritura Publica de Venda e Compra lavrada em 18 de junho de 1999, no livro nº 24, às fls. 17, deste Notas.

Acará-Pará, 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Restauração nº 003.3, Data: 11 de novembro de 2011, da Averbação nº 03 na Matrícula nº 7025, datada de 18 de junho de 1999, folhas 323, do Livro nº 2 B.

Av. 03 - M. 7025. Data: 18 de junho de 1999. Averbação concernente à área constituída exclusivamente como reserva legal, correspondente ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) da superfície do imóvel, ou seja 57ha.98a.00ca, onde não é permitido o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer título, conforme artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, dispositivo este que foi acrescido do citado artigo em, através da Lei nº 7.803, de 18 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial da União, edição de 20 de julho de 1989.

Acará-Pará, 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Av. 04 - M. 7025. Data: 11 de novembro 2011. AVERBAÇÃO. Procede a presente averbação para ficar constando que a restauração da matrícula 7025, datada de 18 de junho de 1999, folhas nº. 323, livro 2 B, do registro 01, datado de 18 de junho de 1999, do registro 02, datado de 18 de junho de 1999, e da averbação 03, datada de 18 de junho de 1999, foram procedidos em cumprimento a Portaria nº 082/2010-CJCI, da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, datada de 29 de junho de 2010, assinada pela Excelentíssima Senhora Doutora Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Estado do Pará, publicada no Diário de Justiça em data de 01 de julho de 2010, Edição nº 4600/2010, e tendo em vista requerimento assinado pelo proprietário, e documentos por ela apresentados.

Acará-Pará, 11 de novembro de 2011.

_____: Oficial Interino

Aurilene do Socorro Lima Santos
CPF: 695.506.622-68
Escrevente

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 1298
PARÁ

CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA

Fls.

R. 5 - M 7025. Data: 11 de novembro de 2011. Por Escritura Publica de Venda e Compra lavrada aos 29 de dezembro de 2005, às folhas nº 060, livro 570, do Cartório Diniz - 2º Ofício de Notas da Comarca de Belém (Pa.), a proprietária JOVANA APARECIDA PANCIERI, brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 2.828.402/SSP/PA e do CPF/MF nº 02 2.850.367-10, residente e domiciliada na Rodovia Cafó, km 001, Boa Vista, zona rural, Município de Nova Veneza-RS, transmitiu definitiva, por venda à AGROPALMA S.A, com sede na Rodovia PA 150 km 74-Esquerdo, Município de Tailândia (Pa.), inscrita no CNPJ sob o numero 04.102.265/0001-51, o imóvel objeto da matricula, pelo preço de R$=2.951.493,60; importancia essa incluído o preço dos imóveis das matriculas nºs. 626, fls. 26, livro nº 2 B, 627, fls. 27, livro 2-B, e 727, fls. 45, livro 2 B, também objeto de restauração.

Acará (Pa.), 11 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

Av. 08 - M. 7025. Data: 21 de novembro de 2011. Tendo em vista requerimento da proprietária, AGROPALMA S.A, já qualificada, datado de 18 de novembro de 2011, procedo a presente averbação para ficar constando que o imóvel objeto da matricula foi, em porção maior com área de 3612ha.37a.50ca, adquirido por OSVALDO ANDRADE CUNHA, do Governo do Estado do Pará, através do Titulo Definito nº 72, Talonario 28 expedido em 14 de março de 1962.

Acará (Pa.), 21 de novembro de 2011.

: Oficial Interino

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico, e dou fé que a presente certidão de inteiro teor foi extraída por meio reprográfico, (Parágrafo 1º do Art. 19 da Lei Federal 6015/73).

Acará, 29 de outubro de 2013

AURILENE DO SOCORRO LIMA SANTOS
ESCREVENTE

Aurilene do Socorro Lima Santos
CPF: 695.506.622-68
Escrevente

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
GERAL
0001691 768
CIC.179446602-97
Cartório do Único Ofício

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA AGRÁRIA I REGIÃO
(CASTANHAL)

MINISTÉRIO PÚBLICO
1299
PARÁ

C E R T I D Ã O

Certifico para os devidos fins, que para melhor manuseio dos presentes autos, foi encerrado o III volume, passando a formar daqui em diante o IV Volume, a partir das fls. 1300.

Castanhal, 29 de agosto de 2018.

Deise Maria Andrade Viana Lindolfo
Aux. Adm. MP
Mat. 999.1138